

Maria João Loução de Carvalho

*Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e
Diogo Lopes de Sequeira - Em busca de uma causalidade*

Dissertação de Mestrado em Estudos
Portugueses Interdisciplinares

Universidade Aberta

Lisboa, 2009
Maria João Loução de Carvalho

*Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e
Diogo Lopes de Sequeira - Em busca de uma causalidade*

Dissertação de Mestrado em Estudos
Portugueses Interdisciplinares

Orientadora: Professora Doutora
Ana Paula Avelar

Universidade Aberta

Lisboa, 2009

AGRADECIMENTOS

Este trabalho deve os seus agradecimentos à Professora Doutora Ana Paula Avelar pela sua orientação, conselhos e indicações essenciais à sua prossecução.

Agradece igualmente o apoio de toda a minha família e colegas que se disponibilizaram, de algum modo, para que o mesmo chegasse a bom termo.

RESUMO

A dissertação tem como finalidade provar a existência concomitante de relatos que se pautam pela causalidade histórica e pela causalidade providencialista na cronística da primeira metade do século XVI, tomando como objecto de análise a obra de Gaspar Correia, que se reparte entre a cronística régia, com a *Crónica de D. Manuel e de D. João III*, e a cronística da Expansão, com as *Lendas da Índia*.

Tomamos como ponto de partida o facto de a cronística portuguesa ter assumido um papel fundamental na forma como perpetuou os feitos da Cristandade, o papel centralizador da figura régia na busca de novas formas de comércio, de domínio e de evangelização dos povos. Revelamos, assim, Gaspar Correia como um dos cronistas que narrou os feitos dos portugueses no Oriente, guiando-se por um discurso em que a veracidade histórica se encontra precisamente na narração do que viu, ouviu e experienciou.

Definimos, para este trabalho, três capítulos que correspondem, respectivamente, ao Homem, à Obra e aos Governadores. No primeiro, *Gaspar Correia: um perfil biográfico*, procuramos apresentar a problemática em torno do seu nome, do seu percurso de vida no reino e no Oriente. No segundo, *Gaspar Correia: Considerações em torno da sua obra*, situamos a sua obra no contexto da cronística portuguesa, particularizando as diferenças estruturais e metodológicas entre a sua crónica régia e a da Expansão e confrontando os textos prologais dos seus pares – Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis. No terceiro, *Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira na obra de Gaspar Correia*, centramos o nosso estudo nestes dois governos e como a causalidade histórica e a causalidade providencial se misturam nos relatos das suas acções, determinando o seu peso na narração das vivências do espaço oriental.

Deste modo, propomos uma análise da cronística de Gaspar Correia, que nos permite perceber melhor que causalidade(s) está(ão) presentes na construção textual deste tipo de narrativas.

Palavras-chave: cronística; Descobrimentos; Gaspar Correia; causalidade histórica; providencialismo; Oriente; século XVI

RÉSUMÉ

La dissertation a comme but prouver l'existence simultanée de récits qui se régissent par la causalité historique et par la causalité providentielle dans les chroniques de la première moitié du XVI^e siècle, en ayant comme sujet d'analyse l'œuvre de Gaspar Correia, qui se partage entre la chronique royale, avec la *Crónica de D. Manuel e de D. João III* et la chronique de l'Expansion avec les *Lendas da Índia*.

Comme point de départ il y a le fait de la chronique portugaise avoir assumée un rôle centralisateur de l'image royale à la recherche de nouvelles façons de commerce, de domination et d'évangélisation des peuples. On présente de cette façon, Gaspar Correia comme un des chroniqueurs qui a raconté les faits des portugais dans l'Orient, à travers un discours où la véracité historique se trouve justement dans la narration de ce qu'il a vu, écouté et vécu.

On a décidé d'écrire trois chapitres qui correspondent, respectivement à l'Homme, à l'Œuvre et aux Gouverneurs.

Le premier, *Gaspar Correia : un profil biographique*, on essaye de présenter la problématique autour de son nom, de son parcours de vie au royaume et à l'Orient. Le second, *Gaspar Correia : des considérations autour de son œuvre* dans le contexte de la chronique portugaise, en particulier les différences structurales et méthodologiques entre sa chronique royale et celle de l'Expansion en confrontant les textes préliminaires de ses pairs - Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis. Le troisième, *Lopo Soares de Albergaria et Diogo Lopes de Sequeira dans l'oeuvre de Gaspar Correia*, on centre notre étude sur ces deux gouvernements et comme la causalité providentielle se mélangent dans les récits de leurs actions, en déterminant leur importance dans la narration des existences vécues dans l'espace orientale.

Ainsi, on propose une analyse de la chronique de Gaspar Correia, qui nous permet de mieux comprendre quelle(s) causalité(s) est/sont présentée(s) dans la construction textuelle de ce genre de narration.

Mots-clés : chronique ; Découvertes ; Gaspar Correia ; causalité historique; providentiel ; Orient ; XVI^e siècle

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to prove the existence of concomitant narratives showing historical and providential circumstances in the chronicles of the first half of the 16th century, after an analysis of the work of Gaspar Correia from the Royal chronicles with *Crónica de D. Manuel e de D. João III* and the chronicles of Expansion with *Lendas da Índia*.

The starting point was the fact that the Portuguese chronicles have always assumed a fundamental role in the way they perpetuated the deeds of Christianity, the centralizing role of the king in his search for new forms of commerce, of mastership and evangelization of other peoples.

Gaspar Correia is presented as one of the chronicle writers who narrated the deeds of the Portuguese people in the East, using a speech in which the historical veracity is precisely in the narration of what he saw, listened to and experienced.

Three chapters of this work are to mention and they respectively refer to the Man, his Work and the Governors. In the first one, *Gaspar Correia: a biographical profile*, we intend to present questions related to his name, his life in kingdom and in the East. In the second one, *Gaspar Correia: considerations about his work*, his work is seen in the context of Portuguese chronicles. The structural and methodological differences between his royal chronicles and the Expansion ones are specified and compared with the prologues of his peers – Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis. In the third one, *Lopes Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira na obra de Gaspar Correia*, our study is centered on these two governments and in the way historical circumstances and providential circumstances mingle in reports of their actions and take a fundamental role in the narration of Eastern ways of life.

This way an analysis of the chronicles of Gaspar Correia is suggested in order to better understand of the circumstance(s) in the textual conception of this type of narratives.

Key words: chronicles; Discoveries; Gaspar Correia; Historical circumstances; providential; East; 16th Century

Índice Geral

INTRODUÇÃO	10
I - GASPAR CORREIA: UM PERFIL BIOGRÁFICO	16
1.1 Um percurso de vida no Reino	17
1.1.1 Gaspar Correia ou a problemática em torno de um nome	19
1.1.2 Gaspar Correia e a corte do Venturoso	22
1.2 Gaspar Correia no Oriente	31
1.2.1 Um percurso de viagem do Reino ao Oriente: vivências e um espaço de vivência	36
II – GASPAR CORREIA: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA SUA OBRA... 51	
2.1 A primazia de Gaspar Correia na cronística	52
2.1.1 Gaspar Correia e os seus pares	59
2.1.2 Gaspar Correia: diferenças marcantes ou marcas indiferentes?	61
2.1.3 Dos textos prologais de Gaspar Correia aos seus pares	70
2.2 A <i>Crónica de D. Manuel</i> e as <i>Lendas da Índia</i> : duas formas de cronística quinhentista	76
2.2.1 <i>Crónica e Lenda</i> : duas realidades literárias distintas?	87
2.2.2 Os objectivos presididos na concepção das duas obras	90
2.2.3 Gaspar Correia: cronista de fontes?	94
III –LOPO SOARES DE ALBERGARIA E DIOGO LOPES DE SEQUEIRA NA OBRA DE GASPAR CORREIA	102
3.1 Os governos de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira em Gaspar Correia	106
3.2 Da amplificação dos espaços da <i>Crónica de D. Manuel</i> para as <i>Lendas da Índia</i> nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira	121
3.2.1 A causalidade histórica	123
3.2.2 O providencialismo	152
3.3 A causalidade providencialista nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira no reinado de D. Manuel	167
CONCLUSÃO	180
BIBLIOGRAFIA.....	186
ANEXOS	200

*Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e
Diogo Lopes de Sequeira - Em busca de uma causalidade*

INTRODUÇÃO

O século XVI foi pleno em viagens de descoberta e de exploração de terras e mares além-Atlântico que mudaram o modo como os europeus, e particularizando, os portugueses, viam o mundo.

Essa nova visão do mundo foi transmitida através da produção de crónicas da Expansão e crónicas régias que pretendiam não só apresentar as novidades que se impunham, mas também elogiar o rei, enquanto figura cimeira de grandeza imperial na concretização dessas descobertas, que se intensificavam graças ao desejo de expansão comercial e ao fervor religioso ecuménico de congregar os povos no espírito cristão.

O que nos motivou a trabalhar sobre o género cronístico foi, e tomando como linha condutora cronológica o reinado de D. Manuel, perceber como é que na cronística da Expansão, em Gaspar Correia com as suas *Lendas da Índia*, se aliou a vontade régia de abrir uma via marítima até ao Oriente e controlar o comércio das especiarias com a sua missão cruzadística de combater os mouros unindo os povos sob a Fé cristã.

Assim, o nosso trabalho pretende explorar o género narrativo-cronístico de Gaspar Correia, sobre quem pesam dúvidas quanto à sua primazia enquanto cronista, ou quanto ao facto de se ter servido de fontes de outros cronistas para dar corpo às suas histórias.

A sua parca utilização em estudos de fundo mas antes como fonte levaram-nos a investigar um pouco sobre este autor da cronística régia e igualmente da cronística da Expansão no Oriente e a tentar trazê-lo para o presente da investigação, afastando-nos dos já renomados João de Barros, Damião de Góis e Fernão Lopes de Castanheda. A sua quase condição de anonimato e as poucas análises feitas sobre e a partir da sua obra foram, para nós, a condição-chave para uma maior abertura de horizontes sobre este cronista.

Partimos da premissa de que pesam muitas perguntas sem resposta sobre “quem foi Gaspar Correia”, quais os seus antecedentes familiares, o seu percurso (breve) no Reino e a sua história em terras orientais. Os relatos que vão chegando são

por mão própria, já que enquanto Gaspar Correia refere alguns cronistas, não há registos sobre quem tenha documentado a sua vida e/ ou obra nas obras escritas naquela época, como é o caso de Fernão Lopes de Castanheda, que esteve no Oriente onde Gaspar Correia também se encontrava.

Para podermos enquadrar a produção literária de Gaspar Correia, é importante confrontar os autores que, no mesmo período temporal, escreveram igualmente crónicas régias ou da Expansão, ainda que as primeiras, mesmo tendo em conta a protecção régia no narrar dos eventos sucedidos no seu governo, contemplem factos constantes das viagens da Expansão. No nosso trabalho, apenas pretendemos apresentar alguns dados biobibliográficos dos pares de Gaspar Correia, precisamente como forma de assinalar brevemente o seu percurso de vida e as suas motivações para a escrita das suas obras.

É de destacar que, enquanto a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda- cuja nuclearidade temática assenta, como em Gaspar Correia, na História da Índia, desde 1497 até ao governo de D. João de Castro, que faleceu em 1548 - veio a lume em meados do século XVI, a crónica de Gaspar Correia só conheceu publicação no século XIX (1858, pela Academia das Ciências). Essa diferença influenciou, decisivamente, os estudos que se têm, até hodiernamente, desenvolvido sobre as suas vidas e obra. Torna-se também incontornável focar a ligação e comparação destas duas obras, pelo facto de ambos terem estado no Oriente durante um mesmo período de tempo.

Gaspar Correia, enquanto cronista, legou-nos as *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* e *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas* num tempo em que esta forma de cronística ganhava novo ânimo com as produções de João de Barros e Damião de Góis. As vidas destes cronistas foram pautadas por um percurso que passou pela instrução, pelo manuseamento e convivência, no caso de Góis, com grandes personalidades do Humanismo renascentista, aspecto que conferiu um estilo mais estético às suas crónicas, e deixando de lado o brilho da simplicidade da cor local, o estilo de “reportagem”, do quase imediatismo visível em Gaspar Correia¹. Ainda assim, Gaspar Correia conviveu com a nobreza no Oriente e

¹ Maria Alzira Seixo refere, a propósito de uma análise narratológica de um corpus de textos que se entende habitualmente como «literatura de viagens», como o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, de Álvaro Velho, entre outros, que «[...] os acontecimentos [...] são maioritariamente comunicados [...], dependentes [...] do olhar [...]; a narração, resolve-se, pois, em descrição [...] [que é] um processo de percepção da identidade, incessantemente desdobrada, e por isso mantida numa relação de alteridade.»

dela bebeu muita da cultura dos Antigos, além de ter sido, ainda em Portugal, moço de Câmara.

Dado que o enfoque do nosso estudo é o reinado de D. Manuel e a obra de Gaspar Correia, apenas se utilizou como fonte a sua *Crónica de D. Manuel*, ed. da Academia das Ciências, 1992, e com prefácio de Pereira da Costa.

Sendo as crónicas parte integrante da História da Literatura, é, por isso, importante percebermos se há influências mútuas e que objectivos presidiram à sua escrita. Por uma questão de metodologia, apenas nos centraremos nos textos prologais, onde se encontram delineados os objectivos das crónicas de João de Barros, Lopes de Castanheda, Damião de Góis e do próprio Gaspar Correia, de modo a determinarmos que estratégias foram utilizadas por cada um dos cronistas no sentido de tentar colocar a obra de Correia como primaz no seu presente de escrita.

A brevidade dessa análise deve-se ao facto de não ser do âmbito do nosso trabalho comparar, aprofundadamente, diferenças de estilo, de estrutura e dos factos narrados. Esse trabalho foi já realizado por Ana Paula Avelar, que colocou, frente-a-frente, as várias obras e os seus autores da cronística portuguesa do século XVI, em *Visões do Oriente, Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos* e em *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, que reformula e sintetiza a sua tese de Doutoramento *Da Ars Historica – A cronística portuguesa da Expansão no confronto com a alteridade*.

Lisboa, como capital do reino que se expandia, tem lugar importante nas crónicas, que funcionam como pintura das ruas, das gentes, das profissões, do tecido urbano. Como se trata da Expansão, Lisboa foi observada por nós numa lógica de partida, fazendo-se uma breve análise sobre o modo como dois textos – a *Urbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis e a *Crónica de D. Manuel*, de Gaspar Correia – transmitem uma visão iconográfica da mesma. Essa visão torna-se imperativa em Gaspar Correia para percebermos com que olhos o cronista a relembra, no presente da escrita em que se encontra no Oriente.

Na introdução da recolha feita por José Manuel Garcia, em *Viagens dos Descobrimientos*, o autor coloca no mesmo plano da literatura as crónicas de «Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar

em *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 45. Como veremos, também Gaspar Correia conta o que vê, o que percepção do mundo oriental, descrevendo locais, pessoas, costumes.

Correia, António Galvão, Damião de Góis ou ainda os importantes trabalhos de Valentim Fernandes ou Duarte Pacheco Pereira [...].»² O autor destaca a obra manuscrita *Chronicas dos Reys de Portugal e summarios da suas vidas com a historia da India e suas Armadas que se mandaram athé o anno de 1533*, de Gaspar Correia, escrita na Índia entre 1532 e 1533, como parte integrante de «[...] memórias que [...] oferecem interesse por um inventário completo dos tipos e textos que acumulam o passado de uma Historiografia dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, entre os séculos XV e XVII.»³

Ainda assim, parece existir um hiato à volta do “Homem e da Obra” de Gaspar Correia, sobre quem António Banha de Andrade, na procura da verdadeira identidade de Gaspar Correia, escreveu *Gaspar Correia Inédito, Gaspar Correia, O 1º Historiador Português do Oriente*; José Pereira da Costa escreveu *Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé*; ou, ainda anteriormente, Barbosa Machado, em *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*; e Aubrey Bell, que editou *Gaspar Corrêa*.

Numa lógica de confronto entre as crónicas da Expansão de Castanheda e Correia, encontramos o trabalho de A. Coimbra Martins *Correia, Castanheda e as «Diferenças» da Índia*. Rodrigues Lapa, em *Historiadores Quinhentistas*, compara João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e Gaspar Correia; assim como Aubrey Bell, em *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*.

Toda a análise que diz respeito às *Lendas da Índia* ir-se-á basear na leitura das lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira e na edição da Lello & Irmão Editores, de 1975 e com prefácio de M. Lopes de Almeida, como consta da bibliografia final. As condicionantes que pautaram os seus governos ajudaram, numa lógica de continuidade e de relação causa-efeito, a delinear a história dos portugueses no Oriente. E, determinando e explicando a sua política “governamental”, o nosso trabalho pretende, não analisar a fundo os impactos que essa mesma política terá tido nos governos subsequentes, mas sim perceber como é que esses dois governos trataram o legado dos dois “fundadores” da Índia portuguesa. Muitos estudiosos já publicaram sobre as suas vidas e acções no Oriente. Sobre Lopo Soares e Lopes de Sequeira, encontrámos menos referências

²José Manuel Garcia (org., int. e notas), *Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

³Idem, *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão (Séculos XV a XVIII): Autores, Obras e Especializações Memoriais*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 471.

bibliográficas específicas, pois os estudos, ou muitas vezes nem os referem, ou falam deles apenas de passagem, por meio de uma simples nota. Dessa bibliografia específica, destacamos os trabalhos de Ronald Bishop Smith, “Diogo Lopes de Sequeira, the governor of India, in the collection of São Bento da Saúde, in the Torre do Tombo”, e *Lopo Soares de Alvarenga (Better Known as de Albergaria)*. Relacionado com a decisão de D. Manuel em nomear Lopo Soares como governador, existe a recente dissertação de Alexandra Pelúcia, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”. Também Sanjay Subrahmanyam, em *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*, João Paulo Oliveira e Costa, na coordenação de *Exploradores do Atlântico, Construtores do Estado da Índia*, ou R. J. Whiteway, em *The Rise of Portuguese Power in India*⁴, lhes dedicam partes dos seus trabalhos.

No período em que ambos os governadores assumiram o controlo do destinos do Império Português do Oriente, Portugal vivia ainda dos gloriosos primeiros anos de conquista de possessões estratégicas na Índia, conseguidas, principalmente, pela personalidade aguerrida de Afonso de Albuquerque mas também antes, por uma política mais contida no que se entendia por conquista, protagonizada por D. Francisco de Almeida.

Após percebermos quem eram Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira, cada um governador por um período de três anos, tomaremos como ponto de partida a *Crónica de D. Manuel*, e tentaremos perceber como os espaços aí referenciados e sinalizados são amplificados e documentados nas *Lendas da Índia*, espaços esses entendidos como os locais da presença portuguesa no Oriente.

Apresentamos, deste modo, uma estrutura tripartida: no capítulo I, queremos mostrar quem foi Gaspar Correia que, depois de uma passagem breve no reino e pautada de incertezas, partiu posterior e definitivamente para uma vivência no Oriente (mais prolongada do que qualquer outro cronista, pois nunca terá regressado ao reino).

Já no capítulo II, abordaremos a obra de Gaspar Correia no confronto com os seus pares, em termos dos objectivos traçados nos prólogos das suas obras e que presidiram à concepção dos seus trabalhos, à dúvida sobre a sua primazia na

⁴ Os trabalhos de todos os autores encontram-se referenciados quer no corpo do trabalho quer na bibliografia final.

cronística da Expansão quinhentista e aos objectivos presididos na concepção das suas duas obras: *Crónica de D. Manuel* e das *Lendas da Índia*.

O capítulo III e último deste nosso trabalho, em termos temporais, situará a sua produção escrita na primeira metade do século XVI, particularizando os governos de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518) e de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), mostrando os porquês das suas acções: o primeiro, por ódio instigado contra Afonso de Albuquerque, vai promover o comércio de particulares, pondo em causa o centralismo e a supremacia da corte no domínio dos negócios; o segundo, seguindo uma política mais contida, não se mostrou um governador verdadeiramente empreendedor nem dinâmico, embora tenha sido durante o seu governo que a busca do Preste João parece ter chegado ao fim, com a chegada dos portugueses à Abissínia.

Em termos de estrutura final, propomo-nos perceber em que pontos dessas lendas dos governos de Lopo Soares e Lopes de Sequeira esses relatos do Oriente foram, não só, fruto da acção do Homem, mas também da acção divina.

Para isso, analisaremos, em termos de conteúdo, o *corpus* semântico, as áreas vocabulares respeitantes quer às áreas do experienciado quer às do providencialismo nas *Lendas*, no sentido de poder concluir sobre a primazia/ supremacia ou não de uma delas. Afinal, o que nos propomos é reflectir sobre a seguinte problemática: como fazer dos simples homens verdadeiros heróis, sem criar efabulações míticas abstractas?

Não é por acaso que uma das grandes motivações e causas da Expansão portuguesa ao Oriente foi desde logo apontada por Zurara como a procura do mítico Reino do Preste João, católico com quem Portugal iria estabelecer uma aliança com o propósito de alargar a Cristandade, aproveitando as potencialidades de negócio. Também essa procura e esse encontro figurarão no nosso trabalho, no sentido de tentar apresentar os motivos que a determinaram.

A exegese da obra deste autor terá de ser feita, e este nosso trabalho é apenas o início que se pretende que possa vir a ser ponto de partida para outros estudos necessários no âmbito da documentação relativa à cronística quinhentista portuguesa.

I - GASPAR CORREIA: Um perfil biográfico

É através da escrita de Gaspar Correia que podemos traçar o seu percurso biográfico, visto possuímos poucos dados relativos à sua biografia. É também pelas suas ligações com personalidades conhecidas e mais ampla e seguramente documentadas que o podemos colocar num espaço e tempo mais precisos. Falamos, em termos de linha temporal, da proximidade com Fernão Lopes de Castanheda, que esteve com o cronista no Oriente, P.º Francisco Álvares, Miguel de Castanhoso ou Duarte Barbosa. Contudo, vários historiadores intentaram chegar a um perfil da vida deste português de Quinhentos. Encontramos nomes como Banha de Andrade, em dois estudos – *Gaspar Correia Inédito* e *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente?*, Aubrey Bell, em *Gaspar Corrêa*, José Pereira da Costa, em *Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé*, Ana Paula Avelar, em duas obras – *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão e Visões do Oriente, Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos*, e Lopes de Almeida e Lima Felner, estes dois últimos que contribuíram com as suas notas em duas das edições de *Lendas da Índia*⁵.

Paradoxal ou não, a obra que eternizou Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, (mesmo que semanticamente possa haver divergência de significados quanto ao que o seu título deixa, à primeira vista transparecer), aponta, mas erroneamente, para uma análise superficial e apenas tendo em conta o mistério que as envolve, para uma escrita fantástica, plena de efabulações, de incertezas⁶. Contudo, devemos considerar que esta definição do título da obra corresponde à narração dos episódios ocorridos em terras do Oriente, desde a chegada do cronista a essas paragens (em 1512) até, provavelmente, quase à data da sua morte, que terá ocorrido em 1563. Acrescentamos a estes factos as palavras de Ana Paula Avelar que nos diz que à

⁵ As referências bibliográficas completas dos autores mencionados encontram-se na bibliografia final.

⁶ Como refere Aubrey Bell: «*Lendas* meant *legends*, partly on certain specific instances, of which some are given by Lima Felner [...]». O autor refere-se a Lima Felner e cita-o, dizendo, a propósito das “lendas” criadas por Gaspar Correia que: «But, as Lima Felner says, these very products of a romantic imagination prove that Corrêa was incapable of lying», *Gaspar Corrêa*, «Hispanic Portuguese Series», V, Oxford University Press, Humphrey Milford, 1924, p. 35.

ideia de “lenda” está igualmente associada ao facto de se destacarem nessas narrações «[...] o carácter heróico [...] como *atributo natural* dos portugueses.»⁷

Atente-se ainda que esta obra ainda foi mencionada pelo próprio Gaspar Correia como sendo uma *Crónica*: «Redemptor do mundo, em cujo nome todolas cousas hão começo e fim, em que começo este quarto liuro da Coronica dos feytos da India, começado no anno de 1538 e acabado no anno de 1550».⁸

Gaspar Correia foi também autor das *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, obra que o coloca junto de cronistas régios como João de Barros ou Damião de Góis, sendo que as *Lendas da Índia* apresentam-nos uma escrita própria da cronística da Expansão portuguesa, a par de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros.

Outro aspecto importante a referir relativamente a Gaspar Correia é a multiplicação de homónimos que geram alguma divergência entre vários autores, pois uns colocam-no em Lisboa, anos depois de este ter partido para a Índia, outros afirmam que terá sido assassinado e, por fim, outros afirmam ainda que Gaspar Correia nunca terá regressado a Portugal e que terá falecido no Oriente, apontando 1563 como a data mais provável.

Assim, deve ser a partir da análise das obras do autor que seguramente podemos traçar o seu percurso de vida.

1.1 *Um percurso de vida no Reino*

Para que se possa perceber o percurso deste cronista, tem de se recuar à motivação ou às várias razões que precisamente o vieram a conduzir ao Oriente, onde veio a falecer, em circunstâncias factuais desconhecidas, mas que não lhe tiram o mérito e o privilégio de ter vivido *in loco*, pelo menos, boa parte do que reproduziu em *Lendas da Índia*.

⁷ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente, Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 55.

⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, “Prólogo”, liv. IV, (int. e revisão de M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão, 1975. Sempre que se citar Gaspar Correia, referimo-nos às *Lendas da Índia*, e a esta edição.

Se bem que se imiscua no meio das suas narrações, é escassa ou quase nula a informação autobiográfica que o autor presta ao leitor das suas *Lendas*⁹, à excepção de alguns factos que, ainda assim, transmitem um tratamento vago do tempo – nomeadamente a idade com que terá embarcado para a Índia.

Aliada a essa dificuldade em conhecer o homem por detrás da obra, está a inultrapassável pesquisa e estudos tardios relativamente aos seus escritos, como é referido por Lopes de Almeida, no seu prefácio às *Lendas da Índia*¹⁰. Efectivamente, só na segunda metade do século XIX começou a divulgação e posterior análise literária e documental da “Coronica dos feytos da Índia”¹¹, a qual passou a ser nomeada como *Lendas da Índia*, mudança de titulação da qual Lopes de Almeida refere a razão: «[...] à qual por alusão repetida e sugestiva do texto foi aposto e ficou consagrado o título genérico de *Lendas da Índia*». ¹² Outra explicação é avançada por Banha de Andrade que nos diz que “lenda” poderia simbolizar a sua própria vida ou a de um dos heróis que ele retrata, pois não existia «[...] explicação razoável para tanto êxito, senão pelo auxílio evidente e constante de Deus». ¹³ Além desta menção, o mesmo autor diz-nos que nenhum dos escritores que utilizou as *Lendas da Índia* como fonte manuscrita «[...] revel[ou] nenhum dos dois títulos que o Author lhe conferiu [...]». ¹⁴

Gaspar Correia vai-se referindo aos objectivos desta sua obra ao longo dos quatro prólogos (um por cada livro), mencionando expressões como:

« [...] escrever e memorar as cousas da India [...]»¹⁵; « [...] illustres feitos [...] os feitos dos Portugueses parecem mais milagrosos [...] breues lembranças [...]»¹⁶; « [...] mãos e bons feitos assi como

⁹ Ana Paula Avelar apresenta a mesma problemática sobre Castanheda, em *Fernão Lopes de Castanheda, Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, pp. 41-43.

¹⁰ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. V.

¹¹ Este nome aparece assim escrito por Gaspar Correia, no prólogo do liv. IV, de *Lendas da Índia*, p. 5.

¹² Idem, ibidem. Cf. José Manuel Garcia, *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, que nos diz que Gaspar Correia «[...] começou a escrever uma extensa história da presença portuguesa no Oriente até 1550, memória que podendo ter intitulado *Crónica dos feitos da Índia*, ficou conhecida por *Lendas da Índia*.», p. 486.

¹³ Cf. Banha de Andrade, A.A, *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente?*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1985, p. 679.

¹⁴ Cf. Banha de Andrade, *Gaspar Correia Inédito*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, nº26, Coimbra, 1977, p. 14.

¹⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 1.

¹⁶ Idem, p. 2.

acaecerão [...] esta lenda [...] esta obra»¹⁷; [...] lenda [...] outros Governadores [...] de que farey suas Lendas [...]»¹⁸; «[...] escrever e cronizar o descobrimento da India, tão milagrosos [...] fiz este breue sumario de lendas [...]».¹⁹

Por fim, Gaspar Correia, após ter feito um elenco sumariado dos governadores cujos feitos deixou escritos, termina dizendo: «E assy outros semelhantes e muy videntes milagres, que na lenda da India se verão».²⁰

O que podemos ver é que o autor utilizou por mais vezes as palavras “lenda” e “milagre” comparativamente com a palavra “crónica”, o que levaria o leitor a pensar que se retratariam essencialmente feitos milagrosos dos portugueses no Oriente²¹. O que Gaspar Correia construiu foi uma narração desses feitos nos quais tentaremos perceber o que é *causalidade* por oposição ao que é *providencial*. Contudo, importa antes de tudo conhecer o “Homem”.

1.1.1 *Gaspar Correia ou a problemática em torno de um nome*

*Deixou a pátria que lhe deu o berço
e buscou a Índia por ser o Oriente de
sua glória onde pellas heróicas acções
militares que obrou o seu braço e escreveu
a sua pena alcançou fama perdurável*²².

Um problema de identidade coloca-se a todos os estudiosos que têm vindo a trabalhar na obra deste cronista, se bem que Lopes de Almeida²³ apresente uma análise detalhada dos vários dados que se possuem sobre os vários “Gaspar Correia” que encontramos na documentação do século XVI.

¹⁷ Idem, p.3.

¹⁸ Idem, liv. II, p. 1.

¹⁹ Idem, liv. III, parte I, p. 7.

²⁰ Idem, liv. IV, p. 732.

²¹ A esse propósito, Aubrey Bell refere que Gaspar Correia era preciso e imparcial: «[...] he never draws of his own accord upon his imagination, and what he himself saw he relates accurately, clearly, and impartially.», *op. cit.*, p. 36.

²² Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica, a qual se comprehende a noticia dos autores portugueses e das obras que se compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até ao tempo presente*, Tomo II, Oficina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1747, p. 345.

²³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. V.

E, mesmo não sendo possível determinar a data do seu nascimento, este mesmo estudioso, depois de feita a primeira abordagem das *Lendas da Índia* por Rodrigo José de Lima Felner, aponta-lhe lacunas, tais como «[...] é estranhável que ao operoso director da primitiva edição das *Lendas* tenha escapado uma emocionada página [...] na qual é confessado o seu emprego oficial em Janeiro de 1516»²⁴, devendo salientar-se o facto de Lima Felner ter efectuado a primeira tentativa de traçar o perfil biográfico de Gaspar Correia.

Banha de Andrade²⁵, remetendo-se para Lima Felner, Aubrey Bell e Lopes de Almeida, e corroborando a falta de dados disponíveis que possam comprovar os momentos biográficos de Gaspar Correia, quer em Portugal quer no Oriente, faz uma sùmula dos seus principais dados autobiográficos que, contudo, não deixam de apresentar algumas discrepâncias²⁶.

Quanto à ascendência de Gaspar Correia, existem igualmente incertezas, dado que o mesmo pode ter sido filho de Afonso Correia, cavaleiro da Casa Real; de Pêro Correia Sampaio, escudeiro fidalgo igualmente da Casa Real; ou de Aires Botelho, «[...] Contador dos Resíduos da Comarca da Beira, de quem Gaspar Correia recebia em 29 de Abril de 1529, por transferência de seu pai, o cargo de Comendador de S. Martinho das Feixedas [sic], no Bispado de Viseu [...]», sendo este último o ascendente paternal mais provável, tal como nos diz Banha de Andrade no seu estudo *Gaspar Correia Inédito*²⁷. Esta possibilidade torna-se mais plausível, pois, tal como nos continua a apresentar Banha de Andrade, o próprio Gaspar Correia apresenta-se como “Cavaleiro da Ordem de Cristo”, em 1532, na sua obra *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de Suas Vidas*, título também provavelmente transferido de seu pai, tal como o de Comendador.

Lopes de Almeida, no seu prefácio de *Lendas da Índia*, refere três homónimos “Gaspar Correia” que estiveram ao serviço de D. João III na Índia. Encontramo-los na lista de cavaleiros moradores na casa de D. João III, mais especificamente, os que estiveram na Índia e na leitura da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa, referida por Lopes de Almeida²⁸.

²⁴ Idem, p. XVI.

²⁵ Cf. A. Banha de Andrade, *Gaspar Correia Inédito*, op. cit.

²⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. VI.

²⁷ Idem, pp. 6-13. Ana Paula Avelar referenciou os dois primeiros nomes, em *Visões do Oriente...*, p. 19.

²⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. VIII, nota 3.

Já Aubrey Bell, em *Gaspar Corrêa*, depois de evidenciar o quase anonimato deste nome em Portugal, e o seu total desconhecimento para o mundo, compara-o (não sem antes, condicente com outros estudiosos que trabalharam sobre o cronista, “prevenir” o leitor de que os dados sobre a sua família e a sua vida são escassos) com Camões - filho de um pobre homem, pertencendo à numerosa família dos «Corrêas».²⁹ Alguns dos membros desta família eram descendentes de judeus. Mas o cronista assinala a sua passagem pelo Oriente, escrevendo que, em 1531, ele estaria no grupo dos que atacaram Diu com D. Nuno da Cunha: «E n’esta armada nobres fidalgos, de que nomearey alguns mais conhecidos, que forão estes, a saber: [...], e eu Gaspar Correa, que ysto escrevo, que fuy em meu catur, e outros honrados fidalgos [...]».³⁰

Ao ter sido moço de Câmara de D. Manuel³¹, entrando ao serviço do Paço em 1506, poderá Gaspar Correia ter nascido em 1492, como conjectura Lopes de Almeida. Este, ao analisar a “Nota Preliminar” de Lima Felner (edição de 1858) às *Lendas da Índia*, dá conta de como este estudioso tentou provar que, estando essa data efectivamente associada ao cargo de moço de Câmara, se deve dar como certa a sua partida para Goa, em 1512. Tal partida é assinalada nas *Lendas*: «Em março d’este ano de 512 partio do Reyno Jorge de Mello Pereira por Capitão-mor de doze naos grossas [...]».³² Lopes de Almeida refere-se às próprias palavras de Gaspar Correia no prólogo do Livro I de *Lendas da Índia*, em que o cronista declara que estava desde moço na Índia, dezasseis anos depois de esta ter sido descoberta³³. Provavelmente, Gaspar Correia estaria a apontar o ano de 1497 como o ano da descoberta, ao qual, somando mais dezasseis anos, se obteria então a data que Lima Felner refere: a de 1513, altura em que Correia teria efectivamente chegado ao Oriente³⁴.

²⁹ Aubrey Bell, *op. cit.*, p.1

³⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 391.

³¹ Gaspar Correia diz claramente: «[...] que comecei a servir de moço da camara quando naceo em Abrantes o Infante dom Luiz, filho d’ElRey dom Manuel e da Rainha dona Maria, que todos estão em gloria.», *op. cit.*, liv. III, p. 438. Lopes de Almeida, no seu prefácio de *Lendas da Índia*, p. VII, coloca a seguinte questão: «Mas, qual era então a idade de servir na corte e naquela [moço de câmara] qualidade?» ao que responde que «[...] parece razoável considerar (...) a coincidência dessa idade com o início da adolescência, os catorze anos, como há muito ficara estabelecido por disposição régia.»

³² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, pp. 289-90.

³³ Idem, vol I, p. VIII.

³⁴ Essa nota autobiográfica de Gaspar Correia com o título “Aos Senhores Leitores”, encontra-se na edição de *Lendas da Índia*, 4 vols. (ed. lit. Rodrigo José de Lima Felner), Tomo I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858, p.2.

Já Banha de Andrade reconfirma a data de 1512 como o ano em que Gaspar Correia se encontraria na Índia: «Com efeito, tendo entrado em Cochim a 20 de Agosto de 1512, onde se encontrava, nessa data, Afonso de Albuquerque, pôde naturalmente presenciar de perto [...]».³⁵

Por fim, Joaquim Veríssimo Serrão, na sua *Historiografia Portuguesa*, destaca, entre outros historiadores do Oriente, Gaspar Correia, e apresenta a data do seu nascimento: «ao redor de 1492», destacando que ocuparia o cargo de moço de Câmara de D. Manuel «por 1506» e que a sua partida para Goa teria ocorrido em 1512, na frota de Jorge de Melo de Albuquerque, o qual apresenta uma diferença de apelido³⁶, factos igualmente referenciados por José Manuel Garcia, em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão (Séculos XV a XVIII): Autores, Obras e Especializações Memoriais*.³⁷

Aubrey Bell crê que o facto de Gaspar Correia ter desempenhado, na corte manuelina, o papel de pajem é uma prova a acrescentar ao seu nascimento não nobre. No entanto, ao invés de Lopes de Almeida, Bell atribui-lhe a idade aproximada de 10 anos³⁸. Diogo do Couto entraria sensivelmente com a mesma idade de Gaspar Correia ao serviço do Infante D. Luís³⁹, filho de D. Manuel I, a que se seguiu (tal como com Gaspar Correia) o cargo de moço de Câmara de D. João III, tendo depois partido para o Oriente com cerca de 15 anos de idade.

1.1.2 Gaspar Correia e a corte do Venturoso

A quando da sucessão ao trono de D. Manuel I, *O Venturoso*, Gaspar Correia vivia em Lisboa, servindo como moço de Câmara do rei e, por isso, esteve presente nos primeiros anos do seu governo. Embora fosse ainda muito novo, viria a escrever as *Crónicas de D. Manuel I e de D. João III (até 1533)*, onde espelhou a política manuelina de reorganização interna, mas especialmente a de expansão para o exterior, noticiando as várias armadas que iam saindo de Lisboa.

³⁵ Banha de Andrade, A.A., *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente*, op. cit., p. 679.

³⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O Século de Ouro, [1495-1580]*, vol. III, Lisboa, Verbo, 1978, p. 192.

³⁷ José Manuel Garcia, em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, pp. 112-3.

³⁸ Aubrey Bell, op. cit., p. 2.

³⁹ Idem, ibidem.

Gaspar Correia já seria igualmente nascido quando D. Manuel, convicto em continuar a política de engrandecimento e fortificação da Península Ibérica que lhe traria a hegemonia decorrente do Tratado de Tordesilhas (assinado a 7 de Junho de 1494), casou em primeiras núpcias com D. Isabel, a viúva de D. Afonso. Posteriormente, de modo a assegurar a continuidade do controlo do Mundo Novo por parte da Península Ibérica, casou com D. Maria, a segunda filha dos reis Católicos, que lhe deu, entre outros, o futuro rei de Portugal, D. João, jurado herdeiro da coroa nas Cortes de 1502. Mais tarde, viria a casar com D. Leonor de Áustria, irmã de Carlos V, sempre com a intenção de manter a paz com a vizinha Castela.

Precisamente no que diz respeito à política ultramarina, mais concretamente à Índia, a política manuelina teve em conta o que fora começado pelo seu antecessor, D. João II – o envio de uma armada – que veio a concretizar-se com a partida de Vasco da Gama de Lisboa, a 8 de Julho de 1497 e seu regresso em Agosto ou Setembro de 1499. Esta viagem havia sido planificada com antecedência – em Dezembro de 1495 – e, embora só tenha sido concretizada mais de um ano depois, estavam abertas novas vias de exploração do Oriente, do Norte de África e do Atlântico.

Um dos seus pares, João de Barros, diz: «Admiraria, no anno de 1497, a hum Vasco da Gama passando com huma Armada Real além do mesmo Cabo outras mil e quinhentas léguas, até ir arrostar a potencia, e soberba do Samorim de Calecute; assentar Tratados de comercio com os Reys de Cochim, Cananor, e Couião, voltar a Lisboa carregado de especiarias e drogarias do rico Malabar».⁴⁰

A propósito desta citação de João de Barros, importa salientar que foi já feita uma leitura comparativa desta viagem inaugural de Vasco da Gama por Ana Paula Avelar e que põe em confronto a *Relação*, de Álvaro Velho; a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Castanheda; *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia; e *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, texto anónimo⁴¹.

Assim, e porque também não é do âmbito do nosso trabalho essa análise comparativa, apenas recorreremos às palavras da autora, que salienta o carácter

⁴⁰ João de Barros e Diogo do Couto, *Décadas da Índia*, Régia Oficina Tipográfica, 1788, p. 14, introdução da Década I, Parte I.

⁴¹ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, pp. 68-148.

particular e único das narrativas sobre esta viagem que, tendo como ponto de partida a *Relação*, de Álvaro Velho, foi utilizada pelos outros cronistas acima referidos: «Este texto [a *Relação*] serviu como fonte testemunhal para os historiadores que, coevamente, pretenderam descrever aquela viagem, ou melhor, narrar a História portuguesa no Oriente.»⁴² É de referir que, nesta altura (1497), Gaspar Correia teria aproximadamente 5 anos, pelo que não era provável que pudesse fazer uso da sua memória, mas de outras fontes, para relatar, mais tarde, pormenores dessa partida de Lisboa (tal como os seus cronistas pares).

Ao mesmo tempo que Lisboa se havia transformado no grande entreposto comercial do século XVI, é importante mencionar a exaltação do espírito de cruzada que havia estado presente no início da empresa das descobertas e a noção de que Deus protegia os portugueses, mais concretamente a pessoa de D. Manuel, como se pode ver logo no início das *Lendas*:

« [...] e succedeo por Rey ElRey Dom Manoel, o qual prouendo as cousas do reyno, que lhe comprião, depois de todo assentado, e por Nosso Senhor ispirado [...] querendo-lha Nosso Senhor mostrar, e della [da Índia] o fazer senhor, seria exalçado em riqueza e grandeza sobre todos os Principes Christãos, e glorioso em memoria no exalçamento de nossa Santa Fé».⁴³

Queremos com esta citação apenas apresentar uma concepção do reinado de D. Manuel com a qual Gaspar Correia deve ter contactado quando ainda se encontrava em Lisboa. Ainda assim, e tendo em conta o fio condutor deste nosso trabalho, a concepção providencial do reinado de D. Manuel será retomada mais à frente, dado que agora importa dar conta do que era a Lisboa de Gaspar Correia aquando da sua presença no reino.

A chegada a Lisboa da armada de Vasco da Gama em 1499 é descrita por Gaspar Correia, e dela se destacam alguns pormenores sobre Portugal: Artur Rodrigues cruzou-se, na Ilha Terceira, com a armada que vinha do Oriente e, fazendo por chegar mais depressa a terra, soube que o rei estava em Sintra. Aí se dirigiu para contar a boa nova. O rei estava numa capela em Sintra: «ElRey [...] se

⁴² Idem, p. 68.

⁴³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 9.

foy logo á capella que está dentro nos paços onde fez oração e deu muitos louvores a Nosso Senhor por tão grande mercê que lhe fizera.»⁴⁴

Por ter sido o portador de tão boa novidade, o rei «[...] tomou [Artur Rodrigues] por caualeiro de sua casa, e a seu filho moço da câmara [...]»⁴⁵, cargo igualmente ocupado por Gaspar Correia.

Chegado a Lisboa, o rei foi aguardar pelas naus na barra que, assim que aportaram, «[...] foram embandeiradas [...]». Neste passo, podemos ler que o rei «[...] estava olhando da casa da Mina, que depois se fez casa da Índia».⁴⁶ Outra referência à riqueza da Casa da Índia seria feita já na viagem de partida de Vasco da Gama para a Índia, em 1502: «[...] a casa [Casa da Índia] era abastada de muy grande riqueza d'ornamentos muy sobejamente, e sobre tudo que lhe ElRey deixou por sua morte, que valia mais de cinco mil cruzados o mouel que a casa tinha.»⁴⁷

No ano em que D. Manuel intitulou D. Francisco de Almeida como primeiro vice-rei da Índia, Gaspar Correia volta a referir a construção que o rei mandou erigir para receber as mercadorias: « [...] [o rei] entendeu em mandar fazer casas pera seu aposento nos mesmos almazens, em que se fizerão nobres paços, e debaixo delles grandes casas pera recolhimento e feitoria das mercadorias da India e Mina»⁴⁸ Termina dizendo que esses armazéns sofreram melhorias, como se pode ver «hoje».⁴⁹

Depois de saber que Paulo da Gama havia falecido, o rei levou consigo Vasco da Gama até «[...] aos paços de cima de Alcaceua»⁵⁰ onde então era seu aposento [...]».⁵¹ Mais tarde, aquando da descarga das naus, «[...] forão pesadas

⁴⁴ Idem, p. 138.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, p. 139. Encontrámos uma referência à Casa da Índia, em Joaquim Veríssimo Serrão: «Era uma construção monumental [a Casa da da Guiné e da Índia], que Gaspar Correia pôde apreciar na mesma época, pois tudo permite crer que foi moço de câmara no paço real, de 1506 a 1512, data do seu embarque para a Índia», *História de Portugal, O Século de Ouro...*, p. 168. A esta referência, segue-se uma citação retirada das *Lendas da Índia*, livro I, t.I, parte II, Coimbra, 1921, p. 529, e que concerne precisamente a presença de D. Manuel nos armazéns da Casa, onde mandou fazer aposentos para si e casas para acolher as mercadorias da Índia e da Mina.

⁴⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p. 270.

⁴⁸ Idem, p. 529.

⁴⁹ Idem, p. 529: «o que depois polo tempo se fez em muyta perfeição, como **oje em dia** parece.» Sublinhado nosso.

⁵⁰ Paço da Alcáçova era, como podemos ver em Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, (int. Ilídio do Amaral e apresentação, ed. crítica, trad. e comentários de Aires do Nascimento), Lisboa, Guimarães Editores, 2002, p. 60 (nota 56): «[...] habitado pelos monarcas portugueses, era o centro a administração e da política ou até da cultura.»

⁵¹ Idem, p. 141.

toda a pimenta e drogas.»⁵² Para comemorar e honrar a milagrosa descoberta empreendida por Vasco da Gama, «[...] deu ao Mosteiro de Belem grossa offerenda. [...] E ElRey com a Rainha forão da Sé a Sam Domingos em solene procissão [...]».⁵³ A Sé volta a ser referida quando a armada em que partira Vasco da Gama em 1502 regressa a Lisboa: « E Dom Vasco, chegando Dom Nuno [Manuel, capitão de guarda de D. Manuel] com a visitação d'ElRey, logo com elle desembarcou com todos os Capitães [...], todos caualgarão, e se forão caminho da Sé, onde ElRey mandou que fossem dar louvores a Nosso Senhor [...]».⁵⁴

Ainda referente à construção do Mosteiro de Belém⁵⁵, aquando da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia em 1502, o rei manda que os seus criados, mestres, pilotos e bombardeiros «[...] pagarião a vintena a Belem [...]. Esta vintena se deu sempre a Belem da volta desta armada, que foy no ano de 503 até o ano de 522, que lha tirou ElRey Dom João, seu filho, que socedeo no reinado [...] por o mosteiro já ser acabado o principal [...]».⁵⁶ Estando Gaspar Correia já no Oriente em 1522, estava certamente em Lisboa aquando dos trabalhos de construção dos Jerónimos.

Sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500, também Gaspar Correia narra o que sucedeu após a missa costumada antes da partida: «Acabada a missa o Bispo benzeo a bandeira real [...] e os frades com huma cruz adiante, cantando orações, sahirão da Igreja, e ElRey com elles foy até a praya, onde era todo o pouo de Lisboa [...] e recolhidos ás naos, que logo derão as velas, ElRey se metteo no seo batel, e os foy acompanhando até sahir da barra.»⁵⁷

Sabemos também pela narração dos acontecimentos referentes à armada de Lopo Soares que partiu para a Índia em 1504 que Vasco da Gama, depois do seu regresso, contou ao rei «[...] de como deixaua assentadas todas as cousas, [...] pera tamanho trato e carregação de pimenta no porto de Cochym, e Coulão, que erão as principais fontes da pimenta.»⁵⁸ O rei, vendo que se tinham criado as condições ideais para dominar esse comércio, e tomando como certas as palavras de Vasco da Gama, «[...] ordenou mandar este ano [1504] grande armada, e fazer grande

⁵² Idem, p. 142.

⁵³ Idem, p. 143.

⁵⁴ Idem, 338.

⁵⁵ Joaquim Veríssimo Serrão refere que a sua construção terá começado antes da viagem de regresso de Vasco da Gama, em 1499, em *História de Portugal, O Século de Ouro...*, p. 392.

⁵⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p. 270.

⁵⁷ Idem, p. 150.

⁵⁸ Idem, p. 493.

carregação; polo que mandou varar e concertar todas as naos que forão com Dom Vasco da Gama, e contratou com muytos mercadores, que também cobiçarão a muyta riqueza que ganhauão em suas armações [...].⁵⁹

Essa armada iria regressar a Portugal, em 1505 (a 20 de Julho, no texto das *Lendas*⁶⁰) e, com ela, vinham «[...] tres carauellas da Mina com muyto ouro, e duas naos de Frandes [...]». ⁶¹ A riqueza provinda dessas naus era tanta que Gaspar Correia a hiperboliza: «[...] que foy a mais rica maré que nunca entrou em Lisboa até aquelle tempo.»⁶² O rei, que estava em Sintra, veio felicitar Lopo Soares e Duarte Pacheco Pereira⁶³.

Esta atmosfera de euforia expansiva para o Oriente do início do século XVI deve ter sido partilhada igualmente pelos seus pares, pois Gaspar Correia havia nascido sensivelmente em 1492; João de Barros, em 1496; Fernão Lopes de Castanheda, em 1500; e, dois anos mais tarde, em 1502, Damião de Góis.

Todos eles respiraram o mesmo ambiente interno do reino, pois D. Manuel havia subido ao trono em 1495 e a sua política de expansão não havia, por isso, começado há tanto tempo que não lhes permitisse viver o seu crescimento, em termos de avanços e recuos nas viagens, negociações comerciais e estabelecimentos de fortalezas ou feitorias no Oriente. A certeza de que era o rei mais próspero de toda a Cristandade foi igualmente descrita por Gaspar Correia aquando da narração da armada de D. Francisco de Almeida, no ano de 1505:

«Sendo partido pera a India Lopo Soares no ano de quinhentos e quatro, como atrás fica, logo ElRey, **considerando em seu coração tamanha cousa como tinha emprendido no descobrimento da India**, e que as cousas della de cada vez hião em tanto crescimento de seu grande estado, e acrecentamento de seu Reyno e vassallos com tanta riquezas, e que se a conquista da India e grandes tratos elle assentasse com a metter sob seu senhorio, **era o mais prospero Rey da Christandade** [...], e vendo o muyto que lhe compria este primeyro cimento ter firme alicerce, pera nelle assentar

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ Idem, p. 516.

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, ibidem.

⁶³ Idem, ibidem.

tamanha obra como maginaua, compri grande prouimento em todalas
cousas em muyta abastança [...]».⁶⁴

Igualmente, e corroborando a ideia anterior, no início da narração da armada de Tristão da Cunha, que partiu de Portugal em 1506, podemos ler, a propósito da conquista de Ormuz : «ElRey Dom Manuel, como tinha os espíritos grandes, no grande desejo que tinha de ganhar, e sojigar a seu senhorio toda Índia [...]».⁶⁵

Aquando da enumeração dos capitães designados para essa armada, demo-nos conta da referência à «peste» em Lisboa e à morte de cristãos novos, no ano em que nasce o príncipe D. Luís: «E porque em Lisboa morrião muyto de peste se fez esta armada deugar [...] e partio a dezoito d’Abril nas oitauas da Pascoa, onde ao domingo de Pascoela foy em Lisboa a matança dos christãos novos. E porque assy partio esta armada duvidosa de doença, porque em Lisboa morrião cada dia trezentas, e quatrocentas pessoas de peste [...]».⁶⁶ Esta descrição corresponde ao massacre dos judeus que ocorreu em Lisboa, em 19 de Julho de 1506, e que começou no Convento de S. Domingos. Efectivamente, a peste assolava Lisboa deste Outubro de 1505, e com ela vinham a fome a seca. Nesse dia 19, pensando-se ter visto uma luz no crucifixo da capela da Igreja, um milagre em sinal dos pedidos de ajuda da população desesperada, um cristão-novo, nas palavras de Damião de Góis, terá dito que era apenas a luz de uma vela⁶⁷. O cristão-novo foi imediatamente acusado de heresia e esse episódio desencadeou uma perseguição aos judeus que viviam em Portugal com a permissão de D. Manuel.⁶⁸

Outro pequeno apontamento sobre Lisboa ocorre quando a armada de D. Francisco de Almeida chega a Ormuz em 1507. Gaspar Correia, ao descrever brevemente a ilha, compara-a com um traço de Lisboa que ele parece conhecer:

⁶⁴ Idem, p. 526. Sublinhado nosso.

⁶⁵ Idem, p. 659.

⁶⁶ Idem, p. 660.

⁶⁷ «[...] foi entam visto hum sinal, a que dauão cor de milagre, com quanto hos que se na igreja acharam julgauam ser ho contrario, dos quais hu christão nouo dixeu que lhe parecia hũa candea acesa que estava poita no lado da imagem de Iesu [...]», em Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felícissimo Rei D. Manuel*, parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 230.

⁶⁸ A população maioritariamente cristã pôde assim exteriorizar a sua intolerância para com o povo judaico, tendo morto cerca de 4.000 cristãos-novos. Cf. www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/15/guiaio_1506.doc. (consultado a 12 de Agosto de 2009). Cf. Damião de Góis *Crónica do Felícissimo Rei D. Manuel*, onde podemos ler que a peste havia chegado a Lisboa em Outubro de 1505: «[...] no mês de Outubro, se ateou logo peste tam barua na cidade [...] que foi necessário irse ElRei com toda sua casa pera Almeirim, ha qual pestilença se espalhou per todo ho Regno, & foi hũa das mais brauas, & cruel [...]», p. 208. Todo o «[...] tumulto, & aleuamento, que se ahos xix dias de Abril de stanno de M.D.VI, em domingo de Pascoella fez em Lisboa contra hos Christãos novos [...]», (dir. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 230-234.

«Em toda a Ilha d'Ormuz nom há nenhuma agoa pera beber, e toda trazem da terra firme em barcos pequenos [...]; e trazem tanta, que per todas as ruas da cidade há casas que ás portas vendem agoa em muytos púcaros e talhinhas **como na ribeira de Lisboa** [...]». ⁶⁹ É também na Ribeira de Lisboa que expõem à vergonha aqueles que roubam ⁷⁰: «Na Ribeira de Lisboa põem hum homem á vergonha, e lhe pendurão ao pescoço hum peixe que furtou, e sente vergonha estando antre gente ciuel.» ⁷¹

Apenas com o sentido de enquadrar a produção literária de Gaspar Correia com a sua presença em Lisboa, apresentamos, sucintamente, o enquadramento da presença dos seus pares também no mesmo microcosmos que era Lisboa (comparativamente com o macrocosmos do Oriente). Iremos, posteriormente, analisar, um pouco mais detalhadamente, as suas obras, ou melhor, os seus textos prologais, em confronto com os de Correia.

João de Barros, que nunca saiu do reino, granjeou fama como historiador do Oriente, com a publicação da *Ásia*, enobrecendo as figuras régias, capitães e nobres que participaram no engrandecimento de Portugal além-fronteiras.

Se bem que se lhe aponte o dedo a alguma falta de imparcialidade, não nos podemos esquecer que João de Barros desempenhara o papel de cronista oficial e, com as incumbências régias, vinha o respeito, não só pela figura real, como a de todos os que à volta dele gravitavam e a dos seus antepassados que, se manchada a sua imagem, iria trazer dissabores para os seus sucessores que viriam a sua condição de heróis desaparecer ⁷².

Já Fernão Lopes de Castanheda, autor de *História do Descobrimento da Índia pelos Portugueses*, esteve cerca de 10 anos em paragens orientais (1528-1538). Lopes de Almeida refere que Castanheda havia saído de Lisboa a 18 de Abril de 1528, numa nau sob o comando de António de Saldanha e passou grandes tormentas até chegar à costa da Índia, em 24 de Outubro de 1528 ⁷³. Seria o cronista que mais se aproximaria de Correia em termos da escrita da história dos Descobrimentos portugueses no Oriente.

⁶⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p. 815. Sublinhado nosso.

⁷⁰ Por comparação ao comportamento do secretário D. Francisco de Almeida, Gaspar Pereira, «[...] que me [Visorey] quis fazer seu criado, e me mandava que assinasse cousas que lhe eu nom mandava fazer, sem mo perguntar [...]», em idem, p. 888.

⁷¹ Idem, p. 889.

⁷² Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O Século de Ouro...*, p. 189.

⁷³ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (int. e rev. de M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão, 1979, pp.XIX-XX.

Damião de Góis foi o autor, entre outras obras, da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, começada por Rui de Pina e editada em 1556, e que focava a construção do Estado da Índia e a política ultramarina de D. Manuel. A sua história de vida constrói-se, com mais destaque, a partir de 1523, quando desempenhou o cargo de secretário da feitoria portuguesa na Flandres, tendo regressado a Portugal em 1545, para desempenhar o cargo de mestre do infante D. João, herdeiro da Coroa. Joaquim Veríssimo Serrão, em *Damião de Góis, o Historiador*, descreve-o como o «homem aberto à existência de outros Povos, tanto na Europa como no mundo exótico [...], o comentarista dos feitos portugueses no Oriente [...]; o narrador das origens e do presente de Lisboa [...]; cronista de ofício [...]».⁷⁴ Embora tenha sido «diplomata, viajante, humanista e historiador [...] um importante elo de ligação entre o Portugal quinhentista e a Europa do Renascimento»⁷⁵, numa perspectiva semelhante à de Gaspar Correia, à sua obra não seria, comparativamente com o sucesso de Castanheda e de Barros, dado o justo valor de «[...] dignificação dos valores humanos que Erasmo de Roterdão soubera traçar.»⁷⁶

Quando o monarca morreu, Gaspar Correia encontrava-se no Oriente, mas não deixou de introduzir na *Crónica de D. Manuel*⁷⁷ aquele que seria o “testamento político” que deixou ao filho no leito da morte. Preocupado em transmitir ao futuro D. João III o interesse de Portugal continuar na luta contra os infiéis, D. Manuel fala ao filho dos reinos e senhorios que, Deus, por muita piedade Sua, lhe deu. São reinos com os quais gastava as rendas, conquistando os inimigos da Santa Fé, ganhando-lhes vilas, castelos, mares, terras até às partes da Índia e terras do cristianíssimo Preste João, seu “irmão”.

Gaspar Correia, do qual se sabe pouco com muito pouca certeza do seu percurso no reino, irá revelar, ao longo das *Lendas da Índia*, marcas da sua presença efectiva e perpétua no Oriente, mesmo tendo sido negligenciado por alguns estudiosos da literatura como Teófilo Braga que só menciona o seu nome quando

⁷⁴ A propósito desta personalidade do Humanismo português, cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Damião de Góis, o Historiador*, pp. 208-9.

⁷⁵ Luís de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, “Góis, Damião de”, vol.I, p. 464.

⁷⁶ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica I – Sécs. XII-XVI*, Lisboa, Verbo, 1972, p. 176. Damião de Góis seria condenado pela Inquisição em 1572 (embora tenha sido libertado, em 1574, tendo morrido nesse mesmo ano).

⁷⁷ Gaspar Correia, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas* (leitura, int. e notas de José Pereira da Costa), Lisboa, Academia das Ciências, 1996, fl. CCCXXXVIII-CCCXXXJ, pp. 163-7. A partir deste ponto, distinguir-se-ão as duas obras de Gaspar Correia já citadas.

evidencia e elogia os autores quinhentistas portugueses que se dedicaram à prosa histórica, como João de Barros, Castanheda, Damião de Góis e Diogo do Couto⁷⁸.

1.2 Gaspar Correia no Oriente

Sendo muito novo, e ainda em Lisboa, Gaspar Correia não se terá apercebido da condução da política expansionista de D. Manuel e só viria a ter uma real noção das viagens em busca das especiarias e do Preste João estando já na Índia.

Ainda assim, descreveu, a partir de várias fontes⁷⁹, nomeadamente os escritos do Padre João Figueiredo, as diligências do *Venturoso* em agilizar a partida de Vasco da Gama:

« Emquanto se as cousas assi apercebião, ElRey de dia e de noute era mui duidoso a quem encarregaria esta tamanha empresa, sempre rogando a Nosso Senhor, que se ouvesse esta cousa por seu santo seruiço, lh'aprouvesse mostrar os homens que fosse seruido mandar nesta viagem [Vasco da Gama, Paulo da Gama e Nicolau Coelho]». ⁸⁰

Tendo-se decidido quem seriam os capitães das naus, depois da missa, embarcaram e saíram do Tejo, acompanhados pelo rei que ia noutro barco, «[...] fallando a todos com benções [...] ficando sobre o remo até desaparecerem, como parece desta pintura da cidade de Lisboa». ⁸¹

Gaspar Correia refere-se a Lisboa, descrevendo-a a partir de uma pintura, deixando transparecer, possivelmente, o seu olhar de moço, quando a viu pela última vez antes de se embarcar para o Oriente⁸². Para José Manuel Garcia, essas pinturas que se encontram dispersas pelas *Lendas da Índia* estão relacionadas com «[...] duas galerias históricas de aparato [as quais] D. João de Castro ordenou a

⁷⁸ Cf. Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, vol.I, Lisboa, IN-CM, 1984, p. 163. Idem, vol. II, p. 27.

⁷⁹ Irei desenvolver a questão das fontes de Gaspar Correia no capítulo 2.2.3.

⁸⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia.*, liv. I, p. 12.

⁸¹ Idem, p. 15.

⁸² Ana Paula Avelar refere essa pintura, dizendo que sobre ela «[...] não possuímos dado algum (local onde se encontraria, quem seria o seu autor, quem a possuiria) [...], em *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 70.

concretização [...] a Gaspar Correia [...]».⁸³ Essas galerias históricas haviam servido de modelo aos desenhos à pena de Gaspar Correia⁸⁴.

Nas *Lendas da Índia*, deparámo-nos, durante o governo de Lopo Vaz de Sampaio, com um pequeno apontamento do cronista que, quando descreve o reino do Preste João, o compara com Portugal. Parece ele lembrar-se das culturas e plantações que lá se faziam, trazendo-as para o presente da escrita:

«Sayndo os nossos d’esta terra do sangue real [do Preste] decerão algumas grandes campinas, em que auia grandes sementeiras e lauoyras de trigo, ceuada, milho, grãos, fauas, e todolos legumes, como em Portugal, e muyto crecido mais que o de Portugal;»⁸⁵

Se Gaspar Correia fala de Lisboa em pintura, a Lisboa de Damião de Góis é substantivada como «aguarela» por Aires do Nascimento⁸⁶ e recebe, de Nair Soares, o epíteto de «[...] símbolo e expressão do império, da realidade concreta do país que o rei personifica».⁸⁷ Não pudemos, por isso, deixar de, sendo abordada a partida de Lisboa, evocar Damião de Góis, autor de *Urbis Olisiponi Descriptio*⁸⁸. Nela, o autor perspectiva Lisboa como sendo uma cidade capaz de «[...] disputa[r] os mares [...], pois usufrui de requisitos naturais que a predestinaram nesse sentido [...]».⁸⁹ Além disso, o estudioso mostra-a como uma cidade que «[...] reivindica para si o domínio sobre aquela parte do Oceano que, desde a embocadura do Tejo, envolve num imenso circuito marítimo a África e a Ásia».⁹⁰ Todo este discurso laudatório (*laudes urbium*) faz parte das «[...] artes rhetoricae [...] consagrada[s] ao elogio das cidades.»⁹¹ e nele devia figurar «[...] o que servisse para enaltecer uma cidade,

⁸³ Cf. José Manuel Garcia que, em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, acrescenta ainda que esse projecto veio «[...]na sequência da vitória do segundo cerco de Diu e tinha por modelo realizações similares em cortes europeias.», p. 525.

⁸⁴ Idem, p.526.

⁸⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 28. Cf. Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, quando se refere sucintamente aos aspectos destacados nesta descrição de Lisboa, menciona o rio Tejo e o seu «[...] estuário que se alarga majestoso como as terras de cultivo que lhe fornecem os víveres necessários para o seu abastecimento.», p. 63.

⁸⁶ Idem, p. 68.

⁸⁷ Cf. Nair Soares, em “Cidades ideais e elogio de cidades no Renascimento e em Damião de Góis”, em *Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Actas do Congresso Internacional, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2003, p. 603.

⁸⁸ Nair Soares apresenta como «[...] uma descrição, um elogio que abarca todos os referentes imagéticos e ideológicos que a dimensionam como cidade ideal, na sua perfeita organização, em todo o seu esplendor, riqueza e prestígio», p. 599.

⁸⁹ Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, p.56.

⁹⁰ Cf. Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, trad. do texto latino, int. e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 29.

⁹¹ Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, p.60.

nomeadamente as formas de vida e a enumeração dos monumentos mais importantes.»⁹²

O discurso cheio de elementos fantásticos aparece, por exemplo, quando Góis dá conta das suas funções [a de direcção dos Arquivos históricos do reino]: o de que existiam locais onde sereias e outros animais da mesma espécie eram pescados – diz-nos Aires do Nascimento que tal serve o propósito de «[...] credibilizar um dos *mirabilia* que aduz».⁹³

O autor refere a localidade de Colares⁹⁴, onde o povo diz ter visto « [...] um tritão a cantar com a sua concha»⁹⁵, informação que vai corroborar com o uso da autoridade de Plínio que diz que o tritão foi visto «[...] em tempos de Tibério César [século I a.C.] ». ⁹⁶ Damião de Góis apresenta ainda três outros relatos: o primeiro, que refere que, perto do Cabo Espichel [«Promontório Bárbaro»] um tritão macho saltara das águas ao pé de um pescador que o descreve com bastante pormenor⁹⁷; o outro, que apresenta o Cabo da Roca [«Promontório da Lua»] como palco de um outro episódio maravilhoso: um homem que estava a pescar deu-se conta que um outro homem novo e nu apanhava peixes com as mãos e comia-os; e o terceiro, que diz que, no Barreiro, «[...] junto a uma quinta do fidalgo Afonso de Albuquerque[...]», apareceu na praia um homem-marinho já morto⁹⁸.

A cidade de Lisboa, sob outra perspectiva, também nos é dada a conhecer através da visão de Gaspar Correia, na *Crónica de D. Manuel*, já sem a presença dos elementos fantásticos que Góis referenciara. A cidade aparece agora a propósito da narração que faz do casamento de D. Beatriz, futura duquesa de Sabóia, com Carlos III, em 1521, e no qual se destacam os grandes gastos ordenados por D. Manuel⁹⁹. Este quis «pera sua gramdeza ordenar lhe sua [da filha] hyda que avya de ser polo mar que fose com todo trihumfo e potestade que ser podese [...] desejo e vomtade

⁹² Idem, p.61.

⁹³ Idem, p. 59.

⁹⁴ Essa localidade é referida em Damião de Góis, *Elogio da Cidade de Lisboa*, e também a propósito dos tritões: «[...] Colares de Sintra, onde os tritões continuam a pertencer a um quotidiano pretensamente reconciliado com a tradição dos livros [...]». Aires do Nascimento termina esta referência aos tritões, dizendo que estes «[...] deixam suspeições.», p.62 .

⁹⁵ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, p. 36.

⁹⁶ Idem, ibidem.

⁹⁷ Cf. idem, p. 37.

⁹⁸ Cf. idem, pp.37-8.

⁹⁹ José Pereira da Costa, ao destacar a bibliografia referente a este casamento, diz que [...] em nenhuma delas [que repetem as descrições de Resende e de Góis] encontramos [...] uma narrativa tão completa como a de Gaspar Correia», em Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* (leitura, int., notas e índice de José Pereira da Costa), Lisboa, Academia das Ciências, 1992, p. XXXIII.

que tynha de sua filha hyr pera seu marydo e esto pera que polas terras que pasase vysem sua mujta grandeza e poder [...]»¹⁰⁰, isto é, o casamento constituiu o cenário ideal para mostrar às nações o seu grande poder enquanto rei de Portugal e de terras orientais.

De entre os navios que iam acompanhar a Infanta até Espanha, destaca-se um galeão que transportava « [...] Afonso dAlbuquerque filho dAfonso dAlbuquerque o que ganhou a Ymdya»; outra nau em que ia [...] dom Francisco da Gama filho de dom Vasco Comde Almjrante que descobryo a Jmdya»¹⁰¹, expressões em que se nota a estima de Gaspar Correia por Afonso de Albuquerque pelo modo como retrata o seu valor: «o que ganhou a Índia»¹⁰².

De seguida, e depois de enunciadas todas as naus que acompanhariam a da Infanta, Gaspar Correia focaliza a sua atenção nos Paços da Ribeira, onde estava a nau da Infanta: havia sido feita uma ponte de madeira a partir do cais, com varandas toldadas e cobertas de rica tapeçaria e dessa mesma ponte saía uma escada que chegava à dita nau, que partiria no dia 5 de Agosto de 1521¹⁰³. Feitos os despedimentos da Infanta (já na sua nau a caminho de Alicante), da irmã D. Isabel e da sua madrasta, a rainha D. Leonor e restantes irmãos voltaram à cidade « [...] com mujto estromdo de tamgeres e grande recebymento de bates loucaos e embamdeyrados que da cydade sayram aos receber em que os da armada mostraram suas grandes ryquezas e louçaynhas»¹⁰⁴, descrição da qual se destaca a riqueza dos barcos bem como a imponência dos seus arranjos e dos seus canhões que assinalavam um casamento real.

Pouco tempo depois, o rei adoece e, no dia 13 de Dezembro de 1521, morria em Lisboa. O povo ficou alvoroçado e espalhada a notícia por toda a cidade, a *Crónica* menciona que « [...] todolos gramdes acudyram aho paço pera saberem da verdade e se ajuntaram mujtos ante a porta da câmara omde elRey jazia [...]»¹⁰⁵. Posteriormente, o seu corpo foi levado da sua câmara para a «sala grande»¹⁰⁶; depois, para «Samta Maria de Belem»¹⁰⁷, chegando ao «Musteiro de Belém»¹⁰⁸,

¹⁰⁰ Idem, p. 144.

¹⁰¹ Idem, p. 146.

¹⁰² Idem, ibidem.

¹⁰³ Cf. idem, p. 147.

¹⁰⁴ Idem, p. 148.

¹⁰⁵ Idem, p. 166.

¹⁰⁶ Idem, p. 169.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ Idem, p. 170.

onde foi finalmente sepultado e feitas as suas exéquias no «cruzeyro da See».¹⁰⁹ Acabada a cerimónia, o povo saiu pela «Porta do Ferro e Padarya abayxo ate o meo da Rua Nova dos Mercadores [...] syguyram seu camjnho pola Rua Nova delRey ate ho Resyo».¹¹⁰ De entre as obras que fez em todo o país, as da cidade de Lisboa compreenderam a «nosa Senhora dAnuncyada acabou ho espiritall de Lysboa gramde [...] fes a Relação sobre o Lymoeyro/ fez o molde de pedra derrador da praya de Lysboa fez alfamdega nova jumto do mar».¹¹¹

Apenas para contextualizar mais uma vez o ambiente que se vivia na Lisboa nos inícios do século XVI, é preciso mencionar o desejo de D. Manuel de encontrar o mítico Preste João e que se mostrou desde que Vasco da Gama viajou até à Índia no final do século XV, vontade que estava a par do desejo de poder comerciar as especiarias, fazendo de Portugal o seu único fornecedor a nível europeu. Deste modo, aliando-se a poderoso aliado cristão e dominando o comércio, o Islão iria perder a sua força. Essa busca será mais amplamente analisada por nós, nomeadamente aquando da apresentação do governo de Diogo Lopes de Sequeira, onde ela se efectiva.

Depois de ter descrito alguns acontecimentos que não presenciou, como os que acabámos de apresentar, quando Gaspar Correia chegou ao Oriente, já D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque tinham ocupado os seus cargos de governação, sendo que este último ainda conseguiria manter a política de hegemonia da coroa portuguesa no comércio oriental por mais três anos. No ano da sua chegada – 1512 – no capítulo das *Lendas da Índia* que anuncia a chegada de Jorge de Mello (XXXV), com quem Gaspar Correia terá embarcado em Lisboa, nada é referido da partida, mas apenas da viagem¹¹².

¹⁰⁹ Idem, p. 171. Cf. *Provas do Livro IV da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, em que, no seu testamento, D. Manuel diz, corroborando a descrição de Gaspar Correia: «Item minha vontade he de minha sepultura ser no Mosteiro de N. Senhora de Bellem dentro na Capella mor, diante do altar mor (...) e que se me não faça outra sepultura [...]», em nova ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1946-54, p. 406.

¹¹⁰ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III*, p. 172.

¹¹¹ Idem, p. 175.

¹¹² Idem, Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 289-91.

1.2.1 Um percurso de viagem do Reino ao Oriente: vivências e um espaço de vivência

[...]
No alto mar os homens parecem
Semelhantes a deuses
Participantes dum rito antiquíssimo e sagrado
De água, luz e vento.
Os seus corpos se tornam
Inteiros e ritmados
À própria essência da vida relegados¹¹³.

Dando seguimento à linha condutora do seu percurso no reino, Gaspar Correia, que lá permaneceu apenas, sensivelmente, entre dezassete a vinte anos (tendo em conta as flutuações temporais relativas à data do seu nascimento), terá embarcado para a Índia em 1512, com Jorge Melo Pereira e chegado ao Oriente em 15 de Agosto¹¹⁴, dado que, como mais uma vez, pelas contas de Lopes de Almeida e pelo que afirma Bell¹¹⁵, esta estará salvaguardada pela coincidência de datas: tendo estado ao serviço de Afonso de Albuquerque durante três anos até Abril de 1515, terá efectivamente partido para terras asiáticas em 1512¹¹⁶.

Depois de uma leitura atenta dos capítulos que se referem à chegada do capitão Jorge de Melo Pereira à Índia, demo-nos conta de apenas uma referência que Gaspar Correia faz em nome próprio, embora não respeitante à sua possível integração nesta armada, mas sim como um comentário de um narrador subjectivo e interveniente na narrativa: «Assy que treze naos chegarão n’este dia á barra de Goa [as capitaneadas por Jorge de Melo Pereira], o que nom sey quando outra tal será».¹¹⁷ Efectivamente, Correia alonga-se numa grande extensão de texto descrevendo com exactidão a armada, os seus homens fidalgos e as instruções que

¹¹³ “A Viagem”, em Sophia de Mello Breyner Andresen, *Mar, Antologia*, Caminho, Lisboa, 2005, p.77.

¹¹⁴ Damião Peres refere esta armada a propósito da descrição do grupo de ilhas denominado *Mascarenhas*. A nau, incluída numa frota capitaneada por Afonso de Albuquerque, que levou Pedro de Mascarenhas ao mar Vermelho em 1513 tinha sido «[...] navio-chefe da frota de Jorge de Melo Pereira, [que] atingira Goa em 15 de Agosto de 1512[...]», em *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1983, p. 139.

¹¹⁵ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 2.

¹¹⁶ Luís de Albuquerque refere esses mesmos dados biográficos como correctos, em “Correia, Gaspar”, *Dicionário de História...*, vol.I, p. 296, bem como Aubrey Bell: «Almost immediately after his arrival Corrêa became one of the great Governor’s [Afonso de Albuquerque] secretaries, six or seven chosen men of the King’s household whom he could trust», *op. cit.*, pp. 2-3.

¹¹⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, pp. 291.

do rei levavam para o Oriente. Nenhuma referência a essa viagem foi encontrada por nós na *Crónica de D. Manuel*. Não nos podemos esquecer que, temporalmente, se vivia o governo de Afonso de Albuquerque, por quem o nosso autor sempre nutriu grande admiração (porque o serviu). É relevante a passagem, entre outras, que mostra a arrogância de D. Garcia de Noronha, sobrinho de Afonso de Albuquerque, bem como o descontentamento deste ao ver que na armada de Jorge de Melo poderia vir o novo governador:

« mas o dom Gracia se mostrava seco por o nom hir visitar á nao, polo que nom ficarão ambos muyto correntes [amigos]. [...] O Governador [Afonso de Albuquerque] nom ficou muyto contente, porque lhe pareceo que nom vinha tamanha armada senão com vir Governador, porque elle tinha acabados seus tres annos, e se Jorge de Mello nom vinha por Governador seria porque viria a governança a algum que andava na India». ¹¹⁸

Afonso de Albuquerque que, primeiramente pensava que ia ser substituído, visto ter chegado ao término os seus três anos de mandato, acaba por perceber que não seria aquela armada que traria o seu sucessor.

A questão da homonímia também se apresenta curiosa relativamente ao nome do capitão desta armada, dado que Lopes de Almeida aponta para a existência de pelo menos cinco nomes “Jorge de Melo” ¹¹⁹. No entanto, não restam dúvidas quanto ao capitão que terá levado o cronista para terras orientais, em Março de 1512, visto que, para destrinçar o seu nome dos seus homónimos, o mesmo aparece escrito como “Jorge de Mello Pereira” ¹²⁰, sendo que no já referido capítulo XXXV do segundo livro das *Lendas*, o nome “Jorge de Mello (Pereira)” é referido onze vezes.

Deste modo, e tendo estado, desde jovem, a par das vivências orientais, vendo, ouvindo, experimentando e, claro, registando os detalhes, os pormenores, de acordo com a sua visão particular, logo subjectiva, se pode considerar que os seus testemunhos, mesmo que possam conter histórias mais inverosímeis ou dados menos correctos, são um registo único da presença efectiva e duradoura de um português que desempenhou cargos próximos de governadores da Índia.

¹¹⁸ Idem, pp.290-1.

¹¹⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XI.

¹²⁰ Joaquim Veríssimo Serrão refere que esse Jorge de Melo, tal como referido anteriormente, tinha como apelido Albuquerque e não Pereira, mas não menciona a sua fonte bibliográfica, em *op. cit.*, p. 192.

Lopes de Almeida¹²¹ associa o período em que Albuquerque governou a Índia à diminuição de incertezas quanto ao percurso de vida de Gaspar Correia, quando afirma que este governador sabia escolher o pessoal para trabalhar próximo de si. E Gaspar Correia, evidentemente, referencia o seu nome por mais do que uma vez ao longo da sua obra, visto ter estado ao seu serviço, como escrivão, por um período de, sensivelmente, três anos:

« E eu Gaspar Correa, que este liuro escreuo, fuy hum dos seus escriuães, que com elle [Afonso de Albuquerque] andey tres annos.»¹²²; « **E eu, Gaspar Correa**, ysto [as cartas de Afonso de Albuquerque ao rei de Portugal] escreuo porque me passou pola mão que fuy eu escriuão d´Afonso d´Albuquerque, e escreuia as cartas com elle pera ElRey, e por essa rezão soube eu ysto que escreuo.»¹²³; « N´esta noite o Governador fez hum regimento que eu escrevi, que deu a cada capitão; [...] Assinados os regimentos, **eu os fui entregar aos capitães**, que também avião de seguir o forol que levava dom Gracia. Com que armada se fez á vela da barra de Goa, quarta-feira de cinza três dias de Fevereiro do anno de 1515»¹²⁴;

Esta última citação só vem ajudar a corroborar que Gaspar Correia foi efectivamente para a Índia no ano de 1512. Em Junho de 1513, ao falar de Fernão Dias, «homem d´armas» que pediu a Afonso de Albuquerque que o deixasse ir a Portugal contar «nouas a ElRey de sua armada e trabalhos»¹²⁵, diz tê-lo conhecido: «[...] que eu o conheci».¹²⁶

¹²¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XIII.

¹²² Idem, liv. II, p. 46.

¹²³ Idem, pp.171-2, entre outras, como: « e **eu Gaspar Correa**, que esta lenda faço, fuy assy seu [Albuquerque] escriuão [...]» (p. 365); « [...] e **eu**, que era seu escriuão [...]» (p. 398); «**Eu** ouvi dizer ´Afonso d´Albuquerque n´esta casa [...]» (p. 247); «Do que este Clérigo escrevo depois se fizerão muitos treslados, **de que eu vi** os pedaços d´hum delles em poder d´Afonso d´Albuquerque, antre huns papeis velhos, que eu Gaspar Correia o seriu três anos de seo escrivão...» (Gaspar Correia, *Lendas da Índia* dir. de Lima Felner, liv. II, p. 164).

¹²⁴ Idem, p. 406.

¹²⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 348.

¹²⁶ Idem, ibidem.

MAPA DA PRESENÇA DE GASPAR CORREIA NO ORIENTE (Ficheiro em Anexo)

Noutro passo, podemos ver como Gaspar Correia parecia estar presente, em Dezembro de 1511, numa nau juntamente com o governador Afonso de Albuquerque, que partia de Malaca, cheio de «[...] riço despojo [...]», e moços e meninas fermosas [...] pera mandar á Rainha dona Maria e a ElRey [...].¹²⁷ Nestes passos, podemos observar como o cronista parecia estar próximo de Afonso de Albuquerque: «**Eu** lhe ouvi dizer a elle [ao Governador] que trazia [...]»; «[...] que **eu** lhe vi jurar no abito de Santyago, que tinha, que as cousas que trazia pera mandar a ElRey, postas em Lisboa [...]».¹²⁸

Em Abril de 1515, ainda sendo governador Afonso de Albuquerque, vemos Gaspar Correia a participar na morte do mouro Rexamed, de Ormuz, inimigo do governador: «**Eu** lhe tomey hum lenço [...]».¹²⁹

Para comprovar mais uma vez a admiração que Gaspar Correia sentia por Afonso de Albuquerque, tome-se como exemplo algumas expressões relativas a características deste governador que evidenciam a sua capacidade e habilidade para governar, bem como o reconhecimento pelos sacrifícios prestados pelos seus homens de confiança e a importância que atribuiu à sua política de casados:

«E como o Governador era corioso em suas cousas, mandou a dom Gracia que desse ordem aos petrechos que auia de leuar ao arrayal [...] e foi ver como os nauios estauão concertados, [...]»¹³⁰; «[...] o Governador muyto encomendou que [João de la Camara, condestabre mor da Índia, que o fizera o Visorey dom Francisco d’Almeida] lhe fosse quebrar aquelle tiro dos mouros [...]»¹³¹.

Depois da morte de Albuquerque e, ainda que Lima Felner diga que, só em 1526¹³² se voltam a ter notícias do paradeiro de Gaspar Correia, Lopes de Almeida transcreve um excerto de um relato do cronista, aquando do tempo em que esteve ao serviço do governador Lopo Soares de Albergaria (1515-1518)¹³³, do qual se pode

¹²⁷ Idem, p. 268.

¹²⁸ Idem, ibidem.

¹²⁹ Idem, p. 432.

¹³⁰ Idem, p. 307.

¹³¹ Idem, p. 308. E Gaspar Correia apresenta mais características deste governador: «[...] o Governador tinha tamanho poder d’artelharia e gente que nom se podião salvar por armas [os mouros] [...]» (p. 309); «[...] elle estimava mais a vida de hum homem [português] que matar cem mouros [...]» (p. 311); «Então se veo com toda a gente [para Goa], onde lhe fizeram recibimento com a cruz, e crelgos, e gente em procissão em louvor da vitoria» (p.315).

¹³² Joaquim Veríssimo Serrão refere essa data como a do ano em Gaspar Correia terá sido cavaleiro da Ordem de Cristo, mas não apresenta a sua fonte, em *op. cit.*, p. 192.

¹³³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XVI.

concluir que o cronista se sentia indignado com as disputas provocadas pelos súbditos de Lopo Soares, os quais desmereciam Afonso de Albuquerque, bem como o próprio governador.

No meio deste relato, onde impera o tom indignado pelo desrespeito da memória de Afonso de Albuquerque, Gaspar Correia apresenta-se, em 1516, como um diligente funcionário: «[...] Então me disse a mym Gaspar Correa, que eu era védor das obras da cidade [Goa]»¹³⁴ - a quem Lopo Soares de Albergaria manda destruir a capela e trasladar as ossadas do seu antecessor, ordem que Gaspar Correia não viria a cumprir, invocando argumentos de natureza pecuniária (a capela era de abóbada, o que tornaria a sua destruição muito dispendiosa) e religiosa (seriam os padres que teriam de trasladar os seus ossos)¹³⁵.

Aubrey Bell refere a dificuldade em encontrar relatos sobre Gaspar Correia durante o governo de Diogo Lopes de Sequeira, mas sabe-se que, em 1522, durante o governo de D. Duarte de Meneses, Correia teria desempenhado o cargo de inspector dos trabalhos na casa e no túmulo de S. Tomé na costa de Coromandel, acompanhando o capitão Pêro Lopes Sampaio, que fora enviado de Goa para construir um convento¹³⁶. A referência que encontramos diz respeito ao ano de 1524, sendo ainda governador D. Duarte de Meneses, quando o feitor Manuel de Frias, capitão e feitor de Coromandel, foi a casa de um santo apóstolo e deu dinheiro

¹³⁴ Idem, liv.II, p. 472.

¹³⁵ Aubrey Bell faz referência a essa mesma condução astuciosa que Gaspar Correia fez para não dessacralizar os restos mortais de Afonso de Albuquerque, que ele tanto respeitava e estimava: «The prestige of Albuquerque, even afetr his death, in India seems to have given umbrage to the new Governor, Lopo Soarez, and he ordered Corrêa to pull down the chapel in which Albuquerque's body had been placed and re-inter his bonés under a neighbourinh tree or in the church. Corrêa enraged him by answering that to pull down the chapel would be very expensive, and as to the transference of the bonés that was a matter for the priests, an answer in which honour and diplomacy were skilfully mingled», em *op. cit.*, p. 6. Joaquim Veríssimo Serrão refere-se ao nosso cronista e a uma lenda que rodeia Afonso de Albuquerque: «Já depois da sua morte, segundo Gaspar Correia, os naturais costumavam ir ao seu túmulo com lâmpadas de azeite para implorar a ajuda do grande capitão», em *op. cit.*, p. 119. Gaspar Correia diz: «Eu lhe disse que bolir com seus ossos que o mandasse fazer pólos clergos, que o demais eu o faria; e que a capella se nom podia derrubar porque era d'abobada, e auia mester ganhar muyto dinheiro'armarlhe dentro o simpres de madeira, pêra a desfechar do encerramento d'abobada», em *Lendas da Índia*, liv.II, p. 472.

¹³⁶ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 8. Podemos ver como essas obras são referidas nas *Lendas*, no ano de 1518: «[...] Heytor Rodrigues tinha tudo prestes, que logo mandou trabalhar na obra, e o Gouernador andou vendo tudo; e por derrador da torre mandou fazer outro muro forte [...] e derrador de huma casinha, que ahy estaua, do apostolo São Thomé, que ali fizera seu dicipulo [...]. O que vendo hum capitão do Rey grande, que era vindo com a gente, falou com a Raynha [de Couião] que nom coustentisse fazer aquella obra [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 577. Vemos a presença do cronista em Coromandel na seguinte passagem, na Lenda de D. Duarte de Meneses: «Eu vi vender n'esta terra dez galinhas [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 722. Gaspar Correia diz, em nome próprio: «Eu, Gaspar Correa, que esta lenda escreuo, fuy na companhia de Pero Lopes de Sampayo, por ver esta santa casa [do apostolo são Thomé]», em idem, p. 725. Na pág. 726, ficamos a saber que S. Tomé era chamado naquela terra como «Tanimudolyar, que em sua lingoa dizia Thomás seruo de Deos», p. 725.

ao padre António Gil para poder construir uma igreja.¹³⁷ Essas palavras parecem mostrar que Gaspar Correia terá visto, *in loco*, estas obras e que tê-las-á desenhado. Reitere-se a este propósito a importância dos desenhos que acompanham as suas *Lendas* e que ajudam a confirmar a presença de Gaspar Correia em vários locais por onde terá passado. Ainda em 1524, no governo do conde D. Vasco, segundo vice-rei e sexto governador da Índia, vemos também Gaspar Correia: «Ysto ouvi **eu** contar ao proprio vigairo geral».¹³⁸

Luís de Albuquerque¹³⁹ refere-se aos vários cargos públicos desempenhados por Gaspar Correia, tais como: vedor das obras de Goa, como antes se explicitou, almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim (de que Bell não dá certezas de datas) e feitor de Sofala. Bell dá-o ainda como secretário da feitoria de Cochim, tendo em conta um documento datado em Lisboa, em 7 de Março de 1527¹⁴⁰, de que, depois de termos analisado o texto das *Lendas*, não encontramos qualquer registo do próprio Gaspar Correia, na “Lenda de Pedro de Mascarenhas, oitavo governador”, entre Março e Junho de 1527.

Banha de Andrade crê que Gaspar Correia nunca foi capitão de navio (excepto do seu catur, no governo de D. Nuno da Cunha) pelo que não terá sido ele a liderar uma expedição em 1528 que se dirigia a Maluco em defesa das posições portuguesas, referenciada por Bell, embora esta autor apresente como certa, logo a seguir a esta constatação, a profusão de nomes cristãos iguais aos do cronista¹⁴¹.

Será de ressaltar que poderia ter estado em Lisboa aquando da escrita das *Crónicas de D. Manuel e D. João III*¹⁴², visto que, como assegura Lima Felner (e que Bell põe como hipótese¹⁴³), se refere, com bastante minúcia, às armadas que D.

¹³⁷ «E o alicerce foy feito com resguardo do santo jazigo, quando pôde ser, e se fez a parede, com que a casa ficou acabada como parece n'esta pintura, que eu tirey por natural», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 789.

¹³⁸ Idem, p. 842.

¹³⁹ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 8.

¹⁴⁰ Idem, p. 10.

¹⁴¹ Banha de Andrade aponta a existência de um capitão homónimo que, por ordem de Jorge Cabral, foi prestar auxílio aos Portugueses em Maluco. Esse acontecimento, narrado por Gaspar Correia, no liv.III, p. 258, não menciona os nomes dos capitães dessa armada, mas apenas o do capitão-mor, Gonçalo Gomes de Azevedo, em *Gaspar Correia Inédito*, p. 10. Aubrey Bell refere que Gaspar Correia esteve presente nessa armada de Janeiro de 1528, que partira de Malaca em direcção às Molucas, em *op. cit.*, p. 11. Relativamente a este ano, apenas vemos que Gaspar Correia referencia o nome de Francisco Mendes, seu grande amigo: «[...] hum Francisco Mendes, que era meu grande amigo [...]», em *Lendas da Índia*, liv. III, p. 281.

¹⁴² Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, (notas de José Pereira da Costa), pp.XXXI a XLV.

¹⁴³ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 10.

Manuel enviou à Índia, bem como a episódios da vida do monarca, como sejam o do seu casamento, o da embaixada ao papa Leão X, até ao da morte do *Venturoso*.

Efectivamente, na *Nota Preliminar das Lendas da Índia*¹⁴⁴, Lima Felner escreve que se sabe que Gaspar Correia terá, certamente, estado em Lisboa, entre 1526 e 1529, através de um documento¹⁴⁵ pertencente à Chancelaria de D. João III, no qual aparece uma mercê feita a Gaspar Correia - uma adição do pagamento de moradia em 1529 -, como moço de Câmara de D. João III¹⁴⁶, facto que Bell toma igualmente como certo¹⁴⁷.

Mas essa tese é rebatida por Lopes de Almeida, retomando-se o problema da homonímia em torno de Gaspar Correia, quando o estudioso cita as três notícias em que consta esse nome, referindo-se à terceira: «Gaspar Correa que foy de Jorge de Mello que foi mestre-sala¹⁴⁸», sobre a qual ele não tem dúvidas de que o nome que dela consta é o da mesma pessoa a quem foi feita uma adição do pagamento de moradia em 1529.

Assim, o problema da homonímia de Gaspar Correia é desfeito cumulativamente com a tese de que Jorge de Melo tivesse sido mestre-sala em 1529, como aparecia figurado na notícia acima transcrita. O capitão Jorge de Melo Pereira (e não apenas Jorge de Melo) foi mestre-sala, mas depois do seu regresso da Índia, em 1515, e não em 1529¹⁴⁹.

A primeira questão pertinente que desde logo se coloca é: estaria Gaspar Correia na Índia há tanto tempo e ainda recebia benefícios mensais da Coroa? A segunda surge aquando da comparação de assinaturas: esta acima referenciada é desigual daquela publicada pelo próprio Lima Felner¹⁵⁰. Banha de Andrade diz que tal data só seria aceite se se conseguisse provar que é a este Gaspar Correia que se refere a carta de *Feitor de Sofala*¹⁵¹, em 1526. Tal cargo é também mencionado por

¹⁴⁴ Rodrigo de Lima Felner (dir.), «Nota Preliminar» in Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1858, 4 livros. Outra edição é do Porto, Lello & Irmão, de 1975, 4 livros. e com prefácio de M. Lopes de Almeida e a terceira foi editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1922 e é composta por 7 títulos.

¹⁴⁵ Esse documento está reproduzido na edição de Lima Felner: Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. VIII.

¹⁴⁶ (Liv. 36 da Chancelaria de D. João III, f. 165, Torre do Tombo) citado na edição das *Lendas da Índia*, de Lima Felner, p. VIII.

¹⁴⁷ Aubrey Bell diz: «It is certain that he was there [in Portugal] in 1529, since he signed his name in the Lisbon book of *moradias* that year», em *op. cit.*, p. 10.

¹⁴⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XII.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, dir. de Lima Felner, “Nota Preliminar”.

¹⁵¹ Banha de Andrade constata essa dúvida, pois esse cargo nunca é mencionado por Gaspar Correia, facto que se pode dever ao facto de ele nunca o ter ocupado, mesmo que tenha sido nomeado ou de esta mercê

Lopes de Almeida, que duvida que esse documento se refira a Gaspar Correia, cronista¹⁵².

Depois dessa data de 1526, em que, reforçando a ideia anterior, não se acredita que Gaspar Correia tivesse desempenhado o cargo de «escrevaninha primeira da feitoria de Sofala»¹⁵³, volta-se a encontrar Gaspar Correia em Outubro de 1528 ainda a desempenhar o cargo de almoxarife do armazém da Ribeira, em Cochim¹⁵⁴. Depois disso, vamo-lo encontrar, no seu catur, no tempo de D. Nuno da Cunha, mais precisamente, em 1529, fazendo parte da armada reunida para conquistar Diu¹⁵⁵ e depois na conquista de Baçaim, em Dezembro de 1531¹⁵⁶. Barbosa Machado ainda acrescenta que terá ocupado o mesmo posto, quando, em 1528, o capitão-mor Jorge Cabral foi socorrer Maluco contra o rei de Tidore. Aliás, recorde-se que o testemunho do “eu” surge igualmente aquando da leitura da “Lenda de Lopo Vaz de Sampaio”, quando referencia o mês de Outubro (na tentativa de encontrar alusões ao cargo acima referido): « E o principal n´este caldeirão foy hum

nunca lhe ter sido realmente concedida. Essa carta encontra-se integralmente transcrita na p. 46, em *Gaspar Correia Inédito*, p. 8.

¹⁵² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XVII. Joaquim Veríssimo Serrão também não crê nesse cargo desempenhado por Gaspar Correia, em *op. cit.*, p. 192,

¹⁵³ Aubrey Bell referencia um documento datado – Almeirim, 10 de Março de 1526, que dá Gaspar Correia como secretário na feitoria de Sofala, em *op. cit.*, p. 10.

¹⁵⁴ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, p. XVII. Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 9: «We do not know what were his relations with D. Vasco da Gama nor exactly when he was appointed to the official post of *almoxarife do almazem da Ribeira* at Cochim, which he held in May 1525 under Gama’s successor, D. Anrique de Meneses». Nas *Lendas da Índia*, liv. II, p. 891, temos essa confirmação pelas palavras de Gaspar Correia: «O que eu Gaspar Correa via passar, que era presente, que seruia o cargo d´almoxarife do almazem da Ribeira».

Veja-se in
http://ttonline.iannt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=CC\2\123\TT-CC-2-123-78_c0269.jpg. (consultado a 3 de Junho de 2008: Conhecimento em que se declara que o almoxarife do Armazém de Cochim, Gaspar Correia, recebeu de Bastião Gonçalves, almoxarife da Ribeira de Lisboa, pelo mestre da nau S. Sebastião, 2 fateiros? de galés e uma agulha).

¹⁵⁵ Gaspar Correia diz: « E eu que cahy n´esta paruoicye, que fiz hum catur latino em que gastei de minha casa quinhentos pardaos [...] e com este seruiço fiquey e com cincoenta e dous annos de seruiço n´estas partes [...]», em *Lendas da Índia*, liv. III, pp. 355-6; Mais à frente, acrescenta, quando enumera os fidalgos que iam na armada para Diu: «[...] e eu, Gaspar Correa, que ysto escreuo, que fuy em meu catur [...]», p. 391. Por fim, diz: «Eu no meu catur fuy rodeando a ilha, e fuy pera tomar quatro molheres que estauão sobre hum penedo no mar [...]», p. 404. Pode-se ler que Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia estiveram ambos presentes na viagem que D. Nuno da Cunha, já governador da Índia, fez em direcção a Diu, em Fevereiro de 1531, com ordens de D. João III para a tomar: «O autor das *Lendas da Índia*, além do circunstanciado relato de todo o importante acontecimento, escrito com a sua natural vivacidade, não esquece a parte que lhe coube como armador de um seu catur, integrado na grande armada, e também combatente», em Fernão Lopes de Castanheda *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. XVIII. Gaspar Correia, quando descreve provavelmente um crocodilo, diz: «Eu vi com meus olhos alguns ossos deste bicho, que me mostrarão no anno que os Rumes tiuerão cercada a fortaleza de Diu», em *Lendas da Índia*, liv. I, p. 655. Esse cerco poderá ser o de 1529.

¹⁵⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp. XIX-XX. Aubrey Bell também refere a data de Janeiro de 1531, como aquela que Gaspar Correia terá estado presente nessa armada com D. Nuno da Cunha (p.12). Mais à frente, p. 15, refere o ataque a Baçaim, em Dezembro de 1531, em *op. cit.*.

Francisco Mendes, que era meu grande amigo».¹⁵⁷ Pelo facto de ter participado nessa expedição com D. Nuno da Cunha, como o próprio afirma, terá tido tempo de ter estado em Lisboa? É uma questão para a qual Bell tem uma resposta: terá estado na cidade lisboeta muito pouco tempo¹⁵⁸.

Posteriormente, o cronista faz referências aos governos de D. Garcia de Noronha, em 1539¹⁵⁹, de D. Estêvão da Gama, no ano de 1540¹⁶⁰ e de Martim Afonso de Sousa, no ano de 1543¹⁶¹, em relatos que não escondem a sua presença efectiva em várias localidades, visível até pelas descrições: «E se partio o Visorey de Baçaim ao primeiro de Janeiro do anno de 1539, onde começou´atrauessar pêra Diu, onde o tempo entrou com a lûa noua tão forte noroeste e norte, que nom podião os nauios andar de dia nem de noyte [...]».¹⁶²

Gaspar Correia noticia este relato sobre os rumes que iam de Diu para o Estreito: «O que tudo muy miudamente contou, e pôs tudo em tantas grandezas de nossas forças, que todos se espantauão do grande feyto que o capado fizera em pelejar tantos combates com tão forte gente [...]».¹⁶³

Repare-se no pormenor da descrição e no modo como Gaspar Correia viu em D. Estêvão uma espécie de bênção, pois ele iria ser a salvação da Índia: «Dom Esteuão seria de trinta e cinco até trinta e sete annos, de meão corpo, gentil homem, prudente, auisado, muy largo de condição, muy amigo de justiça e do serviço d´ElRey, grande despachador, e muy entendido nas cousas da India [...] trouxera muyto dinheiro de Malaca, que foy o mor bem que podia vir á India, segundo estava necessitada e todolas cousas perdidas».¹⁶⁴

No final do governo de D. Estêvão da Gama, Gaspar Correia faz um comentário aparte sobre as riquezas que estes cargos proporcionavam a quem deles

¹⁵⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.III, p. 281.

¹⁵⁸ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. 12.

¹⁵⁹ A referência mostra que, estando em Cochim, assistiu às disputas entre os capitães Pêro Lopes de Sousa e António da Silveira: «E eu vy dous d´elles, que trouxerão a casa do ouvidor huns pescadores [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. IV, p. 101.

¹⁶⁰ Quando D. Estêvão da Gama admoesta os fidalgos para que não recebessem em suas casas os «delinquentes» que roubassem os mouros e os matassem, vemos Gaspar Correia a descrever a fome que se fez sentir em Coromandel como nunca antes se tinha visto, até porque aquela terra havia abundância de arroz, como o cronista diz ter visto: «[...] eu vy muytas vezes carregar d´arroz pera a India [...], em *Lendas da Índia*, liv. IV, p. 131.

¹⁶¹ Gaspar Correia: «Eu vy esta festa d´este pagode [de Tremelle] e a feyra que se faz no seu dia, a qual casa do pagode está em hum grande campo [...]», em *Lendas da Índia*, liv.IV, p. 301. Tremelle situa-se no reino de Bisnaga, no planalto do Decão.

¹⁶² Idem, p. 71.

¹⁶³ Idem, p. 85.

¹⁶⁴ Idem, p. 122.

beneficiasse: «O Governador, por poupar dinheiro a ElRey, como todos fazem, ([...] nunca lhe crece, com muytos izames e albitres que elles buscão pêra encobrir seus interesses, que secretamente empapellão e mandão escondidamente) [...]».¹⁶⁵

É de realçar a referência a Miguel de Castanhoso durante o governo de Martim Afonso de Sousa, mostrando que Gaspar Correia deve ter-se cruzado com ele na Índia, ou pelo menos ouvido falar do seu trabalho: «Esse Miguel de Castanhoso, que veio na fusta, recontou muidamente todo o feyto de dom Christouão, que era passado por esta maneira seguinte [...]».¹⁶⁶

No ano de 1547, no governo de D. João de Castro, no capítulo “Como o Governador fez memoria de todos los governadores passados, e os mandou pintar per natural em retauolos com seus letereyros, onde elle tambem se pintou”, a presença de Gaspar Correia é evidente:

«E chamou a mim Gaspar Correa, por ter entendimento em debuxar, e porque *eu lá* tinha visto todos os Governadores que tinham governado n’estas partes: e me encomendou que trabalhasse por lhe debuxar per natural todos os Governadores per natural. No que me acupey com hum pintor homem da terra [...]».¹⁶⁷

Apenas para provar que existe uma profusão de homónimos do nosso cronista, Lopes de Almeida, na sua introdução de *Lendas da Índia*¹⁶⁸, mostra que em fontes como os *Anais* de D. João III ou as *Décadas da Ásia*, de João de Barros, “Gaspar Correia” é um nome que figura, sem que possa haver uma réstia de dúvida de que não é referente ao cronista.

O ano de 1550 é excepcionalmente importante, visto ser a data que o cronista aponta como a do término das suas *Lendas* (ou apenas do Livro IV), tal como refere no Prólogo do Livro IV: «Redemptor do mundo, em cujo nome todas as cousas hão começo e fim, em que começo este quarto liuro da Coronica dos feytos da India,

¹⁶⁵ Idem, p. 266.

¹⁶⁶ Idem, p. 345. Cf. José Manuel Garcia, *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, que se refere a Miguel de Castanhoso como um escudeiro fidalgo que foi para a Índia em 1538; em 1541, estava numa expedição à Etiópia comandada por D. Cristóvão da Gama. Regressou a Portugal em 1545. E acrescenta: «Devemos a Miguel de Castanhoso um texto manuscrito com um *Tratado das cousas que o muito esforçado capitão Dom Christovão da Gama fêz nos reynos do Preste João com quatrocentos portugueses, que em sua companhia levou. Feito por Miguel de Castanhoso que a tudo foi presente. 1541*. Trata-se concretamente de um texto escrito na Índia, em 1544, utilizado por Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. IV, pp.343-397.» Ana Paula Avelar refere que «Gaspar Correia menciona igualmente a obra de Miguel Castanhoso que lhe havia sido oferecida ainda na forma de manuscrito.», em *Visões do Oriente...*, p. 22.

¹⁶⁷ Idem, pp. 596-7.

¹⁶⁸ Idem, liv. I, pp. IX-XI.

começado no anno de 1538 e acabado no anno de 1550». ¹⁶⁹ Luís de Albuquerque ¹⁷⁰ refere que, a propósito de balizas temporais de elaboração da obra principal, *Lendas da Índia*, a sua versão definitiva foi terminada quando Correia já teria 60 anos. No final, o cronista faz um comentário pessoal elogioso ao governador Jorge Cabral, que Lopes de Almeida transcreve ¹⁷¹ e que mostra que Jorge Cabral era um homem bom, justo e trabalhador.

E, se o seu nascimento é uma incógnita, sobre a sua morte apenas se podem tomar como balizas os anos entre 1561 ¹⁷² e 1563 ¹⁷³. Mais uma vez, supõe-se e não se afirma categoricamente que terá morrido em Goa, em 1563, já bastante idoso. Especulação aparte sobre um suposto assassinato, Banha de Andrade segue a linha ideológica de Lopes de Almeida ¹⁷⁴, Barbosa Machado ¹⁷⁵ e Aubrey Bell ¹⁷⁶ que a rejeitam peremptoriamente ¹⁷⁷, dizendo que esse Gaspar Correia, tal como já anteriormente explicitado, era um homónimo que teria morrido antes de 1533, ano

¹⁶⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, “Prólogo”, liv. IV.

¹⁷⁰ Luís de Albuquerque, “Correia, Gaspar”, *Dicionário de História...*, p. 296.

¹⁷¹ Aubrey Bell, *op. cit.*, p. XXV. Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. IV, p. 728: «[...] vy o seu, e dos outros quantos ouve na Índia que governarão [...] Jorge Cabral foy o melhor despachador que ouve na Índia, nem sey quando outro tal terá.»

¹⁷² Banha de Andrade apresenta a data de 1561 como aquela em que Gaspar Correia termina o “labor” das *Lendas da Índia*, em *Gaspar Correia, o 1º Historiador...*, p. 678. Aubrey Bell refere a data de 1561 como aquela referente ao fim da escrita da sua obra, tal como aparece no fim da *Lenda I*. Já na *Lenda II*, refere o presente da escrita – 1560, e menciona o ano de 1562; na *Lenda III* refere-se apenas aos 52 anos que trabalhou na Índia, ou seja, desde 1512, em liv. III, p. 437. Por fim, na IV e última *Lenda*, refere-se ao ano de 1550, provavelmente porque não conseguiu fazer a revisão desta última lenda. Luís de Albuquerque, embora sem certezas, aponta a data de 1561 como a da morte de Gaspar Correia. Este autor também menciona que o cronista partiu para a Índia em 1512, sem mencionar a idade (que já foi relativamente atestada no capítulo anterior), tendo lá vivido cerca de 50 anos; foi escrivão de Afonso de Albuquerque capitaneou um catur (no tempo de D. Nuno da Cunha); participou no socorro enviado por Jorge Cabral, às Ilhas Maluco, contra o rei de Tidore; e esteve em Lisboa, em 1529 (informação já desconstruída por nós no capítulo anterior), em “Correia, Gaspar.”, vol. II, p. 191. António Dias Farinha afirma que a morte de Gaspar Correia ocorreu depois de 1563. Nos documentos que aparecem transcritos na sua obra, um pouco por todo o texto, o autor diz que foi graças a ter sido escrivão de Albuquerque que teve, obviamente, acesso à organização do Estado da Índia e documentação a ele respeitante (dá como exemplo uma carta de D. Francisco de Almeida, de 20 de Novembro de 1508), em “Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538), Contribuição Documental e Crítica para a sua História”, *Mare Liberum, Revista de História dos Mares*, nº 3, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991, p. 6.

¹⁷³ Barbosa Machado diz que o manuscrito de *Lendas da Índia* terá sido comprado por D. Miguel da Gama, em Goa, onde Gaspar Correia faleceu. Este D. Miguel estava na Índia no ano de 1560, ap. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, dir. de Rodrigo de Lima Felner, pp. XVIII.

¹⁷⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I. A referência ao suposto assassinato do autor das *Lendas* é mencionado logo na página VI da referida obra e é depois amplificado nas páginas XXVI a XXIX.

¹⁷⁵ Banha de Andrade, *Gaspar Correia Inédito*, pp. 12 e 13. Cf. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 346.

¹⁷⁶ Aubrey Bell embarga esta teoria ao dizer que o ano provável do seu assassinato foi em 1563, seguindo o raciocínio expresso na nota 42, em *op. cit.*, p. 58. Joaquim Veríssimo Serrão descarta a possibilidade de Correia ter sido assassinado em Malaca, a mando de D. Estêvão da Gama, nesse mesmo ano de 1563, *op. cit.*, p. 192.

¹⁷⁷ Cf. José Manuel Garcia, em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimientos e da Expansão ...*, p. 112, que nega igualmente o seu assassinato.

em que Gaspar Correia, o nosso cronista, estaria ainda a cerca de trinta anos de morrer¹⁷⁸, até porque seria matematicamente impossível Gaspar Correia ter sido assassinado antes de 1533, visto que as suas *Lendas* acompanham o período temporal que se inicia com a primeira viagem do caminho marítimo para a Índia, em 1497, com Vasco da Gama, até ao governo de Jorge Cabral, entre 1549 e 1550. Rodrigues Lapa¹⁷⁹, quando se refere a Gaspar Correia como um dos historiadores quinhentistas e, a propósito da sua linguagem temperada com verdades demasiadamente objectivas e depreciativas da presença portuguesa no Oriente, tais como mortes, traições ou roubos (entre outras), conclui que a sua “língua destemperada” valeu-lhe a sua morte, mas, e citando: «Não seria por isso de espantar, embora não esteja provado, que Gaspar Correia tivesse pago com a morte a soltura duma pena tão endiabrada». Além disso, do tal documento publicado em 1891, que se diz ter sido retirado da Torre do Tombo, nem sequer há provas da sua efectiva existência.

Deste modo, não há como negar a autoria integral de Gaspar Correia no que toca à feitura da sua obra, até porque a sua presença na obra assim o atesta: a propósito da armada de João da Nova (1501) e depois de descrever os conhecimentos astrológicos de Zacuto, diz Correia, em primeira pessoa: «[...] e por esta causa passou neste ano de 1502 [a morte de Zacuto], o pus aqui por sua memoria, que isto escreuo neste ano de 1561».¹⁸⁰ Também no final do Livro I das *Lendas da Índia*, nos diz Gaspar Correia: «[...] fazendo as Lendas [...] nom cessando este trabalho até este ano presente da era de Nosso Senhor Jesu Christo de 1561».¹⁸¹ Já no Livro III, durante o governo de D. Nuno da Cunha, em 1533, o cronista afirma: «[...] que he na era de 563 que eu isto escreuo».¹⁸²

Bell afirma¹⁸³ que o estado de espírito de Gaspar Correia no fim dos seus dias era de desânimo e de um claro sentimento de falta de respeito pela dignidade dos

¹⁷⁸ Luís de Albuquerque igualmente faz referência a esse episódio especulativo do assassinato perpetrado ou ordenado por Estêvão da Gama, mas refere que remonta ao ano de 1533, muito antes da morte do nosso Gaspar Correia, que parece ter escrito as *Lendas* até cerca de 1560, em “Correia, Gaspar”, *Dicionário de História...* p. 296.

¹⁷⁹ Rodrigues Lapa, *Historiadores Quinhentistas*, 3ª ed., «Textos Literários», Lisboa, Seara Nova, 1972, p.XIV.

¹⁸⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 265.

¹⁸¹ Idem, p. 995.

¹⁸² Idem, liv. III, p. 474.

¹⁸³ Aubrey Bell, depois de um excuroso sobre as suas principais funções e episódios passados no Oriente, durante os governos de Afonso de Albuquerque até Jorge Cabral, põe em destaque a data de 1563, em que

mandatários para com aqueles que morriam na Índia, moribundos e vivendo no meio de uma terra cada vez mais corrupta¹⁸⁴. A acrescer a este facto, a revisão da sua obra, que abarca os quinze primeiros governadores da Índia, deve ter sido interrompida também pela notícia que teve da publicação das histórias oficiais de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, o que o deve ter desalentado e deixado frustrado, relegado para segundo plano. Este autor completa esta sua ideia de desalento, pelo modo como, especialmente na quarta *Lenda*, Gaspar Correia ter vindo a utilizar um tom cada vez mais franco, aberto e delator das injustiças cometidas pelos dirigentes portugueses em território oriental. Por isso, ele afirma que a sua morte não foi pacífica, mas violenta e que terá ocorrido, não em Goa, mas em Malaca.

Além da insuperável falta de informações relativas à sua biografia, uma nova problemática se põe em evidência: entre Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, como atribuir a primazia a um deles? No que toca ao epíteto de primeiro “historiador do Oriente”, no dizer de Banha de Andrade¹⁸⁵, este não se entende como o colecionador de factos passados dos povos orientais, mas aquele que, se bem que tomando como ponto de partida esse passado, se concentre em apontar, o mais minuciosamente possível, as transformações ocorridas a partir da chegada dos Portugueses a paragens orientais.

Estes relatos em forma de crónicas partiram apenas da vontade, não de existirem leitores ávidos por conhecimento, mas dos reis que desejavam fixar *ad aeternum* todas as suas proezas, conquistas e feitos em locais longínquos e sinónimos de grandes riquezas e de coisas maravilhosas?

Depois de D. Duarte, D. Manuel também mostraria grande necessidade de se rodear de cronistas e por isso, Duarte Galvão seria substituído no seu cargo por Rui de Pina, que coligiria e actualizaria os documentos do seu antecessor bem como de Fernão Lopes. E assim o faria Gaspar Correia, ao usar integralmente os papéis deixados por esses dois cronistas, não menosprezando, contudo, as suas próprias experiências de vida, bem como os relatos que ouviu no Oriente.

Gaspar Correia se queixa do modo como é tratado: fora impedido de vender o que ganhara, em troca de uma enxerga para se vestir, em *op. cit.*, pp. 17-19.

¹⁸⁴ Como nos diz Banha de Andrade: «Se a vocação histórica lhe adveio quando teve nas mãos as folhas desordenadas do roteiro da viagem de Vasco da Gama e sentiu orgulho nos feitos dos Portugueses, no período que taxa de ouro, e sofreu tristeza ao verificar a transição para o ciclo de ferro [...], em *Gaspar Correia Inédito*, p. 35.

¹⁸⁵ Banha de Andrade, *Gaspar Correia, o 1º Historiador...*, p. 674.

Os cronistas deixaram um legado inestimável. Só assim poderemos compreender como pensavam, agiam, resolviam adversidades, enfrentavam a ira dos que negavam o avanço do espírito científico.

O nosso propósito é assim perceber de que forma, ainda que vivendo numa era que já respirava “cientificidade”, estes homens e suas obras, diga-se, Gaspar Correia e as suas *Crónica de D. Manuel* e *Lendas da Índia*, ainda recorriam, por vezes, à fantasia, ao maravilhoso, para explicar muitos dos fenómenos, acções, reacções de um povo – o português – em terras que se iam abrindo à descoberta – o Oriente.

II – Gaspar Correia: Considerações em torno da sua obra

[...] as viagens provocaram a necessidade de os portugueses contarem as suas experiências, provarem os seus feitos, receberem as suas mercês, transmitirem o seu testemunho[...] Desde os roteiros de viagens, até a obras de grande fôlego historiográfico como as de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros ou Gaspar Correia, várias formas narrativas surgem, transmitindo o valor da experiência e correspondendo a ansiedades diferentes que se espelhavam na sociedade portuguesa de então¹⁸⁶.

Depois de termos dado a conhecer a envolvência de Gaspar Correia aquando da sua presença no reino, o que ele, mesmo um jovem, pôde apreciar, em termos de política expansionista de D. Manuel e o modo como terá partido para o Oriente, propomo-nos agora enquadrar a sua produção escrita – *Crónica de D. Manuel e Lendas da Índia* – na cronística da época – a de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis.

O nosso objectivo é posicionar o autor Gaspar Correia relativamente aos seus pares, dado que sobre ele pesa, logo à partida, uma desvantagem – o facto de a sua obra não ter tido publicação até ao século XIX. Por isso, as cópias que circularam eram manuscritas, o que nos obriga a ter em conta a intromissão pessoal e subjectiva do(s) copista(s).

Posteriormente, queremos mostrar como a *Crónica de D. Manuel* constitui uma espécie de um ensaio ou base utilizada para a escrita das *Lendas*, que já estas amplificam parte dos acontecimentos apenas mencionados na *Crónica* – os que diziam respeito à duração do reinado manuelino¹⁸⁷. Ana Paula Avelar faz uma abordagem aos modelos de escrita das obras referentes ao Oriente, tendo em conta

¹⁸⁶ Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p.9.

¹⁸⁷ Cf. Ronald Bishop Smith, que nos diz que a *Crónica* foi composta antes das *Lendas* e que o primeiro trabalho se pode encontrar na Torre do Tombo, em Casa Forte 43-A, em *Lopo Soares de Alvarenga (Better Known as de Albergaria)*, Lisboa, Silvas – Coop. Trab. Gráf., SCARL, 1992, p. 32. Ana Paula Avelar igualmente nos diz que a *Crónica* é«[...] uma das suas [de Correia] obras preparatórias das *Lendas* [...]», em *Figurações da Alteridade...*, p. 89.

Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, dizendo acerca deste último que « a [sua] singularidade manifesta-se [...] no facto de, para além de escrever a crónica da Expansão, também elaborar crónicas régias [...] cruzando objectivos de escrita diferenciados.»¹⁸⁸

Entre estas considerações, é premente o tratamento da temática da originalidade ou apenas de uma colecção de fontes de “outrens” utilizadas na elaboração das laboriosas *Lendas*. Terá ele sido apenas incumbido de escrever as suas memórias bem como as do reino no sentido de as eternizar a ambos?

Esta é sem dúvida uma obra onde o *eu* narrativo se esconde, sendo por isso difícil descobrir o Homem por detrás da Obra, dificuldade acrescida pela escassa documentação sobre o autor e a sua vida no Oriente. A sua narrativa falará sempre por si e só se perceberão as suas intenções e as suas vivências e subjectividades pela sua leitura analítica.

2.1 *A primazia de Gaspar Correia na cronística*

[...] pela comparação das três obras [*“História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Lendas da Índia, Décadas da Ásia”*], Gaspar Correia continuará a ostentar os louros de historiador mais antigo, na efectiva elaboração de passar os feitos portugueses no Oriente aos vindouros¹⁸⁹.

É sempre difícil atestar a primazia de um historiador quando as provas que tornam irrefutáveis essas descobertas, essas inovadoras ideias ou perspectivas se diluíram no Tempo, se perderam ou, ainda, que possam estar por encontrar. Nesta linha paradoxal de “conhecimento/desconhecimento” é que temos de posicionar o nosso estudo acerca da *pessoa* Gaspar Correia e do *historiador/cronista* Gaspar Correia.

¹⁸⁸ Idem, p. 25. Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*: «As estruturas destas duas narrativas são, todavia diferentes. Enquanto nas *Lendas da Índia* impera a sequência cronológica, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* entrecruzam-se a diacronia e a sincronia (...)», p. 57.

¹⁸⁹ Cf. A.A. Banha de Andrade, *Gaspar Correia, o 1º Historiador...*, pp.678-9.

Como pudemos constatar no Capítulo I do nosso trabalho, desconhecem-se a data e local do seu nascimento e, aparte de algumas especulações sobre a sua morte, crê-se, com alguma fiabilidade, que terá falecido em Goa, depois de 1560. Estas são as balizas cronológicas em que nos temos de basear para tentar tirar conclusões acerca do autor bem como da época em que viveu.

Um factor que comumente é relevado pelos estudos sobre Correia é o facto de a sua obra, contrariamente às dos outros cronistas por nós referenciados, ter-se mantido inédita até 1858¹⁹⁰, tendo o último livro (IV) sido publicado em 1864, o que lhe retira anos de dedicação e de olhares atentos de estudiosos que, entretanto, puderam vasculhar os escritos de Castanheda, Barros, Góis, Couto, já para não mencionar os anteriores, como Fernão Lopes, Zurara ou Rui de Pina. Torna-se, por isso, imperativo apresentar as edições das *Lendas da Índia* que se conhecem, pois, derivado do facto de serem manuscritas, ter-se-ão, como já se disse, de ter em conta as intromissões dos copistas. Da pesquisa feita na Academia de Ciências de Lisboa, encontrámos a primeira edição: Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Publicadas de ordem da classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Letras da Academia Real de Lisboa e sob a Direcção de Rodrigo José de Lima Felner, sócio effectivo da mesma Academia, Lisboa, na Typografia da Academia Real das Sciencias, 1858/1863. Esta primeira cópia (do primeiro livro original que desapareceu) é a chamada cópia “Arquivo”. A segunda cópia é da Real Biblioteca da Ajuda, do século XVIII (ou finais do XVII) impressa na Universidade de Coimbra e datada de 1925. Esta edição, ao contrário da primeira, apresenta uma listagem de erratas, mas que já estavam contempladas da primeira edição e apresenta igualmente a colocação das litografias do segundo livro da crónica. A terceira cópia é da Academia das Ciências e apresenta apenas 54 cadernos do I livro e é datada de 1967. A edição que temos utilizado neste nosso trabalho foi prefaciada por Lopes de Almeida, data de 1975 e é da Lello & Irmãos, Porto.

Uma característica de estilo parece também nem sempre jogar a favor deste homem que adoptou o Oriente como a sua pátria: o que deixou escrito transmite

¹⁹⁰ A propósito do carácter inédito da sua obra, tome-se como exemplo as palavras de D. Frey Amador Arrais, Bispo de Portalegre, quando se referia aos feitos dos portugueses na altura de D. João II e D. Manuel: «Deixemos outros muytos tryumphos, & conquistas de Portuguezes, de que as nossas Chronicas estão cheas, inda que metidas em cofres de ferro por falta de quem aprenda, & queira com letras elegantes illustrar nossa glória», em *Diálogos*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1846, vol. I, p. 290. Também Ana Paula Avelar nos diz que as *Lendas* ficariam manuscritas até ao século XIX, em *Figurações da Alteridade...*, p. 17.

algum descuido na forma, já que Gaspar Correia, além de não ter acompanhado a impressão da sua obra, houve cópias do Livro I que se perderam¹⁹¹. Mas é evidente que o autor se auxiliou de várias fontes, como podemos constatar da presença de testemunhos orais, da utilização e cópia de textos de outros cronistas¹⁹², no período que compreendeu a viagem inaugural de Vasco da Gama até cerca de 1550, mas sobre as quais podemos já adiantar que ele mesmo diz ter utilizado um caderno de Afonso de Albuquerque e escritos do P.^e Francisco Álvares, entre outros documentos¹⁹³. O próprio Gaspar Correia afirma ter consultado o livro de Francisco Álvares (entre outros escritos de quem Correia não menciona a autoria), embora creia que algumas informações são de credibilidade dúbia:

« [...] o padre Francisco Aluares fez hum liuro que leou ao Reyno, que se emprimo, em que recontou muy grandes cousas muy duvidosas de crer; mas eu esta tomey de muytas que os nosso trouxerão escritas em cadernos, de que estas tomey, que me parecerão que abastauão pera satisfazer a quem desejasse de saber da viagem de D. Rodrigo [ao Preste].»¹⁹⁴

Apesar de ter vivido mais de meio século na Índia, o que o coloca, sem margem para dúvidas, temporal e espacialmente à frente dos seus pares, terá começado a escrever na mesma altura do que eles.

O lugar cimeiro de um determinado escritor num estilo – neste caso, a crónica - que despontara graças às necessidades dos reis de Portugal de se afirmarem perante uma Europa (em especial, perante Castela – ávida por ricos produtos orientais que eram fornecidos, via marítima, por navios lusos) -, não é fácil de determinar. Não conta apenas ter sido o primeiro a escrever. Trata-se, sobretudo, até que ponto foi atingido o objectivo proposto – engrandecer a pátria e, por sinédoque, o rei e todos os que participaram no momento histórico.

¹⁹¹ Cf. Aubrey Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)* (trad. de Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp. 261-2.

¹⁹² Cf. José Manuel Garcia. O estudioso refere que «Gaspar Correia estudou a sua [de Fernão Lopes de Castanheda], mas não referencia formalmente o autor», em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 96.

¹⁹³ Joaquim Veríssimo Serrão diz sobre o cronista: «Não sendo pessoa de cultura aprimorada, Gaspar Correia era, todavia, permeável ao que via e escutava, com a curiosidade própria dos que, não possuindo títulos nem graus académicos, buscam a experiência prática como bagagem de ensinamentos [...]», em *op. cit.*, p. 193.

¹⁹⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 79.

Há que ter em conta igualmente que os cronistas se serviam dos trabalhos uns dos outros, como é o caso de Fernão Lopes de Castanheda que cita Rui de Pina, de Castanheda e Gaspar Correia que consultaram *A Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, de Francisco Álvares, ou de Francisco de Andrade ter consultado como fonte principal as *Lendas da Índia*¹⁹⁵. Hoje, podemos ver que, através da comparação das crónicas dos vários autores, há partes trasladadas, pois as semelhanças entre os textos são notórias¹⁹⁶.

As obras destes cronistas mostram como, no século XVI, ainda estávamos perante a concepção providencialista do povo português e do modo como Deus era ainda o mandatário dos destinos de uma nação, neste caso particular, da realeza¹⁹⁷. A ajuda ou o desprezo divinos eram as explicações para os sucessos e insucessos de uma determinada empresa, morte ou sobrevivência, e a Cruzada a justificação para as mortandades perpetradas pelos portugueses em terras orientais. Outra concepção que a estas se junta é o facto de a procura de novos continentes e povos estar relacionada com as aspirações de D. Manuel de ser o único rei a dominar a Índia, destronando os mouros. Como nos diz Jean Delumeau: «[...] [D. Manuel] procurou sobretudo tornar-se o senhor «eminente» dos soberanos locais, chamando a si, perante os outros príncipes da cristandade, a exclusividade do direito de navegação para as Índias. [...] Este havia, pois, tornado sua a ideia de cruzada ou de guerra santa.»¹⁹⁸ Essa concepção, na perspectiva defendida por Delumeau, estava ligada à concepção escatológica que D. Manuel tinha sobre a sua expansão: «[...] tem-se a impressão de que o rei acreditava que estava próximo o advento de uma era em que haveria «um só rebanho e um só pastor» e em que o reino de Deus, graças a Portugal, se espalharia por toda a Terra.»¹⁹⁹

Não é do âmbito do nosso trabalho aprofundar as diferenças de estilo, objectivos, ou as razões dos “porquês” evocados por cada um dos cronistas

¹⁹⁵ Sobre as preocupações destes dois cronistas na feitura das suas obras, cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, pp. 15-28.

¹⁹⁶ Cf. idem, p. 30.

¹⁹⁷ Cf. Hernâni Cidade que refere os nomes de Damião de Góis, João de Barros e Castanheda, exemplificando com as suas obras a mentalidade providencialista que evidenciam. A estes cronistas juntam-se as notícias do misterioso Oriente, do P.^o Francisco Álvares e de Miguel de Castanhoso, ambos tendo partido em busca e ajuda ao Preste João, em *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Coimbra, Arménio Amado, 1963 vol. I, 1963, pp. 61-65. O mesmo autor volta a não referir o nome de Gaspar Correia junto das prosas dos grandes cronistas, in *A Expansão Ultramarina e a Literatura Portuguesa*, 2^a ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

¹⁹⁸ Jean Delumeau, *Mil Anos de Felicidade, Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997.

¹⁹⁹ Idem, p. 223.

relativamente ao facto de terem desenvolvido um trabalho de extensa amplitude diacrónica e sincrónica da História de Portugal (e, como já vimos, uns centraram-se mais nos aspectos internos do reino, enquanto outros focaram toda a sua atenção na acção externa e pluricontinental – ora com a chancela da coroa ou promovida e desenvolvida por particulares). O que se pretende é perceber o contexto em que Gaspar Correia escreveu e destacou a sua obra das demais.

Desde logo, e pelas características que, à partida, fazem divergir uns cronistas dos outros, é um facto que Gaspar Correia é o que apresenta uma prosa mais simples, mas, nem por isso, menos verdadeira.²⁰⁰ Gaspar Correia lançou-se na aventura de escrever o que viveu e ouviu durante os mais de cinquenta anos que lá viveu (e morreu). Nas palavras de Fidelino de Figueiredo: «Gaspar Corrêa, posto que só editado no século XIX [...]», apostrofando-o, logo de seguida: «[...] será o decano dos historiadores da Índia, integrado no acontecimento e enquadrado no próprio cenário. É mais um memorialista do que um historiador. São as datas da sua estada na Índia, 1512-61, que lhe atribuem esse título».²⁰¹ Repare-se que, tomando como certo que, desde que aportou na Índia, nunca mais de lá saiu, Fidelino de Figueiredo não interrompe a linha temporal que dita a vivência de Gaspar Correia no Oriente. Tal pressuposto, mesmo que involuntariamente, vem corroborar a nossa já discutida improvável vinda do cronista a Portugal entre 1526 e 1529, facto que não ficou confirmado.

Tomando como exemplo as palavras de Graça de Almeida Rodrigues, a autora considerou as *Lendas* como «[...] a mais audaciosa denúncia de vício e corrupção de domínio português na Índia»²⁰², bem como as de Aubrey Bell: «A muitos respeito é ele o mais notável dos historiadores da Índia»²⁰³; «As suas *Lendas* são infinitamente preferíveis aos períodos polidos de Barros, e frequentemente não menos fidedignas, pois de lendárias pouco mais têm do que o nome [...]».²⁰⁴

É certo que Gaspar Correia expõe os quadros narrativos das *Mirabilia*, as diferenças encontradas no Oriente: a fauna, a flora, os costumes sociais, políticos e religiosos dos povos com quem passaram a relacionar-se, o seu modo de comerciar, a

²⁰⁰ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão a propósito do estilo de Correia diz que: « Quanto ao estilo demasiado ingénuo, por vezes chão, é de um singelo realismo (...). Como poderia o historiador calar os feitos indignos?», em *op. cit.*, p. 193.

²⁰¹ Fidelino de Figueiredo, *A Épica Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, IN-CM, 1987, p. 257.

²⁰² Graça Almeida Rodrigues, *Cinco Autores Históricos*, Portugal/Brasil, Editorial Presença/Martim Fontes, 1979, p. 33.

²⁰³ Aubrey Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, p. 261.

²⁰⁴ *Idem*, p. 262.

sua língua, entre outros. A propósito da visão que podemos ter dos espaços e homens falados nas *Lendas*, podemos-nos apropriar do elogio feito por A. Coimbra Martins a Gaspar Correia: «O Autor das *Lendas* tem génio. Ora de romancista, era (e sobretudo) de homem de teatro. Psicólogo, define as personagens pela acção e pelas palavras, adequando estas perfeitamente ao carácter de cada personagem, e à situação em que ela se encontra. Explica os motivos dos sentimentos e ressentimentos».²⁰⁵

Pela diversidade de olhares e de meios de encarar a Expansão portuguesa em direcção ao Oriente, nenhum dos cronistas poderá, alguma vez, ser considerado melhor ou pior relativamente aos relatos que chegaram até nós.

Cada cronista tem o seu estilo próprio, que o individualiza e o cunha como único na historiografia portuguesa. Comparações aparte, a primazia do nosso autor só poderá ser colocada nos seguintes termos: ele pode ter sido o primeiro a escrever...mas não a editar, lugar que coube antes a Fernão Lopes de Castanheda²⁰⁶.

Veja-se a esse propósito as palavras que, nos prólogos, cada um dos cronistas utiliza para se referir a si e à sua obra. Castanheda diz: «E tenho que ganhei muito em **ser o primeiro português** que na nossa língua as ressuscitei [as façanhas], estando mortas de cinquenta anos, e não sómente em Portugal, mas nos outros reinos, onde desejavam muito de as saber»²⁰⁷, querendo-se afirmar como o primeiro a ver a sua obra impressa.

João de Barros afirma que: «[...] não houve alguém que se antrometesse a ser primeiro neste meu trabalho, somente Gomes Eannes de Zurara, chronista mor destes reinos, em as cousas do tempo do Infante Dom Anrique [...]»²⁰⁸, reclamando igualmente para si o primeiro lugar na cronística do início do século XVI.

Por sua vez, Damião de Góis, num tom de aparente humildade perante tal trabalho de escrever sobre os feitos no Oriente, afirma: «E, considerando Vossa Alteza que essas pessoas, de quem tanto se esperava, não fizeram [louvar o rei], até 37 anos após a morte de el-rei D. Manuel, cousa que correspondesse ao merecimento da empresa, sem se lembrar do quão fraco eu devo ser para (carregar) tamanho peso,

²⁰⁵ Cf. A. Coimbra Martins, *Correia, Castanheda e as «Diferenças» da Índia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983, p. 14.

²⁰⁶ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p. 14. José Manuel Garcia coloca como hipótese que «Talvez tenha sido depois de iniciada a publicação das obras dos dois autores citados [Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros] que Gaspar Correia, na Índia, começou a escrever uma extensa história da presença portuguesa no Oriente[...]», em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 486.

²⁰⁷ Fernão Lopes de Castanheda, Prólogo do livro III.

²⁰⁸ João de Barros e Diogo do Couto, *op. cit.*, p. XXI.

me ordenou [Cardeal D. Henrique], neste ano de 1558, que tomasse eu o encargo daquilo em que muitos não se atreveram a pôr a mão».²⁰⁹

Correia, no Prólogo do livro I, afirma, evidenciando a necessidade de escrever a verdade sobre os feitos da Índia:

«E porque eu, sem algum tento de cobiça, vaidade, nem inveja, tomei pera mi este trabalho, somente satisfazendo a meu desejo, e contentamento de vontade (...), a Deos prazendo, somente trabalharei por **escreuer mui inteiramente os nobres feitos dos nossos Portuguezes militantes n’estas partes da India, e dos grandes e dos pequenos**, que for necessario e razão, escreuerei em muita verdade de cada hum seus mãos e bons feitos [...]».²¹⁰

Este prólogo mostra-nos igualmente que o autor não dedicou a sua obra ao rei mas dirigiu-a aos leitores e a Deus apenas porque a mesma se encontrava manuscrita e não havia sido encomendada por D. Manuel²¹¹. O facto de se encontrar manuscrita levou a que fosse consultada, embora com acesso restrito, por autores como Francisco de Andrade, Padre João Sardinha Mimoso e Frei Luís de Sousa²¹².

A sua obra reparte-se entre a cronística régia e a cronística da Expansão: da primeira, fazem parte as *Crónicas de D. Manuel e D. João III* e da segunda, as *Lendas da Índia*. Enquanto as primeiras se referem aos acontecimentos sucedidos durante os reinados dos monarcas, a segunda advinha da necessidade de eternizar a acção dos portugueses na Índia.

Gaspar Correia foi assim um homem preocupado com o rigor histórico e com o perpetuar da memória nacional, ainda que alguns autores afirmem que «A falta de espírito crítico está aqui à vista [na descrição da primeira partida de Vasco da Gama de Lisboa], por apresentar [Gaspar Correia] uma versão falsa a respeito do rei, que não assistiu à partida e menos ainda os foi acompanhando e lhes falando do seu batel,

²⁰⁹ Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, «Grandes Clássicos da Literatura Mundial», tomo I, Lisboa, Ed. Amigos do Livro, s.d., p. 1.

²¹⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 3.

²¹¹ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p. 22 e Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. II, Coimbra, Atlântica Editora, 1966, p. 346. Cf. José Manuel Garcia, fazendo uso das palavras de Gaspar Correia, diz-nos que o seu trabalho [*Lendas*] «[...] não foi dedicado a nenhuma personalidade particular, explicando o nosso autor ter sido o seu monumento historiográfico sem estar à espera de recompensas ou de apoios para uma futura edição. Neste contexto, podemos considerar que Correia se dirige directa e genericamente “aos leitores”», em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 114.

²¹² Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, p. 346.

como em passeio fluvial». ²¹³ Estamos numa época em que, como ele próprio reitera, se foi passando de um estado eufórico para um estado mais lamentoso. Ao fervor expansionista vão-se levantar vozes de discordância e de protesto contra o alargamento das fronteiras de um país que precisava de resolver os seus problemas.

2.1.1 Gaspar Correia e os seus pares

Para que se possa perceber o mérito e o lugar do autor Gaspar Correia e das suas *Lendas da Índia*, é impreterível fazermos uma correlação com os autores ²¹⁴ próximos de si, isto é, os seus pares mais directos – João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis e as obras *Décadas da Ásia*, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e *Crónica de D. Manuel*, respectivamente. Esse confronto permitir-nos-á perceber as discrepâncias, os pontos de contacto, a linguagem, o(s) objectivo(s) de cada um dos cronistas, para que se possa(m) tornar mais clara(s) a(s) intenção(ões) de cada um deles, focando, como expectável, Gaspar Correia. Todos têm dois grandes pontos de contacto: viveram durante a mesma época- o século XVI - e escreveram obras da mesma natureza - crónicas régias e/ou da Expansão.

O intuito não é confrontar as suas biografias e as suas obras em pormenor, mas ver como é que estes autores que escrevem durante e sobre a Índia se distanciam ou aproximam entre si. Essa análise terá em conta os textos prefaciais de cada uma dessas crónicas, tentando perceber a tónica que domina nas suas narrativas.

As *Lendas da Índia* são o retrato de Gaspar Correia e delas se podem deste modo extrair a essência das palavras que orientam os estudiosos através dos olhos do autor para que aqueles possam imaginar as movimentações portuguesas em paragens

²¹³ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, p. 297.

²¹⁴ Alfredo Pinheiro Marques diz: «[...] não deveremos considerar os cronistas e autores coêvos dos descobrimentos e da expansão ultramarina portuguesa dos séculos XV-XVIII. Eles viveram a própria realidade que narram, e as suas obras – de que são exemplos a *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, a *Crónica de ElRei D. João II*, de Rui de Pina, a *Ásia* de João de Barros, o *Tractado dos Descobrimientos* de António Galvão, etc. – devem ser consideradas como fontes, e não como estudos. A sua análise e interpretação colocam problemas próprios e específicos (...)», em *A Historiografia dos Descobrimientos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991, p. 9.

orientais e perceber qual ou quais os sentimentos dominantes que perpassam pela escrita: os do autor e/ ou das personagens e situações descritas.

Fulcral também é o facto de todos estes cronistas terem escrito as suas crónicas em português, numa altura em que se prezava o uso das línguas clássicas, em particular o Latim, graças à ambiência renascentista e revivalista das culturas greco-latinas que se vivia intensamente, mostrando que uma das coisas que com certeza os preocuparia era terem público-leitor mais vasto e provarem que a língua portuguesa funcionava como sinédoque de um povo que havia chegado ao todo o lado: a língua é afinal um elemento distintivo de cada nação e, nas palavras de Ana Paula Avelar, é também «[...] para os homens do Renascimento, [...] um factor unificador das gentes, sendo igualmente um elemento definidor do conceito de fronteira nesta Europa renascentista.»²¹⁵

Quanto ao conceito de verdade histórica utilizado, existem diferenças de método, como nos mostra Ana Paula Avelar. Era premente registar a presença portuguesa na Índia e para isso, os cronistas seguiram o modelo clássico de escrever sobre o que aconteceu para garantir a eternização dos acontecimentos que destacam e exaltam um povo²¹⁶.

Rodrigues Lapa também nos faz uma clara distinção entre o propósito firme de “ser verdadeiro”, presente em Fernão Lopes, e a cedência de posição do cronista perante os heróis, como seria o caso de Rui de Pina que, incumbido de fazer a crónica de D. Manuel, recebia opulentos presentes de Afonso de Albuquerque - «O conquistador a subornar o historiador [...]».²¹⁷

Terão os cronistas coevos sofrido pressão²¹⁸? Tê-la-ão superado pela vontade de contar os acontecimentos, independentemente de quem estivessem a visar? É o que nos propomos verificar.

²¹⁵ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p. 22.

²¹⁶ *Idem*, pp. 23-31.

²¹⁷ Rodrigues Lapa, *op. cit.*, pp.V-XVIII.

²¹⁸ António Borges Coelho diz-nos: «Os cronistas do século XVI [...] aproximam-se de certo modo dos repórteres [...]. Essas reportagens sofrem a pressão, quando não a censura, directa ou camuflada, do poder estabelecido. [João de Barros, perante a verdade dos factos sabia que] o limite [era] submeter as verdades da História à aprovação do senhor do reino e da sua história.», em *Tudo é Mercadoria, Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*, Lisboa, Caminho, 1992, p. 108.

2.1.2 Gaspar Correia: diferenças marcantes ou marcas indiferentes?

Tanto que chegou a Goa, impellido da gloria da Nação Portuguesa, de que fora famo]o theatro todo o Oriente, começou a idear huma Hi]storia em que deixa]se na po]steridade eternizada a memoria de taõ illu]tres façanhas²¹⁹.

O tempo que Fernão Lopes de Castanheda esteve no Oriente - sensivelmente de 1528²²⁰ a 1538²²¹ - aliado à consulta que fez de obras de outros cronistas, como Gomes Eanes de Zurara (por quem manifestava um apreço especial²²²), Damião de Góis ou Rui de Pina, bem como o *Livro de Marco Polo* e à sua educação e vivência relativamente substanciais do ponto de vista cultural (já que o seu pai, Lopo Fernandes de Castanheda, era juiz-de-fora e Fernão Lopes de Castanheda, depois de educado pelos Dominicanos, viria a desempenhar o cargo de bedel do Colégio das Artes²²³ e de guarda do cartório e livraria da Universidade de Coimbra, depois de ter regressado da Índia) transformou-o num dos autores do século XVI cuja obra foi de imediato impressa²²⁴, trabalhada e utilizada pelos seus

²¹⁹ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 30.

²²⁰ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, pp. X-XV. Ana Paula Avelar mostra como o cronista esteve presente no Oriente, destacando um dos momentos importantes por si descritos e que provam a sua presença na Índia: o cerco de Diu de Nuno da Cunha em 1531, em *Fernão Lopes de Castanheda...*, pp. 38-41.

²²¹ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, pp. XIX-XX, sobre o tempo que o cronista esteve na Índia. Cf. Diogo do Couto que fornece essa resposta em 1602, em João de Barros e Diogo do Couto, *Década IV*, Liv. V, cap.I, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.

²²² Cf. Fernão Lopes de Castanheda, “Prologo no Terceiro Liuro do Descobrimto & Conqui]ta da India, pelos Portugue]es Dirigido à muyto alta & Sereni]ssima Raynha dona Caterina de Portugal no]ssa]enhora”, p. 495.: «E bem]entia i]to el rey dõ Afon]o ho quinto de Portugal, quando mandou **Gomezeanes dazurar** croni]sta de]stes reynos a Alcacere pera lá e]screuer como te]stemunha de vi]ta, o que os no]ffos fize]sem. E]oubel]se o]itio da terra de que auia de]screuer, & aprKde]se as particularidades da guerra pera]aber como aiua de falar». Sublinhado nosso.

²²³ Teófilo Braga menciona este cargo como «miserável emprego», em *op. cit.*, vol.I, p. 463. Igual ideia transmite o mesmo autor, *op. cit.*, vol. II, p.445.

²²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão diz que: «O volume I (...), saído em 1551, teve de ser refundido em 2ª edição, saída em 1554. Os volumes ou «livros» seguintes saíram em 1552 (II e III), 1553 (IV e V), 1554 (VI), 1561 (VIII), saindo o VII sem lugar nem data. Publicado o livro VIII, a rainha D. Catarina proibiu a impressão dos restantes volumes. Em compensação, a obra foi traduzida para francês, castelhano, italiano e inglês». Joel Serrão diz-nos que «Publicado o VIII volume, a rainha D. Catarina proibiu a impressão dos restantes volumes, “Castanheda, Fernão Lopes de”, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, vol. I, p. 520. Cf. Diogo Barbosa Machado sobre as datas de impressão dos volumes da obra de Castanheda, em *op. cit.*, pp.30-1. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão também sobre a publicação dos vários volumes da obra. O autor avança com a seguinte explicação para a impressão dos livros IX e X ter sido cancelada: Castanheda não terá, desta vez, compactuado com os fidalgos que se sentiam

pares e, posteriormente, por Camões ou Jerónimo Osório²²⁵, o que era, desde logo, motivo de orgulho pessoal.

Entre outros escritos seus, o que o eternizou foi a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, dedicada a D. João III, e que atesta a sua presença e a procura da factualidade naquilo que narra, tendo-o procurado objectivar e apoiar em testemunhos recolhidos, em impressões pessoais e em materiais escritos²²⁶, qualidade que lhe veio a ser distinguida por Diogo do Couto, nas *Décadas da Ásia*²²⁷ escrita já no reinado de Filipe II, tendo completado a obra até à *Década XII*.

A escrita de Fernão Lopes de Castanheda, pese embora sem grande brilhantismo literário²²⁸, levou-o a ser amado por uns e detestado por outros²²⁹, mas ninguém lhe roubaria o prestigiante primeiro lugar de obra vernácula editada sobre os portugueses no Oriente nos primeiros cinquenta anos, ou seja, desde a iniciática viagem de Vasco da Gama até ao governo de D. João de Castro, acumulando o mérito de ser a obra tida como mais objectiva e verdadeira de entre as suas congéneres, não se poupando o cronista a descrever tudo: desde locais, gentes ou

minorados e pouco realçados na sua *História*, tal como havia sucedido com o 1º volume, preferindo manter o rigor da verdade dos factos que narrou (p. 230), em *A Historiografia Portuguesa...*, pp. 229-30. Mas Ana Paula Avelar coloca dúvidas sobre a certeza de ter sido D. João III a proibir o Livro décimo da obra de Castanheda e se a Mesa do Desembargo do Paço teria efectivamente apreendido a sua obra, dizendo. «A não impressão, ou possível apreensão, [sic] dos livros nono e décimo, poder-se-á dever, à partida, a uma vontade régia e não à intervenção de uma instância, como o Desembargo do Paço [...]», em *Fernão Lopes de Castanheda...*, p. 111.

²²⁵ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, pp.15-7.

²²⁶ Diogo Barbosa Machado diz que: «Para alcançar o fim desejado [os feitos dos portugueses no Oriente] não sómente investigou as noticias que estava depositadas nos Carthorios, e Archivos, mas conjultou aos mesmos Capitaens, e Generaes, que tinhaõ sido gloriosos instrumentos de tantas Vitorias alcançadas em mar, e terra, contra os Antegonistas do nome Portuguez», em *op. cit.*, p. 30. A propósito da sua busca por dados o mais verosímeis possível. V. José Pedro Machado e Viriato Campos, *Vasco da Gama e a Sua Viagem de Descobrimento*, Lisboa, Câmara Municipal, 1969, pp. 69-92.

²²⁷ Rodrigues Lapa faz uma citação da *Década IV*, em que se pode constatar que Diogo do Couto apreciou a coragem de Castanheda ao deixar em testemunho escrito não somente as virtudes, mas também os defeitos de fidalgos e nobres, em *op. cit.*, p. XII.

²²⁸ Cf. Fidelino de Figueiredo sobre a sua falta de mérito literário, por oposição à obra de João de Barros, mas o seu “quase excesso” de engrandecimento épico dos portugueses que nada conquistaram, a não ser o empreendimento de feitorias, em *op. cit.*, p. 251. Cf. Aubrey Bell sobre a mesma falta de retórica, compensada pela verdade das suas descrições, em *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, p. 248.

²²⁹ Joel Serrão diz que: «Isso lhe valeu, por um lado, a animosidade de muitas famílias influentes e de historiadores palacianos, como João de Barros; por outro, a divulgação da sua obra no estrangeiro.», em “Castanheda, Fernão Lopes de”, in *Dicionário de História...*, vol. I, p. 520. Cf. Óscar e Lopes A. J. Saraiva que dizem que esses fidalgos não se sentiram justificados com a falta de “verdade” nos factos narrados acerca dos seus antepassados por Castanheda, em *História da Literatura Portuguesa*, 16ª ed., Porto, Porto Editora, s.d., p. 286. Cf. José Manuel Garcia, que nos diz que João de Barros «[...] criticou o seu aparecimento e difusão [da obra de Castanheda] [...]», em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 97.

actos violentos perpetrados por dirigentes portugueses²³⁰. Não obstante, houve espaço na sua crónica para a astrologia (a par da astronomia) e suas profecias de adivinhação e premonição, o que ia um pouco contra os preceitos da Igreja Católica, como nos diz Ana Paula Avelar: « [...] lançam-se *juízos* contra algo que, como a astrologia, poria em causa os princípios religiosos». ²³¹

Tal com veremos relativamente a Gaspar Correia, não há concretismo no que toca às balizas temporais do seu nascimento e morte, embora se apontem como datas prováveis as de 1500 e 1559, respectivamente. A sua ascendência paterna liga-o, definitivamente, a paragens exóticas asiáticas, pois seu pai, quando foi destacado para lá desempenhar funções de Ouvidor da cidade de Goa²³², levou com ele o seu filho, do qual não se chegou a saber que funções viria lá a desempenhar. Mas o que o verdadeiramente o motivaria a partir para o Oriente na armada do novo governador, D. Nuno da Cunha, aportando na mesma localidade onde havia estado o seu pai, seria a imensidade das terras cobertas pelas descobertas portuguesas e a consequente curiosidade de as querer também *experimentar*²³³.

A sua obra, ainda que inacabada, pode encontrar a sua expressão de *primus inter pares*, na máxima ditada por Júlio César: *veni, vidi, vici*, general e cônsul romano que é também citado no prólogo dirigido a D. João III, em que, por comparação aos Antigos conquistadores – Semiramis, Xerxes, Alexandre Magno e o próprio Júlio César – as suas façanhas se destacam e fazem esquecer aquelas antigas.

A pedra de toque está não na conquista em si, mas no facto de a mesma ter sido feita por mar, enfrentando os seus mistérios insondáveis até então ao Homem. Dessa extraordinária aventura, o cronista destaca o papel fulcral de D. Manuel e, por

²³⁰ Cf. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. I, p. 30. Cf. Fernão Lopes de Castanheda: «[...] o escritor tem como veemente ponto de honra observar sempre a verdade na apreciação dos homens e dos sucessos. (...) fez a longa e penosa viagem à Índia para a saber e relatar, vendo e agindo, informando-se da terra e das gentes, falando e conversando com os capitães das fortalezas, os capitães e oficiais das naus [...]», em *op. cit.*, p. XXX. Cf. Hernâni Cidade sobre os relatos minuciosos e diversificados deste cronista, dando como exemplo as descrições das terras de Daquém, Ormuz, Sião, Cambaia e da população de Pegu, em *op. cit.*, pp. 164-7. Cf. José Manuel Garcia: «Castanheda foi conseguindo edificar uma obra historiográfica minuciosa e assentando numa ética do escrúpulo que fundamenta parte importante da sua informação narrativa [...], em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 98.

²³¹ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, pp. 34-5. A mesma autora estabelece um paralelo entre a obra de Castanheda e a de Correia: «Enquanto Gaspar Correia obedece a um processo cronológico, Fernão Lopes de Castanheda utiliza, simultaneamente, uma sequência temporal e um esquema organizativo onde concede um certo valor gradativo aos diferentes núcleos», em *Visões do Oriente...*, pp. 61-4.

²³² Cf. Fernão Lopes de Castanheda sobre as razões que teriam levado Lopo Fernandes de Castanheda a embarcar para Goa, em *op. cit.*, pp. VIII e IX.

²³³ Cf. Ana Paula Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda...*, para uma leitura aprofundada sobre a sua vida e obra.

ter estado na Índia, não se limita a mencionar os nomes dos autores mais ilustres das conquistas lusas; ele tira do anonimato soldados, pilotos, comerciantes e gente de “menor preço” por terem sido eles também os actores deste grande teatro português cujo palco foi oriental. É que também ele foi actor: na batalha em D. Nuno da Cunha tomou Diu (1531), diz M. Lopes de Almeida: «A viagem de Diu foi-lhe talvez o primeiro quadro de intensa emoção e de prática soldadesca da sua vida na Índia».²³⁴

No entanto, nem só de elogios se faz a obra deste cronista, já que, e como abordado, a heroicidade dos portugueses perdia-se quando o medo de morrer no mar se superiorizava aos fascínios das possíveis riquezas que o Oriente poderia proporcionar²³⁵.

Castanheda²³⁶ é o autor que, em termos de estilo e de vivências, mais se aproxima de Gaspar Correia, sempre na busca por contar a verdade e num estilo simples, e cuja história iria ser criticada²³⁷ por ficar manchada por acontecimentos marcados pela violência, pela falta de tacto e de compreensão para com os povos orientais, em relação ao modo pouco “honesto” de fazer comércio.

Contudo, essas acções menos brilhantes não deixaram nunca de ter uma justificativa providencialista: lutava-se pela propagação da Fé e contra os seus inimigos, contra todos os que não partilhassem da concepção de um Mundo regido pelas Leis de Deus²³⁸. O experienciar, tomar contacto directo com as acções mais ou menos prestigiantes, de menor ou maior amplitude, de grande um pequeno fôlego, e essa pequena grande particularidade só a encontramos exactamente nos relatos deixados por Castanheda e por Gaspar Correia²³⁹, quando nos reportamos à cronística da Expansão.

²³⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, p. XVIII.

²³⁵ Idem, Liv. I, Cap. II, em Fernão Lopes de Castanheda, p. 295.

²³⁶ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, que aproxima também estes dois cronistas no que toca ao facto de ambos terem estado em território oriental, contrariamente a João de Barros, apelidando-os de «andarilhos», em *História de Portugal, [1495-1580]*, p. 189.

²³⁷ Joaquim Veríssimo Serrão diz: «[...] criando-se um sentimento épico que vibra na obra dos principais historiadores do nosso Século de Ouro: com euforia e João de Barros, com patriótica serenidade em Castanheda, com laivos de crítica em Gaspar Correia e com largos tons de pessimismo em Diogo do Couto», em *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica*, p. 211.

²³⁸ Hernâni Cidade refere que Castanheda foi um dos cronistas que exaltou as grandes virtudes conquistadoras e corajosas dos portugueses e que escreveu também sobre os métodos menos “escrupulosos” de fazer os povos orientais se sentirem obrigados a respeitar a presença e as leis portuguesas, destacando as acções de Afonso de Albuquerque, denominado *Terribil* contra os muçulmanos. O autor termina afirmando: «Cumprindo-lhes [aos portugueses], como cristãos, ser superiores a maometanos e idólatras, é entre estes que mais de uma vez Castanheda encontra, como adiante veremos, paradigmas de generosa grandeza de alma» (p. 95), em *op. cit.*, pp. 91-95.

²³⁹ Cf. Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, pp. 23-31.

No dizer do próprio Fernão Lopes de Castanheda, que lição melhor para serem bons governantes podem os príncipes tirar senão da História? Ela é o exemplo de como bem governar: «que doutrina q di[sc]r[i]ção ≅ prudecia há pera boa governança da Republica affi na paz como na guerra que a hi[st]oria não insine com experiecia de exempros [...]».²⁴⁰

Já no que toca a João de Barros, este humanista desempenhou vários cargos que abarcavam áreas tão distintas e tão complementares como a História ou a Pedagogia, e viveu, com pouca diferença, nos mesmos anos de Castanheda, Gaspar Correia e Damião de Góis - entre 1496 e 1570²⁴¹.

Essa proximidade existe, se bem que sejam notadas as diferenças culturais, logo, de estilo, entre Barros e Castanheda/ Correia e Góis – aquele, mais erudito, mais rigoroso; estes, mais directos, e o último, o humanista. Assim, procurámos, através de fontes, elaborar um esquisso focando, em linhas gerais, os seus pontos em comum e as suas maiores diferenças, descrevendo a logicidade que utilizaram na sua narração dos acontecimentos.

João de Barros, pela utilização da língua vernácula com aproximações ao berço latino, pelo modo como usa o “fazer História” dos Antigos, nasceu e cresceu entre letrados fidalgos, como se pode ver nas palavras de António Borges Coelho: «os cargos que desempenhou ligavam-no directamente à pessoa do rei, à família real e aos altos dignitários da corte bem como aos grandes marcadores e financeiros.»²⁴²

Agradado com a sua escrita, D. Manuel incumbiu-o de escrever a história das façanhas dos portugueses no Oriente²⁴³. Ia nascer assim a sua monumental obra²⁴⁴ – *Ásia* – que viria a ser impressa um ano mais tarde que o primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Castanheda, ou seja, em

²⁴⁰Cf. Fernão Lopes de Castanheda, p. 3.

²⁴¹ A propósito de João de Barros, cf. Óscar Lopes e A. J. Saraiva, *op. cit.*, p. 277 que descrevem João de Barros como «[...] na primeira metade do nosso século XVI, o representante mais completo de um complexo de tendências renascentistas, entre elas as que estão mais de perto relacionadas com a expansão marítima portuguesa.» Cf. Albino Forjaz de Sampaio, onde figuram umas breves notas sobre o homem que o autor apelida de «o mais importante prosador do século XVI», em *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, Lisboa, Bertrand, 1929, pp. 353-55.

²⁴² Cf. António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria...*, p. 19. Sobre a sua ascendência fidalga e estudos académicos, cf. Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, vol. II, p. 603. É perceptível essa sua educação esmerada: «(...) Os heróis [das *Décadas*] obedecem a um padrão convencional de solenidade e nobreza, e os discursos que recitam são compostos pelo Autor segundo as melhores regras da Eloquência», em “Barros, João de”, Joel Serrão, *Dicionário de História...*, vol. I, p. 307.

²⁴³ Cf. Teófilo Braga que refere que depois de o seu tio – D. Lourenço de Cáceres, Cronista-mor - ter falhado o propósito de escrever a História da Índia, «[...] João de Barros ofereceu-se a D. João III para desempenhar esse encargo», em *op. cit.*, vol. II, p. 465.

²⁴⁴ Idem, p. 242, refere-se às *Décadas* como «cathedral historiographica».

1552. Até 1563, ano provável da morte de Gaspar Correia, sairiam apenas três livros²⁴⁵. A *Ásia* trouxe, nas palavras de António Borges Coelho, uma «[...] grande novidade [que] consiste em, antes de narrar a acção, descrever o cenário onde se movimentam os actores. Estas descrições geográficas são particularmente inovadoras.»²⁴⁶

Deparamo-nos com datas que, apenas coincidentes, nos permitem constatar a proximidade temporal entre os quatro cronistas que nos propusemos apresentar. Todos nasceram dentro de um intervalo não superior a uma década (Gaspar Correia terá nascido em 1492, João de Barros, em 1496, Castanheda, em 1500 e, dois anos mais tarde, em 1502, Damião de Góis), como já referimos anteriormente.

Até Gaspar Correia ter embarcado para a Índia, em 1512, D. Manuel já governava há sensivelmente 17 anos. Nesse período, decorreram as viagens de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, o vice-reinado de D. Francisco de Almeida e o início do reinado de Afonso de Albuquerque (1509).

Todos os cronistas salientaram a figura do monarca e as suas acções de expansão para o Oriente.

Como já nos apresentou Ana Paula Avelar, as *Décadas* seguem uma estrutura modelada na obra de Tito Lívio, cuja *Ab Urbe Condita* o definiu enquanto historiador que pretendia transmitir uma panorâmica cronológica pormenorizada da evolução do Império romano: desde o início mítico da sua fundação, em 753 a.C. até ao século I e cujos livros tinham a denominação de “décadas”, denominação moldada desta obra para a de Barros²⁴⁷.

Neste trabalho, o autor quis mostrar e provar que Portugal, na pessoa do rei, tinha direitos de primazia na exploração das terras por ele descobertas, das rotas marítimas estabelecidas e respectivo comércio que nas suas “veias” corria:

« Como o coração dos Reys (segundo diz a E]critura,) e]stá em a mão de Deos, por]erem na terra]eus Mini]tros no governo della, moveo o animo d'ElRey D. Manuel a que e]ste anno de quinhentos e quinze manda]]e Governador á India, pola nece]]idade que havia de ter

²⁴⁵ Aubrey Bell refere que os materiais e apontamentos deixados por Barros levaram a que, em 1615, João Baptista Lavanha compusesse a *IV Década* que é similar, em termos temporais, à de Diogo do Couto, mas estilisticamente díspar, em *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, p. 254. Sobre Diogo do Couto, cf. *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, pp. 254-258.

²⁴⁶ António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria...*, p. 51.

²⁴⁷ Cf. trabalho de Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*

de quem a governa]e, por cau]a do falecimento de Affon]o d'Albuquerque [...]».²⁴⁸

Assistimos como que a um refazer da *História* e a uma selecção de dados devendo a crónica não denegrir a imagem do rei e seus fidalgos e nobres²⁴⁹. Assim, elogiava-se a guerra, o que o autor tinha almejado fazer no *Panegírico da Infante D. Maria* (escrito antes de 1547²⁵⁰), além do «[...] louvor que faz dos pilotos em detrimento do saber universitário.»²⁵¹ Como escreve Fidelino de Figueiredo: «[D. Manuel] É um apóstolo e um messias de nome fatidico. O panegyrista quasi o canonisa».²⁵² Tal tom é igualmente apresentado no Prólogo de João de Barros à *Década I*:

« [...] pois não tendo eu outra cau]a mais viva pêra tomar e]ta empreza, que hum zelo da gloria, que se deve a Vo]ffas armas, e fama a meus naturaes, que militando nellas verteram seu sangue, e vida: fui o primeiro que brotei e]ste fruto de e]critura de]sta Vo]ffa A]ia [...]».²⁵³

Embora nunca tenha estado no Oriente, como aconteceu com Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, ainda assim viajou para África, em 1522, quando ocupou um cargo na feitoria de S. Jorge da Mina²⁵⁴, já no reinado de D. João III.

Entre 1525 e 1528, Barros ocupou o cargo de tesoureiro das Casas da Índia, Mina e Ceuta, e em 1533, foi nomeado feitor da Casa da Índia, cargo que desempenhou durante cerca de trinta e cinco anos e foi graças a ele que conseguiu ter acesso às informações dos sucessos portugueses no Oriente, através de regimentos, roteiros, relações, ou cartas.

Algumas críticas não se fizeram esperar em Portugal, tendo este cronista sido apontado como parcial e injusto²⁵⁵. Essa injustiça refere-a António Borges de

²⁴⁸ João de Barros e Diogo do Couto, *op. cit.*, vol.III, p. 1.

²⁴⁹ Cf. idem, p. 308: «No que toca à verdade histórica, João de Barros é exacto quanto aos factos que narra, mas por sistema, e até por doutrina, omite tudo quando possa deslustrar os reis, as grandes personagens e o decoro da nação portuguesa». António Borges Coelho refere que João de Barros se mostra «[...] como dono do que escreve, [...] mas entende mostrar a planta ao rei, dono do edifício da História e sugere que o rei aprovou o seu cuidado e plano.», em *Tudo é Mercadoria...*, p. 106. Mais ainda, a ideia da História ser aprovada pelo rei «tem que ver com a ideia da defesa da dignidade e do engrandecimento do Estado.» (p. 107)

²⁵⁰ Idem, p. 50.

²⁵¹ Idem, ibidem.

²⁵² V. Fidelino de Figueiredo, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, pp. 244-247.

²⁵³ João de Barros e Diogo do Couto, *op. cit.*, vol.I, pp.XXV-XXVI.

²⁵⁴ Idem refere que é provável que nunca tenha vindo a ocupar o cargo por não ter sequer saído de Portugal, p. 251.

Macedo quando diz que a *Ásia* viu o seu valor diminuído relativamente às crónicas de Castanheda e Correia, pois «tratar-se-ia de uma crónica «oficial» dos feitos dos portugueses nesse continente»²⁵⁶, mas o estudioso como que a defende, acrescentando que «[...] o texto de Barros constitui uma obra voluntária e quando muito officiosa.»²⁵⁷

Depois de ter estado no estrangeiro, Damião de Góis regressou a Portugal em 1533, tendo recusado o cargo de tesoureiro da Casa da Índia oferecido por D. João III²⁵⁸. Fora igualmente, em 1523, nomeado secretário da Feitoria portuguesa em Antuérpia, conseguindo obter, em primeira mão, informações das armadas que iam e vinham do Oriente.

O trabalho de Damião de Góis como guarda-mor da Torre do Tombo, a partir de 1548, levou-o a encetar um trabalho de leitura das fontes que conduziram à elaboração da sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Foi aqui que conseguiu reunir uma série de documentação que o levaria a escrever a crónica régia manuelina.

Contudo, a sua escrita levantou fortes reparos da nobreza²⁵⁹, o que o obrigou a reformular o que já havia escrito (a 1ª edição saíra em 1566), acrescentando-se que a Inquisição tinha queixas registadas contra si. Por isso, Borges Coelho diz: «Oficial, embora teatro de uma tremenda batalha pessoal que lhe colocou a vida no gume da navalha, é a *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis.»²⁶⁰

É curioso notarmos uma semelhança de percurso entre Damião de Góis e Gaspar Correia, já que ambos foram moços de Câmara, embora aquele mais tarde – em 1513, quando ficou órfão. Durante anos, Góis privou com o futuro D. João III, de quem ficou amigo e, em 1521, assistiu à sua coroação.

²⁵⁵ Aubrey Bell, diz-nos que conjuntamente com Castanheda, João de Barros viu a sua prosa diminuída nos leitores que a acompanhavam por ser demasiadamente extensa, em *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, p. 252.

²⁵⁶ Cf. António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria...*, pp. 109-10.

²⁵⁷ Idem, p. 110.

²⁵⁸ A data de 1533 havia sido apontada por Luís de Albuquerque, em *Dicionário de História...*, “Góis, Damião de”, p. 464.

²⁵⁹ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p. 48.

²⁶⁰ António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria...*, p. 109.

Para Góis, na mesma linha que Barros, o monopólio das especiarias servia os interesses do espírito de missão portuguesa, como D. Manuel havia proclamado, defendendo esta ideia junto das cortes europeias²⁶¹.

A sua experiência de vida e convivência com o Humanismo europeu fizeram-no crer na possibilidade de implementar a corrente humanista em Portugal. Vinha com a incumbência de mestre e guarda-roupa de D. João, filho do Rei, mas acabaria por ser denunciado à Inquisição por heterodoxia e luteranismo por Simão Rodrigues, que com ele conviveu em Pádua.

Entretanto, em 1558, o cardeal Infante D. Henrique (o inquisidor-mor que o havia salvo da condenação) dava-lhe a honrosa tarefa de escrever a crónica de seu pai, D. Manuel I e, como se disse, sempre esteve do lado de um discurso verdadeiro e imparcial, apesar de ter escrito um panegírico ao cardeal D. Henrique²⁶².

Para este cronista, era impreterível a procura da verdade e por isso mesmo, Ana Paula Avelar coloca «[...] o trabalho do cronista [como nunca estando] concluído, sendo a verdade dos factos um objectivo a perseguir embora quase inatingível» como «*limite original*»²⁶³, ainda que tal não o impedisse de contar os feitos notáveis dos portugueses nos finais do século XV e século XVI.

Em 1571, defende-se da Inquisição depois de um processo em que foi condenado a cárcere penitencial, e já não gozando de protecção real, e acabaria por ser transferido para o Mosteiro da Batalha. Enfermo, foi-lhe permitida a sua saída, permanecendo até 1574, data em que ocorreu a sua morte²⁶⁴.

Se, em termos culturais e de educação, Góis se distanciou de Correia, este, em termos de vivências orientais, foi de todos o que viveu mais de perto e durante mais tempo nos territórios cobiçados pelos portugueses, que enchiam as naus e os portos de quantidades e qualidades imensas de especiarias e de outros bens comerciáveis que faziam as delícias da corte.

²⁶¹ Luís de Albuquerque diz sobre Góis: «[...] defende o carácter evangélico das viagens dos Descobridores, apresentando o monopólio das especiarias como uma fonte de bens materiais empregues na missão», em “Góis, Damião de”, *Dicionário de História...*, vol.I, p. 465.

²⁶² José Pedro Machado e Viriato Campos referem a dificultosa tarefa dos cronistas na elaboração das suas obras, já que: «É sabido que eles [os cronistas] para viverem em sociedade têm de abdicar de muita coisa que lhes é cara e que o sacrifício da abdicação é em geral directamente proporcional à posição que ocupam. E tudo se agrava quando se vive junto do escol dos poderes», em *Vasco da Gama e a Sua Viagem de Descobrimto*, p. 7.

²⁶³ Cf. Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p. 242.

²⁶⁴ José Pedro Machado e Viriato Campos apontam para a morte «[...] numa venda, a caminho de Alcobaça[...]», em *op. cit.*, p. 11.

No entanto, enquanto Damião de Góis e João de Barros nunca foram à Índia, Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda estiveram lá, o que torna os seus textos necessariamente diferentes.

2.1.3 *Dos textos prologais de Gaspar Correia aos seus pares*

Na Literatura de Viagens portuguesa (a que mais se reporta à Expansão), o olhar viajante começou muito possivelmente, ou mesmo com toda a certeza, pela disponibilidade total para a contemplação ou o esquadrinhamento dos novos espaços (mar, rio, terra, florestas, cidades) ²⁶⁵.

Pôr em confronto os prólogos das obras de Barros, Castanheda e Góis faz sentido numa óptica de percebermos a concepção literária, estilística e referencial de cada um destes autores que se afastam, em maior ou menor amplitude, dos propósitos de Gaspar Correia. A nossa análise de confrontação prende-se com o facto de os objectivos que presidiram à sua concepção terem sido similares: Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros conceberam obras da cronística da Expansão e Damião de Góis e Gaspar Correia uma crónica sobre D. Manuel. Não é do âmbito do nosso trabalho pôr em confronto as obras no que toca aos governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira, mas tão-somente enquadrar a produção escrita de Gaspar Correia na produção literária do seu tempo, nomeadamente naqueles que são os propósitos das diferentes obras consubstanciados nos prólogos das mesmas. Os prólogos, nas palavras de Ana Paula Avelar, «[...] refere[m] aquilo que [o autor] considera ser uma das motivações principais pelas quais lhe foi incumbida essa tarefa.»²⁶⁶

²⁶⁵ João David Pinto Correia, “Deslumbramento, horror e fantasia”, em Cristóvão, Fernando (coord.), *O Olhar do Viajante, dos navegadores aos exploradores*, «Série Literatura de Viagens», Coimbra, CLEPUL Almedina, 2003.

²⁶⁶ Ana Paula Avelar, “Damião de Góis e os cronistas da Expansão: esboços de uma presença”, em *Damião de Góis na Europa do Renascimento*, p. 304.

João de Barros dedica a sua *Ásia* ao «Muito Poderoso, e Christianissimo Principe ElRey Dom Joao Nosso Senhor, deste nome o terceiro de Portugal». Barros evidencia desde logo um grande e universal objectivo que preside toda e qualquer obra literária: a imortalização dos feitos que nela figuram «[...] fazerem perpétuas».²⁶⁷ A essa *perpetuação* chamou João de Barros «hum Divino artificio, que representa[se] em futuro o que eles obravam em presente»²⁶⁸, explicando em seguida como se chegou ao entendimento, à fala, à escrita, sendo que às duas últimas associou um raciocínio paradoxal: sendo vivas, as palavras proferidas pelos humanos, perdem-na de imediato, pois não ficam registadas; contrariamente, as letras, corpos mortos, ganham vida, pois multiplicam no tempo o que os homens esqueceriam se apenas falassem. Outra interessante leitura é a da deturpação do objecto narrado: a fala corrompe-o, porque o modifica; as palavras permitem que «per meio dellas no fim do Mundo tão presentes [erão áqueles que então forem, no]ssas pe]lloas, feitos, e ditos». E cabe ao Homem «humana natural, e ju]sta obrigação, que a]l]i devemos ser diligentes, e [olicitos em guardar em futuro no]ssas obras, pera com ellas aproveitarmos em bom exemplo»²⁶⁹.

A sua proposta é escrever, eternizando, sobre «o de]cubrimento, e conquista do Oriente». Dada a magnitude da tarefa a que se propunha, Barros apresenta o seu plano de trabalhos como se tratasse de um «arquitecto»: primeiro o traçado da obra e só depois a fase da execução, o que mostra o seu raciocínio metódico, planificador e estratégico. A sua obra é metáfora de um «edifício» a ser apresentado ao rei que, como um juiz de direito, julgará o seu conteúdo por ser ele a aglutinar as características que lhe permitem decidir sobre o conceito de verdade de uma obra: um conceito de verdade que assenta os seus pilares nos «Autores» dos «trunfos deste Reino».²⁷⁰

Sobre a sua obra, assume humildemente ser inferior ao “rascunho” de Homero – a «Batrachomiomacia»²⁷¹, que serviu de *incipit* para a *Eneida* – mas a que, estilisticamente, se refere como «humana pintura metafórica de exércitos, e victorias

²⁶⁷ Todas as referências retiradas do Prólogo encontram-se em João de Barros e Diogo do Couto, *Décadas da Ásia*, vol. I, *op. cit.*

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Idem, *ibidem*.

humanas»²⁷² e que, tendo como protagonista a «figura racional do Emperador Clarimundo»²⁷³, é dedicado a El-Rei D. Manuel I.

A modéstia parece abandoná-lo um pouco, quando ao estilo do discurso indirecto livre nos transmite que, até então, o rei ainda não havia encontrado ninguém capazmente confiável para descrever as empresas portuguesas orientais²⁷⁴. O seu esboço constituiu assim a materialização da sua audácia e tal feito não podia ser minorado nem deixado ao acaso.

A morte de D. Manuel²⁷⁵ viria a «suspender», nas exactas palavras de Barros, o seu trabalho, acrescentando o facto de ter sido nomeado tesoureiro da Casa da Índia e Mina e depois feitor das mesmas, cargos que lhe traziam um extremo cansaço que lhe toldava a capacidade para escrever²⁷⁶, mas que não lha extinguíam, pois essa era a sua missão (« estava ordenado »).

Esse avivar de esperança está relacionado com a descoberta, entre papéis seus, de umas cartas escritas por D. Manuel aos governadores D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque «que conquistaram, e governaram a Índia», os quais lhe escreviam os feitos que iam atingindo com o intuito de os eternizar na escrita. Tal causa – a de os próprios agentes desejarem firmar por escrito tais gloriosos feitos – foi seguida por um objectivo similar ao do ano de 1531, quando D. João III escreveu a D. Nuno da Cunha que governava a Índia para que escrevesse sobre o Oriente, o que não se veio a cumprir, «porventura por elle falecer».²⁷⁷

Para que o desejo de redigir as memórias da Índia não se esmorecesse, João de Barros determina para si, numa espécie de missão, a consecução desse projecto e dirige-se agora a um *tu* presente: para que pudesse pagar a confiança que «ElRey Voſſo Padre de mim teve», trabalhou de dia como feitor e de noite como *scriptore* para dar forma a esta obra.

O seu auto-comprazimento é bem camuflado por mais um discurso proficuamente encarecido de uma bela analogia: o que nasce espontaneamente da

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Idem, *ibidem*.

²⁷⁴ Idem: « [...] mas que nunca achara peſſoa de que o confiaſſe: que ſe me eu atervia a eſta Obra [...], o meu trabalho não ſeria ante elle perdido.»

²⁷⁵ Eufemisticamente traduzida na expressão: « [...] aprouve a Deos levar a ElRey Voſſo Padre áquelle celeſtial aſſento, que ſe dá aos Catholicos, e Chriſtianiſſimos Principes [...] », em idem, *ibidem*.

²⁷⁶ Barros descreve a dureza desses mesmos cargos através das seguintes palavras: « [...] pois levam todolos dias della [a vida], e com a occupação, e negocio de ſuas Armadas, e Commercios affogam, e cativam todo liberal engenho », em idem, *ibidem*.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*. D. Nuno da Cunha faleceria em 1539.

terra, a terra abraça e ajuda a crescer; o que não, a terra não deixa viver. O que João de Barros é espontânea e intrinsecamente seu; é terreno e natural e nasce do «zelo de gloria [...] e fama a meus naturaes, que militando nellas [nas terras do Oriente] verteram seu sangue, e vida»; o que «outros» fazem é por «obrigação de officio, profi[[ç]ão de vida, a agricultura de beneficios». O corolário dessa sua missão encerra-se na frase «fui o primeiro» a dar corpo aos feitos da Ásia, deixando-os crescer natural e não artificialmente.

Já Fernão Lopes de Castanheda, a quem Lopes de Almeida apelidou de «o escritor diligente e sincero da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*»²⁷⁸, mostra a sua veracidade no estilo através da utilização de referências deícticas de pessoa e de espaço, citando-se uma frase da sua obra: «o que eu vi por ir na nao»²⁷⁹. Tal utilização faz-nos, de imediato, recorrer à prosa de Gaspar Correia que igualmente atesta a sua presença e, por isso, a sua *veracidade discursiva*, por meio de verbos da área da visão, da proximidade com o objecto narrado²⁸⁰.

A presença de Correia e Castanheda na Índia e, por vezes, em momentos que ambos relataram nas suas obras, também é um dos pontos focados por Lopes de Almeida, quando nos diz que «[...] nesta viagem de Diu [em 1531] tomaram parte dois historiadores dos feitos da Índia, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia [...] que não esquece a parte que lhe coube como armador de um seu catur, integrado na grande armada, e também combatente».²⁸¹ Essa presença concomitante dos dois cronistas (que nunca se referem um ao outro nas suas crónicas) foi igualmente atestada por Ana Paula Avelar, aquando da tomada de Diu por D. Nuno da Cunha, em 1531: «[...] entre os acompanhantes de Nuno da Cunha, surgem dois historiadores, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia. É interessante ter em conta que não encontramos referência a Fernão Lopes de Castanheda nas *Lendas da*

²⁷⁸ As referências ao seu prólogo irão utilizar sempre a mesma fonte já citada: *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, int. e revisão de M. Lopes de Almeida. Esta citação cf. pág. V.

²⁷⁹ Idem, p. XII.

²⁸⁰ Tal como Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda terá ido para a Índia para desempenhar algum cargo administrativo, tal como é avançado por Lopes de Almeida, na introdução de *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. XV: «Iria, talvez, desempenhar algum cargo administrativo, de escrivania junto de seu pai no serviço da ouvidoria da cidade de Goa, ou qualquer outro semelhante.»

²⁸¹ Esta frase vem rebater as vozes contrárias – a de Banha de Andrade – à participação neste acontecimento de 1531, no governo de D. Nuno da Cunha, e que colocava Gaspar Correia fora de possibilidade de ser comandante de um catur. Cf. pág. 42 da nossa dissertação.

Índia, nem qualquer menção a Correia na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.»²⁸²

Também ele, à semelhança de João de Barros e Gaspar Correia, se empenhou, laboriosamente, durante um longo período de tempo na elaboração da sua *História*²⁸³.

Na linha de Barros, Castanheda apresentou a figura régia como a mais sabedora e mais elevada na condução dos destinos do reino e também o seu papel primordial na recuperação e manutenção da memória colectiva do povo português²⁸⁴, num discurso pautado pela *veracidade histórica*²⁸⁵.

A *História* é, no entender de Castanheda, um grande veículo de ensinamentos para os Príncipes que dela conseguirem fazer uso, pois a sua objectividade e carácter inumano permite-lhe constituir-se como um verdadeiro conselheiro exemplar²⁸⁶.

Por estas razões apresentadas, diz Castanheda, um pouco à semelhança da atitude de Barros na captação da *benevolentia* do rei, quais as motivações para a consecução do seu trabalho: esta *História do Descobrimento e Conquista da Índia* serviria os propósitos da transmissão, ao mundo, das grandes empresas orientais portuguesas, permitindo que os feitos lusitanos, quando escritos, se elevassem e se sobrepusessem aos dos antigos «Gregos & Romãos», pois têm «auãtage, porque as [suas] cõqui[ta]s forão todas per terra [as dos Antigos] [...]. E a da India foy feita por mar & por vo[ss]os capitães, & cõ nauegação dũ anno & doito me[se]s & de [se]is ao menos [...]».²⁸⁷

Numa missão de recuperador de factos que quase irremediavelmente se iam perdendo, Castanheda abraça este trabalho. Sendo o intento de Gaspar Correia paralelo ao seu, torna-se importante a sua presença na Índia²⁸⁸.

Como Gaspar Correia, também Castanheda menciona fontes que consultou, como cartas e sumários, os locais que viu, determinantes para escrever com exactidão histórica.

²⁸² Ana Paula Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda...*, p. 40.

²⁸³ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, pp. XXIII-IV.

²⁸⁴ Idem, p. XXVIII.

²⁸⁵ Idem, p. XXX.

²⁸⁶ « [...] porque hi & nas hi[st]orias acharão ca[so]s conformes aos em que se con[se]lhão, em que elas como pe[so]as de[se]apa[ss]ionadas dão mais verdadeiros cõ[se]lhos que os con[se]lheiros, que muitas vezes errão como humanos. Do que verdadeiramente se pode colegir que a hi[st]oria he muyto mais proueitosa & nece[ss]aria pera os princepes que pera os homens pruiados [...]», em idem, p. 4.

²⁸⁷ Idem, ibidem.

²⁸⁸ « [...] pera o que me ajudou muito ir á India, onde fuy cõ Nuno da cunha em companhia do licenciado Lopo Fernandez de Castanheda meu pay [...]. E a riqueza que lâ trabalhey por alçãçar, foy [s]aber muyto particularmente o que ate aquele tempo fizerão os Portugue[se]s no de[sc]obrimto & conqui[sta] da India, & i[sto] não de pe[so]as quaei[que]r, [s]enão de Capitães & Fidalgos [...]», em idem, pp. 4-5.

A tónica de ambos os discursos centra-se no *ver*, na sensação de *experimentação*, que impede a corrupção da verdade²⁸⁹.

A inveja dos que o maldisseram quase levou a que Castanheda pensasse em não publicar o terceiro livro e os restantes. Apenas o manteve seguro e irredutível na prossecução das suas publicações «ho fauor de tamanha mercê [de V.A.]», que o defendeu de «inueio[os, nem mal dizKtes».²⁹⁰

Damião de Góis, na sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, atribui a coroação de D. Manuel a um desígnio divino que afastou todos os outros legítimos pretendentes ao trono. Como Veríssimo Serrão afirma: «Góis pôs a sua experiência de homem do tempo na descrição de acontecimentos próximos, buscando o fio explicativo de acções que ainda se mantinham vivas na lembrança dos homens».²⁹¹ Como os cronistas da Expansão, também Góis faz uso da memória atestando o que narra com o que viu, viveu ou teve amplo conhecimento.

Para Góis, nenhum cronista pode ter a pretensão de escrever sobre toda a *História*, mas é humilde ao ponto de admitir que só falará de partes dela²⁹². Mas a sua obra não deixa por isso de ser considerada por J. Cândido Martins, como «[...] uma das primeiras, senão a primeira, grande crónica régia que tem como assunto a época áurea dos Descobrimentos portugueses em toda a sua plenitude.»²⁹³

E, se nos prólogos de cada um dos cronistas atrás referidos, podemos desde logo encontrar particularidades de estilo e alguma diferenciação de objectivos, será que na *Crónica de D. Manuel* e nas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia apresentará disparidades mais ou menos acentuadas entre uma e outra? Ambas são crónicas, mas enquanto a primeira é régia, a segunda é da Expansão.

²⁸⁹ «[...] quK há de[creuer hi]storias há de fazer as diligKcias que eu fiz & **ver** a terra de ≡ há de tratar como eu **vi** [...] [...] Porque muyto [obrenatural há de ser ho engenho que há de [aber e[creuer do que nunca vio. O que [e me não pode dizer Porque **vi** tormentas, **vi** batalhas no mar & peleias na terra, & e[pedaçar nauios, & bater muros & vKcer a [migos, & falo como e[prementado [...]», em idem, p. 495.

²⁹⁰ Idem, ibidem.

²⁹¹ Idem, ibidem.

²⁹² Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Prólogo: «[...] assim como ela é infinita [a História], também seus louvores não têm limites a que se possam reduzir. E, porque tudo o (que se trata) [sic], nesta parte, é quase nada, em comparação com o que devia ser, mudarei de rumo para aproar a um assunto no qual, por certo, não ousaria nem deveria tocar, se mo não fosse ordenado por V. Alteza (O Infante Cardeal D. Henrique).»

²⁹³ J. Cândido Martins, “Damião de Góis e a embaixada a Leão X: descriptio e fortuna”, em *Damião de Góis na Europa do Renascimento*, p. 458.

2.2 A *Crónica de D. Manuel* e as *Lendas da Índia*: duas formas de cronística quinhentista

[...][Gaspar Correia] escreveu as “*Chronicas dos Reys de Portugal*” e “*Sumários das Suas Vidas*”, onde recolhe trabalhos de cronistas conhecidos, sumariando e completando aspectos que considerava dignos de nota. [Este será] um ensaio para uma narrativa que integrasse a experiência vivida pelos portugueses no Oriente²⁹⁴.

A escrita de Gaspar Correia está de certo modo ligada ao governo de Afonso de Albuquerque na Índia. Visto Correia ter sido seu escrivão por cerca de três anos, na sua escrita perpassa a admiração que este nutria pela personalidade marcante de Albuquerque²⁹⁵.

A sua linguagem parece ter absorvido a aura de Albuquerque e, assim, nas páginas das *Lendas*, podemos quase contactar, *in loco*, com as realidades descritas: «Então, vindo de terra visitaçõ do Rey com muyto refresco, que lhe mandou per hum seu regedor, tambem chegou o chatim dono da nao com dous barcos carregados de fardos carregados de fardos d´arroz e d´açquere, e muytas galinhas, e frutas verdes e de conserua [...]».²⁹⁶

Este realismo e visualismo²⁹⁷, aliados à minúcia da informação recolhida²⁹⁸ e sobriedade da linguagem, presentes na escrita de Correia talvez tenham até sido

²⁹⁴ Luís de Albuquerque, “Correia, Gaspar”, *Dicionário de História...*, vol. I, p. 296.

²⁹⁵ «[...] elle, como homem prudente, consirando em sy tamanha cousa como a gouernança da Índia, cousa de tamanho pezo, e tamanha conta auia de dar a Deos do que mal acertasse, e a ElRey, que nelle confiara tamanho encargo de auer de ministrar a Índia [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 6.

²⁹⁶ Idem, p.389.

²⁹⁷ Igualmente apresentados por Luís de Albuquerque como características idiossincráticas (a par do providencialismo) da sua obra, em *Dicionário de História*, vol.I, p. 296. Cf. A. Coimbra Martins: «Gaspar Correia [...] VISIONA a história, reconstituindo as cenas. Como se tivesse assistido aos acontecimentos, substância da história. É a atitude do memorialista. [...] Porque certamente não assistiu à maior parte do que conta como se tivesse presente. [...] quer fazer crer que «esteve presente», em *op. cit.*, p. 22. Gostaríamos ainda de apontar uma referência que encontramos na *História da Literatura Portuguesa*, de Albino Forjaz de Sampaio sobre a arte portuguesa em ligação com o Oriente. O autor destaca o nome do pintor Gregório Lopes, «autor do tríptico feito cêrca [sic] de 1519 para o altar de Santa Auta do convento da Madre de Deus, de Lisboa [...]» e em quem homens da literatura certamente se inspiraram: «O que nos ficou dela [da obra] basta contudo para mostrar que os escritores coevos, ou se chamassem João de Barros ou **Gaspar Correia**, ou não tivessem sequer nome, como alguns dos anónimos autores da História trágico-marítima, tiveram na obra dêsse [sic] artista a imagem plástica e viva dos factos e acontecimentos que êles [sic] tão admiravelmente [sic] souberam por sua vez evocar nas

influenciados pela necessidade premente de deixar um testemunho bastante verosímil (deixando de lado a maturação textual e sobrevalorizando o carácter imediato presente na transmissão da oralidade à escrita) da acção governativa de Albuquerque e, claro está, do que antecedeu a sua chegada e, posteriormente, dos governadores que se seguiram no cargo, até 1550, ano em que poderá ter terminado de compilar os dados para a escrita das suas *Lendas*²⁹⁹, isto porque José Manuel Garcia afirma que «A análise interna da obra manuscrita de Gaspar Correia permite perceber que a sua redacção se concretizou sobretudo nos anos de 1561 a 1563».³⁰⁰ O autor concluiria que «A redacção desta obra [*Lendas da Índia*] ter[á] acabado em 1563 [...]».³⁰¹

Gaspar Correia compilou, a partir de 1532, as crónicas dos reis de Portugal (em que menciona os nomes de Duarte Galvão³⁰² e Rui de Pina, deixando de fora o nome de Fernão Lopes de Castanheda, o que provocou o estranhamento de José Pereira da Costa³⁰³) e escreveu as dos reis D. Manuel e D. João III³⁰⁴. Nestes últimos sumários, Correia não revela quaisquer autores dos manuscritos que consultou; por isso, afirma José Pereira da Costa, que estes «[...] eram pelo menos apócrifos»³⁰⁵ e

suas sentidas e coloridas narrações», em Albino Forjaz de Sampaio, *op. cit.*, pp. 319-20. Sublinhado nosso.

²⁹⁸ José Pereira da Costa refere a proximidade entre os “códices” de Gaspar Correia e de Duarte Galvão. O primeiro ter-se-á inspirado no segundo (calcula-se que se conheceram em Goa, em 1515) aquando da recolha e cópia de manuscritos bem como o registo de acontecimentos utilizados para a feitura das suas *Lendas*, em Gaspar Correia, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas*, leitura, int. e notas de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996, p. VII.

²⁹⁹ Diogo Barbosa Machado relata a “viagem” que os quatro livros da sua obra fizeram: de D. Miguel da Gama para seu sobrinho, o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, em cuja livraria se conservam. Refere ainda outra cópia, reduzida, na livraria do Marquês de Abrantes, em *Biblioteca Lusitana*, tomo II, p. 346. Tal como o próprio Gaspar Correia afirma no Prólogo do tomo IV: «E no anno de 1550 veo do Reyno por Governador e Visorey da India Dom Afonso de Noronha, de que n’este liuro nom escreuy nada, porque tenho posto em minha vontade nom escrever mais que até o anno de 1550», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. IV, p. 7.

³⁰⁰ José Manuel Garcia, *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 114.

³⁰¹ Idem, p. 486.

³⁰² Gaspar Correia nutre admiração por este cronista que faleceu em 1517. Como já referimos, tiveram contacto um com o outro na Índia, sabendo Correia que Galvão tinha sido incumbido por D. Manuel. Cf. Gaspar Correia: «No qual trabalho andando Duarte Galvão, em ajuntar e cronizar as ditas lendas, ElRey o enuiu por embaixador ao Preste João, em companhia d’outro embaixador que o mesmo Preste lhe mandara», em *Lendas da Índia*, liv. III, p. 7.

³⁰³ José Pereira da Costa enfatiza a ligação que existiu entre Gaspar Correia e Duarte Galvão, nem que fosse pelo facto de o primeiro ter mencionado o nome deste nas *Lendas*, o mesmo já não é considerado no que toca a Fernão Lopes de Castanheda. Embora este tenha estado na Índia ao mesmo tempo que Correia, mas por um período de apenas dez anos, como já referido por nós, nenhum deles menciona o outro nos seus trabalhos, em Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, p. XXVIII.

³⁰⁴ Cf. idem.VII. José Manuel Garcia diz-nos que «[...] o seu primeiro trabalho historiográfico foi realizado mais tarde [depois de ter convivido com Afonso de Albuquerque], entre 1 de Agosto de 1532 e 1533, consistindo na cópia e adaptação de crónicas de reis portugueses escritas por Duarte Galvão e Rui de Pina.», em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão...*, p. 113.

³⁰⁵ Gaspar Correia, *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas*, p. VIII.

que, relativamente às *Crónicas* dos dois últimos reis, ele deve ter sido «[...] o autor destas e prioritário em relação aos outros cronistas».³⁰⁶

Na introdução às *Crónicas de D. Manuel* e de *D. João III*, José Pereira da Costa junta-se a Banha de Andrade no que toca à sua concepção, por comparação ao restante códice do autor, mas ressalva: «[...] Correia por várias vezes afirm[a] que são cópias ou sumários de escritos que pela Índia achou[...]».³⁰⁷ Por isso, é necessário pôr o problema da autoria e da sua primazia no que toca à feitura deste género de crónicas.

Daí a necessidade do estudioso colocar a tónica na forma verbal “deve ter sido”, marcando a distância da certeza quanto à sua autoria e, mais uma vez, primazia, dado que o seu trabalho apresenta relações evidentes com o de Duarte Galvão. No entanto, e visto ser evidente a proximidade de estilo num género literário como o da cronística (régia)³⁰⁸, o uso dos mesmos termos e da mesma estruturação e organização do discurso levam a que não seja possível determinar «quem copiou, de onde copiou e como copiou»³⁰⁹, embora José Pereira da Costa diga que é igualmente possível que Galvão possa ter inspirado ou aconselhado Correia a reunir informações para elaborar um códice ou que poder-lhe-ia ter cedido cópias da sua crónica de D. Afonso Henriques ou de outros papéis³¹⁰.

Já Lindley Cintra, em “Sobre o Códice Alcobacense 290 (ant.º 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (Autógrafo de Duarte Galvão?)”, afirma, depois de uma análise feita a esse códice que: «Duarte Galvão (...) não é apenas o autor da *Crónica de D. Afonso Henriques* que lhe é geralmente atribuída, mas também o de *Sumários das Crónicas dos Reis de Portugal* que atingiam o reinado de D. João II».³¹¹ Depois de uma análise à caligrafia do códice alcobacense 290, Cintra conclui: «[...] não pude concluir, com segurança, que se devessem à mão de Duarte Galvão

³⁰⁶ O autor anteriormente citado refere que a crónica de D. Manuel se estende por cinquenta fólios do códice de Gaspar Correia: 290vº. a 341vº, pp. IX e XXIII.

³⁰⁷ Idem, pp. XXIV-XXV.

³⁰⁸ Gaspar Correia menciona que a Duarte Galvão cabia a missão de reunir informações para escrever uma crónica régia sobre os reis antecessores de D. Manuel, tal como Gaspar Correia faria para o próprio D. Manuel, em *Lendas da Índia*, liv. III, p. 7.

³⁰⁹ Idem, ibidem. José Pereira da Costa refere-se à caligrafia que era uma prova individualizante do cronista. No entanto, e como as informações contidas nos códices contemplavam anos de pesquisa, há fólios que são acrescentados mais à frente, há outros deixados em branco e que nunca foram completados, provavelmente à espera de uma informação que nunca terá sido confirmada. Outros há que são colados ou restaurados ou emendados.

³¹⁰ Idem, pp. XXVII-XXVIII.

³¹¹ Luís F. Lindley Cintra, “Sobre o Códice Alcobacense 290 (ant.º 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (Autógrafo de Duarte Galvão?)”, Separata do »Boletim de Filologia«, tomo XXIII, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1974, pp.260-1.

nem o texto-base nem as numerosas correcções, interpolações e aditamentos do códice» e acrescenta: «Há, neste início do século XVI, letras tão semelhantes entre si que se torna, como é geralmente reconhecido, muito difícil distinguir umas de outras».³¹² Ainda assim, é crível ao autor estar em presença do «[...] manuscrito original (devido a Duarte Galvão ou a um copista às suas ordens) do trabalho que chegou a realizar para cumprir o mandado de D. Manuel a que alude no prólogo da *Crónica de D. Afonso Henriques*, manuscrito de que Rui de Pina teria tomado conhecimento e que teria tentado adoptar como ponto de partida para a redacção das Crónicas posteriores à de D. Afonso I».³¹³ Mesmo em relação à autoria dos *Sumários das Crónicas dos Reis de Portugal*, Cintra inclina-se para a autoria atribuível a Duarte Galvão, pois tal poderia levar a que igualmente se recusasse ser da sua autoria a *Crónica de D. Afonso Henriques*³¹⁴.

Gaspar Correia, no Prólogo do Livro III das *Lendas da Índia*, apresenta Duarte Galvão como o primeiro a tornar eternas as memórias dos reis:

«seu cronista mor, que com muyto cuidado trabalhasse, buscando o tombo de seu antigo cartorio, e ajuntasse e fizesse cartorio nouo de breue sumario das vidas e feitos dos Reys seus antecessores.»³¹⁵

Gaspar Correia referencia o reinado de D. Afonso Henriques assinalando-o e relacionando desse modo a missão providencialista de Portugal na expansão da fé e da eliminação das seitas pagãs, chegando à lenda do Preste João: « No qual trabalho andando Duarte Galvão, em ajuntar e cronizar as ditas lendas, ElRey o enuiu por embaixador ao Preste João, em companhia d'outro embaixador que o mesmo Preste lhe mandára». Será então referido Rui de Pina: « Polo que ficou seu encargo a Ruy de Pina, a que ElRey deu o cargo de Cronista mor, que tambem fez e ajuntou, per os papes velhos do tombo, algumas lendas dos ditos Reys, e de cada hum pouqa cousa, por tudo estar esquecido e perdido, por nom auerem costume de os Reys terem cronistas que escreuessem suas cousas».³¹⁶

Comprovada a impossibilidade de determinar, no seu conjunto, a autoria de Gaspar Correia no que toca aos *Sumários das Crónicas dos Reis de Portugal*,

³¹² Idem, p. 262.

³¹³ Idem, p. 266.

³¹⁴ Idem, p. 273.

³¹⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 6. Sublinhado nosso.

³¹⁶ Idem, p. 7.

importa recordar que se referenciou o fervor da Cruzada, das notícias de que existiam comunidades cristãs perdidas no meio do território asiático e com as quais se podiam estabelecer interdependências de cariz espiritual e, concomitantemente, de aproveitamento comercial, o que deu azo a que a aventura de descobrir e governar ganhasse ainda mais razão de ser. Daí, a clara alusão, por parte de Gaspar Correia, ao Preste João relacionando-o indirectamente com o Milagre de Ourique: Deus havia incumbido os portugueses da missão de propagar a fé católica, estabelecendo alianças cristãs nos territórios ainda pagãos e infiéis.

Além do Preste João, D. Manuel incumbiu os seus governadores de confirmarem a veracidade da presença do Apóstolo S. Tomé na Índia, que, pela sua importância, constituiu, à semelhança do Preste João, uma demanda santa exigida pelo monarca português: a de procurar a modesta capela bem como os moradores cristãos que se haviam fixado naquela área.

Gaspar Correia interessou-se desde 1521 por este Apóstolo, quando esteve em S. Tomé de Meliapor e assistiu a uma missa, tendo estado perante uma relíquia que continha uma sua «pegada e joelhada».³¹⁷ Tal como na produção das *Lendas*, Correia seguiu o método de “inquirição de testemunhas”, neste caso, em «Paleacate e Costa do Choromandel».³¹⁸

De dados similares se serviu Gaspar Correia para dar corpo à *Crónica de D. Manuel*. Estando já na Índia, tinham de ser as armadas que iam aportando no Oriente a transmitir-lhe o que ia sucedendo no reino, as ordens emitidas por D. Manuel em alvarás, as concessões atribuídas a capitães, a vedores da fazenda ou a moços de escrivania. Recorde-se que ambos os cargos foram desempenhados por Gaspar Correia. Com as notícias que sulcavam os mares, misturava o cronista os acontecimentos que iam sucedendo na Índia.

Além desses testemunhos ligados à dinâmica da Expansão, Gaspar Correia refere outras fontes utilizadas para a feitura da sua *Crónica*. Logo no fólio CCLXXX, o cronista apresenta a subida ao trono de D. Manuel como estando determinada no

³¹⁷ Cf. José Pereira da Costa, *Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985. Maria João Nunes de Albuquerque diz-nos que «[...] a viagem do texto da lenda de S. Tomé do mesmo cronista Gaspar Correia se terá iniciado em Cananor sob a responsabilidade de Nuno da Cunha, e embora politicamente a obra tenha sido produzida por encomenda régia, a articulação, ao nível do poder [...] se tenha devido ao próprio governador.», em *Damião de Góis na Europa do Renascimento*, p. 190.

³¹⁸ Na introdução das *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, José Pereira da Costa dá conta dos documentos que estão contidos no códice de Gaspar Correia, especificando os fólhos que correspondem a cada um deles, p. XXIII.

testamento de D. João II³¹⁹. Imediatamente no fólho seguinte – CCLXXXJ – o cronista refere cartas, opiniões e avisos de alguns venezianos a D. Manuel sobre as «cousas da Índia» que levaram o monarca a determinar de as mandar descobrir³²⁰.

Todo o relato da descoberta de Vasco da Gama e do vice-rei D. Francisco de Almeida³²¹ e governador Afonso de Albuquerque nasceram a partir de leituras e/ou relatos.

Por isso, ao longo da *Crónica*, vão figurando várias passagens em que podemos ver que Gaspar Correia utilizou igualmente como recurso outra documentação de que terá tido conhecimento, recorrendo também a memórias suas: a cartas de D. Francisco de Almeida ao rei, a memórias do tempo em que esteve ao serviço de Afonso de Albuquerque, a graças e privilégios concedidos por D. Manuel, a breves apontamentos sobre o governo de Lopo Soares, à descrição da viagem à terra do Preste João, já no governo de Diogo Lopes de Sequeira, à embaixada de Tristão da Cunha a Roma, e, finalmente, às palavras proferidas por D. Manuel aquando da sua morte. Por uma questão de facilidade de leitura, apresentamos os fólhos em que são referidas a documentação e comentários do foro pessoal de Gaspar Correia em forma de um quadro-síntese. Nele, estão contidos os referidos fólhos bem como um breve resumo do seu conteúdo.

³¹⁹ Idem, p. 1.

³²⁰ Idem, p. 2.

³²¹ Idem, fol. CCC (vº.), pp. 32-3. A carta aparece transcrita em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, pp. 897-923.

Crónica de D. Manuel, um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia

ACONTECIMENTOS

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	Fóli./Pág.
1507	Portugal → Índia	Quando Fernão Soares partiu como capitão-mor para a Índia	CCCC(vº)/ pp.32-3
		D. Francisco de Almeida	CCJ(vº)/ pp.37-9
			CCCIJ (vº)/pp. 39-40
			CCCCIJ (vº)/pp.4 2-4
	Índia		
		Gaspar Pereira	CCCCIII/ pp.44-6
			CCCCXJ/ pp.70-1
		Afonso Albuquerque	CCCCXV J(vº)/ pp.87-9
1519 - depois	Benasterim	D. Manuel	CCCCXVI JJ(vº)/ pp.94-5
1514	Portugal → Ormuz	Cristóvão de Brito Nicolau de Ferreira	CCCCXX/ pp.98-9

Aparece transcrita a carta que D. Francisco de Almeida, magoado com a morte do filho e outros desgostos, escreveu a D. Manuel e onde constavam algumas palavras do que se viria a passar na Índia: os mouros se iriam juntar em grande poder, vindos de Malaca até Ormuz, para destruir o poder português. (A carta aparece transcrita nas *Lendas da Índia*, liv.I, pp.897-923)

É referida uma carta de D. Manuel dirigida ao vice-rei em que aquele mostra o seu contentamento pelo facto deste ter tomado Quíloa e Mombaça.

Prevenido como era, D. Francisco de Almeida, na sua carta, lamenta-se de o rei não ter lido algumas cartas sobre os tributos que os reis orientais lhe deviam, mas como ele guardava os «trelados» (cópias), lembrava-se com toda a certeza dos conteúdos que escrevera.

O vice-rei, numa outra carta, é peremptório em dizer ao rei que, quantas mais fortalezas tiver na Índia, mais fraco será o seu poder, pois onde os portugueses têm de estar agora assegurando o seu poder é no mar e não em terra, onde só se pode «meter senão arroz». Fala ainda da guerra nos mares que agora se disputa com venezianos, turcos e mamelucos do Soldão; da localidade de Cranganor, onde se deveria instalar uma fortaleza; de especiarias, em particular da pimenta que vai de Malaca até Samatra, onde há uma terra chamada Pedir, onde há muita pimenta longa e curta.

D. Francisco fala do mar Roxo; do facto de as naus só poderem entrar no Estreito com ventos levantes; do rei de Narsinga não ser importante como aliado para a coroa portuguesa; reforça a convicção de que sabe de tudo o que se passa na Índia; e que, tudo o que interessa a D. Manuel saber ele tem-no escrito e disso tem cópias. É mencionada uma outra missiva, de D. Manuel, que acusa o vice-rei de lhe ocultar os navios que constrói e por onde os reparte. Nesta carta, é por variadas vezes referido o nome de Gaspar Pereira, um fiel servidor do vice-rei. Depois de mais algumas informações, o vice-rei dá finalmente conta do presente da escrita - «xxix de Outubro», quando chegou Álvaro Barreto. Diz que entregará o seu mandato a Afonso de Albuquerque, servindo, mais uma vez, Gaspar Pereira de testemunha das suas palavras e promessas.

Dá-se por terminada a carta de D. Francisco de Almeida, da qual Gaspar Pereira tem uma cópia e cujo original foi enviada ao rei.

Vemos a rara presença em primeira pessoa de Gaspar Correia: aquando da tomada de Malaca, o cronista diz recordar-se das palavras de Afonso de Albuquerque acerca desse acontecimento: tudo o que os portugueses queimaram e trouxeram de lá, vale mais do que a própria cidade de Lisboa.

É referido o acto de D. Manuel que concedeu à localidade de Benasterim o estatuto de cidade por meio de graças e privilégios concedidos por cartas patentes. Em 1519, concedeu aos moradores mercê das terras dessa localidade para que delas fizessem melhor conservação.

No ano de 1514, Cristóvão de Brito partiu de Portugal com Nicolau de Ferreira, que o rei de Ormuz mandara a Portugal como embaixador saber de que se revestia o verdadeiro poder da nação portuguesa. Este foi recebido novamente pelo rei de Ormuz que recebeu as cartas que vinham de Portugal e que expressavam o desejo de fazer amizade com este reino, amizade aceite pelo rei de Ormuz.

Crónica de D. Manuel, um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS		Fól./Pág.
1515	Índia	Lopo Soares de Albergaria	No início do governo de Lopo Soares de Albergaria, o cronista deixa transparecer a mágoa de Afonso de Albuquerque por crer que o rei não confiava nele, por o «achar um homem pecaminoso. E pois assim Deus me aprouve que estivesse mal com elrei por amor do povo e mal com o povo por amor a elrei acolher-me-ei à igreja, porque já não sei mais para onde ir» (grafia actualizada por nós). Gaspar Correia conta-nos que, estando Lopo Soares na Índia para tomar posse, Afonso de Albuquerque se encontrava em Ormuz e aquele, sem fazer como determinava o regimento do rei, toma imediatamente posse do governo.	CCXXIII(vº)/ pp.109-111		
	Mar Roxo (porto de Judá)		Depois da morte do segundo governador, e tal como ordenado pelo rei, manda uma armada para o mar Roxo, para o porto de Judá.	CCXXIII(vº)/ pp.111-3		
1518		Diogo Lopes de Sequeira	Vem para ocupar o cargo de governador Diogo Lopes de Sequeira que, por ordem do rei, mandou desfazer a fortaleza em Colombo. Na sua companhia, viria o embaixador Duarte Galvão.	CCXXV(vº)/ pp.115-6		
	Terras do Preste João	D. Rodrigo de Lima	Toda a descrição da ida às terras do Preste João parece presencial (mas sabemos que Gaspar Correia leu o livro do P.º Francisco Álvares), como é o caso do conhecimento das reacções do embaixador D. Rodrigo de Lima e do Barneães (capitão) quando se encontraram: «o embaixador com grandes exclamações com os olhos no céu dava a Deus muitas graças dizendo ao capitão-mor que iria provar a todos os portugueses que era um embaixador verdadeiro e não falso [...]. O embaixador foi enviado para o Preste [...] onde viram gente cujo único baptismo é o serem com sangue e ferro circuncidados, gente que não tem cuidado com as suas vergonhas, porque não as encobriam» (grafia actualizada por nós)	CCXXVI(vº)/ pp.118-9		
			Figuram igualmente prolepses referentes ao tempo de permanência dos portugueses no reino do Preste: «Guardando alguns dias, [Jorge de Abreu e D. Rodrigo de Lima] não foram levados, e só após dois anos os foram buscar»	CCCXXVII/p.120		
	Roma	Tristão da Cunha, embaixador de D. Manuel	Outra carta é transcrita, esta dando conta da entrada de Tristão da Cunha em Roma, onde foi como embaixador de D. Manuel e do presente (elefante) que levou e fala-se das «letras» que o rei português enviou ao papa sobre o modo como ele queria prerrogativas sobre a Índia e Etiópia, que lhe haviam sido dadas por Deus.	CCCXXXI/ pp.133-5		
			O embaixador pede a Sua Santidade que receba os seus humildes presentes.	CCCXXXI(vº)/ pp.135-6		
		D. Manuel	Apresentam-se as últimas palavras de D. Manuel aos filhos, já no leito da morte, sobre o modo como Deus o conduziu a conquistar os inimigos da Fé, ganhando-lhes «vilas, castelos, mares, terras [...] até ao Preste João», bem como a determinação dos conselheiros de enviar D. Nuno da Cunha como novo governador da Índia, homem talhado para continuar a missão divina de alargar, em nome de Nosso Senhor, a fama e glória de seus territórios.	CCCXXXVIII/ pp.163-5		

Deste modo, entrecruzando dois planos espaciais – Portugal e Oriente -, Gaspar Correia deixou, no que toca, neste caso, a acções protagonizadas por Afonso de Albuquerque, um testemunho pessoal sobre a vivência no Oriente. Os barcos que iam e vinham, as pessoas que chegavam e partiam reuniam em si um manancial precioso de informações que ele colheu e coligiu, fazendo das datas de posse da coroa por parte de D. Manuel e da sua morte as balizas temporais em que enformaria a sua crónica régia³²².

Numa nota curiosa e porque já falámos da concordância dos estudiosos em elogiar o visualismo aliado a um realismo existente nas palavras do cronista, José Pereira da Costa aponta para a descrição imagética do casamento de D. Beatriz e de todo o cortejo festivo que em volta dele se protagonizou na corte, onde o leitor seria tentado a dizer que os olhos do cronista viram o que descreveu. Mas tal era impossível. Em primeiro lugar, dado que, como já tratámos no capítulo anterior deste nosso trabalho, Gaspar Correia, ao embarcar para a Índia em 1512, nunca mais de lá terá saído. Em seguida, e tendo em conta que o casamento se realizou em 1521, nesta data Gaspar Correia estava em Meliapor, a assistir à primeira missa na Casa do Apóstolo Tomé, também já referenciado por nós³²³. É exactamente em 1521 que morreria D. Manuel, do qual Correia esboça uma biografia, nas palavras de José Pereira da Costa «[...] mais completa do que em Góis [...]».³²⁴

Deste modo, a *Crónica de D. Manuel*³²⁵, depois de apresentar a sucessão do «sobrinho», como figurava no testamento de D. João II, logo no fólho CCLXXXJ,

³²² Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, onde se faz referência a boa parte dos assuntos que a crónica contempla, de um modo enunciativo e pouco descritivo, porque de uma introdução se trata, comparando-as, por vezes, com os escritos de Garcia de Resende e Damião de Góis, pp. XXXI-VI.

³²³ Idem, p. XXXIV: desta página até ao final da “Introdução”, José Pereira da Costa descreve, pormenorizadamente, toda a cerimónia e festejos que se seguiram ao casamento da filha de D. Manuel, destacando Correia como o homem que «salvou do esquecimento o que nos outros autores não vem (...), o que se passou em Sabóia, o regresso da armada a Lisboa [...]» (p. XXXVI), apresentando o que nas várias fontes diverge: o número de embarcações que foram a Nice. Acrescenta algumas informações que Correia igualmente coligiu sobre o arcebispo D. Martinho da Costa e o seu empenho em se tornar cardeal.

³²⁴ Idem, p. XLV.

³²⁵ Todas as menções feitas, a partir deste ponto do nosso trabalho, ao conteúdo desta crónica foram retiradas da obra de Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, pp. 1-173. Cf. Gaspar Correia, onde se pode ler: «Tambem o Governador encomendou a este seu criado Manuel de Frias que tomasse toda enformação que pudesse aver da casa do apostolo são Tomé, que se dizia que estava n’esta costa [...]. Manuel de Frias foy ter no derradeyro lugar da costa, que se chama Paleacate, onde perguntando pola casa de são Tomé ouve enformação que no anno de 517 forão ter n’esta terra dous portugueses, que forão de Malaca com mercadores em nãos da terra, hum chamado Diogo Fernandes, outro Bastião Fernandes [...]. Os nossos, ouvindo contar taes cousas ao mouro, lhe rogarão que lhe mostrasse as cousas da casa [...]. O que o mouro fez com boa vontade, e lhe dixee que na capellinha jazia

apresenta D. Manuel, vivendo em tranquilidade; e, curioso com notícias de venezianos sobre as “cousas da Índia”³²⁶, determinou de a mandar descobrir.

Estando o país internamente apaziguado, era a altura certa para continuar o alargamento do império português que D. João II não continuara em virtude do seu falecimento. Escolhidos o «mancebo, bom cavaleiro» – Paulo da Gama – e seu irmão mais velho – Vasco da Gama, capitão-mor da armada, que aceitou a tarefa de «bom grado», os dois irmãos juraram, em segredo, ao rei, descobrirem a Índia «Deus querendo ou sobre a demanda morrerem e não tornarem a Portugal sem recado».³²⁷

Logo neste início da crónica, várias características da prosa de Correia (bem como do ambiente que se vivia na corte manuelina no contexto social da Renascença) ressaltam. Tal como temos vindo a referir, é evidente o tom realista que imprime na narração dos factos, mesmo os acontecidos quando o autor, pelos dados biográficos já por nós analisados, teria cerca de cinco anos, visto que se estava a reportar à data de 8 de Julho de 1497. Essa transcrição das palavras supostamente ditas pelos irmãos Gama quando juraram cumprir a missão de ultrapassarem o Cabo da Boa Esperança e chegarem à Índia envolve de tal modo o leitor que o leva a esquecer que Correia não estava presente aquando do sucedido (tal constatação de que Correia não havia estado presente em muitos dos relatos que narra levou a que Fidelino de Figueiredo, como já apresentámos, lhe apontasse falta de espírito crítico, de rigor). Mas essa questão de não ter estado presente, resolve-a o cronista logo nas palavras que dirige aos leitores das suas primeiras *Lendas*, explicando que: «[...] as que erão passadas [as lembranças] trabalhei com muito cuidado, **perguntando a homens antigos**, que foram neste descobrimento, e **as duvidas tirando com os proprios homens que nos feitos se acharão**, em que achei alguns homens que vierão nas proprias naos do descobrimento».³²⁸

sepultado o santo apóstolo [...]; e eu [Gaspar Correia] vi d’esta pedra hum pedaço em que estava fegurado o dedo polegar e os dous dedos a elle chegados. [...] Eu, Gaspar Correa, que esta lenda escreuo, fuy na companhia de Pero Lopes de Sampayo, por ver esta santa casa [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp.722-6.

³²⁶ «somente tinha hauido enformação per cartas que escreuera sobre isso a Veneza a hum principal mercador muito seu amigo, que lho fazia, e tratava suas encomendas, do qual tinha hauido resposta em que lhe dava larga conta da India, e de suas grandes riquezas de tratos que della corrião per muitos mares, e terras, per onde vinhão a Alexandria ricas mercadorias e especiarias aromáticas de que o Turco auia grandes proueitos, e dahi corrião per trato de mercadores, que as trazião a Veneza, que era o mor trato que nella auia, porque dahi corrião por todas as partes, em que ás vezes nas galés de Veneza corrião á Espanha, e hião vender a Lisboa, como tinha visto, mas a que parte era a India lho não sabião dizer», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p.9.

³²⁷ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fol. CCLXXXJ, pp. 1-3.

³²⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p. 2. Sublinhado nosso.

No manuscrito que conhecemos da *Crónica*, não encontramos qualquer indicação relativa ao modo como a arquitectou. No texto prologal às *Lendas*, Correia dá conta dos objectivos e/ou da metodologia presididas na concepção da mesma, apresentando nesta a sua crónica régia: «E quis tomar este trabalho a mi tão escusado, nascido da ociosidade, pois na Grande Chronica do Excellentissimo Rey Dom Manuel, que a India mandou descobrir, e do esclarecido Principe Dom João nosso Senhor, sucessor em sua gloria, em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição. Do que a mi somente fica ser escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida».³²⁹

Deste prólogo podem-se retirar várias linhas de análise: a primeira, a redacção das *Crónicas* poderá ter-se iniciado ou não depois da das *Lendas*; em seguida, parece o autor querer mostrar que naquela demonstra mais preocupação com o estilo e com a minúcia dos factos narrados («em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição») – vendo ou ouvindo (dado que as notícias que lhe iam chegando do reino, ele nunca as poderia ter presenciado, como atesta o verbo *ver*, mas apenas ouvido). A terceira parece-nos que completa a ideia de que Gaspar Correia não tinha como intenção glorificar o nome de D. Manuel nem o do sucessor, D. João III, à custa do encobrimento de algumas verdades, mas tão-somente dar conta das vitórias e derrotas dos Portugueses ou das suas acções de conquista ou mesmo de violência contra os povos orientais no sentido de se implantarem comercialmente nessas regiões.

E na prática? Será que, da comparação da *Crónica de D. Manuel* com as *Lendas*, as diferenças serão assim tão substanciais, como o autor nos parece fazer crer pelas palavras dirigidas ao “Leitor”? De pelo menos uma diferença não nos podemos esquecer: as *Lendas* contemplam cinquenta anos de presença portuguesa na Índia e o facto de o cronista ter vivido *in loco* alguns dos acontecimentos narrados leva-o a ser mais completo, o que não acontece com o texto onde crónica os reinados portugueses.

As *Lendas* comportam uma linha temporal bem mais longa que a da *Crónica*: embora ambas se iniciem pelos preparativos para a viagem inaugural de Vasco da Gama (nas *Lendas*, ainda podemos assistir a um período, embora curto, de vida de D. João II – dois primeiros capítulos do livro I das *Lendas da Índia*; já a *Crónica de D.*

³²⁹ Idem, *ibidem*.

Manuel se inicia com a morte do *Príncipe Perfeito* e a imediata sucessão do *Venturoso*), a *Crónica de D. Manuel* contempla apenas o período de tempo do seu reinado (até 1521). Já as *Lendas* recontam a história dos Portugueses na Índia até 1550. É da confrontação destes dois textos que iremos desvendar os processos de escrita de Gaspar Correia.

2.2.1 *Crónica e Lenda: duas realidades literárias distintas?*

Há diferenças e semelhanças na significação de cada um destes géneros que foram utilizados por Gaspar Correia na intitulação das duas obras que têm vindo a ser referenciadas por nós. No que toca ao seu conteúdo, haverá diferenças de método?

Uma similitude, pelo menos, ressalta destas duas crónicas: são ambas narrativas e partem da oralidade para chegarem ao registo escrito.

E começando pelo que já pudemos constatar das *Lendas*, há efectivamente uma relativa desorganização sintáctica a par da utilização de um vocabulário simples. E, se é verdade que muitas das acções descritas nesta crónica tiveram como base os testemunhos orais de gentes com quem Gaspar Correia se foi cruzando no Oriente, também é verdade que Gaspar Correia não reviu o seu texto. Ressalve-se o facto de, apesar de não se lhe conhecerem virtudes oratórias e retóricas e um vocabulário erudito, como era o caso de João de Barros ou Damião de Góis, este cronista foi secretário de Afonso de Albuquerque, tendo vindo a desempenhar outros cargos de alguma responsabilidade (como o de vedor da fazenda), o que nos leva pelo menos a admitir que, pese embora a sua falta de formação escolar, era confiável e pormenorizado no que escrevia.

Na *Crónica*, Gaspar Correia mantém um tom discursivo de terceira pessoa, aparentemente distanciado dos factos que conta, mantendo-se silencioso aquando da narração do fol. CCCXII (v.º), onde, retratando a figura e o governo de Afonso de Albuquerque, aparece a data de 1512, quando de Portugal veio (pela forma verbal “veio”, quem desconhece a data em que terá embarcado para a Índia, poderá pensar

que ele já lá se encontrava) Jorge de Melo³³⁰ e chegou a Goa, que estava em guerra com muitos mouros da ilha.

Talvez pelo menor número de factos narrados, esta narração apresenta, como foi anteriormente referido pelo próprio Gaspar Correia no Prólogo do livro I das *Lendas*, maior cuidado na sintaxe.

Veja-se, a título de exemplo, duas passagens referentes ao Cabo das Correntes, perto de Moçambique. Na *Crónica*, pode-se ler «[...] e cometeram [Paulo e Vasco da Gama] assim o seu caminho contra toda a razão e passaram o mar do dito Cabo das Correntes e meteram de longo da terra e vieram dar na boca de um grande rio [o Rio dos Bons Sinais, antes de Moçambique]». ³³¹

Veja-se a descrição das *Lendas*: «E porque achauão grandes frios, e os dias pequenos, disserão os pilotos que hião bem nauegados, como de feito dobrarão o Cabo sem o ver [...] e derão todas as velas, com que forão hauer vista da terra antes do Cabo das Correntes [...] se forão ajuntando até Moçambique [...]». ³³²

Podemos concluir, mais uma vez, que nas *Lendas* se incluem muitos relatos do que foi ouvido e visto tanto pelo cronista como por pessoas que ele inquiriu ou que simplesmente lhe contaram as aventuras por que passaram³³³. Quanto ao acrescentamento, e acreditando no cariz *verdadeiro* que Gaspar Correia, desde logo, quis imprimir ao seu trabalho, só pelo confronto com outras obras é que se podem tirar conclusões sobre a busca efectiva do sentido da veracidade ou não do seu discurso, tendo tomado como estabelecimento comparativo os textos prologais das crónicas de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis.

Mesmo quando Gaspar Correia, no Prólogo do livro II das *Lendas* se refere aos assuntos tratados no «primeyro Livro»: o «[...] milagroso descobrimento da India polas primeyras naos que partirão do Reyno de Portugal, no anno de 1497 [...]», até ao governo de D. Francisco de Almeida «[...] que he lenda de doze

³³⁰ No Capítulo I do nosso trabalho, concluímos que, nas questões de nomenclatura, Jorge de Melo Pereira era o capitão que havia embarcado para a Índia em 1512, com quem Gaspar Correia terá partido. Mas o próprio cronista apenas se refere a ele como “Jorge de Melo”.

³³¹ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fol. CCLXXXJIV (v.º), pp. 3-5.

³³² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 153.

³³³ Cf. Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, refere que na «[...] descrição de novos dados transmite-se o conhecimento do saber empírico e do que pela observação é de imediato apreendido» e continua, a propósito do sucedido com a armada de D. João de Lima, afirmando que Gaspar Correia «[...] apesar de não conhecer a espécie a que este peixe pertenceria, procura integrá-lo no conjunto das conhecidas, considerando o saber dos marinheiros, e afirmando que este exemplar só poderia ser um tipo de espadarte.», p. 55.

annos»³³⁴, os vocábulos “milagroso” e “lenda” não parecem apontar para a ficcionalidade do que narrou, mas antes para a intervenção divina que colocou os Portugueses no caminho para a descoberta e, posteriormente, lhes deu capacidade e mestria para governar o Oriente. Aliás, o cronista reforça o carácter verosímil do que narrará neste seu «segundo Livro»: «[...] recontarey, a Deos prazendo, da Lenda do illustre Afonso d’Albuquerque [...] e após elle outros Gouvernadores, que neste livro hirão intitulados, de que farey suas Lendas, com protestação de a nenhum tirar nada do bem ou mal que fizerão em suas gouernanças».³³⁵ Mal esse que crescia a toda a hora, diminuindo o bem que existia no início da descoberta e conquista da Índia.

Deste modo, ao descrever as acções heróicas de vice-reis, governadores, capitães-mor ou outras personalidades, Gaspar Correia quer deixar as memórias desses homens corajosos que, pelas acções praticadas, se mostraram e tornaram mais do que homens. Assim, como nos diz Ana Paula Avelar, «[...] a lenda associa-se a um significado diferente, ela reflecte um feito cuja explicação não é de todo explicitada pelo decurso natural de uma acção».³³⁶ Apenas no sentido de reiterar a ideia de que “lenda” se refere a história, a relato, diz-nos Luís de Albuquerque, na apresentação a Gaspar Correia: «A unidade da narrativa, a «lenda», corresponde à acção de cada governador».³³⁷

Não nos podemos esquecer é que, ainda assim, essa centralidade não explicava tudo e, aquilo que não se podia atribuir a causas humanas era milagrosamente explicado, como pudemos verificar na transcrição de parte do Prólogo do livro II das *Lendas*, em que o caminho marítimo para a Índia foi, por Gaspar Correia, adjectivado de «milagroso». O que nos propomos é assim diferenciar os objectivos presididos na elaboração da *Crónica* e das *Lendas*. Ambas falam de actos “milagrosos”? Ambas mostram a excelência do povo português, e expõem aquilo que Gaspar Correia queria expor: a *Idade do Ferro* que se veria no Oriente após a já vivida *Idade do Ouro*?

³³⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol II, p. 1

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ Ana Paula Avelar, *Visões do Oriente...*, p. 55.

³³⁷ Luís de Albuquerque, “Correia, Gaspar”, *Dicionário da História...*, vol.I, p. 296.

2.2.2 Os objectivos presididos na concepção das duas obras

*He verdade que quando comecey esta acupação de escrever as cousas da India erão ellas tão gostosas [...]; mas, porque as boas cousas pouquo durão, as bondades se forão danando e comrompendo [...] que nom deixarey de escrever [...]*³³⁸.

Decorrente deste visualismo e deste realismo na procura de escrever a *verdade* factual, Correia, embora iniciando a escrita da sua obra numa época em que se reconhecia a pouco e pouco o valor da experiência, em que se cultivavam as artes da Antiguidade, em que se lia, analisava e imitavam os Antigos, tinha duas condicionantes inultrapassáveis.

A primeira prendia-se com o facto de escrever no distante Oriente. A segunda, com o facto de, mesmo se experienciando uma evolução na mentalidade europeia – a passagem de um teocentrismo medieval a um antropocentrismo moderno – o providencialismo continuava a ser parte integrante das vivências quotidianas dos Portugueses, tal como se pode comprovar pelas palavras de Correia no Livro III, parte I, das *Lendas*: « [...] nom ouue alguém, que tomasse por gloria escrever e cronizar o descobrimento da India, tão milagroso, e depois suas conquistas, feitas per tão illustres capitães, em tantos feitos dinos de muyto louvor, que se ficassem em esquecimento seria tirar a Nosso Senhor os tantos louvores como lhe por ysso somos deuedores, por tão **milagrosos feitos** [...]».³³⁹

Povo católico, Portugal demonstrava-o ser: a presença da Inquisição era constante e aterrorizadora, a expulsão dos judeus e a proibição de ler os livros contidos no *Index* eram práticas do quotidiano. Gaspar Correia demonstra esse apego português ao Cristianismo e à sua expansão e consolidação em terras distantes em

³³⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 5.

³³⁹ Idem, liv. III, p. 7. Sublinhado nosso. Cf. Aurélio de Oliveira: «A construção mitológica, onde deambulam deuses, duendes e heróis sem escala humana ou revelado pela criação teológica, cede o lugar a um espaço real, delimitado, mas capaz de ser conhecido, dominado e alargado pelo homem, medido, cujo conhecimento é o único capaz de definir (ou alargar fronteiras). E as contraposições são enigmáticas. Em muitas circunstâncias nem o Renascimento foi capaz de fazer recuar estas fronteiras. A Teologia e a superstição mítico-teológica continuam com herança pesada na Renascença, por vezes, mesmo reforçada», em *Portugal no Encontro e Emergência do Novo. Os Novos Mundos*, in http://www.icea.pt/Actas/20_15h30m_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf, p. 9 (consultado no dia 21 de Agosto de 2008).

passagens tão comuns como a que encontramos logo no capítulo I do Livro I: “Como ElRey D. João mandou João de Covilhã e Gonçalo de Paiva, seus moços d’estribeira, que fossem saber das terras do Preste João da Índia”. O Rei D. João II disse aos dois homens (os referidos no título do capítulo) «[...] que fosse cada hum per onde Deos lhe desse vontade, e trabalhassem muito por saberem da India a que parte era, e passassem lá, e soubessem do Preste João que cousa era [...]».³⁴⁰ Com o falecimento de D. João II, sucedeu-lhe D. Manuel «[...] o qual prouendo as cousas do Reyno, que lhe comprião, depois de todo assentado, e por Nosso Senhor ispirado, tomou entendimento e uontade de saber e entender as cousas da India [...]». Esta grande empresa «[...] cousa era [...] pêra hum grande Principe emprender, e trabalhar pola descobrir e ganhar, e nisto auenturar todo seu Reyno e poder, porque querendo-lha Nosso Senhor mostrar, e della o fazer senhor, seria exalçado em riqueza e grandeza sobre todos os Principes Christãos, e glorios em memoria no exalçamento de nossa Santa Fé».³⁴¹

O que se pode deprender é que as cruzadas consistiam na busca de lugares santos, às quais se juntava o fervor da aventura da descoberta, deixando a descoberto a necessidade de o Homem mostrar o seu livre-arbítrio, a sua capacidade racional de escolha.

Assim, como homem prudente (assim o descreveu Correia) e crente, D. Manuel mandou chamar, em **segredo**, um judeu – Zacuto, o astrónomo do Rei D. Manuel– para o aconselhar a empreender ou não esta viagem. Mais uma vez, o cronista deixa transparecer o cariz providencialista de que se revestiu esta missão de descobrimento, quando transcreve aquelas que teriam sido as palavras do astrónomo:

« [...] a prouincia da India he muito longe desta nossa região [...]; em que ha grandes riquezas, e mercadorias que correm per muitas partes do mundo, e tudo de muito perigo [...]. Vossa Alteza a descobrirá, e grande parte da India sogigará em mui breve tempo, porque, Senhor, vosso planeta he grande sob a diuisa de Vossa real pessoa [...], que tudo Deos quererá trazer a vosso poder, e tudo acabará o que nunca acabara ElRey que Deos tem [...], porque esta cousa Deos a tinha guardado pera Vossa Alteza».³⁴²

³⁴⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol I, p. 5.

³⁴¹ Idem, p. 9.

³⁴² Idem, p. 10.

Além da clara alusão à ascendência dos reis portugueses, neste caso particular, a de D. Manuel advir da linhagem de Cristo, o próprio Gaspar Correia deu conta, mesmo antes de iniciar a sua prosa, dos ideais de espiritualidade que desejava transmitir no seu trabalho. Por isso, no Prólogo do Livro I, referiu-se ao sacrifício de Deus pelos homens e à Sua Justiça: «e dentro nalma mui puro amor, e viua lembrança n´aquelle alto Deos, que lhe aprouve padecer por salvação do mundo, com inteira crença que se bem obrarmos nos dará Gloria eterna, e aos que d´esta lembrança carecermos condenação sem fim».³⁴³

É de notar que, na *Crónica de D. Manuel*, essa ascendência divina vem acompanhada da descrição de um fenómeno natural hiperbolizado que, supostamente, havia rodeado o nascimento do Príncipe D. João, como se fosse a marca divina a salientar e a vivificar esse dia *ad aeternum*: « Em 7 de Julho de 1502, a rainha D. Maria, mulher de D. Manuel pariu em Lisboa o príncipe D. João. Nessa noite, houve tamanhos terramotos de trovões e tempestades de ventos como nunca se viu e acendeu-se fogo na casa de baixo de onde ele nasceu e caiu uma grande esfera dourada que está na capela mor e se fez em pedaços. Nesse dia, foi jurado por Príncipe de Portugal».³⁴⁴

Deste modo, como o que procura é a *verdade* dos facto que narrará, e já que Cristo disse na Bíblia: « E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará» (João, 8:32), Gaspar Correia afirma logo de seguida: «Polo que piadosamente se pode crer que ante Deos terão merecimento os que boas cousas escreuerem»³⁴⁵. Como veremos, «boas cousas» não significaria não relatar igualmente os factos menos brilhantes dos portugueses.

Essa *verdade*, da qual não se pode dissociar a *experiência*, agora em primeira pessoa, é reafirmada por Gaspar Correia no Prólogo do Livro III, parte I: « Dos quaes três Governadores [Dom Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e Lopo Soares de Alvarenga] seus feitos e socessos [...], e escreui seus feitos quanto **com verdade pude alcançar**; e se ouve falta foy em dizer menos dos louvores de seus merecimentos, dos trabalhos, de suas forças e valentias [...]. O que somente faço com incrinação do louvor dos bons, e dos maos recontar seus merecimentos,

³⁴³ Idem, p. 1.

³⁴⁴ Idem, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fl. CCLXXXIIIJ, pp.13-4 (Grafia actualizada por nós).

³⁴⁵ Idem, *Lendas da Índia*, liv. I, p.1.

obrigado ás sentenças e auèssos que darão os pareceres alheos [...]. tudo ponho nas mãos do meu Senhor Deos [...] que perdoe meus pecados [...]».³⁴⁶

E, embora na *Crónica* não apresente qualquer propósito inicial ou formulação, podemos-nos aperceber que o espírito de *verdade* também está presente, pelo modo com que descreve as atrocidades dos portugueses para com os povos orientais³⁴⁷, ou em breves comentários, como os que fez, descrevendo a bravura de D. Lourenço, filho de D. Francisco de Almeida, no combate contra as tropas de Malik Aiâz³⁴⁸: «D. Lourenço, depois de a sua nau ter enalhado, combateu valentemente como um soldado de Deus, até à sua morte, no fundo do mar».³⁴⁹

O que se torna por demais evidente é o facto de a obra *Lendas da Índia* ter apenas chegado a Lisboa em 1583³⁵⁰, o que afastou a possibilidade de Gaspar Correia mostrar a originalidade e a justeza dos seus escritos e de se “defender” contra as vozes que contra as suas *Lendas* se levantavam.

³⁴⁶ Idem, liv.III, p. 9.

³⁴⁷ «Os mouros acorreram às praias para verem os seus familiares serem mortos. O almirante [D. Vasco da Gama], além disso, mandou matar muita gente que estava nas praias e destruiu casas e mesquitas e isto durante três dias. [...] Passando diante de Calecut, já com a sua grande armada, afundou muitos barcos e matou muitos mouros», em Gaspar Correia, *Crónica de D. Manuel...*, fl. CCLXXXXVJ, pp.17-9 (Grafia actualizada por nós).

³⁴⁸ Ou Ayas. Malik Ayaz, mouro, de casta jáo, senhor de Diu, capitão do Rei de Cambaia, em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 746.

³⁴⁹ Idem, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fl. CCLXXXXJX, pp.27-9. (Grafia actualizada por nós).

³⁵⁰ V. Álvaro Velho, *Roteiro da 1ª Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, (pref., notas e anexos por A. Fontoura da Costa), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 177.

2.2.3 Gaspar Correia: cronista de fontes?

[...] tomei em vontade fazer algumas breues lembranças na verdade que passarão as que vi, e as que erão passadas trabalhei com muito cuidado, perguntando a homens antigos [...] e as duvidas tirando com os próprios homens que nos feitos se acharão [...] e também por algumas lembranças, que achei em poder de mouros e gentios [...] que escreuerão com espanto de verem o que nunqua cuidarão³⁵¹.

Gaspar Correia deu uso, na elaboração, tanto da *Crónica de D. Manuel* como na das *Lendas da Índia*³⁵², para além de outros testemunhos, do que viu e sentiu. A *veracidade* evidencia-se na sua escrita:

« O Governador chegou a Cananor a vinte de Setembro, onde meteo por capitão da fortaleza Jorge de Mello [...]; onde com ElRey passou suas visitações de muytas amizades [...] sayo com toda a gente com piques, e louçãos, com algumas espingardas de Leuante [...] e com seus atambores e pífaros; e no campo fizerão o caracol tirando as espingardas. De que os mouros ouverão espanto [...]».³⁵³

Veja-se a utilização de palavras que mostram a avaliação que o narrador participante faz do auditório – “louçãos” (alegres); ou de outras da área da audição – “atambores e pifaros” e da visão – “fizerão o caracol” notando-se, deste modo, a presença de uma prática militar.

Por outro lado, tal entrega é tão evidente que, mesmo nas alturas em que humanamente nunca poderia ter estado presente – como na largada da primeira expedição de Vasco da Gama, ou das peripécias protagonizadas por D. Francisco de Almeida na Índia –, o autor serve-se de discursos vivificantes, embora não afirme ter visto o que narra³⁵⁴. Sob uma outra perspectiva quanto à informação da utilização de

³⁵¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 2.

³⁵² Na edição das *Lendas da Índia*, de Lima Felner, o estudioso elenca as fontes utilizadas pelo cronista na “Nota Preliminar”, p. XXVI.

³⁵³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I, p. 302.

³⁵⁴ Rui Loureiro refere o nome de Gaspar Correia como tendo feito « [...] uso dos numerosos relatórios, cartas, tratados e relações produzidos pelos nossos ultramarinos», “O Encontro de Portugal com a Ásia no

fontes por parte de Gaspar Correia no que toca ao relato da primeira viagem de Vasco da Gama, A. Fontoura da Costa diz: «Afirma o cronista que, para descrever parte da viagem do Gama, se servira duns fragmentos do *Diário* escrito pelo padre João Figueiredo, que fora nessa viagem. Mas vem toda a descrição tão cheia de incorrecções, que parece duvidoso ter-se ele servido de apontamentos coevos, ou de informações orais de quaisquer companheiros do Gama». ³⁵⁵

Tal já não sucederá a partir do governo de Afonso de Albuquerque, dado que Gaspar Correia, como já o demonstrámos, foi seu secretário e, como tal, vão aparecendo, semeadas no meio do seu discurso, expressões que o colocam *in medias res* – ,denotativamente, no meio dos acontecimentos. Um desses relatos encontra-se precisamente no livro II, capítulo “Que conta do que passou Miguel Ferreira em seu caminho, e com o Xequesmael, até tornar a Ormuz, e concertos que se tratarão até o Governador em huma galé fallar com o Regedor Resnordim”. A riqueza no que toca a pormenores descritivos é impressionante, nomeadamente na altura em que Miguel Ferreira chegou a Xiraz. O que se nos oferece é um relato em 3ª pessoa, que tanto pode significar que Gaspar Correia acompanhou esta expedição ou que o protagonista lho terá contado e, de modo a não sofrer a traição da memória, logo escreveu o que ouvira: «Chegando á cidade, que era muy grande e de fermosas casas, per mandado do fisico foy metido em humas que erão quentes como casas de banho, que nom entraua nenhum ar, somente a claridade lh’entraua por vidraças, que elle de dentro via quanto auia de fora». ³⁵⁶

Antes de apresentarmos as referências que, na obra, fazem de Gaspar Correia não só um espectador mas uma personagem activa nas coisas que conta da Índia, é necessário não perder de vista o grande objectivo que o levou a escrever:

«E quis tomar este trabalho a mi tão escusado, nascido da ociosidade, pois na grande Chronica do Excellentissimo rey Dom Manuel, que a India mandou descubrir, e do esclarecido Principe Dom João nosso Senhor, sucessor em sua gloria, em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição. Do que a mi somente fica ser

século XVI”, em *O Confronto do Olhar, o Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas*, Lisboa, Caminho, 1991, p. 195.

³⁵⁵Cf. Álvaro Velho, *op. cit.*, p. 177. Fontoura da Costa faz uma comparação entre o que escreveu João de Barros, Jerónimo Osório, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia sobre uma suposta conjura contra Vasco da Gama, dando conta das diferenças entre os quatro relatos. Cita Pereira da Costa, como estudioso do *Roteiro* (e do qual não se colocam dúvidas sobre a sua autenticidade), que diz que essa conjura é falsa (p.179).

³⁵⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, pp. 412-3.

escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida³⁵⁷.

Pelo estilo claramente subjectivo e autodiegético, Gaspar Correia assume o desejo de escrita desta obra, que ele apelida de “trabalho”, mas desmerece-se enquanto verdadeiro escritor não merecedor de tal glória – “a mi tão escusado” – pois ele apenas se considera uma espécie de arauto para todos os que desejarem “ouvir/ler” e recordar as coisas da Índia, que tiveram como princípio fundador o génio de D. Manuel e do seu seguidor, o filho D. João III. Nas *Lendas*, contrariamente ao que sucederá na *Crónica de D. Manuel e de D. João III*, Gaspar Correia evidencia pelo quiasmo que faz com a palavra “perfeição” e com os actos de “recontar” através da “escrita” (ambos conjugados no futuro), a aparente posterioridade da *Crónica* relativamente às *Lendas*, tal como defendido por Ana Paula Avelar ou Ronald Bishop Smith³⁵⁸.

Gaspar Correia é uma testemunha no que toca ao que vê e um ouvinte no que toca às notícias que do reino são provenientes: «Do que a mi somente fica ser **escritor testemunha de vista, e o do Chronista do Reino he de ouvida**».³⁵⁹ Não só ouve as informações que provêm do reino, mas igualmente as que lhe vão contando no Oriente, como se pode ver na seguinte passagem que se refere ao ano de 1537, durante o governo de D. Nuno da Cunha, quando os portugueses estão a combater os mouros de Tanor: « O que me todo isto contou hum dos portugueses catiuos, e eu que muytas vezes com ella [uma catiua moura] falei, que tudo me contaue [...]»³⁶⁰ ou noutra que diz respeito ao ano de 1544, aquando do governo de Martim Afonso de Sousa: «[...] E digo que eu são alembrado que vy huma carta que hum mouro

³⁵⁷ E continua: «Tomei este trabalho com gosto, porque os começos das cousas da India forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaxo o ferro que depois descobrirão; e proseguindo eu minha teima fui ávante, porque não perdesse o que tinha trabalhado. Crecerão males, mingoarão os bens, com que quasi tudo se tornou viuos males, com que o escritor delles com razão **se pode chamar praguejador**, e não bom escritor de tão illustres feitos e acaecimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios, em que os **feitos dos Portugueses parecem mais milagrosos** que per outra nenhuma razão [...]. E porque eu, sem algum tento de cobiça, vaidade, nem inveja, tomei pera mi este trabalho, somente satisfazendo a meu desejo, e contentamento de vontade, e não escreuerei nada das terras, gente, e trato, porque houve alguns que n’isso se occuparão [...] somente trabalharei por escreuer mui inteiramente os nobres feitos dos nossos Portugueses militantes n’estas partes da Índia [...] », em idem, liv. I, pp.1-3. Sublinhado nosso.

³⁵⁸ Cf. nota 187 desta nossa dissertação.

³⁵⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.I, p.3

³⁶⁰ Idem, liv.III, p. 830.

principal d'Ormuz, chamado Mirabercuz, escreueo a dom Esteuão, quando veo do Estreito, que lá deixaua seu irmão com esta gente pera o Preste [...]».³⁶¹

Esse estatuto, no entanto, irá modificar-se, pois se primeiramente assim o era, visto que as “coisas da Índia” pareciam ser todas maravilhosas, o tempo e as acções dos homens virão a provar que “muito ferro”, muitas desgraças e infâmias se escondem: o estatuto de “cronista de feitos gloriosos” é alterado para o de “praguejador de males”.

Curiosa e um pouco paradoxal é a referência que a seguir se lê: esses feitos têm causas milagrosas, providencialistas. Será o mal provindo igualmente do castigador providencialista, ou será um castigo para aqueles que se regem pela “cobiça, vaidade e inveja”? Inclinamo-nos mais para esta segunda hipótese, pois nunca é posta em causa a fé de Correia - que é por ele reafirmada, quando diz que escreverá apenas verdades, mesmo sobre aqueles que já morreram; caso contrário, essa blasfémia «seria grande encargo meu, e accusação ante o Senhor Deos»³⁶², - mas antes a sua falta de fé nos homens, tanto nos homens que andam pelo Oriente, como pelos que escrevem. O seu desejo foi, por sua vontade, escrever apenas sobre os feitos dos portugueses e não sobre as costumes – “o trato”, as “gentes” e as “terras”, pois disso outros escreveram. E desses outros, apenas o nome de Duarte Barbosa é mencionado nesta Primeira Lenda³⁶³.

Tal ausência de informações da cor local não se virá a constatar, até porque ficamos a saber pela leitura das *Lendas* dos tipos de embarcações utilizados pelas populações locais, as suas técnicas de combate, os seus usos e costumes, os seus chefes e líderes mais temidos, o modo como estes faziam trocas com os portugueses, entre outras informações que funcionam como documento histórico dessa realidade tão distante de Portugal.

Resta perceber em que parâmetros Gaspar Correia se baseou para escrever sobre os factos, uns que presenciou e outros que não. No Prólogo do Livro II das *Lendas*, Gaspar Correia apresenta os desenhos, quer dos governadores, quer das

³⁶¹ Idem, liv. IV, p. 397.

³⁶² Idem, liv. III, p. 830

³⁶³ « [...] minha tenção he nom escreuer nada destas terras e seus costumes, como ouve alguns que o fizeram, em que foy hum delles Duarte Barbosa [...] que fez hum Tratado, que eu vi, de totalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos [...], em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.I, p. 357. Cf. Luís Filipe Barreto que apresenta Gaspar Correia como tendo chegado à Índia «em 15 de Agosto de 1512 e como tendo conhecido pessoalmente Duarte Barbosa [e] deve ter sido o primeiro historiador a conhecer o LIVRO remetendo o seu silêncio geográfico para o mesmo», em *Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e de Pensar nos Séculos XV e XVI*, «Temas Portugueses», Lisboa, IN-CM, 1983, p.154.

fortalezas e praças conquistadas ou ocupadas pelos portugueses: «as armadas, e capitães dellas e seus aquecimentos, tudo em penturas, como no dito Livro I parece».³⁶⁴ Neste mesmo Prólogo, o autor volta a evidenciar o cariz de verdade que quer continuar a imprimir na sua obra, mesmo que para isso tenha de contar o que nas esferas do Bem e do Mal se insere: «[...] porque as boas cousas pouquo durão, as bondades se forão danando e corrompendo [...], que nom deixarey de escreuer, pera que cada hum aja o galardão de seu bem e do mal [...]».³⁶⁵ E, à semelhança do que esperaria para si – o castigo e o ajuste de contas com Deus se incorresse no recurso à mentira – assim o dita para os outros: « [...] ante Deos, cada hum auerá direita satisfação de seus merecimentos [bem e do mal]».³⁶⁶

E é precisamente neste contexto que inicia o Prólogo do Livro III, dirigindo os seus elogios a outros cronistas que, eloquentemente, escrevem sobre os males, para que se emendem, e sobre os bens, para que se glorifique o povo português, « não deixando de ser estranho que «muytos de nossos portugueses tanto trabalharão, [...] que indaque muyto fizerão sempre descontentes ficarão, por nom satisfazerem os grandes desejos da muyta valentia de seus corações, parecendo-lhe melhor o alheo, que o seu: do que obligatorios á nobreza de suas linhagens sempre se hão por enuergonhados por nom alcançarem o desejo de suas vontades, e nom querem ouvir nem que outrem falle de seus feitos».³⁶⁷

Assim, Gaspar Correia apresenta, no meio do seu discurso, duas críticas: a primeira, para aqueles que, escrevendo sobre os portugueses, os elogiam de tal modo com a sua linguagem valorativa, que igualmente alcançam glória pessoal; a segunda dirige-se aos nobres que, mercedores de serem recordados pelos bons mas também pelos maus feitos, não desejam nem querem ou permitem que sobre estes se escreva, de modo a que caiam no esquecimento.

A propósito da primeira grande personalidade portuguesa que esteve envolvida nas “coisas da Índia”, Gaspar Correia destaca Vasco da Gama, futuro vice-rei da Índia, de quem soube pormenores que utilizou no Livro I, através «de hum caderno que me veo ter ás mãos, que fez hum degradado que veo com dom Vasco da Gama no descobrimento, perguntando per os portugueses mais antigos na India e a muitos gentios em Cananor e em Cochym, fiz este breue sumario de lendas, em que

³⁶⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, “Prólogo”.

³⁶⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*.

³⁶⁷ Idem, liv. III, pp. 5-6.

entitoley o primeiro liuro do começo do descobrimento da India feito per dom Vasco da Gama [...].³⁶⁸ No capítulo situado no ano de 1499 – “Em como os nossos partirão de Melinde e chegarão a Portugal, e o que passarão no caminho”, Gaspar Correia descreve o procedimento que todos os capitães estavam a tomar: perguntar aos pilotos mouros e anotar tudo o que eles dissessem sobre as regiões por onde iam passando de regresso a Portugal - «a costa, e os lugares e rios os nomes de tudo». Destes “escribas”, destaca um «Clerigo da nao chamado João Figueira³⁶⁹, que tomou de sua vontade escreuer tudo o que nesta viagem se passou». Nesses escritos, diz Correia:

«Do que este Clerigo escreueo depois se fizerão muitos treslados [cópias], de que **eu vi os pedaços d’hum delles em poder d’Affonso d’Albuquerque**, antre huns papeis velhos, **que eu Gaspar Correa o serui tres anos de seu escrivão**, polo que vendo tão gostosas cousas pera folgar de ouvir e saber, recolhi este quaderno já feito em pedaços, e roto por partes: polo que tomei em vontade escreuer tudo quanto podesse alcançar e ver dos feitos da India, [...] os senhores leitores leuem em conta minha ignorancia com que neste erro som cahido».³⁷⁰

Veja-se novamente a tónica no verbo *ver* que, neste caso, se associa ao *ver real*, dado que a utilização desse “caderno” sucedeu já no tempo do governo de Afonso de Albuquerque, quando Gaspar Correia era seu escrivão.

No final do Prólogo do Livro III, o autor volta a evidenciar uma característica que quererá que se destaque sobre a sua personalidade: escreverá sobre os bons e os maus, mesmo que para isso tenha de ser sujeito a críticas - «obrigado ás sentenças e auéssos que darão os pareceres alheos³⁷¹» e que, caso queiram saber o porquê de escrever, ele apenas poderá dizer que lhe nasceu da «ouciosidade [como já havia referido no Prólogo do Livro I], por a mim nom ser obrigação alguma pera tal trabalho emprender».³⁷²

A ideia de que os Portugueses apenas gostam de escrever ou que escrevam sobre o que de bem fizeram, mesmo que alguns factos tenham de ser embelezados pela boa retórica dos cronistas, aparece igualmente expressa no Prólogo de Garcia de

³⁶⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III., p. 8.

³⁶⁹ Cf. nota 355 desta nossa dissertação sobre o facto de A. Fontoura da Costa não acreditar que Correia tenha utilizado esta fonte.

³⁷⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. I., p. 134.

³⁷¹ *Idem*, p.9.

³⁷² *Idem*, p.9.

Resende ao seu *Cancioneiro Geral*: « Porque a natural condiçam dos portugueses é nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memória [...]».³⁷³ Garcia de Resende, homem do Renascimento, viveu entre 1470 (ca.) e 1536, e pôde assistir de perto à vida na corte, pois foi secretário particular de D. João II e esteve presente na embaixada que D. Manuel enviou ao Papa Leão X, em 1514. Essas vivências transmitiu-as nas poesias que reuniu no *Cancioneiro Geral*, além de ter feito igualmente trabalho de cronista, visível na obra: *Chronica que trata da vida e grandissimas virtudes e bondades, magnânimo esforço, excellentes costumes e manhas, e claros feitos, do Christianissimo Dom João, o segundo deste nome* e, por essa, razão, aproxima-se dos cronistas de que temos vindo a falar, nomeadamente Gaspar Correia e Damião de Góis que escreveram crónicas régias³⁷⁴.

Ainda no Livro III, e já no reinado de D. Nuno da Cunha, décimo governador, Gaspar Correia volta a colocar a tónica da *verdade* no verbo *ver*: «E porque d’este Rey de Cambaya Soldão Badur se hade tratar muyto n’esta lenda, parece rezão d’elle e de suas cousas dar rezão, segundo vy per huma lenda que d’elle fez Diogo de Mesquita Pimentel, que na serra de Champanel muytos annos esteue cativo, de quando Antonio de Miranda d’Azeuedo foy ao Estreito em tempo de Lopo Vaz de Sampayo, no anno de 528 [...]».³⁷⁵

Já no Livro IV das *Lendas*, apenas na conclusão consideramos que Gaspar Correia adopta claramente um discurso de descontentamento por ver o Mal crescer sobre o Bem:

« [...] as obras feytas n’estas partes [na Índia, onde ele se encontra] até o presente [1550], [...] que por enueja do pecado malino os foy danando e peruertendo nos males presentes, causados de cobiça tyrana com que os bens primeiros se tornarão em males pubricos [...]».³⁷⁶

³⁷³ Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral* (sel., pref. e anot. de André Crabbé Rocha) Lisboa, Editorial Verbo, 1962, p. 11.

³⁷⁴ Cf. Óscar Lopes e A. J. Saraiva, *op. cit.*, que mencionam algum descrédito de alguns poetas perante a expansão: «[...] a atitude de alguns poetas do *Cancioneiro* perante a empresa ultramarina aproxima-se mais da do Velho do Restelo: vêem-na como origem de desmoralização, desastres e fadigas aborrecidas», p. 161.

³⁷⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, pp. 502-3. Sublinhado nosso.

³⁷⁶ E continua: «Vendo tantos homicidos n’elles, que vão [o uso do verbo “vão” e não “vêm” mostra que o espaço da escrita de Correia era a Índia e não Portugal] ao Reyno sem temor algum de justiça, do ceo nem da terra, de grandes dilitos, por roubar christãos e mouros, e todo pouo, naturaes e estrangeiros, e tão grandes offensas contra Deos, que parecem impossuiues de crer;», em idem, liv. IV, pp. 729-30.

Apresentado o estado geral do espírito português pela década de 50 do século XVI, Gaspar Correia abandonara a denúncia dos males, admitindo o seu cansaço: «[...] mais nom quero escreuer pragas, e males, que a ninguem será prazer ouvir e lêr d'elles memoria».³⁷⁷

No entanto, acredita na implacável e rigorosa justiça divina na hora de condenar as injustiças: «[...] será por mor crescimento de penas aos culpados. O que assy se crê que será, porque o bom pay castiga seu filho plo amor que lhe tem. [...]»³⁷⁸

Neste final de obra, podemos observar o tom lamentoso e de descontentamento de um homem que, tendo inicialmente manifestado o desejo de escrever sobre os maravilhosos feitos dos portugueses na Índia, agora se depara com a ausência de valores cristãos. Deposita ainda a esperança na força do Bem e no castigo do Mal, servindo de exemplo a outros cujo intento seja magoar o seu semelhante. As vozes que, pressagicamente, se haviam erguido contra a Expansão, logo no início, parecem ter agora a confirmação das suas previsões de mau-augúrio³⁷⁹.

Para Gaspar Correia, em Deus tudo repousa, em Deus tudo tem sentido, porque como escreve: «[...] porque só Deos era o mestre e piloto, que os hauia de encaminhar e saluar por sua misericordia se o merecessem, e se não que fosse feita sua vontade».³⁸⁰ Segundo Correia, Vasco da Gama entregou a sua alma e a dos partiram consigo nesta aventura ao Espírito Santo. A Sua *vontade*, a Sua *misericórdia* foram os guias espirituais desta missão marítima.

Resta-nos apurar se, nos reinados que enformam cronologicamente este nosso trabalho – os governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira – esse providencialismo apresenta marcas determinantes na condução das vontades e dos destinos dos homens.

³⁷⁷ Idem, p. 730.

³⁷⁸ E continua: « E do ceo virá punição, aindaque ás vezes vagarosa, mas muy certa, e sempre com a esperança da emenda, com que Nosso Senhor nos agarda, entretendo a execução de sua diuina justiça, nom querendo dar mal por mal; mostrando seus milagres pera que d'elle nos lembremos com emenda de nossos erros.», em idem, pp.730-1.

³⁷⁹ A este propósito, veja-se Fidelino de Figueiredo, que apontou falta de espírito crítico a Gaspar Correia, por ser «indigente de imaginação, embora muitos discursos inventasse», *op. cit.*, pp. 295-9.

³⁸⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.I, p. 25.

III –Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira na obra de Gaspar Correia

*[...] na boca dos pilotos, responsáveis
maiores pelo bom curso da navegação,
não andava o adágio « as naaos de Portugal
para a India e da India para Portugal, Deos
as leve e deos as traz?»³⁸¹*

As partidas e chegadas por via marítima eram abençoadas por missas e procissões, por padres e rezas. A esse propósito, veja-se a referência de Gaspar Correia à missa a que assistiram Vasco da Gama, o irmão, Nicolau Coelho e os outros dois irmãos antes da partida para a Índia: « E, sendo dia de Nossa Senhora de Março, todos ouvirão Missa, e logo s’embarcarão, e derão á vela, e sahirão do rio [...]».³⁸²

O Rei, igualmente acompanhando os marinheiros, foi-lhes dirigindo palavras de Fé até que estes desaparecessem na barra do Tejo: «[...] indo ElRey no seu batel os acompanhando, e fallando a todos com bênções, e boas horas se despedio delles [...]».³⁸³ Em nome de Deus se pedia protecção³⁸⁴, se conquistava, como se pode ver nas palavras de Vasco da Gama para com os reis de Calecute: « Deos me quiz trazer aqui onde estou, porque eu creio verdadeiramente que tu hês o Rey e Senhor que vínhamos buscar, pois aqui achamos a pimenta e drogas, que nosso Rey mandava buscar, que tu Senhor folgaste de nos dar [...]».³⁸⁵

Nestas palavras, pode-se ver que o futuro comércio de especiarias se revestia de uma missão divina que era preciso fazer cumprir; e se subjugavam os povos, tal como se observar nas palavras de D. Manuel aquando da partida da armada de Pedro Álvares Cabral, em 1500: « [...] ElRey [...] assentou em seu coração conquistar e ganhar a seu senhorio a India com grande armado cada ano, [...] e

³⁸¹ Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro “A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI)”, em Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, «Série Separatas», Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1988, p. 6.

³⁸² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.I, p. 15.

³⁸³ Idem, ibidem.

³⁸⁴ « [...] todos pedindo a Nosso Senhor que fossem dobrados além da terra [Cabo das Tormentas] [...]», Idem, p. 16; « [...] em Deos tinha [Vasco da Gama] a esperança que os hauia de encaminhar e salvar dos perigos em que andauão [...]», idem, p. 25; « [...] Com que todos derão louvores a Nosso Senhor liuralos de tantos perigos, e logo assentarão de concertar os nauios [...]», idem, p. 28.

³⁸⁵ Idem, p.100.

nisso tanto trabalharia até toda ganhar com paz, e per guerra, até toda submeter a seu senhorio [...]. E em todo prepoendo sua tenção no seruiço de Nosso Senhor, que esperaua fazerlle no conuertimento dos gentios e infiéis [...]»³⁸⁶, eliminando-se assim os inimigos da Fé.

Nos textos cronísticos, são então visíveis as manifestações da Cristandade e do espírito cristão português. Gaspar Correia, pelo título dado à sua obra de maior fôlego – *Lendas da Índia* – mostra a sua intenção de proclamar as acções maravilhosas dos portugueses no Oriente, como nos afirma Ana Paula Avelar: «[...] [Gaspar Correia, que] hesita entre nomear o seu texto como *Crónica* ou como *Lenda*. Esta última opção mescla-se de uma carga fantástica que cruzaria, no seu entender, os feitos dos portugueses dos espaços orientais [...], expõe o seu texto, a essa dimensão do *fantástico*, ou melhor *do maravilhoso*».³⁸⁷

Este apontamento vai precisamente ao encontro do ponto-chave deste nosso trabalho: a Gaspar Correia não fora atribuída nenhuma missão de eternizar, por escrito, as vivências, as conquistas e as aventuras dos portugueses no Oriente, contrariamente a João de Barros (e depois Diogo do Couto) ou Damião de Góis.

Tal, permitiu-lhe, de acordo com as suas crenças pessoais ou o seu estilo próprio, relatar não só o que viu, mas o que ouviu ou leu. E dizemos que tinha liberdade, isto porque, tendo tido conhecimento do trabalho de Fernão Lopes de Castanheda ou tendo sabido da prosa de Duarte Barbosa³⁸⁸, isso não o impediu de escrever sobre factos menos dignos da permanência dos portugueses nas regiões banhadas pelo Índico.

Como rei centralizador, D. Manuel, à semelhança do que se passava nos noutros países europeus, viu o poder mais concentrado em si em virtude da crise religiosa patente no século XVI e a par da divulgação das teorias humanistas que também avançavam com a proclamação do Homem (e não já a figura de Deus como o centro). No entanto, e como nos diz Vicens Vives: «Aqui reside uma das mais importantes contradições da monarquia absoluta, principalmente nos países mediterrânicos, nos quais ela só chegou a merecer o respeito dos grandes senhores e

³⁸⁶ Idem, p. 145.

³⁸⁷ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p. 29.

³⁸⁸ Ana Paula Avelar aponta o livro de Duarte Barbosa como outra das fontes que Correia utilizou na sua obra, além de ter consultado a obra do P.^o Francisco Álvares e a obra de Miguel de Castanhoso, já referido por nós, bem como o relato de Miguel Ferreira da sua embaixada ao Xequé Ismael e de Diogo Mesquita Pimentel, que escreveu sobre a sua presença na corte do rei Badur, em *Visões do Oriente...*, pp. 22-3.

dos proprietários eclesiásticos em troca do reconhecimento por ela, primeiro, destas jurisdições particularistas [o mundo feudal], depois, da intervenção dos mesmos senhores nas sedes principais do poder»³⁸⁹. Isto é, o governo absoluto só o é quando existem personalidades que o creditam, tomando para si cargos estratégicos em áreas como a política, a sociedade ou a religião. Sem essa legitimação, o Rei nunca seria considerado como absoluto. Está assim criada uma relação de interdependência: o Rei precisa tanto dos nobres para se afirmar, como estes do Rei para atingirem o estatuto que almejam, reproduzindo-se as teias cruciais. Seria este exercício do poder aquele que viria a dominar o governo de Diogo Lopes de Sequeira na Índia.

Este progressivo abandono da centralidade da figura de Deus na época dos Descobrimentos é bem visível na relação que a Filosofia vai tendo com as realidades novas que o Mundo experimenta: os filósofos, graças aos descobrimentos, vão alterar, pouco a pouco, as teorias protagonizadas pelos filósofos antigos. Essas novas teorias estão directamente relacionadas com o conhecimento científico que se ia alargando. Como nos diz António Alberto de Andrade: « [...] há três [escritos filosóficos] que sobremodo nos prendem a atenção, por terem fugido à simples narração dos factos, procurando propositadamente substituir as velhas teorias com soluções novas, assentes na experiência dos Descobrimentos. [...] Refiro-me a Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro e João de Barros [...]».³⁹⁰ A ciência feita nos Descobrimentos permitiu ao Homem perceber que há outros Mundos, que o seu conceito sobre si mesmo era pouco abrangente, que há diferenças, virtudes e defeitos, e que o Mundo já não é apenas um, mas vários pequenos mundos dentro de um mesmo cosmos, de um mesmo globo³⁹¹.

Tendo em conta esta dualidade entre ciência e religião, a perspectiva que pretendemos adoptar em termos da análise do texto das “lendas” dos dois governadores está intimamente interdependente do *corpus* que construímos e que se encontra em duas tabelas em anexo – cada uma respeitante a cada um dos

³⁸⁹ J. Vicens Vives, em António Manuel Hespanha (coord.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime, Colectânea de Textos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, p. 206.

³⁹⁰ António Alberto de Andrade, “ A Experiência, Madre da Filosofia”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. IV, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961, p. 32.

³⁹¹ Cf. W. G. L. Randles, “Le Nouveau Monde, L’Autre Monde et la Pluralité des Mondes”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. IV, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961, 347-86.

governadores. Depois de uma leitura atenta dos dados recolhidos e que vão ser a seguir analisados, foi possível fazer uma distinção entre o que é explicado através de uma visão de *causalidade histórica* e aqueles episódios (ou parte deles) em que se manifesta o *providencialismo*, ou uma *causalidade providencial*. Queremos com isto dizer que, estando nós perante uma nação em que se crê que o poder do Rei emana de Deus e em que a religião faz parte do quotidiano, não podemos ignorar a abertura a uma mentalidade experiencialista. Gaspar Correia não viveu a sua idade adulta no reino, mas conviveu com outras culturas, levando-o a posicionar-se sobre os acontecimentos que narra de uma forma em que, narrando factos insólitos ou perigosos (monstros marinhos, homens que morrem à fome e depois são milagrosamente salvos, batalhas contra os mouros quase perdidas e depois miraculosamente ganhas), acaba por os desconstruir nas narrações que faz das viagens, conquistas e transacções comerciais.

Para definir o *corpus* de análise, não seria exequível realizar nesta dissertação um trabalho sobre todos os governadores da Índia trabalhados pelo cronista nas *Lendas da Índia*. Assim, o nosso objecto de estudo ir-se-á centrar em dois governos sucessivos: primeiramente, o de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518) e o de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521).

E por que razão a nossa escolha não recaiu num dos dois primeiros e mais conhecidos governadores da Índia? Exactamente por terem sido os primeiros e, por isso, os mais estudados e trabalhados pelos mais diversos estudiosos.

Porquê escolher então os dos dois governadores que imediatamente se seguiam? Em termos de linhas temporais, faz todo o sentido empreender um estudo que mantenha viva a linha da continuidade temporal cronológica, em que se possa estabelecer um fio condutor dos acontecimentos, sem que se percam, por exemplo, as consequências de determinada ordem, acção ou de falta de coragem na tomada de decisões estratégicas e *cirúrgicas* no curso da vida no Oriente. É evidente que ligações terão necessariamente de ser feitas com os governos anteriores, visto que é incontornável o seu “peso” como bases do estabelecimento do Império Português no Oriente e é igualmente determinante o facto de Gaspar Correia ter sido escrivão de Afonso de Albuquerque. Cremos, tal como Luís de Albuquerque, que: «A obra [...] apresenta um interesse particular a partir do governo de Afonso de Albuquerque, dado que é desde então que a sua **experiência** pode começar a fazer-se sentir na redacção do trabalho [...] pelo visualismo do que descreve e pela proximidade do

objecto oriental e pela sua sensibilidade para captar a civilização que o rodeia [...] que Gaspar Correia é considerado».³⁹²

A proximidade de Gaspar Correia com Afonso de Albuquerque pôde, eventualmente, ter levado à produção de um retrato que, decerto beberia da admiração que Gaspar Correia sentia por esta personalidade. Tentámos, deste modo, evitar dois potenciais obstáculos: escrever sobre o que está já amplamente estudado – os governos de D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque – ao mesmo tempo que poderíamos não conseguir uma leitura o mais objectiva e imparcial possível do cronista relativamente à narração sobre a(s) personalidade(s) e acções a ela associadas (visto a sua proximidade, no caso de Afonso de Albuquerque).

Como iremos apresentar, Lopo Soares de Albergaria foi escolhido para governar a Índia, e mostrou-se inimigo de Afonso de Albuquerque, desconstruindo grande parte do trabalho de conquista por ele empreendido e criando situações de mal-estar (como o facto de ter mandado remover as ossadas de Afonso de Albuquerque)

O seu governo suscitou muita oposição e, ainda que Diogo Lopes de Sequeira tenha empreendido uma política mais concentrada, este seu governo também permitiria a proliferação de comerciantes particulares, que agiam à margem das leis do monarca, provocando a censura por parte de quem defendia o monopólio régio contra os comerciantes particulares, sobre quem o controlo era pouco efectivo, dadas as distâncias físicas que separavam o “mandante” e o(s) “mandatário(s)”.

Uma razão está directamente relacionada não com os governadores em si, mas com o período em que ambos governaram: esse é o momento em que as bases de um império português no Oriente estão lançadas e urge consolidar e ampliá-las.

3.1 Os governos de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira em Gaspar Correia

³⁹² Luís de Albuquerque, “Correia, Gaspar”, *Dicionário de História...*, vol.I, p. 296. Sublinhado nosso.

Como terceiro governador da Índia³⁹³, Lopo Soares de Albergaria (ou de Alvarenga), ao ter sucedido na governação de Afonso de Albuquerque graças, em parte, a manobra de homens – que teve como figura de proa o seu primo, o Barão do Alvito³⁹⁴, personalidade-chave na atribuição do cargo de governador da Índia a Soares de Albergaria³⁹⁵ –, teve uma conduta pouco honesta nesses três anos de governação (1515-1518), tal como se pode ver nas palavras de R. S. Whitenay: «[...] unfortunately he had none of the qualities necessary to make a good governor. His staid and solemn deportment alienated those accustomed to Albuquerque's more genial manner, as his relations with the ruling chiefs, who did not conceal their distaste at the change, were not happy [...]».³⁹⁶

Luís de Albuquerque diz-nos que o governo de Lopo Soares significou «[...] a cedência do poder centralizador manuelino às pretensões da nobreza [...] e bem assim dos comerciantes em geral e de todos aqueles que encaravam o incremento da presença fiscalizadora da Coroa como uma limitação das suas actividades».³⁹⁷

³⁹³ Primeiramente foi capitão de S. Jorge da Mina (1495-1499) e depois capitão de uma armada em 1504, chegando à Índia depois da defesa de Cochim, protagonizada por Duarte Pacheco. Estas duas informações sequenciais podem-se ver-se em R.S. Whitenay, *The Rise of Portuguese Power in India*, Ashok Rajpath, Chauhatta, Janaki Prakashan, 1979. Também se destaca, nesse ano de 1504 «[h]is personal courage [...], for he had [...] led the gallant attack on the Muhamedan vessels at Pandarani Kollam», p. 179. A sua figura e genealogia encontram-se nos anexos nºs 4 e 5.

³⁹⁴ A propósito desta personalidade, cf. Alexandra Pelúcia, que diz que D. Diogo Lobo teria efectivo interesse na política ultramarina, mas cuja intervenção estatal fosse reduzida, em “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”, em V. AA.VV., *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Actas do Colóquio, Lisboa, Universidade Nova, CHAM, 2001, pp. 279-300. Um dado deveras interessante é perceber, pelo traçado genealógico que a autora apresenta, ter descoberto que havia mais do que um membro da sua família implicado na armada de 1515 que levaria Lopo Soares à Índia, e como temos vindo a constatar ao longo da nossa dissertação - D. Aleixo de Meneses; D. Guterre de Monroy; Simão da Silveira e D. João da Silveira -, bem como outros nomes ligados à sua esfera de influência - D. Álvaro e D. Diogo da Silveira, seus sobrinhos. O seu objectivo era «[...] a promoção da situação pessoal dos indivíduos envolvidos, bem como o fortalecimento e o alargamento da rede de poder subordinada à casa senhorial do Alvito» (p. 295). Luís de Albuquerque diz que o Barão do Alvito era «o grande inimigo de Albuquerque», pois este era adepto de uma política imperialista, fazendo o barão parte de um «partido mais pragmático, interessado [...] no desenvolvimento do comércio, que inicialmente preconizara a circunscrição dos interesses portugueses à “área segura” do Atlântico [...], em «D. Manuel», em *Dicionário de História...*, vol. II, p. 675-6.

³⁹⁵ Alexandra Pelúcia apresenta uma análise de um trecho das *Lendas da Índia* (II, pp.462-3), em que Gaspar Correia, como antigo secretário de Albuquerque, se havia insurgido contra o novo governo de Lopo Soares de Albergaria, em idem, pp. 286-290.

³⁹⁶ R.S. Whitenay afirma até que Gaspar Correia o odiava (p.179). Na p. 180, acrescenta: «he was weak, vain and wanting in nerve [...]», em *op. cit.* Cf. Maria Benedita de Almeida Araújo: «D. Manuel, cedendo às intrigas do Barão do Alvito, que tinha grande preponderância no Conselho, e a quem os outros não ousavam impor-se, mandou regressar Afonso de Albuquerque», em *Campanhas da Índia, Sofala, Goa e Malaca, 1501-1600*, 2008, «Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal», Quidnovi, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 28-9.

³⁹⁷ Um pouco mais à frente, é referido o nome do nosso cronista, Gaspar Correia, quando se refere à tentativa de D. Manuel fazer Lopo Soares desistir desse cargo: «Como refere o cronista Gaspar Correia “aquele de imediato se aprestara para o fazer [receber 20 000 cruzados], mas o Barão do Alvito lho não

Nas palavras de João Paulo Oliveira e Costa, foi claro o quase imediato arrependimento do rei por ter preterido Afonso de Albuquerque a Lopo Soares devido a uma intriga de corte: «A nomeação de Lopo Soares de Albergaria para suceder a Afonso de Albuquerque na governação da Índia foi provavelmente uma das decisões de que D. Manuel mais se arrependeu na sua vida. Com efeito, trata-se do único caso em que o monarca procurou emendar a decisão tomada por vários modos [...] ao mesmo tempo que reafirmava a confiança no *Grande Capitão*».³⁹⁸ Tal arrependimento pode-se constatar nas palavras de D. Manuel num alvará régio, de 30 de Março de 1515: caso Lopo Soares falecesse antes de chegar a ocupar o cargo, deveria Afonso de Albuquerque ignorar a nova governação e manter-se no cargo³⁹⁹ e, caso este morresse, seria D. Garcia de Noronha, seu sobrinho, a suceder-lhe.

Luís de Albuquerque, no seu *Dicionário de História dos Descobrimentos*, aponta como possível data de nascimento de Lopo Soares a de 1460⁴⁰⁰, desconhecendo-se, no entanto, a da sua morte. Filho de Rui Gomes de Alvarenga, chanceler de D. Afonso V, primeiramente capitaneou a armada que saiu de Lisboa em 22 de Abril de 1504⁴⁰¹ onde derrotou os muçulmanos em Calecute.

Embora nessa altura tenha tido uma postura amigável para com os indianos, já como governador, a sua imagem iria ficar sempre marcada por hostilidades. Como nos diz Jaime Cortesão: «O novo governador foi em quase toda a parte acolhido com frieza ou desagrado»⁴⁰², ou ainda como referencia Joel Serrão: « [...] o novo governador desagradou, não somente aos reis indianos, mas também aos subordinados portugueses, cujos ímpetos mal soube dominar».⁴⁰³

consentiu, dizendo que não trocasse a honra por dinheiro, que a Índia lhe daria quanto quisesse”», em Luís de Albuquerque, “Albergaria, Lopo Soares de”, *Dicionário de História...*, vol.I, p. 32.

³⁹⁸ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas & Debates, 2007, pp. 233-4.

³⁹⁹ Afonso de Albuquerque, *op. cit.*, tomo III, pp. 235-6. Idem, apresenta-se o alvará que D. Manuel escreveu, em 20 de Março de 1516, a determinar que: «[...] fique nestas partes afonso d alboquerque, do nosso conselho, com o careguo de nosso capitam moor, tirando cochy, calecut e malaca, que hordenamos e mamdamos que fiquem na capitania moor de lopo soarez, e toda a geemte e armada que hão dito lopo soarez ordenamos, por nosas cartas», em pp. 30-1. O alvará encontra-se transcrito no anexo nº8.

⁴⁰⁰ Luís de Albuquerque, “Albergaria, Lopo Soares de”, em *Dicionário de História...*, vol. I p. 32.

⁴⁰¹ A mesma data é referida por Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, vol. II., Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1961, p. 695.

⁴⁰² Cf. Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 219.

⁴⁰³ Joel Serrão, *Dicionário de História...*, vol.I, pp. 73-4.

MAPA DAS VIAGENS DE LOPO SOARES DE ALBERGARIA (Ficheiro Anexo)

Como governador⁴⁰⁴, partiu de Lisboa a 7 de Abril de 1515, capitaneando 15 naus e levando consigo D. Guterre de Monroi⁴⁰⁵, Fernão Peres de Andrade⁴⁰⁶, D. Aleixo de Meneses⁴⁰⁷, D. João da Silveira⁴⁰⁸ e Simão D'Alcaçova⁴⁰⁹, entre outros. Outra importante figura que o acompanhou foi Duarte Galvão que ia como embaixador do Preste João, mas que acabaria por falecer no caminho, sendo substituído por D. Rodrigo de Lima⁴¹⁰.

Durante o seu governo, Fernão Peres de Andrade parte, em Fevereiro de 1516 para a China onde, em Ceilão, firma um tratado de paz e comércio com a rainha e consegue que o sultão de Samatra lhe conceda permissão para construir uma fortaleza em Pacém. Armando Cortesão refere que Gaspar Correia diz que Andrade foi despachado por Lopo Soares de Albergaria para ir à China e que com ele mandou «[...] um Tomé Pires, filho do boticario [sic] de elRey dom João, que era muito de sua amizade, e por ele ser homem muito prudente, e muito curioso de saber todas as coisas da Índia. Assim, parece que o Governador já era velho amigo de Pires, o que o deve ter influenciado na sua escolha para tão importante missão [...]. Além disso, ele

⁴⁰⁴ Sobre os principais acontecimentos do seu governo, cf. Carlos Alexandre de Morais, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa, 1498-1962*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 30-32.

⁴⁰⁵ R.S. Whitenay descreve-o como: «[...] a Spaniard named D. Goterre de Monroy, who had married the Governor's nice and who had been appointed deputy during his [Lopo Soares] absence. [...] he went to Maldives and began piracy on his own account», em *op. cit.*, p. 186.

⁴⁰⁶ Charles R. Boxer aponta este homem como um dos informadores/ fontes de João de Barros: «[...] o qual liderou com grande sucesso a primeira missão comercial e diplomática portuguesa a Cantão, em 1517, sendo mais tarde nomeado Vedor da Ribeira em Lisboa», em *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian of Asia*, New Dheli, Concept Publishing, 1981, p.106. Armando Cortesão apresenta-o como o capitão-mor levado à Índia para descobrir a China e levar um embaixador português, em *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, p. 21. Tomou o hábito da Ordem de Cristo em 1517, tendo partido para a Índia na armada de 1515 com a incumbência de explorar o Golfo de Bengala e da China, em A.A. V.V., *A Alta Nobreza...*, apêndice.

⁴⁰⁷ Sobrinho de Lopo Soares e capitão-mor do mar, que obtinha poderes de governador na sua ausência.

⁴⁰⁸ A.A. V.V., *A Alta Nobreza...*, apêndice, pode-se ler que era fidalgo, irmão de Diogo da Silveira e partiu para a Índia como capitão de uma nau na armada de Lopo Soares, em 1515, para ficar como capitão de Cananor.

⁴⁰⁹ Cf. <http://carreiradaindia.net/index.php?s=albergaria>. (consultado a 18 de Janeiro de 2009). Fernão de Alcaçova é referido por R.S. Whitenay, *op. cit.*, p. 188, como tendo vindo para a Índia na armada de 1517, como vedor da fazenda com extensos poderes dados por D. Manuel, de modo a controlar as despesas feitas pelos capitães. Se, oficialmente, Lopo Soares cumpriu os mandos do Rei, «privately he directed the officials to obstruct the new Comptroller [Alcaçova]», o que fez com que o vedor regressasse a Portugal, depois de sentir que fracassara, em *op. cit.*, p. 29.

⁴¹⁰ Cf. Andréa Doré, que refere que «O florentino Corsali partiu para a Índia na frota do governador que foi substituir Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria, em 1515, e retornou em 1518. Tinha a missão, atribuída pelo papa Leão X, de levar uma carta ao preste João, da Etiópia, para onde seguia acompanhado de Duarte Galvão, enviado do rei D. Manuel, e de Matheus, um mercador arménio que, a serviço do soberano abissínio, havia estado numa embaixada em Lisboa», em “Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos”, in <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14002.pdf>, p. 318 (consultado a 19 de Agosto de 2008). Essa armada é referido também por Armando Cortesão e Henry Thomas, *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, 1938, pp. 37-42. Cf. R.S. Whitenay, *op. cit.*, p. 181.

[Tomé Pires] sentir-se-ia agravado por Albuquerque [...] nunca [o ter nomeado] acima do modesto cargo de escrivão [...]. Albergaria era inimigo de Albuquerque, e, segundo Gaspar Correia, era amigo de Pires [...]».⁴¹¹

Desse mesmo ano, Ronald Bishop Smith⁴¹² apresenta-nos uma carta de Lopo Soares, estando ele em Cochim e vindo de Goa, dirigida a Jorge de Brito, capitão de Malaca e datada do mês de Abril de 1516, em que se pode ver o estado de degradação em que as fortalezas da Índia estavam: «[...] as quaes [fortalezas] achey tã desmãchadas e desarrãjadas de tudo o dellas que me foy neçessarjo andar lla dous meses e meio [...]».⁴¹³ O modo depreciativo como referencia o nome de Afonso de Albuquerque, revelando que a artilharia que este tinha na Índia era pouca para assegurar a defesa dos portugueses: «[...] afonso dalbuquerque perdoe lhe deus essa artelharja que avia na India leouu ha a Ormuz [...]»⁴¹⁴, alia-se ao facto de apresentar as ordens do regimento D. Manuel que apelam à manutenção da paz e ao evitar da guerra⁴¹⁵.

O mesmo autor revela que Lopo Soares contradiz igualmente as ordens de D. Manuel sobre Malaca, onde deveria aportar as naus. Caso os marinheiros desobedecessem a Lopo Soares, tal implicaria a sua morte. Por isso, sempre que os marinheiros chegavam a Portugal, o que se contava era o que havia sido feito de bem (neste caso, a mando de Lopo Soares) e não o serviço mandado pelo rei⁴¹⁶. Recorde-se que Lopo Soares se queixa de ter falta de armas para combater, o que vem corroborar a crítica que já havia feito a Afonso de Albuquerque, a propósito da sua artilharia – é que os homens vêm do reino mais para comerciar do que para combater⁴¹⁷. O que é certo é que no seu governo o comércio de particulares proliferaria em detrimento do comércio dominado pelo poder régio.

⁴¹¹ Armando Cortesão, *op. cit.*, pp. 21-2.

⁴¹² Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Albergaria (Better Known as de Albergaria)*, pp.42-49.

⁴¹³ Idem, p. 42.

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁵ «[...] olhay quamto KncomKnda a paz/ e quã estreitamKnte defemde que nã façamos nK cõsentamos fazer guerra que ho ha por pouco seu serujço [...]», idem, p.43; «[...] quanto elRey KcomKda a paz e a justyça [...]», idem, p. 46.

⁴¹⁶ «[...] vedes o gosto que sualteza nysto lleua eses navios que me dizK que la mãdaes fazer arribar as nãos a Malaca nõ o façaes por que ponde K grade Rysco a fazenda que hi há destar [...] por que todo homK diz estpreue a portugall o que lhe vK bK e nã o que he seruyço delRey», idem, *ibidem*.

⁴¹⁷ «[...] a majs da gKte que vK de portugall vem majs aparelhada pera tratar que pera pelejar e por jso temos tãta mjngoa darmas», idem, p.44.

No ano seguinte, a sua expedição ao mar Vermelho⁴¹⁸ contra os egípcios que se queriam vingar de terem sido derrotados em Diu (1509)⁴¹⁹ acaba com a destruição da fortaleza na ilha de Camarão⁴²⁰ e o incêndio do porto de Zeila⁴²¹. É durante esta expedição que morre Duarte Galvão. Esse seu falhanço está bem expresso, novamente, nas palavras de Jaime Cortesão: «A provada incapacidade do comandante, acrescida de intempéries casuais, fez malograr e volver em desastre a expedição. [...] cerca de metade dos homens, que tripulavam ou guarneciam a armada, morreram de acidentes, doenças, fome e sede no Mar Vermelho».⁴²² Entretanto, Tomé Pires⁴²³ chega à China como embaixador, onde conheceria um fim trágico: é preso e morre nessas paragens.

Por seu turno, Lopo Soares fundou uma fortaleza em Ceilão, aonde em Fevereiro de 1518 se dirigiu com o consentimento do rei de Colombo, que passou a comerciar com a coroa portuguesa, pagando-lhe tributos⁴²⁴. Posteriormente, mandaria erguer a fortaleza de Coulaõ e uma feitoria nas Maldivas.

Acabado o seu triénio, com a chegada do governador Diogo Lopes de Sequeira, Lopo Soares de Albergaria regressou ao reino em Junho de 1519, retirando-se para a sua quinta de Torres Vedras⁴²⁵, não tendo mais regressado à vida na corte⁴²⁶.

⁴¹⁸ Charles R. Boxer, ao referir-se à *Década (Da Ásia) III*, destaca o Livro I que «[...] trata largamente da expedição de Lopo Soares de Albergaria ao mar Roxo, em 1517, uma aventura que teve ainda menos sucesso do que a de Afonso de Albuquerque: quando o governador muçulmano de Adém estava disposto a render-se pacificamente, Albergaria não quis aceitar essa rendição, mas quando decidiu aceitá-la, já era muito tarde para isso», em *op. cit.*, p. 105. Cf. Luís de Albuquerque: «Lopo Soares desdenhou mesmo, em 1517, uma oferta que o emir de Adém lhe fazia das chaves da cidade», “Adém”, *Dicionário de História...*, vol. I, p. 20.

⁴¹⁹ Cf. R.S. Whitenay, onde se apresenta um resumo dessa derrota e as acções decorrentes da expedição de 1516, em *op. cit.*, pp. 183-6.

⁴²⁰ Ilha da Arábia, no mar Vermelho, a Oeste de Zebid.

⁴²¹ Cidade nas costas da Etiópia.

⁴²² Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 219.

⁴²³ Cf. Ronald Bishop Smith: na carta de Lopo Soares a Jorge de Brito, aparece citado o nome de Tomé Pires que tem prática de ser escrivão, *op. cit.*, pp. 45 e 47.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, apelida essa fortaleza em Colombo como o «único acto valioso [de Lopo Soares de Albergaria], na sequência do plano de Albuquerque [...]». R.S. Whitenay diz mesmo que esse foi o seu único sucesso, sendo, ainda assim relativo, pois que era pouco provável que houvesse defesa: «[...] his solitary success consisted in building a fort among the unwarlike Singhalese», em *op. cit.*, p. 180.

⁴²⁵ Além de referida no texto das *Lendas da Índia*, esta quinta aparece mencionada em José Correia do Souto, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Atlântilivro, 1985, p. 112.

⁴²⁶ Pode ler-se o que Lopo Soares de Albergaria, depois de ter sido chamado pelo rei, terá afirmado: «Dizei vós a Sua Alteza que, se me mandar lá ir para me cortar a cabeça [prestar contas e responder a acusações graves], que também cá nesta vila tem pelourinho; e, se é para me tomarem a fazenda, que lá está na Casa da Índia; e, se é para me fazer mercês, que as não quero», em Autor anónimo e José Hermano Saraiva (notas e comentários), *Ditos Portugueses Dignos de Memória, História Íntima do século XVI*, Lisboa, Europa-América, s.d., p. 227. Faz-se também referência a essas palavras de Gaspar Correia, mas que contradizem o cronista, pois Lopo Soares terá vivido em Chão de Alcamim, Lisboa, até

O seu exercício do governo da Índia teve como marca distinta a da quebra da monopolização do comércio por parte da Coroa, empreendida por Albuquerque, dando lugar, nas palavras de Ana Paula Avelar, à «[...] tentativa de cortar definitivamente o caminho alternativo de fuga ao monopólio português por parte dos muçulmanos através do mar Vermelho [...] [mas esse] comércio continuaria. [...] Conseguiu-se igualmente alcançar o tão almejado império chinês. Este governador defenderia a liberdade de actuação dos portugueses e a sua busca incessante de proventos».⁴²⁷ Sanjay Subrahmanyam refere que o “livre-mercadorismo” de Lopo Soares teve os seus efeitos nefastos logo em 1520, cinco anos após o primeiro ano do seu governo: «Os estabelecimentos privados portugueses espalhavam-se agora pelos maiores portos do litoral do Golfo do Bengala [...] [e era] um embaraço para os capitães das carreiras que tocavam aqueles portos, tanto mais que alguns destes Portugueses não estavam isentos de praticar ocasionalmente actos de pirataria».⁴²⁸

Essa liberdade de comércio aparece, se bem que um pouco discretamente, nas palavras do próprio Lopo Soares, mais uma vez na obra de Ronald Bishop Smith: « os ofiçiaes que la ouver que sejam obrigados a dar cota de quallquer fazenda que reçebesK delRey [de Malaca] [...] assy de presas como de quall outra cousa que seja de dar cota por que elRej nosso senhor tK Kformaçã que sã lla feitas grades presas e **sonogado muito delas** [...]»⁴²⁹; por fim, ao ordenar que se cumpra o preceito religioso de rezar missa⁴³⁰, diz que o dever deve parecer cristão, já «[...] que o ñ sejamos nas obras».⁴³¹

à sua morte, em 1531 ou 1532, não tendo o autor dos *Ditos* encontrado qualquer referência à quinta em Torres Vedras. Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga (Better Known as de Albergaria)*, pp.28-31.

⁴²⁷ Cf. Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, pp. 219-20. Cf. Luís de Albuquerque: «A adopção de uma política de clara cedência aos interesses dos particulares, em especial da nobreza, em breve se revelou fortemente gravosa dos interesses da Coroa [...]», em “Albergaria, Lopo Soares de, *Dicionário de História...*, vol. I, p. 33. Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues, “Os Portugueses em Malaca e no Golfo de Bengala (séculos XVI e XVII), em Luís de Albuquerque, *Portugal no Mundo*, vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p. 152. Cf. R.S. Whitenay sobre a política desastrosa de Lopo Soares e sobre o modo como desconstruiu a obra de Albuquerque, bem como permitiu o livre-comércio, enchendo-se o mar do que o autor apelida de « [...] so-called traders who were but pirates under another name». De tal forma a voracidade nos mares aumentou que o resultado traduziu-se em: «[...] the prestige of the Portuguese nation diminished», em *op. cit.*, p. 180. Cf. Luís Filipe Thomaz sobre o aumento do curso no tempo de Lopo Soares, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 199 e 202.

⁴²⁸ Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*, Londres, Longman, 1996, p. 101.

⁴²⁹ Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga (Better Known as de Albergaria)*, pp.47-8.

⁴³⁰ Idem, p. 48: « as misas da jgreja vos lKbro que faças Rezar eses crelegos todos juntos por que tegora que o mâdey fazer andauã muy desarájados e fazia cada hũ o que querja [...]».

⁴³¹ Idem, *ibidem*.



Desenho de Diogo Lopes de Sequeira, em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol.II, p. 15

Diogo Lopes de Sequeira⁴³², que foi o primeiro português a navegar até Malaca em 1509⁴³³ para estabelecer contactos com o rei local (encontro de que resultaram cativos portugueses, resgatados posteriormente por Afonso de Albuquerque), seria recompensado com o cargo de governador entre 1518 e 1522, num meio-termo entre o “monopolismo” de Afonso de Albuquerque e a liberdade ostensiva de comércio permitida por Lopo Soares de Albergaria⁴³⁴.

No início do seu governo, sabe-se que a fortaleza de Colombo é deixada de parte pelo governador, como nos relata José Manuel Flores: «Diogo Lopes de Sequeira ignora de todo a guarnição portuguesa de Colombo. Em Agosto de 1519, logo depois da monção, faz seguir para a ilha o único auxílio de montra de todo este primeiro ano do seu governo [...]».⁴³⁵ Esta situação de abandono sofre uma reviravolta graças a uma ordem de D. Manuel, mas «[m]algrado tudo isto, Diogo Lopes de Sequeira continuará a subalternizar Colombo»⁴³⁶, pois ele vê-a como «[u]m imenso armazém de canela e de elefantes».⁴³⁷ Tal atitude fá-lo ganhar a discordância das vozes que chegavam de Ceilão e da fortaleza de Colombo. Ainda assim, exerce

⁴³² Este governador começou por ser nomeado almoraxarife da alfândega de Lisboa, em 1499; foi depois governador do castelo de S. Jorge da Mina; em 1503, foi nomeado almotacé-mor do Príncipe D. João, em 1507 (Armando Cortesão e Henry Thomas, *op. cit.*, no apêndice VI, “Portugueses citados na «Carta das Novas» que foram, com Diogo Lopes de Sequeira, ao Mar Vermelho”; Cf. Ronald Bishop Smith, *Diogo Lopes de Sequeira, Elements on His Office of Almotacé Mor*, Lisboa, 1993); foi enviado por D. Manuel, em 1508, explorar a ilha de Madagáscar (R.S. Whitenay refere-se a essa descoberta como um fracasso, em *op. cit.*, p. 190); esteve envolvido na construção, anos antes do seu mandado, da fortaleza em Agadir (1505) (Luís de Albuquerque, “As viagens de reconhecimento de Fernão Gomes a Bartolomeu Dias”, em *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol II., Lisboa, Publicações Alfa, 1993, p. 70); combateu em África em 1510 (<http://carreiradaindia.net/index.php?s=sequeira&submit=Procurar>, consultado no dia 18 de Janeiro de 2009); foi a Arzila, que estava cercada pelo rei de Fez; e tomou o hábito da Ordem de Cristo em 1513 (A.A V.V., *A Alta Nobreza...*, apêndice). A sua genealogia encontra-se no anexo nº3.

⁴³³ António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias (dir.) referem um regimento de D. Manuel dado a Diogo Lopes de Sequeira, datado de 13 de Fevereiro de 1508, que «[...] recomenda expressamente que em todas as terras pergunte [sic] pelos cristãos aos quais deve agasalhar, avivando-lhes a fé, falando-lhes nos nossos descobrimentos e do nosso comércio na Índia, onde todos os anos enviamos armadas (cf. pág. 415 do II vol. Das *Cartas de Afº d’Alb.*) deve também pedir notícias do Apóstolo Tomé [...]», em *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol.I, Lisboa, Ática, 1937-40, p. 120. Cf. a importância desta terra que, com a chegada, em 1509, de Diogo Lopes de Sequeira, deixa de ser apenas um grande sultanato que gozava de grande prestígio junto dos outros povos orientais para passar a desempenhar o papel de entreposto utilizado pelos portugueses para fazer a ligação com os países do Extremo Oriente, em <http://carreiradaindia.net> (consultado no dia 3 de Março de 2009).

⁴³⁴ Sanjay Subrahmanyam diz: «Sequeira tentou encontrar um ponto intermédio entre as linhas de Albuquerque e de Albergaria [...]. As suas políticas orientavam-se no sentido de atrair pelo menos alguns dos Portugueses que haviam escapado durante a *soltura* à alçada do Estado Português», embora um pouco mais à frente, já na página 102, apelide a sua política de «indefinida», em *op. cit.*, p. 99.

⁴³⁵ José Manuel Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: 1498-1543: Trato, Diplomacia e Guerra*, Tese de Mestrado em História dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, FCSH, 1991, p.144.

⁴³⁶ Idem, *ibidem*.

⁴³⁷ Idem, p. 146.

MAPA DAS VIAGENS DE DIOGO LOPES DE SEQUEIRA (Ficheiro em Anexo)

uma política de vigia sobre o Mar de Ceilão para controlar o comércio de pimenta, a partir de Coromandel⁴³⁸.

O seu regimento ordenava-lhe que construísse uma fortaleza em Diu, chegasse às terras da Abissínia, erigisse fortalezas nas Maldivas, Sumatra, Molucas e Chaul⁴³⁹ e conduzisse uma expedição ao mar Vermelho levada a cabo com o intuito de derrotar os Rumes que vinham do Egipto, a qual não terminaria com sucesso.

Como era necessário unir forças com os supostos aliados cristãos, foi no seu governo que se efectivou o primeiro contacto dos Portugueses com a Etiópia: «No governo de Diogo Lopes de Sequeira prossegue-se a tentativa de domínio do mar Vermelho, sendo conquistadas Maçuí e Arquico. Efectiva-se igualmente a embaixada de D. Rodrigo de Lima ao reino do Preste João»⁴⁴⁰, contacto esse « [...] [com a Etiópia] [que se] deu em 1520 no porto de Arquico, junto a Maçuí, quando o governador Diogo Lopes de Sequeira se encontrou com o Barnagais»⁴⁴¹. Deste facto, resultaria a *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*⁴⁴², datada de 1521 em que Armando Cortesão e Henry Thomas descrevem esse encontro como: «Trata êle [sic] da viagem que a armada sob o comando do Capitão-mor e Governador Geral da Índia, Diogo Lopes de Sequeira, fêz [sic] de Goa ao Mar Vermelho, em 1520, levando a bordo Mateus, embaixador do Preste João ao Rei de Portugal [...] e preparativos da embaixada de D. Rodrigo de Lima ao Preste.»⁴⁴³

⁴³⁸ Idem, p. 147, apresenta uma série de nomes, como os de Gonçalo de Loulé, do florentino Piero Strozzi, ou de António de Miranda de Azevedo, que estiveram na zona de Coromandel negociar com os locais e reforçar o poder português nessa região, tal como mandava o regimento de D. Manuel.

⁴³⁹ R.S. Whitenay em nota de rodapé, diz ter também o nome de Rewandanda, *op. cit.*, p. 195.

⁴⁴⁰ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p.220. Andréa Doré, a propósito dos italianos ao serviço de Portugal e seguindo a Corsali, refere o nome de Giovanni da Dino «[...] um outro italiano que partiu de Lisboa para Cochim em 1518 na armada de Diogo Lopes de Sequeira, e de lá enviou a Florença uma carta, [descrevendo-o] como “homem letrado e dotado, [que] tem estado por muito tempo por esta Índia e tenho como coisa certa que nenhum homem melhor do que ele pode escrever a respeito da astrologia e da cosmografia, nas quais ele é professo”», em, *op. cit.*, p. 308.

⁴⁴¹ Carmen Radulet e Luís Filipe Thomaz, *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513), Fontes Italianas para a sua História*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002, p. 313. (*bahr nagax*, «rei do mar», título do governador etíope da faixa costeira da Eritreia). Luís de Albuquerque refere que o “barnagais” era « [...] senhor das terras do litoral africano que governava como vassallo do imperador», em “Sequeira, Diogo Lopes de”, em vol. I, *op. cit.*, p. 537.

⁴⁴² A carta encontra-se transcrita na sua totalidade em Luís Filipe Barreto (coord.), *Por Mar e Terra. Viagens de Bartolomeu Dias e Pêro da Covilhã*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 23-41.

⁴⁴³ Armando Cortesão e Henry Thomas, *op. cit.*, pp.13-4. Mais à frente, p. 35, é referido o regimento de Diogo Lopes de Sequeira a D. Rodrigo de Lima, em que mandava saber se o território do Preste chegava ao Cabo da Boa Esperança, do qual se transcreve uma parte. E, ainda nas pp. 42-5, se refere novamente a ordem dada por Lopes de Sequeira de mandar uma embaixada ao Mar Vermelho. Por fim, nas pp. 68-9, os autores referem o livro das *Lendas* e as páginas em que Gaspar Correia descreve essa viagem: liv. II, pp. 578-590, além de mencionarem também a mesma informação em Barros, Castanheda, Góis e

Esse aumento do poderio português em terras do Oriente, no seu governo, e segundo António Baião, transforma Portugal num polvo cada vez mais tentacular: « [...] alargando os seus tentáculos: emissários do governador foram para as Maldivas, mar da Arábia, China, Pegu, Oceania, fundando fortalezas em Chaul e Ternate». ⁴⁴⁴

Por seu turno, Jaime Cortesão e Luís de Albuquerque falam-nos da expedição a Diu, em que se intentaria aí construir uma fortaleza, a qual não teve sucesso, pois Malik Ayâz ⁴⁴⁵ impediu Diogo Lopes de Sequeira. Porém, o nosso governador conseguiu construir, com a autorização de Nizamaluco, senhor de Chaul, uma fortaleza nessa localidade ⁴⁴⁶.

Um testemunho importante relativamente às últimas acções de Diogo Lopes de Sequeira enquanto governador encontra-se nas *Lendas da Índia*, nos três capítulos iniciais respeitantes à “Lenda do Quarto Governador d’estas partes da Índia, Dom Duarte de Meneses, filho do Conde Priol Mordomo Mor d’ElRey, que do Reino partiu o ano de 1518” ⁴⁴⁷. Quando Duarte de Meneses foi recebido como governador, Diogo Lopes de Sequeira combatia em Chaul, onde estava a construir uma fortaleza. Deste modo, foi enviado ao seu encontro o irmão de Duarte de Meneses, D. Luís, para dar conhecimento a Diogo Lopes de Sequeira de que este teria de partir para o reino.

Ficando o novo governador a saber do trabalho que estava a ser realizado em Chaul, mandou para lá uma armada e como capitão Simão de Andrade, que havia chegado muito rico da China, tirando a «[...] Anrique de Meneses contra direito, porque lha nom podia tirar, porque polo regimento d’ElRey o Gouvernador que faz a fortaleza pôde dar a capitania e todos os officios os primeyros tres annos, sem ElRey os poder tirar. E quis o Gouvernador fazer este agrauo a Diogo Lopes porque ficou d’elle desgostoso [...]; e por esta causa, e outro mexeriqos que dom Duarte mandou a ElRey fora da verdade [...]». ⁴⁴⁸ Gaspar Correia menciona igualmente muitos

Jerónimo Osório. Gaspar Correia é o único que afirma que essa armada partiu de Goa em Janeiro, enquanto os outros cronistas apontam o mês de Fevereiro. Cf. anexo nº 7, onde se encontra transcrita a carta que Diogo Lopes de Sequeira escreveu sobre a sua ida ao porto de Maçua com Mateus.

⁴⁴⁴ António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁴⁵ ou Aiyas.

⁴⁴⁶ Cf. anexo nº 2, p. 28.

⁴⁴⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II., pp. 674-680.

⁴⁴⁸ Idem, pp. 674-5. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, a propósito deste fidalgo: «Quando chegou ao Malabar, Simão de Andrade deve ter recebido a carta de D. Manuel que o nomeava capitão numa viagem à China, assim que Fernão Peres regressasse à Índia. Esta carta, que impediu Diogo Lopes de Sequeira de enviar António Correia ao Celeste Império, foi enviada pelo monarca certamente em 1518. [...] Quando

«trabalhos» que Lopes de Sequeira teve com os procuradores do rei, que lhe pediam muito dinheiro para “calar” os erros que se haviam cometido durante o seu governo, nomeadamente na guerra a Cambaia (que tivera a concordância de todos os fidalgos da Índia), afirmando também que «[...] alcançandose forteza em Dio se podia desfazer Chaul». ⁴⁴⁹ Nesta guerra, foi gasto muito dinheiro, que Gaspar Correia diz ter sido utilizado por Lopes de Sequeira «[...] que o leou da India, onde como homem sesudo o soube bem ganhar secretamente, que passou a Portugal, e andou na corte tornando a seruir seu cargo d’almotacé mor que era d’ElRey, e andou sempre muyto autorizado e bem tratado». ⁴⁵⁰

Além deste dinheiro, o cronista refere ainda que o acusaram de não querer construir uma fortaleza em Ormuz tal como o rei lhe mandara, e que ignorara alguns avisos feitos por Manuel Velho (por quem Lopes de Sequeira nutria ódio, por este ter trazido do reino, da parte do rei, poucas provisões) de que havia a possibilidade desta localidade se insurgir contra os portugueses, pois o Resxafaro ⁴⁵¹ não queria perder o poder económico que as rendas da alfândega lhe davam. Gaspar Correia termina o primeiro capítulo da lenda de D. Duarte de Meneses dizendo: «Todas estas cousas se apontarão contra Diogo Lopes de Sequeira, mas como a proua das testemunhas erão os próprios acusadores, por yssso o nom puderão encrauar». ⁴⁵² As acusações acabaram por não ser comprovadas, pois as testemunhas (D. Garcia Coutinho ou

chegou a Cantão ainda aí encontrou Tomé Pires, o embaixador que seu irmão desembarcara havia dois anos [...]. Aí encontrou Martim Afonso de Melo Coutinho, que saíra de Portugal na Primavera de 1521 com a incumbência de construir uma fortaleza na costa chinesa [...]. [...] o primeiro capitão que governou Chaul por nomeação régia foi Cristóvão de Sousa [...]. Estando a capitania provida em Henrique de Meneses, D. Duarte logo começou a revelar as características do seu governo ao desprestigiar os regimentos a que estava sujeito. Assim, fez substituir o jovem capitão que o seu antecessor nomeara pelo experiente Simão de Andrade [...]. Chegou a Chaul ainda em 1521 [...]. É muito provável que tenha sido sob a capitania de Simão de Andrade que se concluíram as obras desta fortaleza [...]. Pouco se sabe da acção de Simão de Andrade no seu novo posto. [...] apenas Gaspar Correia refere que em 1522 o governador enviou reforços para Chaul [...]. Gaspar Correia [...] afirma que foi ele quem recebeu Vasco da Gama em Chaul, e que então o vice-rei entregou a capitania da praça a Cristóvão de Sousa. [...] Gaspar Correia e Francisco de Andrada, que o segue de perto, devem estar enganados quando atribuem a Vasco da Gama a destituição de Simão de Andrade, pois foi Chaul o primeiro porto indiano tocado pelo vice-rei e Cristóvão de Sousa já estava na Índia havia um ano. [...] Pensamos, assim, que Simão de Andrade morreu, ou entre Outubro de 1523 e Setembro de 1524, ou provavelmente em 1526 na viagem para Portugal», em “Simão de Andrade, Fidalgo da Índia e Capitão de Chaul”, in *Mare Liberum*, nº9, Março 1995, p.104-6. A propósito de Fernão Peres de Andrade e da pimenta, Vitorino Magalhães Godinho diz: «Gaspar Correia, reportando-se aos anos de 1517-1522, mostra que toda a pimenta de Samatra se concentra em Pacém, e deste porto é a grande mercadoria para a China: por isso Fernão Peres de Andrade por aqui deve passar ao ir com embaixada ao Celeste Império [...]», em *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, p. 197. Cf. Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires...*, p. 32.

⁴⁴⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 675.

⁴⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁴⁵¹ Principal cabeça do reino de Ormuz.

⁴⁵² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 676.

Manuel Velho), como queixosas, teriam sempre uma opinião parcial e subjectiva, segundo o nosso cronista⁴⁵³.

Um pouco mais à frente, Gaspar Correia começa por se referir a Cotiale⁴⁵⁴ que comerciava nos mares da Índia com os cartazes concedidos pelos governadores portugueses e cuja amizade com estes, «lhe custou total destroyção da sua pessoa e fazenda»⁴⁵⁵, bem como a todos os mouros que haviam celebrado amizade com Portugal⁴⁵⁶. Este último teria sido enganado por António de Brito⁴⁵⁷ e Diogo Lopes de Sequeira quando estes o mandaram armar duas naus com pimenta para levar para Meca. Das partes que iam ser embarcadas, uma delas foi paga pelo mouro e carregada às escondidas, pois era para lucro pessoal de António de Brito e de Diogo Lopes de Sequeira. Como os homens não gostavam de António de Brito, começaram a comentar essa transacção e o governador, para despistar as más intenções de ambos, faz uma «enquirição por melhor dessimulação».⁴⁵⁸ António de Brito acabou por ser acusado, mas foi logo solto e Diogo Lopes de Sequeira mandou aprisionar as naus em que vinha o dito carregamento de pimenta, não só se livrando das acusações, como ainda tirando para si uma parte substancial. O mouro queixou-se-lhe, mas o governador respondeu com pedidos para o enforçar. Vendo a traição de que havia sido alvo, este «cramou abertamente [...]; a qual acusação foy em Portugal posta contra Diogo Lopes de Sequeira, que nom teue credito, por os cramores serem do mouro que perdêra suas naos».⁴⁵⁹

Como se pode constatar, as acções intentadas contra os mouros, especialmente as para proveito próprio dos portugueses, acabavam por nunca serem comprovadas, o que parecia incentivar a continuidade das práticas ilícitas da parte destes e dos seus sucessores. No entanto, este episódio não ficou sem resposta por

⁴⁵³ Idem, ibidem: [...] mas como a proua das testemunhas erão os proprios acusadores, por yssso o nom puderão escrauar.»

⁴⁵⁴ (Kuti Ali), senhor de Tanor.

⁴⁵⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 679.

⁴⁵⁶ R.S. Whitenay, além de referir o nome de Ali Ibrahim como outro dos lesados pela ganância e desejo de riquezas de Diogo Lopes de Sequeira, também conta o sucedido, embora com contornos diferentes: depois de ter concedido muitos banquetes aos portugueses e ter-se tornado seu aliado, Lopes de Sequeira, ao carregar pimenta para o Mar Vermelho, confiscou todo o carregamento bem como a nau. Para calar a má fama que o perseguia em Lisboa e não perder a sua fortuna, o ex-governador teve de comprar o silêncio de alguns nobres, em *op. cit.*, p. 195.

⁴⁵⁷ Referido por Armando Cortesão e Henry Thomas, *Carta das Novas...*, no apêndice VI, “Portugueses citados na «Carta das Novas» que foram, com Diogo Lopes de Sequeira, ao Mar Vermelho”, como sendo capitão de uma das armadas que Diogo Lopes de Sequeira enviou ao Mar Vermelho, em 1520.

⁴⁵⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 680.

⁴⁵⁹ Idem, ibidem.

parte dos mouros, que combateram com os portugueses durante muitos anos nos mares do Oriente, custando muito dinheiro e homens à Coroa portuguesa.

Ainda assim, o balanço do seu governo não é tão desfavorável quanto o de Lopo Soares. Diogo Lopes de Sequeira «[...] conseguiu estabelecer perduráveis e muito proveitosas relações comerciais com os portos do reino de Pegu, graças aos seus esforços diplomáticos, e deixar uma fortaleza construída em Chaul e feitoria nas ilhas Maldivas [...]»⁴⁶⁰, além de ter concedido direitos municipais a Goa⁴⁶¹.

Depois de regressar ao reino, morreria em 1530 e seria sepultado no Alandroal. Ronald Bishop Smith elogia-o: « [...] a great figure in the Portuguese conquest of India [...]».⁴⁶²

3.2 Da amplificação dos espaços da *Crónica de D. Manuel* para as *Lendas da Índia* nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira

*Dieu a prédestiné le Portugal.
[...] Pour le vouloir de Dieu les
Portugais ont fait ce que les
grands peuples de L'Antiquité
n'avaient pu que rêver*⁴⁶³.

Das acções governativas de Lopo Soares e Lopes Sequeira, em termos do que é causal e/ou providencial, é o que pretendemos neste momento referenciar, de modo a conseguirmos constatar a maior ou menor relevância de cada uma delas nos textos da *Crónica* e das *Lendas*.

Depois de vermos que Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira tiveram governações que se pautaram por alguns incumprimentos dos regimentos

⁴⁶⁰ Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, p. 220.

⁴⁶¹ V. R.S. Whitenay, *op. cit.*, pp. 196-8.

⁴⁶² Ronald Bishop Smith fala de Lopes Sequeira como proprietário de muitas terras no Alentejo, sendo que a documentação sobre a sua vida pessoal e actividade no Norte de África é conhecida como a colecção de São Bento da Saúde, da Torre do Tombo, em “Diogo Lopes de Sequeira, the governor of India, in the collection of São Bento da Saúde, in the Torre do Tombo”, in *Mare Luso-Indicum, L’Océan Indien, Les Pays Riverains et les Relations Internationales, XV^e- XVIII^e siècles*, IV, Paris, Societé d’Histoire de L’Orient, 1980, p. 129.

⁴⁶³ Jean Aubin, *Duarte Galvão*, «Arquivo do Centro Cultural Português IX», Separata, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 65.

régios, por benefícios a particulares e próprios, deixando no entanto alguma obra feita, nomeadamente no que toca à construção de fortalezas e de criação de laços de amizade com alguns reinos indianos, é necessário ver como é que esses mesmos governos figuram, tanto na *Crónica* como nas *Lendas*. Além disso, é importante perceber como e onde é que, no decorrer do relato dos episódios e acções desse período de tempo, podemos encontrar a concepção histórica causal da cronística imbricada com experiências providencialistas.

A *Crónica de D. Manuel* tem de ser analisada como um todo, visto que retrata, ininterruptamente, em 98 fólios, o percurso do *Venturoso* desde o dia em que assumiu os destinos de Portugal até ao ano em que morreu, tendo assim estado à frente de grandes decisões político-económicas e sociais durante 26 anos (1495-1521).

O que pretendemos é mostrar como de uma prosa mais organizada e contemplando uma arquitectura espacial (e, concomitantemente, temporal) bem menor, como a que observamos na *Crónica*, se passa para uma bem mais lata e múltipla como a que encontraremos nas *Lendas da Índia*: os locais, as personalidades, os episódios que figuram nos governos de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira são os mesmos, embora mais resumidos ou há personalidades e locais que são mencionados num texto e não nos dois?

É importante desde logo perceber que a espiritualidade nesta época revia-se no amparo de Deus aos portugueses, os quais O recompensavam e honravam fazendo a guerra da Cruzada em terras de África e, posteriormente, de Ásia. Por sua vez, também muitas destas recompensas e honras são consequência da coragem, capacidade estratégica e militar dos homens e não de Deus.

Cingindo o nosso campo de análise aos governos de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira, iremos apresentar os locais, datas e personalidades que durante este período de tempo foram mencionados por Gaspar Correia (com mais ou menos detalhe), por análise comparativa, entre o texto das *Lendas da Índia* e o da *Crónica* e chegar a uma conclusão sobre a similitude ou discrepância desses dados espaço-temporais e referentes a personalidades, focando a nossa atenção para a presença ou não de uma causalidade histórica.

3.2.1 A causalidade histórica

As narrativas da cronística régia e da Expansão são constituídas por um discurso que assenta no relato, mais ou menos extenso, das acções decorridas, tanto no reino, como no Oriente. Durante os governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira, podemos observar relatos orientados por um princípio de causalidade histórica que se misturam com outros, em que as acções são explicadas tendo em conta uma lógica providencialista.

Por causalidade histórica, entendemos toda a explicação que se rege por uma relação de causa-efeito, denunciando uma preocupação em apresentar factualmente o que aconteceu, sob um ponto de vista cronológico, como nos diz Ana Paula Avelar: « [...] a busca da verdade e a sua explanação revela-se [...] um princípio enunciativo do discurso histórico.»⁴⁶⁴

Tomemos apenas como exemplo uma referência que denota, desde logo que, para os factos que não têm explicação, o Homem analisa a situação e, racionalmente, vence-a: «Com peixe que comião [os marinheiros], a gente adoeceu de febres, polo que nom comerão mais».⁴⁶⁵ A partir da análise da causa que os fazia adoecer, os marinheiros eliminaram-na, deixando de se alimentarem desse peixe.

No confronto com as novidades proporcionadas pela presença no Oriente, o cronista utiliza a comparação com realidades já conhecidas⁴⁶⁶. No entanto, na verdade dos factos narrados, intercalam-se os planos do maravilhoso e do providencial. A maravilha presente em actos protagonizados no Oriente está relacionada com o conceito de “lenda”, que já abordámos anteriormente e que se prende com a narração de factos protagonizados por homens extraordinários que se tornaram heróis e que, em Gaspar Correia, são, em alguns episódios, «[...]substituíd[o]s pelo desmesuramento de um olhar transtornado pelos sentimentos.»⁴⁶⁷ Segundo Ana Paula Avelar, «A intervenção divina é uma das componentes explicativas dos sucessos, e o determinismo causal um elemento fundador do discurso da cronística da Expansão. [...] Com efeito, a descrição de

⁴⁶⁴ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p. 55.

⁴⁶⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.I, p. 48.

⁴⁶⁶ Como nos diz Ana Paula Avelar, «Nas crónicas da Expansão visa-se essencialmente espelhar a unidade explicativa, conseqüentemente, o recurso ao confronto em certa medida facultado ao narrador alguma *imparcialidade* na disputa em questão», em *Figurações da Alteridade...*, p. 46.

⁴⁶⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 59.

milagres é algo de habitual.»⁴⁶⁸ Por essa razão, iremos muitas vezes assistir a Gaspar Correia atribuir à ajuda divina a protecção dos portugueses.

Torna-se imprescindível contextualizar a primeira referência⁴⁶⁹ da *Crónica* que diz respeito ao ano de 1515, no início do governo de Lopo Soares de Albergaria. Quando esta data é apresentada, Gaspar Correia fala do ano de 1512 (curiosamente, o ano em que chegara à Índia), quando o governador Afonso de Albuquerque voltou a tomar Goa e depois Banestirim⁴⁷⁰. O rei de Calecute teve conhecimento destas conquistas. Para não entrar em guerra com ele, Afonso de Albuquerque mandou que se fizessem as pazes, construindo-se uma fortaleza. A todos agradou esta paz, excepto aos mouros que viam a sua terra apoderada pelo poder dos cristãos. Assim que o governador morreu e começaram “os desmandos” na sua terra, logo os mouros se insurgiram contra os portugueses, criando amizade com o rei de Calecute⁴⁷¹.

Através da análise do quadro apresentado em anexo⁴⁷², podemos desde logo deparar com a ausência completa de marcas do “eu narrador/autor” - Gaspar Correia - ao longo da narração que faz do período de tempo compreendido entre 1515 e 1520 e não 1521, pois, embora Diogo Lopes de Sequeira tenha apenas deixado o governo da Índia já em 1521, essa data é referida por Gaspar Correia ainda no fólho CCCXXVIJ como o ano em que «veio por governador da Índia, D. Duarte de Meneses, filho do Conde priol e com ele D. Luís, seu irmão, como capitão-mor e com ele Martim Afonso de Melo. Diogo Lopes entregou o governo a D. Duarte. Nesse ano morreu D. Manuel».⁴⁷³

Mas regressemos ao texto. Correia, além de transmitir na *Crónica* a ideia de que o governo de Diogo Lopes de Sequeira terminara de forma abrupta, o que não acontecerá nas *Lendas*, lamenta profundamente a morte do monarca, dedicando os

⁴⁶⁸ Idem, p. 243.

⁴⁶⁹ Recorremos às edições das *Crónicas* da Academia das Ciências de Lisboa, cuja leitura, notas, introdução e índice ficaram a cargo de José Pereira da Costa, como figura na bibliografia deste nosso trabalho. A edição das *Lendas da Índia* é que temos vindo a utilizar ao longo desta dissertação.

⁴⁷⁰ «Um dos passos para a ilha de Goa para terra-firme», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.IV, Índice.

⁴⁷¹ Um dos homens de quem Gaspar Correia fala em particular é de D. João de Lima (Cf. A.A. V.V., *A Alta Nobreza...*, onde se pode ler que tomou o hábito da Ordem de Cristo em 1515; foi capitão de uma nau na armada de Diogo Lopes de Sequeira em 1518; numa outra armada de Jorge de Brito, em 1520; ainda capitão entre 1509 e 1522; e, por fim, capitão da fortaleza de Calecute, entre 1515 e 1526, em apêndice.), capitão de Calecute, que sofreu após a rebelião moura um cerco durante um Inverno, socorrido que foi por D. Henrique de Meneses (que viria a ser governador da Índia, em 1524, logo após D. Vasco da Gama), em Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fol. CCXXIIIJ, pp. 110-1.

⁴⁷² Cf. anexo nº 6.

⁴⁷³ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, p. 120. Grafia e sintaxe actualizadas por nós.

restantes fólhos a descrevê-la, bem como as exéquias e alguns feitos realizados durante o seu reinado⁴⁷⁴.

Posto isto, afigura-se-nos a pergunta: por que razão Gaspar Correia terá dito que a *Crónica de D. Manuel* iria ser mais minuciosa e apresentar mais preocupação com o estilo?

Avançamos com uma possível explicação: sendo as *Lendas* o relato de acontecimentos vividos e ouvidos, deixados escritos de forma parcamente organizada (principalmente no que toca à estruturação sintáctica e semântica) e a *Crónica* tenha apresentado, como era a intenção que o próprio autor expressou, mais cuidado no estilo e no reconto dos principais acontecimentos durante o reinado manuelino, que este cuidado e minúcia estejam de acordo com o tom que devia ser apanágio de uma crónica régia. Isto é, terá Gaspar Correia tentado “apagar” as imperfeições discursivas do que narrou, mais amplamente, nas *Lendas*⁴⁷⁵?

Certo é que Gaspar Correia compôs, entre 1532 e 1534, as *Crónicas*, compilando os dados que lhe permitiriam traçar o perfil dos reis, desde D. Afonso Henriques a D. João III. Trasladou e renovou os textos de Rui de Pina e Duarte Galvão, que conheceu em Goa, e coligiu outros dados, seguindo por isso o modelo das suas crónicas régias: reunir as memórias dos feitos gloriosos dos reis, num sumário breve também das suas vidas. Quanto às *Lendas* que, como se sabe, ficaram manuscritas até ao século XIX, Gaspar Correia não terá tido oportunidade para fazer ele próprio uma revisão do texto.

O cronista construiu nas *Crónicas* um texto racional, equilibrado, proporcional, justo, denunciando uma maior preocupação em exaltar a figura do monarca e em contar os factos que marcaram o seu reinado, tanto a nível interno como a nível da presença portuguesa no Oriente, esta sim bastante amplificada nas *Lendas*. Tal ideia pode-se ver nas palavras de Banha de Andrade sobre Gaspar

⁴⁷⁴Como é exemplo o fólho CCCXXXJ, em que refere a ostentação da embaixada portuguesa liderada por Tristão da Cunha ao Papa, ou os dois fólhos seguintes, em que se refere a acontecimentos sucedidos com os portugueses nas praças africanas, em Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, pp. 133-8.

⁴⁷⁵Banha de Andrade apresenta a *Crónica de D. Manuel* como um «[...] texto incipiente [que Gaspar Correia teve como] intuito de o tornar mais completo e assim valorizar a gesta portuguesa.», em *Gaspar Correia, o 1º historiador do Oriente?*, p. 680. Em *Gaspar Correia, Inédito*, o mesmo autor aponta como possível explicação para a discrepância da desproporção de texto entre a *Crónica* e as *Lendas*: «[...] despeito por não ter podido publicar a Crónica, dando azo a aparecerem Castanheda e Barros a assumirem a prioridade que era sua. Terá assim indagado com maior minúcia, para superar as narrativas dos dois rivais.», p. 34.

Correia: não se tendo demorado «[...] com as viagens de ida e volta, nem com as tripulações [...] conforme sucederá, ao menos em parte, nas *Lendas* [...] [nas *Crónicas*] [d]escreve sobretudo os contactos operados pelos Portugueses na Índia [...] e contudo, com pormenor, as vitórias, **sem ocultar os estragos causados nas duas partes.**»⁴⁷⁶ Veremos que essa descrição dos «contactos operados» no Oriente incluiria o relato de episódios do foro providencialista.

Pela excessiva extensão da análise feita, tendo em conta datas, locais, personalidades e acontecimentos mais relevantes a partir da edição revista por M. Lopes de Almeida, os quadros das lendas de ambos os governadores que serviram de base à nossa análise encontram-se em anexo⁴⁷⁷, trazendo apenas para o corpo do texto os que permitirem uma análise mais sucinta de alguns episódios, de modo a não comprometer a percepção do texto.

Afonso de Albuquerque, o empossado governador Lopo Soares, Simão de Andrade⁴⁷⁸, D. Garcia de Noronha ou D. Aleixo de Meneses, entre outros, são referidos e destacados com cores para mostrar a sua presença ao longo do relato de toda a lenda de Lopo Soares de Albergaria⁴⁷⁹. Para comprovar que Lopo Soares iria

⁴⁷⁶ Idem, p. 36. Sublinhado nosso.

⁴⁷⁷ Cf. anexos n.ºs 1 e 2.

⁴⁷⁸ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, que nos apresenta este fidalgo que chegou ao Oriente em 1503 e aí terá permanecido até 1525, em “Simão de Andrade...”, p. 99. Para Luís de Albuquerque, este governador também havia estado no Oriente pela primeira vez, sensivelmente um ano após lá ter chegado Simão de Andrade, dado que saiu de Lisboa a 22 de Abril de 1504, como capitão de uma armada. Quando este foi apontado como governador, Simão de Andrade vê a sua «brilhante carreira militar (...) marcada por um relacionamento assaz difícil com dois governadores inimigos entre si, Afonso de Albuquerque e Lopo Soares de Albergaria, homens que defendiam políticas bem diferentes para o estabelecimento dos Portugueses no Oriente», em *op. cit.*, vol. I, pp.73-4, “Albergaria, Lopo Soares”.

⁴⁷⁹ Numa pesquisa feita na Academia de Ciências de Lisboa, encontrámos uma encadernação de pergaminho, manuscrita e anónima, cota. 478, catálogo da série vermelha, tomo I, nomeada *Notícia Abreviada dos Descobridores* com a seguinte descrição: «Este livro contém os descobridores da Índia, seus mares, todos os capitães-mor que dela foram com Armadas, com sucesso que tiveram os vizoreis e governadores que há havido e tudo mais que pertence à expedição destas coisas como no discurso dele severas com as distinções e circunstâncias necessárias, acabou-se de copiar do original que criou um grande curioso e noticioso em dia 16 de Setembro de 1635». Esta refere-se, sob o título “Vice Reis e Governadores” a «Lopo Soares Governador, no de 1515 [sic] tornou ao Reino. Governou três anos». Na pág.17, e referente ao «anno de 1515», diz: «O governador Lopo Soares capitão mor de quinze naos, partiu a sete de Abril, capitão D. Guterre de Monrroy, castelhano; Simão da Silveira, Álvaro Teles, Diogo Mendes de Vasconcelos, Jorge de Brito, copeiro mor do rei, Fernão Peres de Andrade, D. Aleixo de Menezes, Christóvão de Távora, Simão Dalcasena, António Lobo Falcão, Jorge Mascarenhas, D. Aleixo, foi por capitão mor do mor sobrinho do governador, e nas ausências tinha poderes de governador». Os nomes que apenas aparecem referenciados nas *Lendas* são os de D. João da Silveira, Álvaro Barreto e Francisco de Távora. Em P.º Manuel Xavier e Anónimo, figuram todos os nomes que aparecem referenciados em ambos os textos, à excepção do número de naus, que aparece como tendo partido cinco. Pelo final do texto que se refere às carreiras do ano de 1515 - «D. Aleixo foi por capitão-mor do mar; [era] sobrinho do governador, e nas ausências tinha poderes de governador», pode-se constatar que é igual ao do texto manuscrito por nós encontrado na Academia de Ciências, em *Relações da Carreira da Índia*, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 17-8. Nesse mesmo livro, p.

beneficiar com a morte de Afonso de Albuquerque, João Paulo Oliveira e Costa dizem-nos que «Gaspar Correia atribui a Lopo Soares uma reacção pelo menos mais dissimulada, mas a verdade é que pouco depois Simão de Andrade partia para Ormuz com uma «[...] nau carregada com sua fazenda [...]», provavelmente alvissaras pela notícia que trouxera e que facilitara a vida a Albergaria».⁴⁸⁰ Esta ideia é, em parte, confirmada por nós, tal como figura na tabela que se encontra ligeiramente alterada relativamente à que se pode visualizar em anexo, de modo a indicar apenas os conteúdos textuais que servem os nossos propósitos. O mesmo sucederá com as restantes tabelas que irão ser apresentadas ao longo do corpo do trabalho.

178, o número de naus já se encontra igual ao do texto manuscrito: «Lopo Soares, segundo governador, partiu de Lisboa a 7 de Abril de 1515 com quinze velas, governou três anos». Em Maria Hermínia Maldonado, também são referenciados os mesmos nomes que no texto anónimo, mencionando a partida de quinze naus, em *Relação das naos e Armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrução dos curiozos, e amantes da História da Índia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, p. 30. Já Armando Cortesão, em *A Suma Oriental...*, diz, a propósito da embaixada à China: «Entretanto o novo Governador-Geral da Índia, Lopo Soares de Albergaria, partira de Lisboa com uma armada de treze (ou quinze) naus no princípio de Abril, e chegou a Goa no começo de Setembro de 1515. Daí seguiu para Cananor e Cochim, onde chegou antes do fim de Setembro. Com o novo Governador ia Fernão Peres de Andrade, que el-Rei enviava como Capitão-Mor dum armada para ir da Índia “descobrir a China” e levar lá um Embaixador português». Por ter dado a notícia do falecimento de Albuquerque a Lopo Soares, este recebeu-o com entusiasmo, em *op. cit.*, p. 21.

⁴⁸⁰ João Paulo Oliveira e Costa, em “Simão de Andrade...”, p. 103.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo II

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Lopo Soares de Albergaria D. Aleixo (sobrinho de Lopo Soares e capitão-mor do mar da Índia) D. Garcia (sobrinho de Afonso de Albuquerque, capitão-mor de uma armada do reino e vice-rei da Índia) Simão de Andrade (capitão da fortaleza de Chaul)	O rei de Cochim pensava que Afonso de Albuquerque se havia ido embora para desempenhar melhor função; o feitor desacreditado e aquele dá-lhe conta da sua tristeza. Lopo Soares fica a saber da tristeza destes reis e da sua admiração pela governação de Afonso de Albuquerque, fica “agastado” e percebe que dificilmente conseguirá a sua ajuda. Recebido pelo rei de Cochim, o governador dá-lhe explicações sobre o porquê da demissão de Afonso de Albuquerque e mostra as cartas trazidas do reino e o rei de Cochim exclama: «Fez Deus muito bem de recolher para si Afonso de Albuquerque, pois lhe davam mau galardão». Carregada a pimenta, objectivo de Lopo Soares, as naus foram aviadas e as despedidas rápidas. Entretanto, D. Aleixo é mandado visitar D. Garcia e sabe que Afonso de Albuquerque morreu. Essa notícia levou a Cochim Simão de Andrade para a contar ao governador que iria regozijar-se. Simão de Andrade partiu de Goa e entrou no rio de Cochim. O governador mostra-se “pesaroso” e ofendido com a alegria do capitão. * Este seu cargo bem como a ordem que Lopo Soares lhe dá de conceder «seguros pera [os de Coullão] navegarem as naos e zambucos de seus portos seguramente» são referidos em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas</i> , Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 393-4.	468
No outro dia (ao do enterro de Afonso de Albuquerque)	Goa → Cochim	D. Garcia de Noronha Lopo Soares		No entanto, e mesmo em cerimónia organizada por D. Gracia em memória do antigo governador, aparenta respeito por este, mas continua a desfazer os seus feitos. Tudo o que vinha com eles foi mandado leiloar por ordem do governador, mesmo depois de D. Gracia ter tentado guardar.	
	Cochim	Pêro d’Alpoim (ouvidor e secretário interino da Índia) e criados de Afonso de Albuquerque D. Gracia e D. Aleixo Alexandre de Ataíde		D. Aleixo defende o tio, dizendo que a ele não lhe interessam riquezas, como as que tinha Afonso de Albuquerque, mas apenas a honra. O governador manda Pêro de Alpoim colocar as minutas das cartas escritas por aquele para o reino e embarcá-las noutra nau. Com ele, foi o língua Alexandre de Ataíde. Tudo foi mandado entregar ao correedor da casa da Índia.	469
	Ormuz	D. Aleixo		D. Aleixo foi mandado a Ormuz para, com oito naus, carregar mercadoria. Simão de Andrade acompanhou. Os negros, com a cobiça de roubar, e porque também sabiam que Afonso de Albuquerque havia morrido, mataram e feriram os portugueses.	

Sobre os episódios históricos descritos nas *Lendas*, podemos observar que os pormenores se avolumam comparativamente com a descrição apresentada na *Crónica*: os nomes, os locais, as datas, os acontecimentos relatados.

Nas *Lendas*, existe lugar à menção ao próprio autor, mesmo que seja uma aparição curta e subtil, como se pode ver, a título exemplificativo, quando, na localidade de Goa, o governador, em Dezembro de 1515 (ano da morte de Afonso de Albuquerque⁴⁸¹) ordena a Gaspar Correia, vedor das obras da cidade de Goa que «derrubasse a capela e que as ossadas de Afonso de Albuquerque fossem para debaixo de uma árvore [...]»⁴⁸².

Além disso, há também lugar a descrições subjectivas que ocorrem, por exemplo, quando Duarte Galvão e o embaixador Mateus iam ao encontro do Preste João. Gaspar Correia descreveu Galvão como «homem de grande conselho e muy loquente [...], que muyto tinha entendido as cousas da India, e mormente do desgosto que a gente da India tinhão de seruir com Lopo Soares, vendo que era imigo das cousas d’Afonso d’Albuquerque, que todos o amauão de bom coração, pelo que muyto praguejavão de Lopo Soares [...]»⁴⁸³.

Relativamente aos espaços percorridos, a “narrativa-viagem” da *Crónica* parece levar os portugueses por menos locais, por menos aventuras e confrontos com os povos orientais, dado que são apenas mencionados e não aprofundados os seguintes acontecimentos: a chegada de Lopo Soares à Índia, estando Afonso de Albuquerque em Ormuz; cumprindo a primeira ordem, o governador manda carregar pimenta de Cochim para o reino; de seguida, a mando do rei, Lopo Soares dirige uma armada para o mar Roxo; já em 1516, António de Saldanha segue do

⁴⁸¹ Gaspar Correia refere a morte de Afonso de Albuquerque nesse ano de 1515: «[...] em tanta maneyra que quando morreo Afonso d’Albuquerque, que foy no ano de 515 [...]», em *Lendas da Índia*, liv. II, p. 134.

⁴⁸² Idem, p. 472.

⁴⁸³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 489. Cf. carta de 14 de Outubro de 1515: “Trelado de acto que se fes antre Matheus embaixador do preste e duarte galvão embaixador dellRey nosso senhor”, em Afonso de Albuquerque, *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884-1935, Tomo III, em que se pode ler: « [...] aos quatorze dias do mes de outubro da sobredita era, no castello desta fortaleza de cananor, estando hi lopo soares do conselho delrei nosso senhor [...] foi dito [...] que matheus embaixador do preste se mandara agrauar no porto da cidade de guoa [...], de duarte galvão que ora vai por embaixador por elRei nosso Senhor pera o preste [...]», havendo queixa de Mateus sobre o modo pouco honroso com que Duarte Galvão o tratava - « que lhe dizi que era mouro, e que ho avia de prender em ferros e mandar presso a elRei nosso Senhor, e que nom era embaixador do preste, e que o dito duarte galvão daua nos seus moços [...]».

mar Roxo para Adém. Lopo Soares segue para Ceilão onde, em Colombo, em 1518, erigiria uma fortaleza.

Estes mesmos locais são apresentados mais pormenorizadamente no decorrer da narrativa nas *Lendas*. E dado que o cerne deste nosso trabalho não é apresentar uma descrição exaustiva e pormenorizada de todos os acontecimentos ocorridos nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes de Sequeira, embora as tabelas em anexo os apresentem de forma sucinta e esquemática, mas perceber da (não)-recorrência à esfera do providencialismo, iremos mostrar como os espaços da *Crónica* são amplificados nas *Lendas*. Seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos, inicia-se essa análise comparativa na lenda de Lopo Soares de Albergaria e posteriormente a de Diogo Lopes de Sequeira.

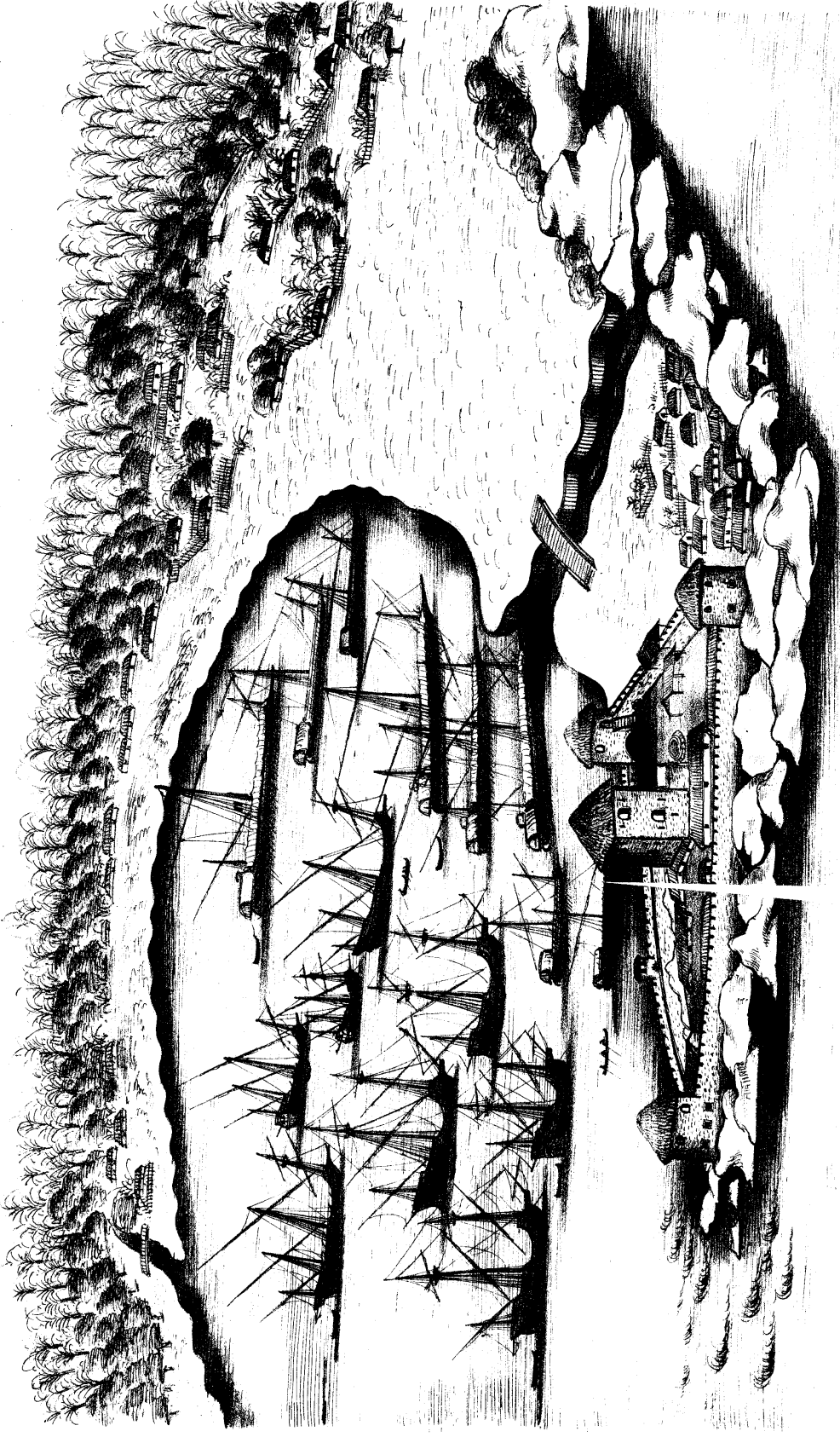
É necessário assim focar a nossa atenção para aspectos que, embora pareçam óbvios, ajudam a não perdermos de vista o macrocosmos desta nossa dissertação: a Índia, que é o espaço iniciático de ambos os textos⁴⁸⁴, aparecendo, no início da lenda de Lopo Soares, particularizada – Goa.

Vemos a Índia como espaço iniciático, porque se trata da entrada dos portugueses num mundo secreto, que não lhes era familiar. É o conhecimento do *Outro*, como nos fala Ana Paula Avelar, em *Figurações da Alteridade*: «A consciência das várias etapas da presença dos portugueses no Oriente, [sic] está presente nos textos que se debruçam sobre a narração do que se experienciou naquelas paragens face àquilo que seria **iminentemente novo e diferente**.»⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ E do qual se apresenta um mapa, já utilizado por nós para apontar alguns locais percorridos por Gaspar Correia, Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira.

⁴⁸⁵ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p. 189. Sublinhado nosso.

CEILÃO



TA. FORTELEZA FEZ O GOVERNADOR LOPES E SE DESFEZ EM TENPO DO GOVERNADOR. N DA CYNWA PER
MADO DELREY NOSO. SOR

Desenho de Ceilão, de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1858.

Ficámos a saber, pelas *Lendas*, que Afonso de Albuquerque se encontrava em Ormuz, depois de Lopo Soares ter tomado posse da capitania de Goa e de ter tentado demonstrar a incompetência de Albuquerque, tal como Barão do Alvito o havia instruído. O carregamento de pimenta de Cochim para o reino (primeira referência respeitante ao ano de 1515) de que fala a *Crónica* é noticiado pouco depois de se saber da morte de Afonso de Albuquerque, depois de ser narrado o tratamento pouco amigável do rei de Cochim para com Lopo Soares e de se saber que Afonso de Albuquerque havia sido destituído do seu cargo⁴⁸⁶.

A armada que partiu para o mar Roxo (Judá) e que aparece apenas mencionada na *Crónica*, figura nas *Lendas* só quando D. Aleixo de Meneses tem notícias de Mirocem, capitão dos rumes⁴⁸⁷, que D. Francisco de Almeida desbaratara em Diu. Mirocem, ficando em Judá, manda dizer que iria expulsar os portugueses da Índia. Podemos observar, pela tabela, todas as movimentações de Mirocem e dos portugueses, que não foram sequer mencionados no texto da *Crónica*, mostrando assim a amplificação dos espaços e dos relatos nas *Lendas*.

⁴⁸⁶ Cf. anexo nº1, pp.1-2.

⁴⁸⁷ Soldados turcos ou egípcios.

Crónicas de D. Manuel e de D. João III – Um percurso esquemático dos dados apresentados por Gaspar Correia

Fólio/Pág.	Ano/mês ou outra notação temporal	Local(ais)	Personalidade(s)	Acontecimento(s)
CCXXIIIJ Págs. 110-1	1515	Índia	Lopo Soares de Albergaria	Chegou à Índia como capitão-mor da armada e governador da Índia. Estando Afonso de Albuquerque em Ormuz, tomou de imediato posse, como determinava o regimento. A primeira acção foi enviar dez naus cheias de pimenta e muita droga de Cochim para o Reino.
CCXXIIIJ (vº) Págs. 111-3	Falecimento de Afonso de Albuquerque	Mar Roxo; Porto de Judá.	_____	A mando do Rei, o governador envia uma armada para o mar Roxo, pois sabia que no porto de Judá se reformava uma armada e galés para passar a Índia. Lá chegado, os capitães das armadas desejavam combater, no entanto, as ordens trazidas da parte do Rei eram contrárias, o que foi sentido como desonroso por parte dos capitães.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulos I e III

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
8 de Setembro de 1515	Goa	Lopo Soares Barão de Alvito	Vem do Reino para a Índia. O Barão do Alvito arranja argumentação junto de D. Manuel para contrariar a governação da Índia de Afonso de Albuquerque. A Rainha só mais tarde vem a saber do sucedido, e mostra descontentamento pela decisão tomada, escrevendo a D. Fernando e à Rainha D. Isabel. Assim, a Rainha, D. Martinho de Castelo Branco e Pêro Correa ofereceram a Lopo Soares vinte mil cruzados para desistir do cargo, acordo por ele aceite. O Barão de Alvito aconselha-o a não trocar a honra por dinheiro.	462 463 [...]
	Cochim	Lopo Soares Afonso de Albuquerque	Recebido pelo rei de Cochim, o governador dá-lhe explicações sobre o porquê da demissão de Afonso de Albuquerque e mostra as cartas trazidas do reino e o rei de Cochim exclama que nelas estava a prova de que o rei de Portugal havia feito mal a Afonso de Albuquerque: «Fez Deus muito bem de recolher para si Afonso de Albuquerque, pois lhe davam mau galardão». Carregada a pimenta, objectivo de Lopo Soares, as naus foram aviadas e as despedidas rápidas.	468

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulos V e VI

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Judá	D. Aleixo de Meneses Mirocem (capitão-mor de uma armada de rumes) Turco (imperador da Turquia)	D. Aleixo tem notícias de Mirocem, capitão dos rumes, que D. Francisco de Almeida desbaratara em Diu. Aquele aposentara-se em Judá e mandou dizer que mandaria uma armada à Índia para expulsar os portugueses. Por ordem do Turco, mandou-se outra armada ser aparelhada e deu a capitania a Soleimão baxá, que espiou a Índia disfarçado de trabalhador.	480	
	Suez Ilha de Camarão	Soleimão (capitão-mor de uma armada do Turco contra os portugueses) Zebid, Rei de Adém	A armada do Turco chegou ao pé de Mirocem e foram até à Ilha de Camarão, onde o Mirocem mostrou a Soleimão o regimento do Turco, que mandou que ali se fizesse uma fortaleza, para que os portugueses não entrassem. Ficou Mirocem com quinhentos homens fortes na fortaleza. Mirocem estava de guerra com o rei de Adém – Zebid-, que não o quis recolher, e escreveu-lhe uma carta em tom de ameaça. Este rei mandou enforcar o homem que levava a carta e disse que ninguém haveria de vender mantimentos à Ilha de Camarão.	481	
Outubro de 1515			Mirocem mandou dois mil homens soldados e prometeu-lhes recompensa se matassem Zebid. Tomando a sua cidade, matou um filho de Zebid e ganhou a batalha. Os soldados pediram-lhe recompensa, mas este negou-a por não ter dinheiro.		
Setembro		Pêro de Albuquerque D. Aleixo	Os soldados fizeram retaliação contra Mirocem que, fechado no seu castelo, escreveu a Soleimão a contar o sucedido, que lhe prometeu soldados e que lhes daria o dinheiro. Mas os soldados não aceitaram e Mirocem fugiu de noite e depois os soldados tomaram Adém. Mas não entraram na cidade e voltaram para Camarão. Ele despediu-se do rei e de Pêro de Albuquerque, que estava magoado com o desrespeito que o governador tinha pelas coisas do tio. Mandou um criado com dinheiro para mandar cobrir a campa do tio com veludo preto e mandou que lhe fizesse grades e lhe consentasse a capela. Disse a D. Aleixo para transmitir ao governador, seu tio, que os rumes estavam confiantes em Camarão e pediu para deixar em paz os ossos de seu tio e este acedeu ao seu pedido.	482	
	Goa→Cochim→Goa		D. Aleixo chegou a Goa e depois foi para Cochim. Transmitiu as novidades ao governador e aparelhou as naus para ir até Goa e partir depois para o estreito.		
Janeiro de 1516	Por via de Veneza Índia→ Moçambique→Lisboa	ElRey Diogo d'Unhos (capitão de um navio do reino)	O rei mandou Diogo D'Unhos partir com um veleiro forte e rápido e muita artilharia, dando-lhe um regimento que dizia que, se chegasse à Índia, e se soubesse que os rumes haviam por lá passado ou lá estivessem, regressasse de imediato a Moçambique dar recado às naus que, ao chegarem a Lisboa, o dariam ao Rei. Caso os rumes não estivessem na Índia, Diogo D'Unhos daria a carta que levava ao governador. Nessa carta, o Rei mandava que se levasse todo o poder para ir atrás dos rumes até ao estreito e onde os encontrasse, batalhasse com eles, menos em locais onde pudessem correr perigo.	483	

Mais, tarde, em 1517, Lopo Soares iria fazer uma expedição ao mar Vermelho, em busca da armada turca, levando a maior expedição até então, mas que resultou em fracasso⁴⁸⁸ e sobre a qual viremos a fazer uma descrição.

O último feito que figura na *Crónica* e que diz respeito à construção da fortaleza de Colombo, em Ceilão, já no Golfo de Bengala⁴⁸⁹, aparece também amplificado nas *Lendas* e ainda na lenda de Lopo Soares, já quase no final, e diz respeito ao ano de 1518, último da sua governação. Esta construção foi mandada erigir pelo rei e revestiu-se de grande pressa por parte do governador que não desejava esperar pelas naus que vinham de Goa e que traziam do reino o novo governador Diogo Lopes de Sequeira. A sua substituição iria impedi-lo de continuar a governar em proveito dos comerciantes particulares.

Se bem que o rei de Colombo tenha aceitado as ofertas de paz e permitido a sua construção, os mouros, que não desejavam que o poderio dos portugueses se continuasse a estender (por lhes fazerem concorrência comercial), instigam-no contra a presença e instauração portuguesa nas suas terras. Após conflitos com o Rei de Bintão⁴⁹⁰, o rei de Colombo acaba por perceber que seria mais proveitoso para si colocar-se do lado português. No entanto, quando Gaspar Correia dá por terminada a lenda de Lopo Soares de Albergaria, o conflito que o Rei de Bintão havia iniciado não fenece, mas antes se prolonga no tempo, pois este continuou a mandar atacar Malaca. O seu regresso a Lisboa só será narrado no início da lenda de Diogo Lopes de Sequeira.

⁴⁸⁸ Joel Serrão acrescenta, a propósito desse infortúnio, que este governador «servia dentro dos estreitos limites da sua inteligência», e que, talvez por isso, nem tenha aproveitado o oferecimento do xeque de Adém, que lhe entregava a cidade, nem atacou Judá, onde esteve vários dias sem fazer nada. Tendo passado o tempo da monção, viu-se obrigado a invernar na ilha de Camarão, onde, com fomes e doenças, perdeu muitos homens, tendo chegado à Índia com a armada dispersa e desbaratada», em «Albergaria, Lopo Soares de», em *Dicionário de História...*, vol.I, p. 74.

⁴⁸⁹ Cf. anexo nº6, fol. CCCVXXV. Cf. Rui Loureiro que refere que um português visitou a região de Bengala, enviado por Diogo Lopes de Sequeira, em 1521, «[...] para tentar estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os potentados locais. O anónimo autor da *Lembrança de Algumas Cousas de Bengala*, [...] deixou-nos um substancial relato dessa aventureira expedição, o qual constitui o primeiro testemunho presencial escrito por um autor português sobre o golfo de Bengala», em “ O encontro de Portugal com a Ásia...”, p. 186. Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, pp. 540-54.

⁴⁹⁰Bintão é uma ilha localizada a sul de Malaca. V. <http://www.ancruzeiros.pt/anchistoria-comb-1526.html>. (consultado a 17 de Janeiro de 2009)

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XVI

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Inverno Setembro (dia 20)	Cochim Ceilão Lisboa → Goa	Governador Diogo Lopes de Sequeira	Nesse mesmo ano, o governador havia fornecido uma armada dirigida a Ceilão para fazer uma fortaleza, tal como o Rei havia ordenado e quis dar pressa a essa armada, pois não queria esperar pelas notícias que vinham de Goa onde haviam chegado naus do Reino, onde havia de vir o novo governador Diogo Lopes de Sequeira, impedindo-o assim de continuar a governar a seu bel-prazer. Apressado, partiu de Cochim a 20 de Setembro de 1518, levando vários capitães de naus consigo.	539	
Três dias	Cochim → Galle (A sudoeste do actual Sri Lanka e a 119 km de Colombo) → Colombo	Rei de Colombo Governador	Foi buscar o porto de Colombo, onde chegou em três dias e, depois de andar em paio durante quatro dias, chegou ao porto de Galle, uma ilha do lado sul, matando vacas e roubando tudo o que achavam. Os locais vieram combater contra os portugueses. Depois, partiu de Galle e entrou no porto de Colombo, o principal no trato (das especiarias), e onde estava o padrão das armas colocado por D. Lourenço (tal como contado na lenda de D. Francisco de Almeida), e ordenou que não se guerresse, mandando mensagens de paz em nome do Rei de Portugal e que, em nome dessa amizade, pedia que se construísse na ponta da baía uma fortaleza, com uma feitoria. Além disso, comprometia-se a guardar o seu porto dos inimigos e o capitão que ficasse na fortaleza iria servi-lo, tal como sucedia em todas as restantes fortalezas espalhadas pela costa da Índia.	540	
			O rei ficou muito satisfeito, pois os mouros tinham-lhe metido medo ao dizerem que o governador viria à sua terra para lhe roubar o tesouro. Assim, a fortaleza ia sendo construída e avolumam-se pormenores: o corte da pedra, a construção dos muros, entre outros.	541	
			Os mouros, vendo que o rei deixava que os portugueses construíssem a fortaleza, disse-lhe que estes eram mentirosos, pois o seu interesse era que o seu povo lhe pagasse as páreas (tributos pagos como forma de vassalagem) anualmente e, estando estabelecidos com feitoria, quereriam tomar o seu tesouro, ou quem sabe todo o reino, a canela, os elefantes, matar vacas e cortar os palmares. O governador começa a estabelecer tratos com o rei, pedindo-lhe muita canela em troca de ouro português. Os mouros continuam a envenenar o rei contra os portugueses.	542-3	
			Vendo que o rei demorava na resposta quanto à proposta de negócio, mandou homens a terra, mas uns foram mortos e outros fugiram. Logo, o governador mandou os seus homens combater os locais, que eram muitos.	543	

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XVI

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
				Vendo que esta guerra se ia levantar por algum mau conselheiro que o rei tinha, este pediu que os soldados não fizessem nada de mal, pois ele desejava assentar a paz. Satisfeito o rei, que não queria perder o seu reino e as navegações dos seus portos, mandou que os seus não combatessem os portugueses e que lhes fossem vender comida. Depois de uns dias em sossego, o governador mandou dizer ao rei que o Rei de Portugal só fazia as suas fortalezas com paz e nas terras de seus amigos; nas terras inimigas, fazia-as «de fogo e sangue»; e que se ele era inimigo do Rei de Portugal, assim o faria.	544
	Ilhas de Maldiva → Bengala → Índia → Ceilão (porto de Galle)	João Froles (mensageiro ao rei de Ceilão e feitor da pescaria do aljôfar) João da Silveira		O rei, muito arrependido e medroso pelo mal que lhe podia suceder se não se mostrasse amigo de Portugal, mandou afirmar a sua amizade e paz. Tal como das outras vezes, o governador mandou João Froles com recado para assentar a paz, dando o rei riquezas aos portugueses: anéis de safira, quatro elefantes, quatrocentos bares de canela (cada quatro bares em troca de «hum português d'ouro»). E trocaram cartas assinadas e seladas para firmarem a paz. O rei ficou com o seu cartaz assinado para que as suas navegações fossem seguras e os seus portos livres e seguros de quaisquer outros navios, não sendo rumes. E assim, o governador quis despachar a construção da fortaleza para regressar a Cochim, levar a canela para o Reino e aguardar por Diogo Lopes de Sequeira. Entretanto, chega a Ceilão João da Silveira com a sua armada que fora às ilhas de Maldiva, onde lhe deu um temporal que o levou às costas de Bengala, onde também fez ricas presas e depois voltou para a Índia e foi para o porto de Galle, onde soube que o governador estava em Columbo a fazer uma fortaleza.	545
				Este deu-lhe a capitania da fortaleza a que pôs o nome de Nossa Senhora das Virtudes e fez alcaide-mor e feitor Diogo de Lemos e deixou tudo pronto, esperando para carregar os navios com canela e despedir-se do rei.	546
Outubro	Columbo → Ceilão			O rei mandou o seu filho, o príncipe, acompanhado de muita gente e o governador foi assim receber a fortaleza, apresentando o seu capitão, dizendo que era seu sobrinho e que serviria o rei em tudo o que desejasse. Partiu em Outubro, mas muita canela se perdeu logo quase à saída, e chegou a Cochim.	547

Diogo Lopes de Sequeira, contrariamente ao seu antecessor, mereceu um destaque mais visível na *Crónica*, dado que, aos três fólhos dedicados a Lopo Soares (alguns dos episódios protagonizados no seu tempo de governação (1518-21), se superiorizam aos quatro a ele destinados. Contudo, é relevante que, se por um lado o cronista relata a sua partida de Portugal com a ordem de desfazer a fortaleza de Colombo - a última obra de Lopo Soares no Oriente -, por outro, a última referência é relativa ao ano de 1520, quase no final a governação de Diogo Lopes de Sequeira e ao relato fantástico sobre dois peixes (baleia e narval ou peixe-espada)⁴⁹¹. Abruptamente, cessam as referências a episódios ocorridos no seu governo, que só viria a terminar no ano de 1521, tal como figura nas *Lendas*.

Iremos analisar, tal como na lenda anterior, quais os episódios das *Lendas* que têm correspondência na *Crónica*, de modo a podermos ver como essa amplificação de espaço na narrativa das *Lendas* transmite uma ideia mais concreta e minuciosa da passagem do tempo, das pessoas envolvidas na vida portuguesa no Oriente e do modo como os episódios se entrelaçam uns com os outros, não aparecendo quase como estanques, como pode, por vezes, parecer pela leitura do texto da *Crónica*.

A primeira referência que faz a ponte entre um texto e o outro é o nome de António de Saldanha⁴⁹² que figura quase nas páginas iniciais da lenda de Diogo Lopes de Sequeira⁴⁹³. Este capitão é apresentado como sendo muito amigo de Lopo Soares de Albergaria com quem protagonizara alguns episódios durante o seu governo⁴⁹⁴. A sua viagem de Cochim ao Cabo Guardafui é, nas *Lendas*, intercalada com uma série de episódios que se entrecruzam com outros, como iremos ver.

Apresentamos assim, em tabela, apenas a primeira menção que é feita nas *Lendas* ao governo de Diogo Lopes de Sequeira. Numa perspectiva comparativa, colocamos em confronto, também em tabela, as menções ao nome de António de Saldanha na *Crónica* (e que neste caso, são as primeiras referências que este texto faz ao governo de Diogo Lopes de Sequeira) e, posteriormente, nas *Lendas*.

⁴⁹¹ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, fol. CCCXXVIIJ. Cf. anexo nº6, p.4.

⁴⁹² Também referido em Armando Cortesão e Henry Thomas como: « [...] um dos principais capitães que, em 1520, acompanhou Diogo Lopes de Sequeira ao Mar Vermelho. [...] Em 1518, Diogo Lopes de Sequeira enviou-o, com quatro naus, cruzar na entrada do Estreito de Babel Mandeb [...]. [...] em 1521 regressou a Portugal [...]. [...] Mais tarde de novo voltou à Índia [...]», em *Carta das Novas...*, no apêndice VI, “Portugueses citados na «Carta das Novas» que foram, com Diogo Lopes de Sequeira, ao Mar Vermelho”.

⁴⁹³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 557.

⁴⁹⁴ A título de curiosidade, v. <http://carreiradaindia.net/index.php?s=saldanha>. (consultado a 18 de Janeiro de 2009), que contém uma das relações das naus e armadas da Índia, neste caso, a de 1517, tendo «Antonio de Saldanha capitam-mór». Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp. 557-8.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo I

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
No outro dia	Cochim		<p>Diogo Lopes de Sequeira quis ir visitar o rei de Cochim, mas disseram-lhe que iria aportar na praia e assim o foi esperar. Chegando, foram ambos para a porta da igreja, onde deu cartas ao rei e lhe falou na muita carga que as naus traziam.</p> <p>Diogo Lopes de Sequeira visitou o rei em sua casa e levou-lhe a sua rica copa de ouro, com quinhentos cruzados, que é costume dar aos reis de Cochim e depois voltou a sua casa para descarregar as naus e carregá-las novamente. Não sabendo do tempo de espera por Lopo Soares, escreveu cartas ao rei de Calecut em desculpa por não o ter ido visitar e mandou o seu naire encomendar pimenta para carregar as naus. Escreveu igualmente à rainha de Coullão e ao feitor Heitor Rodrigues.</p>	558
Novembro	Comorim	<p>Rainha de Coullão Feitor Heitor Rodrigues</p>	<p>O feitor queixou-se ao governador que a estrada se fazia pela Serra e ia pelas terras de Orixá e Bengala, com «cáfilas de bois de carga» e tinham de pagar direitos aos brâmanes da Serra que detinham os celeiros de pimenta. Assim, também a rainha ficava a perder, porque a pimenta que comprava também era aos brâmanes, manhas que estes usavam para se aproveitarem desse comércio. O governador mandou-o falar com a rainha, porque esta lhe devia trezentos bares de pimenta. Esta desculpou-se, dizendo que aquela terra não era sua e que as cáfilas passavam pelas terras do rei do Cabo do Comorim. A rainha, atendendo ao conselho do feitor, atacou duas cáfilas do rei e roubou a pimenta. O governador, contente, mandou grandes agradecimentos e a sua amizade à rainha.</p> <p>Lopo Soares chegou a Cochim em Novembro e o governador mandou que todos os fidalgos o fossem visitar, acompanhando-o. Assim que desembarcou, foi à igreja, onde foi recebido «pelos clérigos com sua cruz». Depois de saírem da missa e terem visto o «santo sacramento», Lopo Soares dirigiu-se a Diogo Lopes de Sequeira e pôs à sua inteira disposição o seu lugar e todas as honras e responsabilidades que dele advinham, bem como a sua casa, ficando contente por poder retornar à sua quinta de Torres Vedras, se Deus lhe fizesse essa mercê. Pediu-lhe que lhe mostrasse a certidão que trazia com ele para provar que está a par da sua missão na Índia.</p>	559

Crónicas de D. Manuel e de D. João III – Um percurso esquemático dos dados apresentados por Gaspar Correia

Fólio/Pág.	Tempo	Local(ais)	Personalidade(s)	Acontecimento(s)
CCXXV (v.º) Págs. 115-6	1518	Estreito de Meca (ilha de Cacotora- Sacotorá); Ilha de Maçua	Diogo Lopes de Sequeira; António de Saldanha; Pêro Vaz da Vera; Duarte Galvão	Veio do Reino por capitão-mor e governador da Índia Diogo Lopes de Sequeira (que, por ordem do Rei, mandou desfazer a fortaleza em Porto de Columbo) e encontrou-se com Lopo de Soares, António de Saldanha e D. Aleixo. António de Saldanha partiu para o Estreito de Meca e chegando à Ilha de Cacotora, encontrou Pêro Vaz da Vera, piloto e mestre de uma pequena caravela, que viria já Lopo de Soares de uma outra vez que fora fazer a aguada no Porto de Mete que é do lado da Arábia Feliz e daí fez o caminho para dentro para o Estreito para surgir no porto d'Aráa, que é do outro lado, quase às portas do Estreito. Seguiu até à ilha de Ceilão e dali tomou o caminho à ilha de Maçua, que é perto d'Arábia Feliz, o principal porto das terras do Preste João, onde o Rei lhe mandara que fosse levar o embaixador que já voltara de Portugal. Com ele, veio Duarte Galvão, que faleceu na ilha de Camarão.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo II

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Lopo Soares parte para o reino	Lisboa Goa→Calecut→ Goa→Batalalá	Lopo Soares Diogo Lopes de Sequeira António Correa	O governador faz de António Correa capitão de Cochim, filho de Aires Correia e parte para Goa em visita ao rei de Calecut que lhe deu amizade, o que não fizera Lopo Soares, porque ter feito « mal às coisas de seu amigo Afonso de Albuquerque».		564
Agosto	Guardafuy, Zeila e Barbora (cidade no golfo de Adém)	Afonso de Menezes António de Saldanha Diogo Lopes de Sequeira e Pêro de Albuquerque	Foi a Cananor estabelecer fortaleza e depois a Goa; seguiu para o porto de Batalalá, cujo rei não obedeceu a D. Afonso de Menezes até que chegasse o governador. Assim que este chegou, pagou o que devia há três anos, por ter recebido da grande armada que se juntara no seu porto. Despachou as naus carregadas por António de Saldanha em Batalalá. Mandado pelo Rei de Portugal, devia invemar na Índia e depois dirigir-se com «grossa armada» até ao estreito, e por Adém, onde fizesse guerra e depois partisse para Ormuz. Foi ao cabo de Guardafuy, a Zeyla e Barbora tomando e destruindo. Correu a costa de Fartaque e foi a Ormuz, onde vendeu as mercadorias e lucrou e onde consertou navios. Em Setembro foi à Índia. Foi para as costas de Diu e tomou seis naus provenientes de Meca, vendeu e foi para Cochim, onde se encontrou com o governador.		565
Setembro	Mascate→Índia Diu Cochim	António de Saldanha			

O cronista só neste passo narra a saída de Lopo Soares do Oriente e seu regresso a Portugal. Levaria consigo a maior carga de pimenta – 56 mil quintais⁴⁹⁵ - e, depois de carregar as especiarias, despediu-se de Diogo Lopes de Sequeira, levando as suas cartas para o Reino, a 4 de Janeiro de 1519.⁴⁹⁶ Assim que chegou, o seu desejo foi o de ver as suas filhas e, pela pressa, pedia que enviassem o seu pedido de desculpas à rainha D. Leonor por não a ir visitar⁴⁹⁷.

A sua personalidade odiada por muitos está bem expressa na descrição que Gaspar Correia nos oferece, dizendo que passara a ser temido na Índia por causa da súbita doença que lhe causou sofrimento e atitudes de maldade e prepotência, por nunca ter sido respeitado ou recebido. Em suma, «[...]era um homem seco de conversação, de pouca palavra, muito áspero na justiça. Não viu na Índia nem mulher nem dinheiro. [...] Todos os presentes que os embaixadores lhe davam ele mandava que fossem distribuídos pelos feitores»⁴⁹⁸.

Terminando as referências à personalidade de Lopo Soares, Gaspar Correia passa, de imediato, às movimentações de Diogo Lopes de Sequeira⁴⁹⁹.

Até António de Saldanha encontrar Pêro Vaz da Vera⁵⁰⁰ em Sacotorá, muitas

⁴⁹⁵ Cada quintal equivalia, aproximadamente, a 60 Kg. Cf. <http://www.ancruzeiros.pt/ancunidades.html>. (consultado a 18 de Janeiro de 2009).

⁴⁹⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp. 561-2.

⁴⁹⁷ O pedido de desculpa, além de ter tido como causa a pressa de ver as filhas, está relacionado com o facto de, antes de se ter embarcado para o Reino, e logo após ter regressado de Ceilão, ter julgado, conjuntamente com Diogo Lopes de Sequeira, D. Álvaro da Silveira como traidor, porque matara Jerónimo de Oliveira, filho de Antão de Oliveira, guarda-mor da rainha D. Leonor. Lopo Soares, nas palavras transmitidas por Gaspar Correia, manda dizer que: «Diz à Rainha que não me quis ver pelos meus pecados, nas Nosso Senhor me verá, porque fiz verdade e justiça» (grafia actualizada por nós), pois não ficara provada a sua traição. Num momento carregado de maior subjectividade, Gaspar Correia transcreve o que terão sido as palavras de Lopo Soares quando chegou a Torres Vedras e viu as filhas: «Senhor, dou-te muitos louvores, que me chegaste ao cabo de meu prazer que posso ter nesta vida, que daqui irei à cova», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, pp. 562-3.

⁴⁹⁸ Numa pequena nota em primeira pessoa, Gaspar Correia afirma: «Do que mais se passou no reino não sei», em idem, p. 564. Grafia actualizada por nós.

⁴⁹⁹ Que consegue estabelecer relações de amizade com o rei de Calecute, o que Lopo Soares não havia conseguido, pois não gostava de Afonso de Albuquerque, por quem o rei de Calecute nutria amizade, estabelecendo uma fortaleza em Cananor e conseguindo que o rei de Batalalá pagasse o que devia aos portugueses.

⁵⁰⁰ Este capitão já havia sido mencionado por Gaspar Correia na lenda de Lopo Soares, quando também ficamos a saber que o governador sofria de uma doença (II, p. 496), a qual voltou a ser referida logo no início da lenda de Diogo Lopes de Sequeira e que era dada como causa para o seu comportamento conflituoso. Entretanto, manda Pêro Vaz de Villalobos no caravelão (que Gaspar Correia descreve como sendo semelhante a uma pequena barca de pesca de Lisboa) de Pêro Vaz da Vera com as cartas para o reino, onde o rei fica a saber dos mandos e desmandos de Lopo Soares, em *Lendas da Índia*, liv. II, p. 503. Essa doença de Lopo Soares é também referida por R.S. Whitenay: «he was famed for His sudden outbursts of passion, partly due perhaps to gout [...]», em *op. cit.*, p. 189.

mais peripécias se irão desenrolar⁵⁰¹, das quais apenas iremos apresentar, mais uma vez, uma pequena síntese, para que não se perca o fio condutor da narrativa.

António de Saldanha prosseguiu a sua viagem e, nas costas de Diu, tomou seis naus que vinham de Meca, vendendo todo o seu conteúdo. Daí, dirigiu-se para Cochim, onde se encontrou com o governador que, sabendo que Afonso Lopes da Costa estava sozinho na guerra com o Rei de Bintão (episódio que tinha findado a Lenda de Lopo Soares), mandou António Correia⁵⁰² para o ajudar. Este capitão partiu assim para Malaca, onde iria para assentar a paz, dirigindo-se depois para Pegu e Martabão com o mesmo propósito. Segue-se uma descrição, apresentada em tabela, das pilhagens que os portugueses iam fazendo às naus com que se deparavam nos mares e dos elevados tributos que lhes iam cobrando e, como consequência, as retaliações que os povos locais lhes faziam para se vingarem. Houve, inclusivamente, portugueses que foram apanhados pelos mouros e feitos escravos junto de Bombaça.

E porque a necessidade de ganhar benefícios era grande, um mouro, chamado Faque, que sabia português, e pensando que ia agradar o governador, salvou-os da prisão e levou-os até às costas de Fartaque⁵⁰³ e, em Mascate⁵⁰⁴, entregou-os a Jorge de Albuquerque, mas que acabaria por não receber qualquer recompensa, continuando a viver a sua vida na pobreza⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ Até que possamos ficar a saber como é que António de Saldanha se encontra com Pêro Vaz de Vera em Sacotorá, teremos de ler 13 páginas, ou seja, da página 566 à 579. Nesta página, podemos ver que « O Governador esteve na barra [...] e ordenou que mandou logo partir Antonio de Saldanha, que fosse diante agardar em Çacotorá [...]. No porto estava uma carauellinha [...] e n'ella vinha por capitão e piloto e mestre Pêro Vaz de Vera [...]», em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 579.

⁵⁰²Cf. João Paulo Oliveira e Costa que fala amplamente sobre este homem, irmão de Aires Correia e primo de Diogo Lopes de Sequeira, conhecido como o grande herói das localidades do Bahrein e Chaul, que foi servir para a Índia em 1518. Depois de ter sido, durante um curto espaço de tempo capitão de Cochim, Diogo Lopes de Sequeira mandou-o como comandante de uma expedição de socorro aos portugueses que combatiam o sultão de Bintão. Trocou de lugar com Simão de Andrade na expedição à China para ir assentar a paz em Pegu, «[...] um dinâmico centro de construção naval e porta de saída de produtos como o lacre, almíscar e pedrarias. [...] Ao chegar a Malaca, António Correia encontrou uma situação de grandes dificuldades, devido ao bloqueio do porto levado a cabo pelo sultão, porquanto provocara a inevitável escassez de alimentos». Um dos seus grandes feitos seria levado a cabo na luta ao lado do rei de Ormuz contra o rei do Bahrein, de modo a que os portugueses não perdessem o controlo do Golfo Pérsico, em *Descobridores do Brasil, Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 365-76.

⁵⁰³ Litoral da Arábia Feliz.

⁵⁰⁴ Junto do Estreito de Ormuz.

⁵⁰⁵ Cf. anexo nº2, p. 16.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulos II e III

DATAS		LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Comorim Bengala, Tanaçarim, Pegú e Martabão Maldiva	João Moreno (irmão do feitor Lourenço Moreno) Rei de Besnegá João Cheiradinheiro (capitão das ilhas de Maldiva)	O governador pede que não passe nenhum homem do cabo de Comorim para não «lhe fazerem mal». Para tal, enviou o feitor João Moreno, irmão de Lourenço Moreno, para que senhoreasse o mar e fizesse as pazes nos «lugares da costa». Ele não o cumpriu e fez «grandes roubos e males». E estorvou as navegações, que só deixava continuar em troca de pagamentos elevados pelos digares (senhores dos lugares), que já pagam muito dinheiro ao senhor da terra – o rei de Besnegá (são rendeiros). O governador, sabendo dos lucros desse negócio, mandou para lá homens para defender os digares do poder do rei e estes muito agradeceram. Os portugueses abriram as navegações desta costa para Bengala, Tanaçarim, Pegú e Martabão. O governador despacha para a Maldiva João Cheiradinheiro, que tomou duas naus muito ricas que vinham da costa de Tanaçarim e Martabão e que atravessavam para Meca. Vendeu as mercadorias e fez muito dinheiro e roubou as ilhas a seu bel-prazer, mesmo que alguns criticassem a sua atitude.	568	
	Mafacalou (uma das ilhas Maldivas)	João Gomes Baleacem Patemarcar (irmão de Mamemarcar e capitão duma armada de Calecut) João Gomes (morte)	Mas ele rebatia, dizendo que era um pagamento do Rei pelas muitas feridas sofridas em seu serviço. Foi aposentar-se na ilha principal - Mafacalou – onde estava o seu rei. Lá se instalou e fez casas de palha, assentou artilharia e ganhou poder. Por vezes, João Gomes mandou as fustias para roubar outras naus. As mercadorias que comprava em terra pagavam o que lhe aprouvera e todos ficaram escandalizados. Aparelharam um barco pequeno (quiste) e mandaram-no a Calecut em busca de Baleacem. Mas estava lá Patemarcar, mouro principal de Cochim, que se levantou contra os portugueses por lhe terem tomado duas naus muito ricas. Juntou-se ao quiste com doze paraos e dirigiram-se aos portugueses e abalroaram as suas naus, dado que eles não estavam à espera de serem atacados. Todos foram mortos, inclusive João Gomes e a caravela foi queimada e levaram muita riqueza dos roubos que os nossos tinham feito. O rei da ilha acorreu e conseguiu recolher alguns bens, entre eles “dois tiros grossos” que os mouros não quiseram levar em seus paraos, por serem pequenos. O governador foi consertar a sua armada, usando somas avultadas provenientes do dinheiro que António de Saldanha trouxera das presas. Como havia muita chegada de pimenta, fez uma casa de feitoria, fora da fortaleza, para a guardar. Era costume dos malabares fazer festa rica no Inverno aos seus pagodes.	569	
Inverno		Diogo Lopes de Sequeira António de Saldanha		O governador foi consertar a sua armada, usando somas avultadas provenientes do dinheiro que António de Saldanha trouxera das presas. Como havia muita chegada de pimenta, fez uma casa de feitoria, fora da fortaleza, para a guardar. Era costume dos malabares fazer festa rica no Inverno aos seus pagodes.	570

Entretanto, Heitor Rodrigues escreve ao governador, pedindo-lhe que o deixasse ir a Couvão, pois a rainha estava em riscos de fazer guerra. Motivado pela possível ruína no comércio proveniente da pimenta de Couvão, o governador pediu a D. Aleixo de Meneses as naus para ir até Couvão, onde Heitor Rodrigues já tinha tudo pronto para iniciar a construção da fortaleza, obra que o “rei grande”⁵⁰⁶, assim mencionado nas *Lendas*, estava a querer impedir. No entanto, e percebendo que a consequência da guerra contra os portugueses seria muito dispendiosa, a rainha de Couvão opta por manter a paz com o Rei de Portugal.

Depois das viagens que o governador fez entre Cochim, Goa, Calecute, Batalá e Goa, levando mantimentos, Gaspar Correia traz-nos de volta à narrativa António de Saldanha⁵⁰⁷.

É apenas neste ponto que, nas *Lendas*, António de Saldanha se irá encontrar com Pêro Vaz da Vera que foi enviado a Sacotorá, de modo a aguardar o regresso do governador. Esse episódio havia sido o primeiro a ser relatado no texto da *Crónica*, como já assinalámos em tabela, o que mostra que, como noutros relatos, Gaspar Correia, no texto da crónica da Expansão amplifica os apenas mencionados na crónica régia.

Numa armada que vinha do Estreito, estava assim o capitão Pêro Vaz da Vera, mandado ainda por Lopo Soares. Ao ter conhecimento da chegada de umas caravelas, as mesmas, talvez alertadas para a destruição que os portugueses causavam nas naus dos rumes, para não sofrerem um ataque dos portugueses, conseqüentemente, hastearam a bandeira da cruz de Cristo. Habitado a aperceber-se dos disfarces dos rumes, Gaspar Correia refere que «[...] o capitão Pêro Vera, homem experimentado, não se deixou cair na alegria, pois pensava ser um truque dos espertos rumes, o que não se veio a verificar».⁵⁰⁸

Entretanto, Diogo Lopes de Sequeira dirige-se à costa de Abissínia. António de Saldanha parte também para Adém, onde o rei firmou a sua amizade com o rei de Portugal. O governador chegou a 7 de Março de 1520, a um lugar chamado Ará, no porto de Ará, onde mandou queimar umas casas. Entrando em terra, quis, como consequência de Lopo Soares não ter combatido os rumes, rumar a Judá na esperança de os encontrar, chegando a Ceilão, a 80 léguas de Judá.

⁵⁰⁶ Cf. anexo nº2, p.8.

⁵⁰⁷ Idem, p.9.

⁵⁰⁸ Idem, p. 10.

É neste ponto da narrativa que a lenda se volta a encontrar com as poucas referências presentes na *Crónica*. Assim que chegou a Judá, o governador atravessou para a costa do Abexim, procurando um porto para invernar e onde pudesse mandar o embaixador do Preste, Mateus, a quem prometera que levava ao Reino do Preste. Aportou a uma ilha chamada Maçuá⁵⁰⁹, onde descobriu uma povoação⁵¹⁰ aparentemente deserta.

Além desta ilha, havia uma outra chamada Arquico⁵¹¹ que, juntamente com Maçuá e todas as terras até ao Suez, pertenciam do Preste, como esclareceu o embaixador Mateus. Dois homens conduziram-nos ao Barneães⁵¹², a quem o governador mandou que o embaixador escrevesse uma carta a dizer que vinha do reino, e a anunciar que se encontrava naquelas terras. A prontidão do Barneães foi imediata, pois vieram ao seu encontro quatro frades.

Para se certificar que eram legítimos, o governador mandou Pêro Gomes Teixeira⁵¹³ visitar o mosteiro e com um pedido para que o Barneães fosse ao seu encontro e assim lhe entregaria o seu embaixador (que fora a Portugal).

Da conversa entre os dois, ficamos a saber que o governador pede que o levem ao Preste João e para isso manda um seu embaixador, que era para ser Duarte Galvão. Sabe-se que partiram a 20 de Abril de 1520, mas Gaspar Correia diz que, sobre esta viagem, apenas voltará a falar quando contar que foi por causa do descuido dos governadores que estes homens estiveram muito tempo - pelas indicações da *Crónica*, quase dois anos - à espera para regressarem à Índia⁵¹⁴.

É neste ponto que nos deparamos com uma certa ausência de dados cronológicos na narração dos acontecimentos, isto porque Duarte Galvão morrera

⁵⁰⁹ Cidade portuária, nas costas do mar Vermelho.

⁵¹⁰ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 583.

⁵¹¹ Porto na costa da Etiópia perto de Maçuá.

⁵¹² Capitão e tio do Preste. Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 26.

⁵¹³ Também referido em Armando Cortesão e Henry Thomas: «[...] não se sabe quando foi para a Índia, mas em 1517 acompanhava Lopo Soares de Albergaria na expedição ao Mar Vermelho [...]», *Carta das Novas...*, no apêndice VI, “Portugueses citados na «Carta das Novas» que foram, com Diogo Lopes de Sequeira, ao Mar Vermelho”.

⁵¹⁴ Cf. anexo nº6 , p. 3.



Judeus

Desenho de Judá, de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1858.

em 1517⁵¹⁵, durante a viagem que fizera até à Etiópia, como nos diz Gaspar Correia, «agastado» com a maldade de Lopo Soares⁵¹⁶, e em cuja lenda essa morte figura.

No entanto, na Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, e embora se possa ler que Duarte Galvão morreu na ilha de Camarão, o leitor apenas fica a conhecer o “onde” e não o “quando”. Efectivamente, na prosa da *Crónica*, o leitor não se apercebe que, quando se referem os nomes de Diogo Lopes de Sequeira, António de Saldanha, Pêro Vaz da Vera, incluindo-se nesse elenco o de Duarte Galvão, que este embaixador que tinha vindo de Lisboa com o intuito de visitar o Preste João já havia falecido. Mesmo quando se lê, um pouco mais à frente, que Diogo Lopes de Sequeira é aconselhado a optar por escolher como embaixador do Preste João D. Rodrigo Lima, podíamos inclusivamente ser induzidos em erro e pensar que se podia ter sido uma traição de alguém que não queria ver Duarte Galvão como embaixador de uma procura tão crucial para Portugal⁵¹⁷.

Para se perceberem as circunstâncias factuais que rodearam a morte do primeiro embaixador, teremos de recuar novamente à lenda de Lopo Soares⁵¹⁸, que chega a Judá, em Março de 1517. Causando desespero e ira aos marinheiros que iam adoecendo e precisavam de água, D. Aleixo recebeu queixas dessa atitude prepotente do governador. Seis dias após terem chegado ao porto de Judá, os

⁵¹⁵ Em Carlos Alexandre de Moraes, os nomes de Duarte Galvão e Francisco Álvares aparecem referidos como tendo feito parte da armada de Lopo Soares de Albergaria, que chegara a Goa a 2 de Setembro de 1515. O primeiro ia com destino à embaixada junto do rei da Abissínia e o segundo era o capelão de D. Manuel, em *op. cit.*, p. 30. Cf. R.S. Whitenay, a propósito da morte de Galvão, em *op. cit.*, p. 185. Cf. Mário Martins, *Teatro Quinhentista nas Naus da Índia*, Lisboa, Ed. Brotéria, 1973.

⁵¹⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, pp. 499-500.

⁵¹⁷ Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e D. João III...*, fólho CCCXXVII, pp.119-21. Cf. P.º Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das Terras Do Preste João das Índias*, 2 vols., «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 9-21. Aqui têm confirmação as informações prestadas por Gaspar Correia na *Crónica*: Duarte Galvão morre na Ilha de Camarão, terminando a sua embaixada ainda no tempo do governo de Lopo Soares; que Diogo Lopes de Sequeira leva Mateus, embaixador do Preste que veio a Portugal, até Arquico, onde encontraram o Barnagais e como trocaram oferendas. António de Saldanha veio falar com o Barnagais. São depois referidos os nomes de D. Rodrigo de Lima e Jorge de Abreu e o P.º Francisco Álvares, entre outros, que foram ao encontro do Preste João. Oliveira Martins também se refere a essa peripécia: «(...) em 1515, voltou Mateus de Portugal para a Índia, acompanhado pelo cronista Duarte Galvão, embaixador do rei e portador de riquíssimos presentes. Já Albuquerque morrera e governava a Índia Lopo Soares. Embarcando em Goa para o mar Vermelho, Galvão morreu (1517), a caminho de Massauá; e os seus companheiros, Mateus e o P.º Francisco Álvares, ficaram três anos esperando meios e ocasião de continuarem a viagem da Etiópia; até que em 1520, governando a Índia Diogo Lopes de Sequeira, foi afinal a embaixada portuguesa desembarcar em Massauá, sendo provavelmente acolhida pelo barnagais, isto é, pelo sultão vassalo do imperador abissínio», em *Portugal nos Mares II*, Lisboa, Ulmeiro, s.d., p. 61.

⁵¹⁸ Idem, *ibidem*.

portugueses partiriam de novo, sem combater os inimigos rumes, perdendo-se, como consequência, o crédito que estes já haviam ganho no Oriente.

Lopo Soares havia dado liberdade aos comerciantes particulares, que « [...] começarão a usar de males e roubos [...]».⁵¹⁹ Assim, os mouros começaram a andar artilhados no mar e comportavam-se como verdadeiros corsários. Por sua vez, Lopo Soares não defendia ninguém, dizendo que cada um se devia defender pelos seus próprios meios. Estes ataques entre portugueses e mouros e as mortes daí consequentes levaram a que os portugueses perdessem a credibilidade que haviam conquistado com Albuquerque. Um dos corsários mouros que mais ficou conhecido e mais roubos protagonizou contra os pilotos portugueses foi Baleacem, das costas do Malabar⁵²⁰.

Depois desta breve analepse em termos de narrativa, Gaspar Correia retoma a narrativa da Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, quando D. Rodrigo Lima visitava o Preste até que, quase dois anos depois, seria trazido para a Índia, juntamente com Jorge de Abreu⁵²¹.

Teremos, para isso, de nos situar na Lenda de D. Duarte de Meneses, quinto governador da Índia, mais precisamente no ano de 1522, no capítulo XI⁵²², quando o governador se dirigia de Goa a Cochim com o objectivo de despachar a carga das naus; no entanto, como recebera ordens do rei para trazer de Maçua D. Rodrigo, mandou aparelhar uma armada⁵²³.

Depois de atravessar para o Estreito, no mês de Janeiro do ano de 1523, D. Luís foi aportar em Sacororá, onde fez aguada, e daí seguiu para a outra costa de Adém. Dirigiu-se à Ilha de Camarão e, dois dias depois, entrou no porto de Maçua.

Não tendo então D. Rodrigo sido levado das terras do Preste, só avançando na leitura da Lenda de D. Duarte de Meneses, viemos a encontrar o texto onde Gaspar

⁵¹⁹ Idem, p. 518.

⁵²⁰ Cf. anexo nº1, pp. 18-9.

⁵²¹ Referido por Armando Cortesão e Henry Thomas como segundo chefe da embaixada de D. Rodrigo de Lima e não como escrivão como se refere na *Carta*. É tido como briguento e desconfiado e, em 1527, na Índia, atacado pelo rei de Achem, morre a combater, em *Carta das Novas...*, no apêndice VI, intitulado “Portugueses citados na «Carta das Novas» que foram, com Diogo Lopes de Sequeira, ao Mar Vermelho”.

⁵²² “Como o Governador se foy a Cochim, onde despachou algumas cousas do Reyno, e Dom Luiz com ‘armada pera o Estreito, e hir a Maçua buscar Dom Rodrigo, que fôra por embaixador ao Preste; e o que passou na viagem”, em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*”, liv. II, pp. 734-41.

⁵²³ De quem foram capitães, entre outros, Rui Vaz Pereira, que aparece na Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, aquando da narração de um episódio com um «peixe maravilhoso», já referido por nós.

Correia finalmente narra esse momento⁵²⁴. Quando despachou Heitor da Silveira que partiu de Goa, o governador enviou-o para o Estreito, ao porto de Maçua buscar D. Rodrigo⁵²⁵, onde chegaria finalmente⁵²⁶ já em Março de 1524. Ter-se-á desencontrando do embaixador, saindo de Maçua a seis de Abril em direcção a Adém⁵²⁷.

Já na Lenda do Conde Dom Vasco [da Gama], 2º Vice-Rei e 6º governador da Índia, chegou a Ormuz João Gonçalves com cartas de D. Rodrigo, que estava nas terras do Preste, e que pedia ao governador que o mandassem buscar, porque D. Luís e Heitor da Silveira não o haviam trazido⁵²⁸. Nada do que D. Rodrigo passou no reino do Preste iria ser recontado por Gaspar Correia, que aponta como causa a utilização de autores que o recontariam e com cujas obras ele havia contactado, destacando o nome do P.º Francisco Álvares, «que melhor cuido teue de escrever muidamente todo o que passarão, de que eu ouve o seu liuro, de que tomei as forças que me parecerão que erão necessarias pera estas lendas, e nom tomei muytas miudezas porque a leitura era grande, que depois no Reyno se empremio, e veo á India empremido».⁵²⁹

Relativamente ao que foi registado por Francisco Álvares, só voltamos a ter conhecimento no Livro III, na Lenda de Lopo Vaz de Sampaio⁵³⁰, quando Heitor da Silveira chegou ao porto de Maçua, no final de Março de 1526 e leu cartas de D. Rodrigo⁵³¹.

A resposta foi similar às duas dadas anteriormente: o capitão esperaria até 15 de Abril, pedindo, por isso, pressa ao embaixador⁵³².

⁵²⁴ *Armada de Diogo da Silveira que veio no ano de 1523*, em liv.II, p. 775.

⁵²⁵ «assy como dom Luiz lhe promettêra que o tornaria a buscar, em tambem ElRey mandava que os fossem buscar cad'anno até que os trouxessem, porque os da Tiopia nom cuidassem que nós os nom estimauamos», em idem, p. 780.

⁵²⁶ Cf. idem, p.783.

⁵²⁷ Idem, p. 784.

⁵²⁸ Pois o Preste havia mandado o embaixador estar longe do mar por ser mais seguro. Por isso, e porque caminhavam com muito cuidado, não conseguiram chegar a tempo ao porto, e os capitães acabaram por partir sem esperar por ele. O facto de ambas as embarcações terem ido sem conseguirem concretizar a sua missão causou grandes despesas ao rei.

⁵²⁹ Idem, ibidem.

⁵³⁰ O seu nome é referido por P.º Francisco Álvares, sobre a carta que o Preste enviara a Diogo Lopes de Sequeira e antes lhe foi entregue a ele, que, na p. 388, é referido como: «[...] capitão-mor, governador Lopo Vaz de Sampaio [...]», em *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, p. 381.

⁵³¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, pp. 22-79.

⁵³² Lá chegada, « [...] todos derão gritos de grande prazer, e louvores a Nosso Senhor, porque lhe derão a carta a primeyra oitaua da Pascoa, que logo dom Rodrigo quisera partir; mas o padre Francisco Áluares nom consentio, porque os da terra muyto guardauão os dias das festas de Christo e de Nossa Senhora», em idem, p.22.

Chegando ao encontro de Heitor da Silveira, disse D. Rodrigo: «Senhor, tanto este dia era de nós desejado, que já nos parecia que Deos se esquecia de nós tanto tempo esperado».⁵³³

Caso D. Rodrigo não tivesse chegado a tempo, teria de esperar muitos anos, pois não se podiam fazer tantas armadas para o vir buscar⁵³⁴. Enviaram cartas, juntamente com presentes ao Preste, desculpando-se de não regressarem como ele havia pedido. Partiram do porto de Maçua a 27 de Abril de 1526. Dali, foram à Ilha de Camarão, onde o P.^e Francisco Álvares foi desenterrar os ossos de Duarte Galvão⁵³⁵.

Chegados a Ormuz, o governador recebeu D. Rodrigo que lhe contou as «honras que lhe fizera o Preste»⁵³⁶.

Gaspar Correia retoma a ideia de ter consultado/visto o livro de Francisco Álvares que veio impresso do reino. O cronista também teria utilizado outros textos, visto que a primeira fonte [o livro de Francisco Álvares] «recontou muytas grandes cousas muy duvidosas de crer»; por isso, diz «mas eu estas [as que ele contou anteriormente] tomei de muytas que os nossos trouxerão escritas em cadernos, de que estas tomei, que me parecerão que abastauão pera satisfazer a quem desejasse de saber da viagem de dom Rodrigo».⁵³⁷

Pudemos, deste modo, observar que, na *Crónica*, exista apenas uma linha cronológica condutora em que nos apercebemos da passagem de dias, semanas, e não tanto de anos, contrariamente ao que sucede nas *Lendas*. Ainda assim, para não perder o fio condutor do discurso de Gaspar Correia, no que toca aos factos ocorridos na lenda de Diogo Lopes de Sequeira, tivemos de avançar até aos governos de D. Duarte de Meneses, D. Vasco da Gama e Lopo Vaz de Sampaio, que ocorrem sensivelmente cinco anos após a substituição de Diogo Lopes de Sequeira no cargo de governador.

⁵³³ Idem, p. 23.

⁵³⁴ Além de custarem ao rei muito dinheiro, já três armadas, a contar com esta, o tinham tentado vir buscar, cf. idem, p.24.

⁵³⁵ Tendo-os levado com ele, secretamente, numa arca:«[...] tirou toda a ossada, que aly estauva do tempo que Lopo Soares fôra a Judá no anno de 519; e toda a ossada meteo em hum saço secretamente, [...] e a meteo em huma arqua, sem ser visto de ninguem.», em idem, p.24.

⁵³⁶ Idem, p. 25. Assunto que desenvolverá todo o texto com a titulação – “As cousas que os nossos contarão que passarão, depois que partirão de Maçuha, com o Preste e té que tornarão a embarcar no mesmo Maçuha”.

⁵³⁷ Idem, p. 79.

As *Lendas* apresentam assim uma linha cronológica onde figuram cortes na narração dos acontecimentos, como sucede quando D. Rodrigo finalmente parte com a armada para Portugal (não em 1521, mas depois do fim do governo de Diogo Lopes de Sequeira). Diogo Lopes de Sequeira, nesta altura, seguiu de Maçua para Ormuz. Até chegar ao seu destino, passou por Dalaca, Camarão e Adém, Fartaque. Nessa viagem, morreria o filho de Duarte Galvão.

A incursão pelos factos que figuram concomitantemente na *Crónica* e nas *Lendas* permitiu-nos perceber que, no discurso de Gaspar Correia, está presente uma causalidade assente numa narração diacrónica dos vários acontecimentos presentes nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira. Quisemos como linha de análise, mostrar que os factos narrados apresentavam uma causa, um início, e uma consequência, um fim, que em nenhum passo se atribuem a causas providencialistas, mas apenas às acções dos homens.

Ou seja, falamos de uma consciência denexo causal em que os castigos sofridos pelos marinheiros dependem da dinâmica das suas acções. O erro está dependente, por sua vez, do juízo de Deus que nunca se coloca em questão.

Passaremos a uma análise textual que vai em busca do providencialismo, do “milagre”, com o intuito de percebermos, comparativamente com os factos narrados até ao presente momento, a sua maior ou menor relevância na determinação do sucesso e/ou insucesso dos portugueses em terras do Oriente.

3.2.2 O providencialismo

À análise dos episódios de teor providencialista, ligamos a missão que D. Manuel crê ter-lhe sido atribuída pelo Divino Espírito Santo – a de evangelizar os povos orientais, criando laços de estreita amizade temporal e espiritual com os seus reis e governantes. É deste modo que Hernâni Cidade se refere à ideologia portuguesa: «[...] Deus assist[e] com particular protecção ao povo que escolheu para a obra da *dilatação da lei da vida eterna* [sic]»⁵³⁸, tomando o rei D. Manuel a dianteira desse projecto.

⁵³⁸ Cf. Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, p. 61. Cf. Alexandre Lobato que defende o autor a inexistência de ideais colonialistas por parte dos portugueses: «[...] entendíamos

Outra perspectiva sobre o modo como Deus ajuda os portugueses é a de Maria Benedita Aires de Araújo que nos diz que “Deus” e “Mar” são duas realidades indissociáveis quando se fala do povo português: «Como primeira mercê, Deus fizera-os nascer ao longo do mar. Avigora-lhes a fé com a guerra da reconquista cristã em que se formara a nacionalidade. Portugal nascera, assim, de ardente espírito de cruzada, como reacção contra o jugo muçulmano»⁵³⁹. A autora acrescenta ainda que a profusão de lendas aterradoras sobre o que os mares escondiam⁵⁴⁰ levava a que a Fé fosse a condição essencial para se conquistarem novos territórios.

Associada à mentalidade popular de crenças em agouros e profecias, estão as referências temporais referentes à partida das naus da Carreira da Índia que se efectuava, como nos diz Maria Benedita Aires de Araújo, «[...] regra geral, desde o princípio de Março até meados do mês de Abril. [...] A partida por todo o mês de Abril era prenúncio de doenças e mortes, naus desbaratadas [...]. Partindo em Setembro, o que acontecia com muito menos frequência, estava-se por todo o mês de Março em alturas de Moçambique, de modo a aproveitar os ponentes favoráveis à viagem até Goa, onde se chegava antes que o Inverno se instalasse. [...] A experiência também ensinara, para a torna-viagem, as datas mais apropriadas, [...] no mês de Dezembro, ou até em Novembro [...] para que os navios não arrostassem com os temporais de Inverno [...]».⁵⁴¹ Talvez por coincidência, as partidas de Gaspar Correia, Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira ocorreram nos meses tidos como mais favoráveis às viagens de ida. Já as de regresso, não seguem os preceitos dos meses mais aconselhados.

que, pela Descoberta, tínhamos o direito ao exclusivo da exploração económica das terras ultramarinas, mas isso não implicava que nos arrogássemos direitos de soberania sobre elas, excepto quanto a ilhas desertas. Eram portanto legítimas e respeitadas as organizações políticas que encontrávamos em África ou no Oriente»; mais à frente, na p. 43, «Os Portugueses integravam-se perfeitamente nos usos e costumes da Índia, que respeitavam de modo absoluto, porque apenas desejavam promover livremente a expansão do cristianismo e fazer pacificamente seu negócio»; na p. 30, e focando, ao invés, duas grandes intenções suas relativamente à Índia: «[...] reis que em troca de nos favorecer solicitam nosso apoio contra inimigos seus, que são também nossos; e comunidades cristãs a proteger». É necessário ter em atenção que o autor se reporta aos anos entre 1500 e 1505. Nos anos posteriores, é impossível esconder ou fugir às atrocidades cometidas contra os povos orientais ou às armadilhas económicas feitas pelos portugueses para beneficiarem largamente das especiarias (como foi o caso já retratado de Diogo Lopes de Sequeira), em *Sociologia Política da Expansão e Outros Ensaios*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar, 1957, p. 37.

⁵³⁹ Maria Benedita Aires de Araújo, *A Expansão Portuguesa e o Sentimento Religioso: Contribuição para o seu Estudo*, Lisboa, ISCSP, 1965, p. 2.

⁵⁴⁰ Idem, pp.3-8.

⁵⁴¹ Idem, pp. 14-5.

Gaspar Correia partiu do reino a 15 de Março de 1512 e nunca terá regressado ao reino; Lopo Soares de Albergaria partiu de Lisboa a 7 de Abril de 1515, tendo chegado a Goa em Setembro do mesmo ano e regressado para o reino em Junho de 1519; já Diogo Lopes de Sequeira partiria de Lisboa a 27 de Março de 1518, tendo chegado a Goa a 8 de Setembro do mesmo ano. Regressou ao reino, saindo de Cochim a 22 de Janeiro de 1522 e chegando já depois da morte de D. Manuel.

Surge-nos a descrição de factos maravilhosos, pois desde o início da exploração do Atlântico, no século XV, que, como escrevem Jorge Magasich Airola e Jean-Marc de Beer «Dès qu'il a leve l'ancre pour s'élancer sur des mers inconnus, il [le navigateur] devient ce voyageur cherchant ardemment un refuge et aspirant à rencontrer un milieu humain dans les immensités marines»⁵⁴². Contudo, importa ter em atenção que « A l'approche du temps des découvertes, les nouveaux ouvrages sur la terre et les êtres qui la peuplent laissèrent de côté l'interprétation religieuse mais ils continuèrent d'utiliser les mêmes sources d'information : les textes grecs, latins et médiévaux. De cette façon, la croyance en des animaux et en des hommes prodigieux non seulement se maintint mais, dans quelques cas, se renforça».⁵⁴³ Ou seja, com o Renascimento, o Homem pretere as interpretações religiosas de seres maravilhosos, mas, dado que as suas fontes são os autores greco-latinos e medievais, essas crenças em animais míticos e fantásticos permaneceram em algumas passagens das *Lendas* que, de certo modo, espelham este aspecto.

Aquando da aparição desses estranhos animais marinhos, tal como se de uma procela monstruosa se tratasse, os marinheiros encomendavam sempre a sua alma a Deus, afirmando visivelmente a sua Fé⁵⁴⁴. Mas observemos de um modo mais

⁵⁴² Jorge Magasich Airola e Jean-Marc de Beer, *America Magica, Quand l'Europe de la Renaissance croyait conquérir le Paradis*, «Série Mémoires», Éditions Autrement, Paris, 1994, p. 166. Na pág. 190, os autores acrescentam: «Les descriptions d'êtres apparemment incroyables ont la saveur de la réalité. L'imagination humaine est capable d'exagérer les traits, de déformer et de mélanger des éléments de nature différente, mais cela nécessite un repère, même lointain, parmi les choses connues». Outras informações interessantes referem-se aos bestiários e ao modo como animais como o rinoceronte, o elefante, o castor ou a fénix (pp.194-7).

⁵⁴³ Idem, p. 197.

⁵⁴⁴ Aurélio de Oliveira apresenta o modo como os marinheiros demonstravam a sua fé, não apenas aquando da aparição de animais marinhos, mas também aquando de fenómenos atmosféricos, como o caso do Fogo-de-Santelmo. Transcreve igualmente o que apelida de «o mais antigo registo da narrativa de viagem de Santo Amaro – o *Conto Português* -, do século XV», entre outros relatos, como o da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto ou de S. Tomé. Entre as pp. 102-111, apresenta a concepção de monstro e gigante para os homens europeus, exemplificando, em *Os Livros de Maravilhas e os Povos e Animais Exóticos*, em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi>

detalhado como é que aparecem relatados esses acontecimentos nas *Lendas da Índia*.

Na *Crónica*, as referências ao maravilhoso e ao providencialismo são também relativamente mais escassas comparativamente com a dimensão dos acontecimentos factualmente narrados, tanto no governo de Lopo Soares de Albergaria como no de Diogo Lopes de Sequeira. Pela comparação intertextual realizada, pudemos apurar que as referências que se podem dizer pertencentes ao foro providencialista são relatadas já no governo de Diogo Lopes de Sequeira, sensivelmente próximas da busca e concretização/ chegada ao mítico Reino do Preste João.

Existe a referência a um animal marinho que terá intrigado os marinheiros, que, por ser um mistério, nem aparece nomeado, mas apenas descrito nos seus aspectos físicos mais marcantes e algo diabolizados: este tinha um orifício por onde saía, em repuxo, grande quantidade de água, além de ser feita menção da sua força residir no seu focinho duro como osso. É uma nova percepção do espaço que se encara: são espaços encantados e encantatórios que, cheios de mistério, são vistos não com o que os olhos alcançam, mas com o desejo de ver o que não está lá⁵⁴⁵.

Referimo-nos, assim, primeiramente, a três pequenos episódios que figuram nas *Lendas* e se caracterizam pela utilização de referências linguísticas do campo semântico do “maravilhoso” e do “milagre”, relacionado com condições atmosféricas e com a aparição de dois peixes que, nunca antes vistos, causaram pânico e medo aos marinheiros. O primeiro foi o relatado em Agosto de 1516, quando Fernão Peres, Manuel Falcão, António Lobo Falcão e Duarte Coelho foram enviados à China por terem tido notícia de que estavam lá cativos Rafael Perestrelo⁵⁴⁶ e mais trinta portugueses⁵⁴⁷.

Ao entrar na enseada da Conchichina, algo de milagroso ocorreu no mar: «milagrosamente [os marinheiros] escaparam de se perder nuns baixos e andaram em paio⁵⁴⁸ muitos dias por causa do vento contrário», pois na altura em que se

bin/PRG_0599.EXE/10814_5.PDF?NrOcoSis=35060&CdLinPrg=pt (consultado a 24 de Setembro de 2008), em pp. 71-89.

⁵⁴⁵ Cf. Anexo 6, p.4.

⁵⁴⁶ Foi capitão de uma nau na armada de Jorge de Albuquerque em 1519; e foi capitão, entre 1518 e 1522, em A.A. V.V. *A Alta Nobreza...*, apêndice.

⁵⁴⁷ Cf. anexo nº1, p.5.

⁵⁴⁸ Expressão que provém de “pairar”: «suster a marcha do navio ferrando todo o pano, deixando o navio receber o mar de través» em <http://carreiradaindia.net/index.php?s=paio>. (consultado a 4 de Janeiro de 2009).

dirigiam para a China, «já era passada alguma da monção»⁵⁴⁹ e, lá chegando, era de noite. Ou seja, o facto de «já não ter [em] monção»⁵⁵⁰ e os ventos serem contrários, fez com que andassem “em paio” alguns dias, regressando depois a Malaca.

Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro referem que era imprescindível manter aceso o espírito cristão, pois vivia-se sempre em perigo iminente nas naus; como tal, havia a presença obrigatória de elementos do clero (para quem «a viagem era uma missão, um serviço prestado a Deus e para o acrescento do seu reino espiritual») a bordo, evitando-se assim «as tentações divinas, punidas com violentas tormentas, prolongadas calmarias e destruidoras epidemias». Também se realizavam procissões «por acção de graças, por ter acalmado alguma violenta tempestade, ou a pedir a Deus que mandasse os ventos de feição, para acabar com o terrível flagelo das calmarias, com o seu cortejo de doenças e mal-estar» e cantavam-se ladainhas, orações várias e, ao domingo, havia sempre celebração de missa, bem como confissões⁵⁵¹.

Essa fé é demonstrada nesta *Crónica* na busca do Preste João⁵⁵², precisamente no ano de 1518, no reinado de Diogo Lopes de Sequeira.

Quando desembarcaram em Maçua, o capitão terá dito ao Barnegais que vinha «fazer serviço de Deus» e, depois de ter sabido algumas informações sobre o reino, o embaixador – D. Rodrigo de Lima – «os olhos ao céu dava com muita graça» e prosseguiu para Arquico, reino do Preste⁵⁵³.

Quanto ao segundo e terceiro episódios, estes situam-se já nas *Lendas*, no governo de Diogo Lopes de Sequeira. O primeiro figura logo no texto inicial⁵⁵⁴, onde Gaspar Correia faz o elenco dos capitães de naus que acompanhavam o novo governador até à Índia. Entre eles, encontrava-se D. João de Lima, que ia assegurar a capitania de Calecute, e que, aquando de uma paragem no Cabo da Boa Esperança, presenciou um fenómeno que só viria a ser decifrado e percebido em Cochim. Esse fenómeno, mais uma vez associado ao fantástico, não era mais do que um peixe que, com o seu «focinho d’osso muito forte», furou o casco da embarcação. Gaspar Correia não desenvolve mais este episódio, pelo que se pode apenas inferir que o peixe terá furado o casco e, só numa nova paragem das naus, já

⁵⁴⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 474.

⁵⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵⁵¹ Todas as citações são de Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, em *op. cit.*, pp. 29-33.

⁵⁵² Figura em Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manue e de D. João III...*, fólio CCXXV (vº.), pp.115-6.

⁵⁵³ Cf. anexo nº6, pp.2-3.

⁵⁵⁴ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 556.

na Índia, os marinheiros terão percebido que era um peixe que, para eles, era desconhecido⁵⁵⁵.

O terceiro e último episódio refere-se ao que sucedeu quando Rui Vaz Pereira chegou a Mascate⁵⁵⁶, tendo partido do reino um mês antes da nau em que ia Diogo Lopes de Sequeira⁵⁵⁷. Ao passar as Ilhas de Tristão da Cunha⁵⁵⁸, deparou-se com um peixe, cuja descrição apresentamos em tabela.

O que aqui se pretende destacar é que, embora constituindo uma situação de grande perigo, o peixe acabou por desistir de seguir a armada e assim todos deram louvores a Deus por os ter livrado do “peixe diabo”. Esta é uma das duas recorrências ao Diabo que figura no texto das *Lendas* e refere-se ao perigo, à maldade. A outra, associar-se-á ao castigo que Fernão de Alcaçova sofreu por ter roubado e ocultado dinheiro quando chegou ao Reino.

⁵⁵⁵ Este episódio é igualmente referido por R.S. Whitenay, em nota de rodapé: « The only recorded evento of the voyage [de Diogo Lopes de Sequeira de Portugal a Goa, em Março de 1518] was the attack of a sword-fish on the ship of D. João de Lima», em *op. cit.*, p. 190.

⁵⁵⁶ Perto do Estreito de Ormuz.

⁵⁵⁷ Cf. anexo nº 2, p.17.

⁵⁵⁸ No sul do Oceano Atlântico.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo VIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Ormuz Mascate	Rui Vaz Pereira (filho de João Rodrigues Marramaque e capitão de naus do reino e das fortalezas de Chalé e Malaca)	<p>Também a Mascate chegou Rui Vaz Pereira, filho de João Rodrigues Marramaque, que partira do reino um mês antes das naus. Ao passar as ilhas de Tristão da Cunha, deparou-se com um «peixe negro espantoso», que deitava água mais alto que o galeão, com que «todos hauendo grande medo se encomendarão a Nosso Senhor que os livrasse de tal pexe».</p>	594
			<p>O peixe tinha barbatanas tão grandes que chegavam ao meio da enxárcia que os marinheiros tomaram o traquete das gáveas. Ao ver que a água que deitava alagava todo o galeão, todos estavam como mortos pedindo a Deus misericórdia, deitando sobre o peixe relíquias, e água benta que um clérigo benzia revestido, rezando muitas orações, sem ousarem de o tocar, porque se o peixe se se assanhasse com pouca força reviraria o galeão. O peixe, ao mostrar as ilhargas, os marinheiros pensaram ser o próprio Diabo, e todos não deixavam de rezar, cuidando que os tornaria a abalroar. Ao fim da tarde, o peixe atravessou para o mar e não regressou mais. Todos ficaram, dando muitos louvores a Nosso Senhor de os livrar do peixe-diabo, que assim lhe chamavam. E Rui Pereira foi até Ormuz, depois de deixar o galeão em Mascate.</p>	595

Deparamo-nos depois com um discurso elogioso do cronista aos cavaleiros que combatiam ao lado dos que estavam na Índia ao serviço do rei e de Deus e «[...] e dos grandes merecimentos que por ysso tinhão ante Deos os que na guerra despedião as vidas, e os viuos a muyta obrigação em que lhe ElRey era».⁵⁵⁹ As suas palavras mostram que a Expansão também se revestia de um carácter cruzadístico, não só de defesa e propagação da Fé católica, como de uma protecção divina àqueles que por Deus combatiam.

Voltamos a referir a ausência de tomada de decisão de Lopo Soares quanto ao ataque que as naus esperavam fazer contra o Soleimão, embora sob outra perspectiva. Essa atitude de não decidir guerrear levou os pilotos a concluírem que, se regressassem sem guerrear, o rei deveria pedir justificações ao governador, pois a sua credibilidade havia sido posta em causa. Esta partida revelar-se-ia causadora de uma má imagem de Lopo Soares. Em direcção a Camarão, as naus, por causa da ausência de ventos levantes, iriam passar por grandes calmarias de ventos e temperaturas tão altas que «ardião os corpos da gente, o que causava grande sede, e ´armada hia falta d´agoa». Desesperados, os homens iam, por isso, «pedindo a Deos grandes justiças» pela intransigência do governador⁵⁶⁰. Depois de morrerem mais de 500 portugueses e negros, o governador mandaria finalmente que se fossem buscar mantimentos a Dalaca⁵⁶¹ ou, caso aí não os houvesse, fosse ao porto de Maçuá. Essa obstinação de Lopo Soares causou o adoecimento do embaixador Duarte Galvão que morreria de desgosto⁵⁶².

Em Colombo, o governador chegou a um local chamado Cota⁵⁶³ e exigiu que o rei lhes entregasse os portugueses que aí estavam presos. Como o rei recusou, Baleacem chegou perigosamente perto do rei⁵⁶⁴, que acabou por prometer que lhes dava os portugueses. De entre eles, encontrava-se Fernão Antunes que disse já ter

⁵⁵⁹ Gaspar Correia prossegue, acrescentando que os feitos da Índia «erão milagrosos, dados por Deos e nom por forças humanas, de tão grande preço, valor, merecimento d´honra, que nom auia outra mais alta no mundo» e que a exaltação da Fé era tanta quanta a punição aos infíeis, em *Lendas da Índia*, liv.II, p. 489.

⁵⁶⁰ Cf. anexo nº1, p.13.

⁵⁶¹ Arquipélago de Dahlak, localizado no mar Vermelho, perto de Massawa, Eritreia.

⁵⁶² Cf. Afonso de Albuquerque, onde figura uma carta de Duarte Galvão, datada de 21 de Janeiro de 1516, em que o mesmo, dirigindo-se ao Rei, diz: «[...] escpreuy a vossa alteza largamente as traquinadas e intelligencias que ca armou villalobos, com o capitam moor e com matheus, contra mym [...]. Assy que, per estas maneiras, poderá uossa alteza comprender como a teençam do capitam moor pod ser contraira a se comprir esta embaixada [...]», em *op. cit.*, pp. 26-30.

⁵⁶³ Lugar afortalezado em Ceilão.

⁵⁶⁴ Cortando os valados para vaziar a água que cercava a sua fortaleza.

havido mais portugueses a morrer pelos amigos do rei. Pediu ao rei de Colombo que os conduzisse a Baleacem, mas sem ser amarrados para morrerem como homens e não como carneiros.

Nessa noite, confessaram-se e rezaram, e, no outro dia de manhã, juntaram-se, ajoelharam-se junto de uma cruz e «ante ella [...] resarão duas deuações [...] e a *Salve Regina*, acabando com grandes brados, Senhor Deos, misericordia!»⁵⁶⁵. Partindo e despedindo-se do rei, um homem colocou-se na dianteira «dizendo que Deos era seu capitão, e aquella sua bandeyra».⁵⁶⁶ Chegando a Colombo, e vendo os mouros, os portugueses que se desamarraram «derão gritas como d'alegria, chamando Senhor Deos, misericórdia!» e «pelejauão como homens que se entregauão a morrer, e por o querer de Deos, mostrando seu grande poder [...]».⁵⁶⁷

Como que milagrosamente, pois nenhuma explicação causal nos é dada, Gaspar Correia relata que o poder da invocação de Deus fez com que, não só os mouros comesçassem a dispersar, como deu saúde aos portugueses doentes, que se juntaram aos outros na manifestação de fé e superioridade relativamente ao inimigo: «Com que Nosso Senhor pôs seu temor tão grande sobre os mouros que começarão a fogir; porque os nossos que erão doentes tinham forças como os sãos».⁵⁶⁸ Este “milagre” desencadeou a fuga de Baleacem e do seu exército que, chegado a Calecute, afirmou serem mais de mil os portugueses⁵⁶⁹.

Por sua vez, os portugueses, vendo que os mouros se haviam posto em debandada, «[...] em joelhos dauão louvores a Nosso Senhor, e se abraçauão huns a outros com lagrimas de grande prazer».⁵⁷⁰ O cronista acrescenta que as feridas que os mouros que combateram contra os portugueses apresentavam não chegavam para lhes causar a morte, dado que não apenas dariam para matar um gato⁵⁷¹. Tal comentário parece vir ao encontro da vitória inexplicável dos portugueses.

O rei de Colombo ficou a saber tudo pelos mouros de Ceilão que lhe escreveram a contar o milagre sucedido com os portugueses, o que levou a que se deslocasse junto deles para lhes pedir desculpas pessoalmente, ao que eles

⁵⁶⁵ Idem, liv.II, p. 521. Grafia actualizada por nós. Cf. anexo nº1, pp.18-9.

⁵⁶⁶ Idem, ibidem.

⁵⁶⁷ Idem, ibidem.

⁵⁶⁸ Idem, ibidem.

⁵⁶⁹ Essa afirmação foi desmentida por outros mouros que diziam que, não estando em Ceilão nenhuma armada de portugueses, esse número não era possível.

⁵⁷⁰ Idem, ibidem.

⁵⁷¹ Cf. anexo nº1, p.18.

responderam: «Nosso Senhor assy o ordenara que elle o fizesse, por mostrar seu grande poder».⁵⁷² Esse verdadeiro milagre levou a que os portugueses passassem a ser estimados nessas terras, tendo-se alguns tornado senhores delas.

Assim, Gaspar Correia, além de considerar este o maior milagre ocorrido aos portugueses, inclui-se a si mesmo como filho de Deus e pecador, no final deste relato, passado no ano de 1517: «E este foi o **mais vidente milagre** que se achará em todas as lendas da Índia, e fora grande erro aqui o nome memorar, para que todos dêmos muitos louvores a Nosso Senhor por suas tantas bondades e misericórdias que por nós pecadores sempre faz, usando de sua grande piedade, como parecem por suas santas obras; elle seja sempre louvado para sempre amén».⁵⁷³

Quase no fim da lenda de Lopo Soares, Gaspar Correia relata que Fernão de Alencastre trouxe consigo da Índia muito dinheiro que ganhou ao vender muitas mercadorias e fazendas, escondendo-o num fundo falso de uma arca. Assim que chegou ao Reino, foi descoberto e « [...] **quis o demo** que na casa da Índia lhe acharão o dinheiro no fundo falso escondido [...]»⁵⁷⁴. O Diabo é-nos aqui apresentado como o que castiga os que mentem, roubam e escondem o roubo.

Noutro pequeno detalhe, o cronista refere-se à guerra do Rei de Bintão contra Malaca, cujos danos os portugueses iam sofrendo, vendo a sua fortaleza bombardeada e privados de mantimentos. Numa tentativa de se defenderem, D. Aleixo enviou Duarte de Melo, capitão-mor do mar e Manuel Falcão, por terra, para atacarem a “tranqueira de Muar”⁵⁷⁵. Depois de Manuel Falcão morrer e depois de duas horas de fogo intenso, «quis Deus que de huma espingarda foy morto o capitão da tranqueira á vista dos seus; com que logo forão postos em desbarato fogindo [...]».⁵⁷⁶ Esta ajuda divina fez de Duarte Melo um homem vitorioso, embora não tivesse refreado a intenção do Rei de Bintão de derrotar os portugueses.

A guerra continuou e depois de uma mancha⁵⁷⁷ ter sido bombardeada, «Nosso Senhor, com sua misericórdia, fez fauor aos nossos, que desbaratarão os inimigos fogindo, e apagarão o fogo dos navios [...]», o que ainda assim não impediu

⁵⁷² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 521.

⁵⁷³ Idem, p. 522.

⁵⁷⁴ Idem, p. 536. Sublinhado nosso.

⁵⁷⁵ Cf. anexo nº1, pp. 28-9.

⁵⁷⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 551.

⁵⁷⁷ Uma embarcação asiática.

os inimigos de exercerem violência contra os portugueses durante vinte dias. Mas «[...] polo querer de Nosso Senhor os inimigos affrouxarão e se forão».⁵⁷⁸

Neste passo, e depois de dizer que a persistência do Rei de Bintão continuava a levá-lo a atacar Malaca, Gaspar Correia dá por terminada a lenda de Lopo Soares⁵⁷⁹.

A propósito da embaixada de Duarte Galvão (substituído por D. Rodrigo de Lima) ao Preste João, Gaspar Correia começa logo por determinar a causa dessa empresa: o serviço de Deus e do rei Nosso Senhor⁵⁸⁰, que se concretiza no combate aos infiéis. Podemos vê-lo na expressão utilizada pelo regedor de justiça do Preste quando D. Rodrigo e a sua embaixada lá chegam: « Dai graças e louvores ao alto Deos, que em vossos dias vedes tamanho milagre seu, que por sua bondade nos quis ajuntar com nossos irmãos, que nos ajudarão, e os ajudaremos, contra todos aquelles que nom tem a verdade de nossa santa fé.»⁵⁸¹ Essa embaixada teve primeiramente como intuito prestar honra a Deus, porque o importante era alargar a cristandade e difundir a doutrina católica e também servir o rei, pois o seu poder emanava d'Ele.

A própria escolha de Mateus parece ter sido determinada por Deus: «E dixe o Preste que o embaixador Mateus que elle o nom mandara a Portugal, mas que Deos quisera que aquelle homem [...], sem ninguem lho mandar, fizesse aquella viagem [...]».⁵⁸²

Interrompida a narrativa da embaixada ao Preste João, conta-se que Diogo Lopes de Sequeira passou por várias localidades⁵⁸³. Por causa dos ventos, seguiu pelas costas de Fartaque, onde foi apanhado por uma grande tempestade. O governador mandou os marinheiros aguardarem em Calaiate, mas por causa do medo causado pela grande escuridão, as galés afastaram-se para o mar, afundando-se e salvando-se numa barquinha trazendo apenas mantimentos, tendo morrido o filho de Duarte Galvão⁵⁸⁴. Os que sobreviveram na barquinha, conseguiram chegar a terra pela manhã e «todos saíram em terra postos de joelhos pedindo a Deus misericórdia

⁵⁷⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 554.

⁵⁷⁹ O cronista apresenta a mesma como sendo composta por dezassete capítulos, sem necessidade de tábua de explicação, por conter pouca informação, em idem, *ibidem*. Na lenda de Diogo Lopes de Sequeira, existem dados sobre o final da governação de Lopo Soares e dos contornos da sua partida do Oriente e chegada a Lisboa.

⁵⁸⁰ Idem, p. 587.

⁵⁸¹ Idem, liv. III, p. 33.

⁵⁸² Idem, p. 35.

⁵⁸³ Nos finais de Maio, passou por Maçua onde recolheu bom gado; por Camarão, onde nada recolheu, e por Adém, em idem, liv. II, p. 588.

⁵⁸⁴ Episódio referido por nós na pág. 154 desta nossa dissertação.

[...]».⁵⁸⁵ Correndo até Mascate, estiveram debaixo de sol intenso e, enquanto uns morriam, os outros subsistiam comendo insectos e cavando buracos na areia para se protegerem das temperaturas altas⁵⁸⁶. O governador conseguiu ultrapassar o temporal numa armada em que António de Brito ia, tendo amarrado o seu batel que se despedaçou contra a nau. Gaspar Correia diz ter narrado este pequeno episódio por «ser maravilha», porque viu muitos homens que «disto se espantavam».⁵⁸⁷ Neste relato, vemos associado o conceito «maravilha» a «estranheza» pelo facto de, depois deste incidente no mar, toda a armada ter conseguido chegar a Calaiate.

Catorze dos homens que tinham estado sujeitos a um sol abrasador, juntamente com Jerónimo de Sousa e Anrique Homem, chegaram a um local, distante 15 léguas de Mascate, porque «Deus os encaminhou»⁵⁸⁸, onde foram poupados por um mouro vassalo de Ormuz⁵⁸⁹. A essa localidade, chegou também Faque, já referido por nós e que: «pedindo com elles por amor de Deus, dizendo que erão mouros [...], parecendolhe que por ysso o Governador lhe faria a mercê que era razão».⁵⁹⁰ Tal invocação do nome de Deus funcionou como auxílio a um pedido de ajuda e de recompensa por um gesto tão benevolente, que veio a revelar-se infrutífero, como já mencionado, pois esse mouro acabaria por partir na mesma pobreza com que chegara.

Na guerra com o Rei de Bintão, António Correia entrou no rio de Muar. De manhã, os portugueses atacaram, e João Soeiro⁵⁹¹ avançou com grande ímpeto para os inimigos e « [...] chamando Santiago, que n´aquella hora, pola misericordia de Deos, pôs nos mouros tamanho espanto que se agardarem que os nossos lhes chegassem deitarão a fugir».⁵⁹² Esta invocação a Deus traduziu-se num pedido de protecção e força, coragem e determinação para enfrentarem e derrotarem o inimigo. Os portugueses conseguiram saquear a aldeia e trazer para Malaca muitas riquezas, levando a que o rei regressasse a Bintão e de lá nunca mais saísse, ficando Malaca livre da sua pressão durante anos⁵⁹³.

⁵⁸⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 589. Grafia actualizada por nós.

⁵⁸⁶ Idem, p. 590.

⁵⁸⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸⁸ Idem, p. 594.

⁵⁸⁹ Que os curou durante dez dias e os enviou com criados e camelos para Mascate.

⁵⁹⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 594.

⁵⁹¹ Alferes de António Correia.

⁵⁹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 596.

⁵⁹³ Idem, ibidem.

Entretanto, Garcia de Sá enviou Manuel Pacheco para Pacém, porque o rei dessa localidade havia morto vinte portugueses e tomado a suas mercadorias. Quando se abastecia de água num rio, os mouros, vendo a dificuldade dos portugueses em sair, atacaram-nos. Manuel Pacheco enviou cinco homens num batel, mas estes tiveram tanto medo que quase morreram e, nessa hora de ansiedade e temor pela vida, foram «[...] encomendando suas almas a Deos, pedindo perdão de seus pecados, chamando Senhor Deos misericórdia, que por sua piadade lhe acodio com milagroso esforço [...]».⁵⁹⁴ Neste caso, os marinheiros chamaram por Deus, encomendando a sua alma e tentando redimir os seus pecados. Feitos os pedidos a Deus, os portugueses «[...] entrarão na lanchara e se meterão com os mouros ás lançadas com tanta furia, como homens danados, com que fizerão saltar ao mar os mouros [...]».⁵⁹⁵ O rei de Pacém acabaria por pedir a paz a Manuel Pacheco⁵⁹⁶.

Depois, é descrita a guerra que a rainha de Couvão estava a fazer contra os portugueses, por causa de dinheiro de uma pimenta que lhes vendeu e que não estava em condições. Esta rainha pede ajuda à rainha de Comorim que manda três homens fingirem-se criados do rei de Portugal⁵⁹⁷. Os portugueses aceitaram o acordo, mas «[...] aprouve a Nosso Senhor que tal [que não se encontrassem na igreja] nom fosse, com que veo grande agastamento ao capitão d’esta cousa».⁵⁹⁸ Tal expressão mostra que Deus esteve do lado dos portugueses, impedindo-os de serem traídos pela rainha.

D. Aleixo, que estava em Cochim, foi informado de que os portugueses que estavam no combate contra as rainhas estavam com fome e alguns encontravam-se doentes, o que o levou a mandar D. Afonso de Meneses para os ajudar. Este partiu numa fusta e, mesmo enfrentando as tormentas do mar, «[...] Nosso Senhor lhe deu tempo com que a saluamento chegarão a Couvão».⁵⁹⁹

Na tentativa de Diogo Lopes de Sequeira acordar a paz com Malik Aiáz que aguardava as suas ordens obedientemente, e caso não o fizesse, «[...] perderia su’alma e o diabo mataria seus filhos [...] » ficamos a saber que este, mesmo que o governador não lhe permitisse comunicar com o seu senhor, defender-se-ia como

⁵⁹⁴ Idem, p. 598.

⁵⁹⁵ Idem, ibidem.

⁵⁹⁶ Como sinal de recordação pela destemidez dos portugueses e pelo “feito milagroso”, a lanchara ficou em exposição em Malaca, em idem, ibidem.

⁵⁹⁷ Mas tudo às escuras (combinado com o capitão de noite) para o seu plano não se descoberto.

⁵⁹⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 600.

⁵⁹⁹ Idem, p. 601.

podia, pois « [...] Deus faria mal a quem nom gardava verdade».⁶⁰⁰ Malik Aiâz sentia-se protegido por ser um homem verdadeiro e a Verdade é um conceito que se aproxima de Deus, da Fé e, como tal, caso não o fosse, fala contra contra si próprio e contra a sua família, dizendo que o Diabo castigaria os seus filhos⁶⁰¹.

Retoma-se depois o assunto das negociações entre Diogo Fernandes de Beja e Malik Aiâz, que estava contra os portugueses. Um mercador rico⁶⁰² denominado Foão, que estava em negociações com o Rei de Cambaia, apercebe-se que este estava contra os portugueses e que Malik Aiâz sabia dessa traição. Decide avisar Diogo Fernandes de Beja, como forma de beneficiar o trânsito das suas naus nos mares⁶⁰³. Gaspar Correia diz em primeira pessoa: «e como meu Deus que creio», confirmando que também ele não duvida do que acabou de relatar⁶⁰⁴.

Em resultado desta descoberta de traição graças ao mercador, Diogo Fernandes de Beja, como amigo de Deus, « [...] em sua câmara se pôs em joelhos, e lhe deu muytos louvores por assy com elle auer misericordia»⁶⁰⁵. Os homens tementes a Deus acabam sempre por ver a Sua ajuda, neste caso, em forma de um homem que, mesmo querendo com isso beneficiar o seu negócio, impediu que Malik Aiâz e o Rei de Cambaia traíssem os portugueses.

O Rei de Ormuz pediu a Diogo Lopes de Sequeira que tomasse o reino de Bahrein (a alfândega)⁶⁰⁶. Entretanto, depois de um combate no mar, os portugueses conseguiram entrar na cidade e os mouros fugiram. Acabou por ser escolhido outro rei para o Bahrein e António Correia pediu que fosse assentada a paz. Este, depois de regressar a Ormuz, deu «[...] muytos louvores a Nosso Senhor lhe dar tanta honra, e acabar este feito com sómente mortos catorze homens [...]».⁶⁰⁷ O nome de Deus foi

⁶⁰⁰ Idem, p.619.

⁶⁰¹ Mais acrescenta que Deus apenas condena quem não diz a verdade e ele, ao ser sincero com o governador (não lhe dizendo se aceitava as pazes sem falar com o rei de Cambaia), não poderia ser punido por Deus. Um pouco mais à frente, encontrámos uma pequena referência à viagem de Fernão de Magalhães ao Brasil e como um dos reis das localidades perto do Rio Victoria (nome por ele atribuído) se converteu ao cristianismo, mas apenas com intuítos estratégicos: desse modo, Fernão de Magalhães pôde-lo-ia ajudar a combater os seus inimigos, em idem, p. 630.

⁶⁰² Designado por coraçane.

⁶⁰³ O mercador recebeu um anel de sinete para que, onde quer que fosse, as suas fazendas e naus fossem reconhecidas como portuguesas, e uma carta a mostrar aos capitães para que, quando o encontrassem no mar, o tratassem bem, em idem, p. 636.

⁶⁰⁴ Idem, ibidem.

⁶⁰⁵ Idem, p. 637.

⁶⁰⁶ O que lhe agradou, pois pela carta de vassalagem que o Rei de Portugal havia concedido a Afonso de Albuquerque, o reino de Ormuz pertencia-lhe, em idem, p. 646. O Bahrein era o principal caminho de todas as rendas de cáfilas que vinham da Pérsia.

⁶⁰⁷ Idem, p. 651.

aqui invocado como forma de António Correia agradecer ter feito parte de uma empresa difícil e arriscada⁶⁰⁸ e, por isso, ter recebido muitas honrarias.

O governador pensa então em tomar Ormuz, que era uma das missões de que o rei o incumbira e ele faria o que lhe « [...] parecesse seruiço de Deos e de Sua Alteza [...] ».⁶⁰⁹

Como na Índia as despesas eram muitas, Diogo Lopes de Sequeira havia pedido o equivalente a um ano de rendas da alfândega ao rei de Ormuz. Este, primeiro recusou, mas depois acabou por aceder ao pedido, ficando ressentido, pois já havia emprestado dinheiro também a Afonso de Albuquerque. Acabando por emprestar a quantia pedida, o rei disse que, caso não tivesse suficiente, pedi-lo-ia aos seus compatriotas, que lho dariam « [...] pelo amor de Deos [...] ».⁶¹⁰ O rei de Ormuz, invocando o nome de Deus, mostrou-se confiante na amizade do seu povo, necessária para cumprir um pedido dos portugueses⁶¹¹.

Estando novamente Malik Aiâz a combater contra os portugueses, por ter sabido que estes haviam declarado guerra por toda a parte ao Rei de Cambaia e a seus vassallos inimigos de Portugal, mandou o seu capitão do mar – Agá Mamude – pelejar contra eles. No meio de um combate, numa manhã, « [...] chama[ndo] pola misericórdia de Deos [...] »⁶¹², uma nau cheia de cocos provinda de Magadoxo viria a proporcionar de beber aos marinheiros portugueses, que ainda ficaram com o dinheiro e a prata que lá havia, recolhendo também os bons cativos.

Finalmente, o sobrinho de Agá Mamude acabaria por ser morto. Essa notícia foi dada pessoalmente por Diogo Fernandes de Beja a Agá Mamude que jurou vingar a sua morte, entrando com bombardas de ferro que destruíram os pelouros, sendo a única salvação dos portugueses « [...] chamar pela misericórdia de Deus [...] »⁶¹³, já que os mouros estavam em vantagem. Esse pedido de ajuda parece ter sido atendido quando, depois de Francisco de Sousa Tavares ter sido ferido, Agá Mamude acabou por cair ao mar⁶¹⁴.

⁶⁰⁸ Tendo apenas terem morrido catrorze homens, em idem, ibidem.

⁶⁰⁹ Idem, p. 653.

⁶¹⁰ Idem, p. 654.

⁶¹¹ Gaspar Correia utiliza a expressão « [...] e sejamos Deus testemunha [...] » (p. 654) para explicar que mesmo tendo o rei de Ormuz ficado ofendido pelo pedido de dinheiro, esse sentimento de mal-estar nunca foi demonstrado aquando das visitas do governador.

⁶¹² Idem, p. 656.

⁶¹³ Idem, p. 669.

⁶¹⁴ Ainda assim, Diogo Fernandes de Beja acabou por vir a morrer, o que causou tristeza e desolação ao governador, em idem, ibidem.

A análise que agora se encerra teve em conta a leitura integral das lendas dos dois governadores relativamente ao providencialismo nelas presente e no modo como este serviu de explicação como causa primeira dos vários acontecimentos narrados.

Este providencialismo vai ao encontro da obra do tratadista Diogo Lopes de Rebelo - *De republica gubernanda per regem* -, que delineia o perfil do monarca na condução do seu governo. O seu poder é representado e exercitado no Oriente pelos governadores, e deriva do destaque dado a Portugal no contexto europeu, protegido pela ajuda divina que vai servindo como explicação dos êxitos.

Não analisaremos com detalhe a doutrina exposta sobre o modelo de governação, um código moral da política a ser seguida pelo monarca D. Manuel, mas apenas a utilizamos para corroborar a nossa perspectiva de análise dos textos: a do determinismo providencialista que, por fazer parte do discurso cronístico da Expansão, se encontra presente nas *Lendas*.

3.3 A causalidade providencialista nas lendas de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira no reinado de D. Manuel

Na *Crónica de D. Manuel*, Gaspar Correia exaltou as virtudes da nação portuguesa, dando mostras da grandeza da figura régia e de como Deus lhe confiou a tarefa de aumentar a Cristandade. Já no final da mesma, o cronista referiu que, ao contrário do que deveria suceder com outros monarcas, D. Manuel, ao ter senhoreado o reino e crescido em termos territoriais, a misericórdia de Nosso Senhor levaria a que o filho continuasse a sua obra recordando-se dele e dos seus antepassados. E assim, ao encomendá-lo como seu sucessor, mandou que este mantivesse em paz e justiça os seus povos, dizendo que «a candeia que a Nosso Senhor mais apraz é a justiça».⁶¹⁵

A questão do paradigma do fervor religioso e providencialista da Expansão encontrou a sua expressão na busca do misterioso reino do Preste João⁶¹⁶ desde o

⁶¹⁵ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III...*, pp.165-7. Grafia actualizada por nós.

⁶¹⁶ Maria Benedita de Almeida Araújo refere que o Sultão do Cairo estava tremendamente preocupado que o caminho marítimo para a Índia viesse a “[...] destruir o templo de Jerusalém e todas as santas relíquias e monumentos cristãos da Terra Santa”, onde “[...] poder-se-ia alcançar o reino do Preste João, soberano cristão, fabulosamente rico, possuidor de cidades calcetadas de ouro...”, em *Campanhas da Índia, Sofala, Goa e Malaca...*, pp. 78-79. Cf. J. Pedro Oliveira Martins que apresenta o modo como esta lenda chegou às crónicas portuguesas e de como D. João II, com embaixadas, por terra e por mar, buscou este potencial aliado, em *Portugal nos Mares II*, pp.55-62, V. Carmen Radulet e Luís Filipe Thomaz sobre a identificação da figura do Preste João, em *Viagens Portuguesas à Índia...*, pp. 314-6.

tempo do Infante D. Henrique⁶¹⁷. Para encontrar esse reino, foram enviadas embaixadas e homens com ordens expressas de Lisboa para procurarem e estabelecerem aliança com ele para unirem o mundo sob a lei cristã. Nas palavras de Manuel João Ramos: «É, assim, como projecto de aliança anti-islâmica entre o ocidente cristão e o reino imaginário do Preste João, que a maioria dos investigadores interpreta a mensagem da *Carta*».⁶¹⁸

Com a união aos reinos cristãos da Índia, seria possível destronar os territórios infiéis. A *Republica Christiana*, conceito que resultava da ideia ecuménica da Igreja Católica em reunir junto de si todos os povos cristãos, fazia parte do espírito humanista do Renascimento e de autores como Damião de Góis, que a expressou na sua obra *Opúsculos Históricos*, e à qual associou a procura desse reino de Jesus Cristo perdido nas Índias⁶¹⁹. Na perspectiva deste cronista, se bem que o desejo era o de não deixar esmorecer a cruzada, esta era vista não como a concretização da destruição do Turco por parte do Cristão mas como «o momento em que a Europa clássica e cristã podia transplantar um ideal civilizacional para o Mundo ainda não-cristão».⁶²⁰

Durante o reinado de D. Manuel, o império do Oriente simbolizava as matérias preciosas, muitas especiarias, drogas que haviam sido trazidas para

⁶¹⁷ Cf. V. Luís de Albuquerque sobre a importância atribuída ao Preste João pelo Infante: «Todavia, a esperança de encontrar o Preste João era, sem dúvida, o principal móbil do seu interesse na expansão para sul e estava também intimamente ligado ao desejo de combater os exércitos muçulmanos», em “Henrique, D.”, in *Dicionário de História...*, vol.I, p.486.

⁶¹⁸ Cf. Manuel João Ramos sobre a importância atribuída à carta do Preste João, em *Ensaios de Mitologia Cristã, O Preste João e a Reversibilidade Simbólica*, «Sete Estrelo», Assírio & Alvim, Lisboa, 1997. O autor apoia que a recepção da carta do Preste João foi feita de diversas maneiras, traçando as linhas comuns que presidem à estrutura morfológica e de conteúdo de todas as versões deste documento. Cf. C. R. Boxer que considera que houve quatro grandes motivos para as Descobertas: as cruzadas, o desejo do ouro da Guiné, de conhecer o Preste João e de encontrar as especiarias do Oriente (p.44) sendo que estas duas últimas motivações se tornaram numa só quando se pensou que, ao circum-navegar o continente africano, se chegaria não só às especiarias da Índia, como ao místico reino católico (p.55), em *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1960. Luís Filipe Thomaz divide e desconstrói as motivações para a primazia de Portugal na expansão para fora do seu território em *causas instrumentais*, que se prendem com o desenvolvimento da marinha e comércio marítimo, entre os séculos XII e XIV e posse de instrumentos de marear, de uma posição geográfica benéfica em termos de posicionamento relativamente ao oceano Atlântico ou da centralização do poder régio; *causas finais*, que se relacionam com a pressão dos turcos nos Balcãs, o desejo em conhecer o Preste João, de ter acesso ao ouro do Sudão ou o de impedir uma conquista castelhana de Marrocos; *factores ideológicos ou causas formais*, como a ideia de cruzada, a influência do espírito franciscano e da filosofia de Aristóteles, sendo que o primeiro é o verdadeiramente determinante; e *causas materiais*, que estão dependentes do crescimento demográfico e económico europeu e a consequente urbanização ou o início do capitalismo, em “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia - Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos”, in *Studia*, nº47, Lisboa, 1989, «pp.376-387».

⁶¹⁹ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Damião de Góis, o Historiador*, «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras», Tomo XVII, Lisboa, 1976, pp. 217-8.

⁶²⁰ Idem, p. 224.

Portugal, mas acima de tudo a noção⁶²¹ de que esse território escondia um enorme império, de vastas e complexas ligações: os reinos orientais de África e Ásia escondiam perigos, pois não seria fácil adquirir licença para comprar as tão ansiadas especiarias e outros produtos exóticos e preciosos, como ouro ou seda. Além disso, muitos viam a presença portuguesa como ameaçadora das relações comerciais, sociais e políticas em que viviam há muito, e não desejavam ter concorrência estrangeira.

A noção de descoberta estendeu-se à esfera da cultura, nomeadamente com autores como Sá de Miranda que iam ao estrangeiro adquirir cultura e colocar-se a par dos novos estilos (o *dolce stil nuovo*, que trouxe para Portugal) e de estudos na área da literatura. Em Portugal, D. Manuel passou a interferir mais directamente no funcionamento da Universidade, nomeando e contratando pessoal para os cargos universitários. Um dado interessante é que, em 1508, foi criada a cadeira de Astrologia, que ia ao encontro das descobertas feitas pelos marinheiros nas suas andanças pelos mares. No estrangeiro, as universidades de Sorbonne e Salamanca e o Colégio da Guiana, em Bordéus foram os que atraíram estudantes portugueses, nas áreas, respectivamente, das Artes e Teologia e das Humanidades⁶²².

Com esta teia de ensino criada em volta dos grandes centros de estudo e pesquisa a nível europeu, podia então falar-se de Humanismo, divulgado e seguido por quem desejava amplificar a sua cultura e erudição. O Homem integral devia instruir-se, cruzando diferentes áreas do saber, sempre em busca de si mesmo – o conhecimento ontológico – independentemente da sua condição social⁶²³.

Em Portugal, os humanistas revelaram-se em nomes como os de Diogo Lopes Rebelo, também conhecido por «Jacob Lupi», autor, entre outras obras, do livro de cariz ético-político – *De Republica gubernanda par regem* (1496), dedicado ao seu protector, D. Manuel. Nele, o autor defende que o poder régio foi concedido pela Providência Divina e que o absolutismo era a forma de governo que permite orientar e controlar os povos⁶²⁴. Nair de Nazaré Soares descreve Lopes Rebelo como

⁶²¹ Na perspectiva de Oliveira Martins, algo frágil e incerta: «O império oriental português, vacilante sobre o mar, não conseguiu firmar-se apesar da tentativa genial de Albuquerque [...]», em *Portugal nos Mares II*, p. 81.

⁶²² Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O Século de Ouro...*, p. 358.

⁶²³ Cf. Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, *op. cit.*, p. 4.

⁶²⁴ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, p. 198 apresenta Diogo Lopes Rebelo e a sua obra *De Republica gubernanda par regem* a propósito das misericórdias criadas no tempo manuelino. Nela, o conceito de misericórdia entrelaça-se com o de majestade, o que poderá ter como base a «[...] forte influência das concepções franciscanas que estiveram na base da educação do monarca e que, inclusive,

«defensor do absolutismo do monarca – exemplo de virtudes [...]»⁶²⁵ e acrescenta, a propósito da *De republica* que «[...] Rebelo afirma que o rei é, no seu reino, por direito divino e humano, senhor da vida e da morte dos seus concidadãos».⁶²⁶

Diogo Lopes de Rebelo tratou da teoria respeitante ao rei, baseando-se em conceitos pré-humanistas, declarando que este deve evitar a guerra a todo o custo⁶²⁷. Manifesta-se ainda contra a permanência dos judeus em Portugal, visto estes blasfemarem contra o nome de Deus (que ele considera perfeito) e quando se mostram habilidosos na condução dos seus negócios. No entanto, e numa lógica humanista, não concorda com a sua conversão forçada, com a tortura e com o impedimento de os mesmos rezarem nas suas sinagogas⁶²⁸.

Lopes Rebelo, apoiando-se na leitura da Bíblia e de filósofos da Antiguidade como Cícero, cria que o governo da república devia ser tomado apenas um por um príncipe supremo⁶²⁹. Tal como num exército as tropas ouvem apenas a voz do seu general, na comunidade só se deve a voz de um ente supremo, ou, como apelida

constituiriam um elemento da própria ideologia imperial – o soberano como protector dos fracos e desamparados». Encontram-se outros autores como Henrique Caiado, poeta que estudou em Bolonha e Florença e que chegou a conviver com Erasmo de Roterdão; André de Resende, que estudou em Marselha, Aix, na Provença, Flandres, Paris, Lovaina, e em Bolonha e Basileia, onde publicou os seus primeiros trabalhos, de onde se destaca *Erasmi Encomium*; e de Jerónimo Osório, que estudou em Salamanca, Paris e Bolonha. Sobre Jerónimo de Osório, cf. Joaquim Veríssimo Serrão *História de Portugal, O Século de Ouro...*, p. 372.

⁶²⁵Nair de Nazaré Castro Soares, *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994, p.245.

⁶²⁶ Idem, *ibidem*.

⁶²⁷ Cf. Diogo Lopes Rebelo, *Do Governo da República pelo Rei* (versão port. de Miguel Pinto de Meneses e com estudo de Manuel Cadafaz de Matos), Lisboa, Távola Redonda, 2000, p. XXVIII.

⁶²⁸ Cf. idem, pp. 135-6. Cf. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), sobre o modo como os judeus deviam ser bem tratados em Portugal, impedindo-se deste modo a total expulsão dos mesmos, como faziam os Reis Católicos, em *Nova História de Portugal*, p. 722. Embora já no século XIX, D. Frey Amador Arrais, Bispo de Portalegre, nos seus *Diálogos*, considera que D. Manuel agiu correctamente ao não expulsar todos os judeus do território português, considerando que a sua acção era a de um homem que tinha o «[...] desejo de meter a gente cega & pertinaz no caminho de sua salvação.», em *op. cit.*, p. 125. Fala igualmente da liberdade que D. Manuel concedeu aos judeus, que apenas quebrou com a promessa de casamento que fez à Princesa Dona Isabel, e pressionado pelos Reis Católicos: «[...] D. Manoel [...] vendo ≡ os Judeus não deixarão passar o tempo por sua vontade, concedeu a todos liberdade. (...) Os Reys de Castella avisãvao elRey Dõ Manoel, que não consentisse em seus estados a gente judaica, cega, & em sua cegueira obstinada [...]; ella [a Princesa] se excusou por tres ou quatro vias [...]; elRey Dom Manoel lhe satisfez, escrevendolhe que vindo ella pera Portugal os mandaria lançar fora.», em *op. cit.*, pp.121-4.

⁶²⁹ Nair de Nazaré Castro Soares diz que, apesar de *De republica* manifestar uma forma de argumentar ainda medieval, «[...] manifesta já uma característica que irá definir os tratados renascentistas: o pendor para a análise de problemas reais de carácter social e político.», em *op. cit.*, p. 250.

Lopes Rebelo, a causa primeira de tudo, que é «[...] Deus uno e verdadeiro», já que «[...] o rei está em determinado reino ou território como Deus no Universo [...]».⁶³⁰

O poder do rei advém de Deus e, se por um lado, é o de maior responsabilidade que um homem pode ter, é também o de maior glória, pois é o que fica mais próximo de d'Ele, a quem Lopes Rebelo enuncia como o «verdadeiro e imenso Senhor de todos s senhores»⁶³¹, Aquele que concedeu ao rei, por Sua infinita misericórdia, o poder de governar⁶³².

D. Manuel foi um rei que sempre teve a protecção divina, tal como nos diz Luís Filipe Thomaz: «Ceci s'applique avant tout à l'accès de D. Manuel à la royauté. Sixième, à sa naissance, dans l'ordre de succession au trône, il y monta à la faveur de la disparition de tous ses aînés»⁶³³.

Um dos deveres do rei relaciona-se, para Lopes Rebelo, com a conquista e alargamento do território: «É ainda dever do rei levantar a república na adversidade, conservá-la na prosperidade, e de pequena torná-la grande»⁶³⁴. Essa necessidade de alargamento está contemplado nas palavras Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, em “A vida a bordo na Carreira da Índia (século XVI)”, quando afirmam que o Renascimento, em Quatrocentos e Quinhentos, ligou-se intimamente à «[...] necessidade premente de alargar o espaço económico vital, que projectou os povos ibéricos para fora do seu *habitat* natural [...]».⁶³⁵

Nas palavras de D. Frey Amador Arrais «Com Principes Catholicos, & virtuosos, ≅ maravilhas fizerão Portuguezes em as batalhas contra infieis, & quam illustres victorias ganharão? Quantas vezes no mayor ardor da guerra lhes declarou Deos do Ceo, seu presentissimo favor contra os inimigos? [...] quando vemos que poucos Portuguezes vencem Mouros, Turcos, & Indios inumeraveis, pois pelejando pola boa honra de Deos, o levam da sua parte às batalhas.»⁶³⁶ Esta diferença numérica entre portugueses e mouros, fazendo dos primeiros verdadeiros heróis por derrotarem exércitos maiores do que eles, pode-se constatar nas *Lendas*, aquando da embaixada

⁶³⁰ Diogo Lopes Rebelo, *op. cit.*, p. 62. Se Deus é uno, também o deve ser o príncipe que governa a comunidade. No entanto, «[...] o rei deve ter varões sábios e doutos, militares graves, e barões, em cujas sentenças e autoridade se apoie», pois não será capaz de determinar tudo só por si, em *idem*, p. 63.

⁶³¹ *Idem*, p. 68.

⁶³² *Idem*, *ibidem*.

⁶³³ Luís Filipe Thomaz, “L'idée impériale manuéline”, in Jean Aubin (dir.), *La decouverte, le Portugal e l'Europe*, actes du colloque, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, les 26, 27 et 28 mai, 1988, p. 90, p. 85.

⁶³⁴ Diogo Lopes Rebelo, *op. cit.*, p. 69.

⁶³⁵ Cf. Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, *op. cit.*, p. 3.

⁶³⁶ D. Frey Amador Arrais, *op. cit.*, pp.292-3.

de D. Rodrigo ao Preste: «E dom Rodrigo disse ao Preste que quando os nosso pelejauão com os mouros, que cortauão com aquellas espadas, hum só homem pelejaua com dez.»⁶³⁷

Se o rei for sábio, ou seja, se seguir atentamente os preceitos de Deus, com devoção e reverência, verá que não lhe faltará abundância de riquezas, mais do que a qualquer rei, vitórias sobre os inimigos e concórdia com os reis seus vizinhos. Como bom cristão, deve o rei ouvir missa todos os dias, dando a sua vida e defendendo a palavra da doutrina cristã contra os infiéis : « Oh! quão belo não é príncipe pegar nas armas contra os infiéis, para defesa e exaltação do nome de Cristo, e, com grande força militar, combatê-los e derrotá-los! [...] Trabalhará também o rei, quando puder, para que o culto divino aumente incessantemente.»⁶³⁸

Um outro exemplo da boa Fé do rei era o facto de, sempre que era chegada uma armada, este encomendava uma procissão de forma a agradecer a ajuda divina na consecução dos seus objectivos⁶³⁹.

Outra das atribuições do rei é determinar as leis que orientam os seus súbditos, de modo a que estes não vivam sem sentimento de impunidade e para que se possa «[...] coarctar a audácia humana e limitar a possibilidade de praticar o mal.»⁶⁴⁰ Essas leis devem ser redigidas com o acompanhamento de homens sábios que estejam próximos do rei e que as façam «[...] necessária[s], útil [eis] e manifesta [s], isto é, clara [s].»⁶⁴¹ A provar a preocupação com as leis, tome-se como exemplo a reorganização da justiça (regulamentação dos vários ofícios, o esboço de criação de um serviço social e a reforma dos forais, em que estavam presentes os direitos às terras) feita por D. Manuel e que ficou conhecida como *Ordenações Manuelinas*. O modo como o rei fazia cumprir a lei no Oriente, e como os seus mandatários nem sempre a cumpriam, pode-se ler nas *Lendas*:

⁶³⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 41.

⁶³⁸ Idem, p.75.

⁶³⁹ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O Século de Ouro...*, vol. III, p. 336, em que se referem exemplos de procissões, tais como aquando da chegada da armada de Vasco da Gama, em 1499: em 22 de Maio de 1506, quando quatro naus chegaram carregadas de especiarias, e quando Afonso de Albuquerque conquistou Goa. Tomando mais uma vez como exemplo as palavras de D. Frey Amador Arrais, D. Manuel é descrito um rei em quem «[...] ferveo sKmpre tal zelo da honra de Christo, & amplificação da sua fé [...], fez adorar o precioso sangue de Christo aonde dantes o dos brutos animaes se sacrificava [...]. Passo pelas victorias de Rumes, & pelos tributos, que poderosos Reys do Oriente lhe começaram a pagar; [...] venceram muytas vezes os Turcos tam desacostumados a ser vencidos (como se vio no cerco de Diu, e no destroço de suas gallès no Estreyto de Ormùs) [...]», em *op. cit.*, p.293.

⁶⁴⁰ Diogo Lopes de Rebelo, *op. cit.*, p. 128.

⁶⁴¹ Idem, p. 128-9.

«Então o Governador [Lopo Soares] mandou escrever hum auto d'apresentação dos papes que lhe apresentára o védor da fazenda, [...] requerendo que de todos usasse quanto comprisse a seu officio, **como lho mandaua ElRey**; [...] O Governador [...] falou com o feitor só em segredo, e lhe disse que cousa que mandasse o védor da fazenda nom fizesse; [...] Com que o feitor ficou muyto contente; a que o Governador mandou que tiuesse n'ysto segredo.»⁶⁴²

Tendo em conta a leitura das *Lendas da Índia*, no sentido de encontrarmos pontos de encontro com os ideais acima expostos, sensivelmente a meio da lenda de Diogo Lopes de Sequeira, encontramos uma referência muito interessante à forma como é apresentado o poder absoluto do rei, o qual provinha directamente de Deus: «[...] quem não teme Deos não teme ElRey».⁶⁴³ Esta afirmação advém do facto do governador Diogo Lopes de Sequeira ter recebido queixas sobre capitães que roubavam e ter agido com cautela, pois o seu objectivo era que, ao não os acusar, eles não se viessem a tornar seus inimigos ou não o denunciasses a si igualmente como traidor dos regimentos do rei. Assim, apenas quem teme Deus, temerá o rei e, se se for justo (mesmo que dissimuladamente), é-se leal às leis de Deus, logo, respeita-se igualmente a vontade do rei.

Quando Diogo Lopes de Sequeira estava a tentar concretizar a paz com Malik Aiâz, os capitães portugueses mostraram receio de que o governador quisesse entregar a capitania de Diu a Diogo Fernandes de Beja, dizendo que só se conseguiria tomá-la pelo menos com cinco mil homens mas que, ainda assim, poderiam haver muitas mortes. O governador percebeu a maldade dos capitães contra Diogo Fernandes de Beja bem como contra D. João de Lima, seu grande amigo. Este disse a Diogo Lopes de Sequeira que os fidalgos estavam a cometer um erro – o de não cumprirem o que o rei lhes mandara fazer: assegurar a capitania de Diu. O governador respondeu que o correcto a fazer era o serviço de Deus e do rei, pois assim o eram obrigados⁶⁴⁴.

⁶⁴² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 534. V. anexo nº 1, p.24. Sublinhado nosso.

⁶⁴³ Idem, p. 603.

⁶⁴⁴ Idem, p. 620. Cf. anexo nº2, p. 26: O governador, amenizando os espíritos, respondeu calmamente:«... façamos o que entenderdes que é mais serviço de Deus e de Sua Alteza, porque se aqui pelejando ganharmos para Diogo Fernandes, ele é pessoa que o bem merece, pois Sua Alteza lho dá [...]. **E pois nisto somos obrigados a Deus e a elrey nosso senhor**, é necessário tomar uma resolução antes da vinda da resposta de Meliquiaz, que há-de ser não.» Diogo Fernandes responde de imediato ao governador, dizendo-lhe que tudo será **o que Deus quiser**.

Deparámo-nos, um pouco mais à frente na Lenda de D. Duarte de Meneses (capítulo XII, de acordo com a organização de M. Lopes de Almeida⁶⁴⁵), com um excerto de texto que retrata o tema da falta de justiça que naqueles tempos se fazia sentir na Índia.

Podemos subdividi-lo em duas grandes ideias, ou, se quisermos, numa primeira grande crítica que não particulariza nomes, e numa segunda parte que apresenta a misericórdia e benevolência do rei de Portugal, na sequência das atrocidades cometidas pelos capitães de fortalezas antes mencionadas. Parece estar aqui evidenciado uma espécie de discurso elogioso da pessoa do rei em antítese com o que os seus subordinados praticavam em terras do Oriente. Estamos na presença de um discurso polarizado nas concepções do Mal e do Bem, não divinos, mas humanos⁶⁴⁶; numa concepção de que, se na Terra não houver o julgamento dos Homens, Deus, no Seu mundo, Encarregar-se-á de proceder à equidade que os homens não souberam impor: o Bem será recompensado e o Mal castigado. Ana Paula Avelar considera que a sua obra é «[...] marcada, nomeadamente, por uma lógica maniqueísta que persistirá ao longo de todo o texto.»⁶⁴⁷

Gaspar Correia inicia este seu discurso com uma metáfora hiperbólica: «O grande mal dos males, o mayor sobre todos» é a Justiça, mas não a justiça dos nobres, antes a do povo, indefeso e sem dinheiro para ter acesso a ela⁶⁴⁸. Os seus representantes, os capitães das fortalezas da Índia, também eles metaforizados em «cabeças do povo, poderosos dos poderes que ElRey dá», ao invés de cumprirem a justiça, acabam por ceder à necessidade de poder, usando-o com fins maliciosos (dos quais o rei tem conhecimento), em acções tão diversas e tão vastas como roubos, injúrias, mortes ou adultérios, não escolhendo raças ou credos. O descanso que esse poder lhes confere é tanto que nem temem a pessoa do rei ou o Espírito de Deus. Ouvidores, juízes, meirinhos e oficiais da fazenda são todos profissionais da

⁶⁴⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 752.

⁶⁴⁶ Este texto encontra-se no anexo nº 9.

⁶⁴⁷ Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade...*, p. 67.

⁶⁴⁸ Tal concepção faz lembrar o argumento do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, que apresenta a hipocrisia de uma Justiça subornável e apenas aplicada a quem não tem dinheiro para um advogado, nas personagens-tipo do Corregedor e do Procurador, a uma concepção de um mundo em que apenas os “ricos”, na “outra” vida, poderão usufruir dos prazeres do Céu, nas personagens do Fidalgo e do Sapateiro, ou ainda de uma vida pouco “recomendável” do Clero que, por estar “n’avença”, achavam-se no direito de pecar; como se pelo facto de serem frades, lhes conferisse imunidade para se deixarem seduzir pela “tentadora carne”, nas personagens do Frei Babriel e sua acompanhante, Florença: «Por ser namorado/ e folgar com úa mulher/ se há um frade de perder, /com tanto salmo rezado?», em Gil Vicente, *Autos*, «Grandes Autores Portugueses», Colecção 120 anos JN, 2008, p. 47.

área da aplicação da Justiça que só seriam castigados se o rei mandasse o governador⁶⁴⁹ cortar-lhes a cabeça por não ter cumprido escrupulosamente o seu mandato, tendo essa atitude como consequência o nascer do temor naqueles que vivem, aparentemente, na impunidade de poderem vir a ser os julgados e não os julgadores.

É neste ponto que a conjunção coordenativa adversativa – «Mas» - introduz a ideia de que o rei é misericordioso e não julga os males apresentados pelo cronista, passando, talvez passivamente, por cima das injustiças a que o povo, na Índia, é continuamente sujeito. Se lermos que, se houvesse outro rei ou príncipe, esse mesmo já haveria mandado cortar cabeças; que, em Portugal, até à data, ninguém havia sido decapitado por algum mal que tivesse feito na Índia, podemos antever uma crítica ao poder régio. Gaspar Correia refere ainda o desequilíbrio entre as sentenças aplicadas a cada crime: as “boas” leis que existem não castigam os males da Índia, mas enforcam um homem por causa de uma manta do Alentejo (que provavelmente roubou).

Tendo em conta a situação presente, Gaspar Correia conclui que os males da Índia vão crescendo tanto que não prevê como nem quando acabarão. A sua última constatação sobre este assunto define a concepção de salvação que regia Portugal naqueles tempos: os que roubavam para redimirem os seus pecados, iam combater os infiéis em África, numa atitude cruzadística, ou então dedicavam-se a obras pias. O que o cronista aguarda é que, como cristão, possa ver que os que se livram assim («por taes modos») de serem castigados «n’este mundo, o pagarão no outro [mundo]».⁶⁵⁰

Tendo em conta as lendas de ambos os governadores, fica claro que, na lenda de Lopo Soares de Albergaria, as acções do rei descritas passam pela ordem do envio de armadas para combater os rumes⁶⁵¹ ou pela necessidade de manutenção da paz com os reis dos territórios orientais⁶⁵². Além disso, ficamos com a certeza de

⁶⁴⁹ Gaspar Correia parece referir-se ao cargo e não a nenhum governador em particular.

⁶⁵⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. II, p. 752.

⁶⁵¹ Idem, pp.8-9 e 14. D. Frey Amador de Arrais refere esse mesmo ataque aos rumes, em *op. cit.*, p. 293.

⁶⁵² Cf. João de Almeida Santos que se refere a Maquiavel e Hobbes e às suas teorias sobre os regimes políticos: « [...] não se distinguem pelo poder, mas pela aptidão de realizar a paz e a segurança [...]; o florentino, [sic] desvalorizava os regimes enquanto tal, antes valorizando o poder do Soberano exercido como arte política no pressuposto da segurança pública. [...]», «Hobbes, como Maquiavel e Espinosa, reconheceram no a religião era indispensável à sustentação do Estado [...]», em *Os Intelectuais e o Poder*, «Fenda Aberta», s.l., Fenda Edições, 1999, pp. 226 e 231. Tal é o caso de Pacém (p. 5 do anexo nº1) e de Adém, cujo rei quis manter a paz com Portugal (idem, p.10).

que na Índia havia muitos aliados do rei português, como se vê nas palavras de Fernão Antunes ao rei de Colombo e, mais tarde, na aprovação da construção de uma feitoria⁶⁵³; nas palavras de paz de D. Manuel que Fernão Peres levou à China quando lá chegou⁶⁵⁴; no modo como o rei era justo na aplicação da lei, neste caso, isentando Lopo Soares de culpas de ter trazido dinheiro da fazenda escondido, pois este nunca lhe «tocara»⁶⁵⁵. A necessidade de firmar a presença portuguesa manifesta-se, por exemplo, na ordem do rei para construir uma fortaleza em Ceilão⁶⁵⁶; nos regimentos de paz, prendas e cartas enviados pelo rei através de Tristão de Menezes, quando chegou às ilhas de Tidore e Ternate⁶⁵⁷.

Na Lenda de Diogo Lopes de Sequeira, Gaspar Correia apresenta um rei que mandou que se fizesse guerra no Estreito de Adém⁶⁵⁸; mostra os esforços feitos para a construção da fortaleza em Coulão, pedida à rainha em nome da amizade do rei de Portugal (que já tinha boas relações com os reis de Cananor e Cochim)⁶⁵⁹; a posterior celebração de amizade entre o rei português e o de Adém⁶⁶⁰; o envio de uma embaixada, por ordem real, à procura do reino do Preste João⁶⁶¹; ou, notícia ainda as cartas de provisões e favores enviadas pelo rei através de António de Saldanha para que dominasse e governasse toda a terra, como governador, do cabo de Roçalgate leste oeste, com a costa da Índia entre Chaul e Dabul para a parte do norte, com o Estreito de Ormuz e toda a costa de além até Moçambique⁶⁶². Demostremos conta da continuação dos esforços do rei na construção de uma feitoria em Diu e na manutenção da atribuição de cargos de vedor da fazenda e de oficiais, de modo a manter organizada e delegada a estrutura do reino português do Oriente, bem como na construção de uma fortaleza no rio de Pacém⁶⁶³, onde chegava muita

⁶⁵³ Idem, anexo nº 1, pp.19 e 26: «em toda a parte, havia portugueses a morrer pelos amigos do Rei de Portugal»; «Fernão Peres d'Andrade [...] ordenou que não se guerreasse, mandando mensagens de paz em nome do Rei de Portugal e que, em nome dessa amizade, pedia que se construísse na ponta da baía uma fortaleza, com uma feitoria.»

⁶⁵⁴ Idem, pp. 21-2.

⁶⁵⁵ Idem, p.25.

⁶⁵⁶ Idem, p.26.

⁶⁵⁷ Idem, p.29.

⁶⁵⁸ Cf. anexo nº2, p.5.

⁶⁵⁹ Idem, p.10.

⁶⁶⁰ Idem, p.11.

⁶⁶¹ Idem, p.13.

⁶⁶² Neste episódio, vemos um capitão decepcionado com o rei: «António de Saldanha tudo aceitou, mas fingindo amizade com o rei, e nas suas costas, queixava-se dele, pois ficou muito agravado porque [...] o rei não lhe pagava a governação da Índia, que lhe estava prometida acabando Diogo Lopes de Sequeira o seu tempo. O rei desculpava-se, pois dizia ter sido forçado a dar o governo da Índia a Duarte de Menezes, filho do conde priol, mordomo-mor da sua casa», em idem, p. 21.

⁶⁶³ Ilha de Samatra.

pimenta⁶⁶⁴; na construção de uma outra feitoria em Malaca, aceite pelo seu rei⁶⁶⁵; vemos o desentendimento de Fernão de Magalhães com D. Manuel, o que o levou a oferecer os seus serviços aos reis vizinhos e a afirmar que Portugal tinha o domínio de Malaca e Maluco⁶⁶⁶, mas que este não era seu⁶⁶⁷; da ordem do rei em tomar Ormuz⁶⁶⁸; e dos pedidos de amizade do Idalcão⁶⁶⁹ ao rei⁶⁷⁰.

Resumidamente, podemos nos aperceber que Gaspar Correia tinha conhecimento dos regimentos enviados pelo rei para construir fortalezas; fazer tratos de amizade com governadores locais; mandar guerrear localidades inimigas; e enviar embaixadores à procura do reino do Preste João. Essa ordem, nas palavras de D. Rodrigo de Lima, era bastante desejada por D. Manuel:

« [...] pera ele [D. Manuel] será grande prazer com a certeza de tua amizade, e que hás prazer que mande fazer as fortalezas em tuas terras [Çuaquem e Zeyla]; que fará quantas for tua vontade, porque muytos annos ha que os Reys de Portugal tanto desejão d'auer teu conhecimento e amizade, por tu seres tão alto senhor, de que corre teu nome por todo o mundo.»⁶⁷¹

Essa tentativa de amizade pode-se constatar também na carta que o Preste escreveu a D. Manuel e que foi transcrita por Gaspar Correia e melhorada por M. Lopes de Almeida, tal como consta da nota que a acompanha⁶⁷². Nela, o Preste apelida D. Manuel de «[...] vencedor que sempre vence, e está no amor de Deos, firme na fé cathólica, filho de Pedro e de Paulo, Rey de Portugal e dos Algarues, amigo bom dos christãos, imigo dos mouros e gentios, [...] e do mar Roxo, e d'Arabia, Persia, e d'Ormuz, e das grandes Indias, e de todos los lugares d'ellas e suas ilhas, julgador e conquistador dos mouros e fortes pagãos [...]» e ajudado por Cristo no combate aos mouros⁶⁷³.

⁶⁶⁴ Anexo nº 2, pp.23 e 35.

⁶⁶⁵ Idem, p.24.

⁶⁶⁶ Duas ilhas onde se produzia cravo.

⁶⁶⁷ Idem, p.29. Um pouco antes, na p. 28, ficamos a saber que o Rei de Portugal havia mandado um regimento secreto com os irmãos Jorge e António de Brito: « [...] levavam muito regimento e artilharia que queriam esconder do governador, porque o Rei assim o tinha determinado. O regimento do Rei dizia que, caso encontrassem castelhanos em Maluco, os matassem e queimassem as suas naus.»

⁶⁶⁸ Anexo nº 2, p.35.

⁶⁶⁹ Soberano turco.

⁶⁷⁰ Anexo nº 2, p.37.

⁶⁷¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv. III, p. 43.

⁶⁷² Idem, pp. 52-8.

⁶⁷³ Idem, p. 54.

A certeza de que haveria no espírito de ambos o desejo de combater os infiéis ficou expressa nas palavras de alegria do Preste quando viu chegar a embaixada de Portugal e depois de saber que o embaixador Mateus havia falecido na viagem de regresso: «[...] dey muytas graças a Deos, e agardcimentos á sua vinda e trabalhos: e são muyto alegre em vós e vossos pouos, e muyto alegre foy minha alma quando vi as cruces sobre suas cabeças e nos seus peitos, e quando lhe perguntey pela fé, que n'ells achey, que minha alma muyto se alegrou, que achey a proua como erão fies cristãos [...]».⁶⁷⁴

De teor mais providencial é a descrição de como o Preste diz que os portugueses encontraram o seu reino, depois de terem estado quase a desistir: «[...] nom o achando se quiserão tornar pera os mares da India, e que **milagrosamente virão huma cruz roxa no ceo [emencada (sic) de estrelas, que de todos foy adorada, per que conhecerão que erão per Deos nauegados [...]** e certo que o sinal veo da vontade de Deos pera a mim mandardes embaixada [...]».⁶⁷⁵

A expressão «somos juntos em hua fé e verdade», do Preste, acaba por encerrar toda a concepção providencialista desta missão de D. Manuel, pois o entendimento entre ambos permitiu que se pudessem reunir esforços para combater os inimigos da fé cristã. Um pedido do Preste a D. Manuel vai ao encontro da vontade de continuar a expansão e do poder de chegar a toda a parte: «Agora nom cesseys de fazer vossa oração até que Deos vos dê em vossas mãos a santa casa de Jerusalem, que está em mãos de reués contra Christãos [...]; e quando ysto assy for **quem será mayor que vós? e vosso nome será singular, e vossa cabeça chea de louvor dos homens.**»⁶⁷⁶

Essa entreajuda vê-se no modo como o Preste pede a D. Manuel que se estabeleça nas suas terras para que assim possa expulsar os mouros e construir igrejas, trazendo cristãos para os seus domínios⁶⁷⁷.

O Preste envia igualmente uma carta a Diogo Lopes de Sequeira, dizendo que este traz com ele a verdade do Evangelho e a bandeira de Cristo e que é «cousa milagrosa» o governador «[m]andar vossas naos per onde quereys, contra ventos e fortunas do mar, per tão longos caminhos que a todos nos faz marauilhar»; por isso, pede a Deus que este possa cumprir o seu dever: combater os inimigos («infiéis de

⁶⁷⁴ Idem p.55.

⁶⁷⁵ Idem, pp. 55-6. Sublinhado nosso.

⁶⁷⁶ Idem, p. 56. Sublinhado nosso.

⁶⁷⁷ Idem, p. 57.

Christo») , e apresentar os despojos de guerra junto do rei, de modo a que todos os que para essas acções contribuíssem, possam tornar-se «martyres por Christo».⁶⁷⁸ Por sua vez, Diogo Lopes de Sequeira, na carta que enviou a D. Rodrigo de Lima com conselhos sobre como governar a embaixada ao Preste, diz-lhe: «Também lhe dirês [ao Preste] que El Rey meu senhor, desejando sua amizade pelo serviço que se pode fazer a Nosso Senhor, querya que se fizesse hũa forteleza junto de suas terras [...]»⁶⁷⁹. Torna-se evidente que esta missão tinha como objectivo espalhar o nome de Deus no Oriente e, para isso, era necessário que se construíssem fortalezas para se abastecerem de alimentos, defenderem-se e combaterem os inimigos.

Ficámos deste modo a perceber que, embora o principal objectivo do rei fosse comerciar as especiarias e dominar os territórios das costas africana e asiática, a *lógica providencial* estava sempre presente. Através dela, o rei manifestava um poder absoluto que lhe permitia ter certezas da credibilidade das suas acções junto dos seus súbditos e dos reis orientais com quem foi tentando estabelecer tratados de paz e de comércio. A guerra contra os inimigos da fé era justificada, a aplicação de sanções e o assalto a barcos mouros não era motivo para castigar os capitães das naus portuguesas. Por isso, a expansão da Fé Cristã esteve sempre presente como forma de sustentar a origem providencial do poder régio de D. Manuel⁶⁸⁰.

No entanto, essa missão, através da leitura das *Lendas da Índia*, e no que se refere aos dois governadores, embora tenha sido de extrema relevância, visto que assim era possível existir uma aliança contra os Turcos no mar Vermelho, em termos de missão não se superiorizou ao desejo de comércio e de domínio terrestre e marítimo das paragens orientais⁶⁸¹.

⁶⁷⁸ Idem, p.63.

⁶⁷⁹ Cf. *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 442.

⁶⁸⁰ «Fica, pois, claramente marcado o propósito de cruzada religiosa militar que, evidentemente, envolvia, não só a substituição de uma crença por outra, como também, não se escondendo os resultados económicos que deviam compensar despesas, trabalhos e mortes [...]», em A. Banha de Andrade, *Francisco Álvares e o Êxito Europeu da Verdadeira Informação sobre a Etiópia*, Separata da *Presença de Portugal no Mundo*, Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, p. 290.

⁶⁸¹ Essa importância revelou-se na carta que D. Manuel escreveu ao Papa Leão X dando conta dos contactos com esse reino abissínio, do que o Padre Francisco Álvares escreveria igualmente sobre esse reino na *Verdadeira Informação das Terras do Preste João* ou no que a a rainha etíope, Helena, escreveria ao rei português, mandando também um embaixador – Mateus. A carta da rainha Helena encontra-se na sua totalidade em Luís Filipe Barreto (coord.), *Por Mar e Terra. Viagens de Bartolomeu Dias e Pêro da Covilhã*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 45-8.

CONCLUSÃO

O nome de Gaspar Correia associa-se desde logo à cronística portuguesa da primeira metade do século XVI e à vontade que os cronistas de Quinhentos manifestaram em eternizar as memórias e os feitos dos portugueses em terras do Oriente.

O que nos suscitou desde logo a atenção foi o facto de à volta do nome de Gaspar Correia surgirem dúvidas e incertezas, e também, decorrente desse problema de homonímia, as mesmas se estenderem quanto ao seu perfil biográfico, às suas vivências no reino e no Oriente, bem como à sua obra. Qual seria, nesse caso, a importância de Gaspar Correia no panorama cronístico português de Quinhentos? Teria tido convivência, teria consultado os textos dos seus pares, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis?

A obra deste cronista reparte-se entre a cronística régia e a cronística da Expansão e traduziu-se, respectivamente, na escrita, nomeadamente, das *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* e das *Lendas da Índia*. A sua obra evidencia, em termos de conceitos operatórios, por um lado, a exaltação da figura do monarca e, por outro, o relato das vivências dos portugueses no Oriente na primeira metade do século XVI. A sua conceptualização da História relaciona-se tanto com o conceito de *oralidade*, pois a base do seu trabalho consistiu precisamente na recolha de relatos, de experiências suas ou de outrens, como com a construção de representações de *heróis*, de homens que se destacaram pela coragem demonstrada nos seus feitos que, por isso, devem ser considerados distintos e atribuíveis não apenas a causas factuais, mas à protecção de Deus. Decorrente desse contacto da crónica com o *maravilhoso*, Gaspar Correia mostrou-se hesitante em apelidar o seu trabalho de *Crónica* ou *Lenda*.

No esboço do percurso de vida de Gaspar Correia, mostrámos que a sua presença no reino se delimita entre as datas de nascimento – cerca de 1492 – e a da partida para o Oriente, numa armada – Agosto de 1512. Em Lisboa, conviveu na corte, servindo como moço de Câmara de D. Manuel, em 1506. Dessa permanência em Lisboa, Gaspar Correia transmitiu alguns testemunhos em forma de memória aquando da escrita das suas *Lendas*. Destacámos o *olhar* sobre a Lisboa da partida,

descrita por Correia através de uma pintura (desconhecida), arte de se utilizou um pouco pelos quatro Livros das *Lendas*, desenhando fortalezas ou retratando governadores. Confrontámos essa visão artística da cidade com a que Damião de Góis nos apresenta em *Urbis Olisiponi Descriptio*, texto laudatório de uma cidade e das terras em seu redor (como Sintra ou Colares), em que os olhos captam seres maravilhosos, como tritões e sereias.

Seria esse o maravilhoso a que Gaspar Correia iria recorrer para explicar os feitos cometidos pelos heróis portugueses do Oriente? De modo a percebermos a que conceito de *maravilhoso* nos poderíamos reportar ao falarmos das “lendas” nas *Lendas*, traçámos um percurso do cronista em terras do Oriente.

Na Índia, coligiu os relatos, orais e escritos, que lhe permitiram dar forma à sua crónica da Expansão, além de ter compilado os dados que lhe serviram de base à construção das *Crónicas de D. Manuel e D. João III*. Questionámos se o texto da crónica régia havia apagado, ou pelo menos, tentado suprimir as imperfeições discursivas que encontrámos nas *Lendas*. Quisemos, por isso, mostrar como a *Crónica de D. Manuel* constituiu uma espécie de ensaio para a escrita das *Lendas*, que amplificam parte dos acontecimentos que diziam respeito à duração do reinado manuelino que figuram na *Crónica*. Tendo em conta o objectivo primeiro de cada uma delas, e dado que à crónica régia se associa a exaltação da figura régia, é provável que tenha sido essa a motivação para Gaspar Correia construir um tecido textual mais equilibrado, mais proporcional. Se a *Crónica* tiver realmente sido coligida entre 1532 e 1534, as *Lendas*, dada a sua extensão terão sido escritas, pelo menos, por um período superior a dez anos.

Embora nenhum desses trabalhos lhe tivesse sido encomendado por D. Manuel, Gaspar Correia, como vedor de obras e moço de escrivania, pôde contactar com os meios cultos de Goa e ter notícias dos autores que se encontravam a trabalhar no reino em crónicas similares à sua. Ainda que não tenha tido contacto com as obras de Barros e Góis, esteve com Fernão Lopes de Castanheda no Oriente, entre 1528 e 1538.

Podemos, no entanto, através da presença do *eu*, enquanto narrador, saber que este contactou com outras fontes de que faz uso ao longo da sua narração: os apontamentos do clérigo João Figueira sobre a viagem inaugural de Vasco da Gama à Índia, de onde lhe nasceu essa vontade de fixar, para a *História*, a empresa dos Descobrimentos. Em Goa, teria acesso às crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina e,

durante a sua permanência no Oriente, à *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, do P.^c Francisco Álvares.

D. Manuel, herdando o trabalho realizado por D. João II na criação das condições para se realizar a viagem, por mar, até ao Oriente, viveu o seu reinado sob os auspícios de Deus, como rei destinado a levar Portugal a outros mares e continentes. A Expansão reveste-se, deste modo, da necessidade de alargar o território e dominar as rotas comerciais, como forma de mostrar às outras nações europeias a supremacia portuguesa, mas igualmente expandir a Fé cristã. Esse desejo ecuménico de congregar os povos sob o cristianismo assenta também na procura do mítico reino do Preste João, cujas notícias vinham chegando até ao reino. Dessa procura, resultou a *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, datada de 1521 e que noticia a viagem que o governador Diogo Lopes de Sequeira fez de Goa ao Mar Vermelho, em 1520, levando com ele Mateus, o embaixador do Preste, e D. Rodrigo de Lima, embaixador de D. Manuel.

Além da procura do Preste João, D. Manuel incumbiu os seus governadores de confirmarem a veracidade da presença do Apóstolo S. Tomé na Índia, como uma demanda que iria encontrar a capela bem como os moradores cristãos que se haviam fixado na zona de S. Tomé de Meliapor.

Estando no Oriente desde 1512, Gaspar Correia esteve, durante aproximadamente três anos, ao serviço de Afonso de Albuquerque, por quem nutria grande admiração. Foi graças à proximidade com este governador que o cronista teve a possibilidade de se movimentar entre os nobres cultos e de ver “papéis velhos” (os de João Figueira).

Existem poucas referências aos locais por onde Gaspar Correia se terá movimentado. Cremos que nunca mais terá saído das terras que eram banhadas pelo oceano Índico, nomeadamente, e pelos registos que faz da sua própria presença, das que se situam nas costas do Malabar e do Guzarate, como Goa, Cochim e Diu, nas costas de Coromandel, como S. Tomé de Meliapor e, um pouco mais para interior, no reino de Bisnagá, no planalto de Decão.

Os casos que vai incluindo na história dos portugueses na Índia evidenciam, por análises comparativas já realizadas por estudiosos, semelhanças claras com os que preenchem as crónicas da Expansão de Fernão Lopes de Castanheda - *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses* - e de João de Barros –

Ásia – bem como a crónica régia de Damião de Góis - *Crónica do Felícissimo Rei D. Manuel*. Levantámos a questão sobre a sua primazia neste género literário, não com o intuito de a provar, pois que se apresenta sem resposta concludente, mas antes para situar Gaspar Correia na historiografia portuguesa de Quinhentos.

Constatámos, decorrentes de leituras e análise realizadas a estudos já publicados, que é pela sua obra se repartir entre a cronística régia e da Expansão e por as *Lendas da Índia* terem apenas sido publicadas na segunda metade do século XIX que este cronista se singulariza no confronto com os seus pares. A acrescer a esta singularidade, encontra-se a tarefa, até hoje irrealizável, de podermos aceder ao manuscrito original. Por isso, não podemos esquecer a presente subjectividade dos copistas que a reproduziram, bem como algum descuido na organização sintáctica e semânticas das ideias, decorrente das várias cópias feitas bem como do facto de Gaspar Correia não ter acompanhado a sua impressão nem ter tido tempo para proceder à revisão do seu texto. Por fim, é inegável a sua anterioridade no seguimento, *in loco*, das movimentações portuguesas na Índia.

A necessidade de registar essas movimentações em forma de crónica foi motivada pela aspiração dos reis portugueses em não deixar no esquecimento os seus feitos, bem como os dos seus antecessores. Julgamos que, mesmo sem ter a protecção ou a incumbência régia, Gaspar Correia terá pretendido que a sua obra fosse reconhecida como resultado de uma pesquisa extensa, de recolha de testemunhos orais e escritos, a avaliar pelos prólogos das *Lendas*. Neles, cada um dos cronistas já referidos atribui a si mesmo o primeiro lugar na eternização dos feitos dos portugueses, sendo que Gaspar Correia declara que a sua motivação sobrevinha apenas do seu desejo de escrever, com *verdade*, sobre as militâncias portuguesas na Índia.

Foi assim importante determinar o conceito de *verdade* em Gaspar Correia, o que, para ele, constituía matéria para a sua escrita. Como historiador do Oriente, teve em atenção todos os acontecimentos que constituíram o marco das transformações aí ocorridas a partir da chegada dos portugueses. Se bem que se tenha, ao princípio, entusiasmado com a grandeza das suas acções, rapidamente se apercebeu que a *Idade do Ouro* tinha dado lugar à do *Ferro* e, deste modo, o *discurso histórico* que poderia omitir certas partes menos prestigiantes foi como que substituído por um tom de desalento pelas atrocidades e atropelos cometidos por todo um conjunto de pessoas, desde governadores a comerciantes ou soldados.

Se a preocupação com a escrita da *verdade histórica* depende do recontar das acções gloriosas e menos prestigiantes, ela assenta no processo de narração de Gaspar Correia (bem como de Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis).

Contudo, essas acções menos brilhantes não deixaram de ter uma justificativa providencialista: lutava-se pela propagação da Fé e contra os que não partilhassem da concepção de um Mundo regido pelo Deus cristão.

Verificámos, posteriormente, que as *Mirabilia* presentes nos mares surgem, por exemplo, na *Crónica*, através da descrição de dois seres marinhos aquando da partida, em 1519, de Jorge de Albuquerque do reino, conjuntamente com Diogo Fernandes de Beja e o Doutor Pêro Nunes, quando governava Diogo Lopes de Sequeira.

Porque a governação de Afonso de Albuquerque foi já amplamente trabalhada por vários estudiosos e porque foi durante o governo de Diogo Lopes de Sequeira que encontrámos a efectivação da chegada dos portugueses ao reino do Preste João, dirigimos a nossa análise para o *corpus* textual que enforma os governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira. E porquê incluir Lopo Soares de Albergaria? Ao contrário da admiração que nutria por Afonso de Albuquerque, Gaspar Correia não descreveu a sua governação com tanto entusiasmo, até porque muitas das acções enquanto governador (1515-1518) foram feitas no sentido de desconstruir muito do trabalho de conquista de Albuquerque. Não nos podemos esquecer que a sua nomeação foi “patrocinada” pelo Barão de Alvito que, sendo contras as políticas imperialistas e centralistas de Albuquerque, conseguiu influenciar D. Manuel na escolha de Lopo Soares como sequaz do *Terribil*.

Já o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521) foi pautado por uma política de maior equilíbrio entre a liberdade concedida aos comerciantes particulares no tempo de Lopo Soares e os interesses da coroa.

Se procurámos desvendar o carácter de *verdade* em Gaspar Correia, a nossa análise teve de ter em conta duas perspectivas: a presença da *causalidade histórica* e do *determinismo* providencial e no modo como este apresentaria marcas determinantes na condução das vontades e dos destinos dos homens, ressaltando, uma vez mais, que essa presença, dada a extensão das *Lendas*, se fixou nos governos de Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira. Isto porque nos textos cronísticos de Correia eram visíveis as manifestações da Cristandade e do espírito cristão português.

Entendemos a *causalidade histórica* como estando presente nos acontecimentos que, relatados, se regem por uma relação de causa-efeito, denunciando uma preocupação em apresentar factualmente o que aconteceu, sob um ponto de vista cronológico e procurámos encontrá-la em ambas as lendas.

À análise dos episódios de teor providencialista, ligámos a missão que D. Manuel crê ter-lhe sido atribuída pelo Divino Espírito Santo – a de evangelizar os povos orientais, criando para isso uma aliança espiritual com os seus reis e governantes e destruindo o poder do Islão.

Vimos esse providencialismo espelhado no poder da invocação de Deus que fez com que, por exemplo, os mouros, numa situação de combate e estando em superioridade numérica, começassem a dispersar, devolvendo força anímica aos portugueses que manifestaram a sua Fé e superioridade relativamente ao inimigo.

Por fim, tentámos contextualizar esta mentalidade na obra do tratadista Diogo Lopes de Rebelo apresentada em *De republica gubernanda per regem (Do governo da república pelo rei)*, que delinea o perfil do monarca, neste caso de D. Manuel, na condução do seu governo, que se mantém graças à ajuda divina de que sempre beneficiou. Os governadores constituem a representação do seu poder no Oriente e cremos tê-lo demonstrado ao percorrer as lendas de Lopo Soares e Lopes de Sequeira.

A nossa dissertação procurou concretizar a ideia de que, não superiorizando nem competindo com a causalidade presente no discurso histórico, a procura do Preste João foi fundamental em toda a empresa dos Descobrimentos, tendo os homens que neles se destacaram enfrentado adversários e, quando não pela destreza militar e/ou táctica, venceram pelo auxílio da mão divina.

Memorialista ou cronista, Gaspar Correia merece um lugar de destaque na cronística de Quinhentos por ter sido singular na *presença* na Índia, essencial à prossecução do seu laborioso trabalho, mesmo que este não tenha sido reconhecido na altura em que viveu.

Seria interessante realizar um trabalho que tivesse por base um estudo comparativo entre as crónicas dos pares de Gaspar Correia no que diz respeito à similitude das marcas de providencialismo nelas presente, tentando-se assim avaliar o *grau de certeza* de cada cronista quanto à protecção determinante de Deus na prossecução dos sucessos portugueses no Oriente, na época de Quinhentos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Armário dos Tratados, nºs 46-9
Chancelaria de D. João III, Livro 36, f. 165
Crónicas, Coleção, [1500-1610]

Academia das Ciências
Notícia Abreviada dos Descobridores, cota. 478, série vermelha, tomo I.

Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, Afonso de, *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884-1935.

-----., *Cartas para el-Rei D. Manuel I*, 2ªed., «Coleção de Clássicos Sá da Costa», selec., pref. e notas de António Baião, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1957.

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

ÁLVARES, Francisco, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, 2 vols., «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

BARBOSA, Duarte, *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, int. e notas de Augusto Reis Machado, Agência Geral das Colónias, 1946.

BARROS, João e de Couto, Diogo, *Da Ásia de João de Barros*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.

Carta do Preste João das Índias, prefácio e notas de Manuel João Ramos, «Versões Medievais Latinas», Lisboa, Assírio & Alvim, 1998.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses* (int. e rev. de M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão, 1979.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 vols., (ed. lit. Rodrigo José de Lima Felner), Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858.

-----., *Lendas da Índia* (int. e revisão de M. Lopes de Almeida), «Tesouros da Literatura e da História», 4 vols., Porto, Lello & Irmão Editores, 1975.

-----., *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* (leitura, int., notas e índice de José Pereira da Costa), Lisboa, Academia das Ciências, 1992.

-----., *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários das Suas Vidas*, leitura, int. e notas de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1996.

CORTESÃO, Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

-----., e Thomas, Henry, *Carta das Novas que Vieram a El Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, Lisboa, Bertrand, 1938.

COSTA, José Pereira da, *Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985.

Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses, int., leitura, actualização, notas e glossário de Luís de Albuquerque, «Descoberta do Mundo», Lisboa, IN-CM, 1986.

GÓIS, Damião de, *Crónica de D. Manuel*, «Grandes Clássicos da Literatura Mundial», tomo I, Lisboa, Ed. Amigos do Livro, s.d.

-----., *Crónica do Felícissimo Rei D. Manuel*, (dir. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

-----., *Descrição da Cidade de Lisboa*, trad. do texto latino, int. e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

-----., *Elogio da Cidade de Lisboa*, (int. Ilídio do Amaral e apresentação, ed. crítica, trad. e comentários de Aires do Nascimento), Lisboa, Guimarães Editores, 2002.

OSÓRIO, Jerónimo de, *Da Vida e Feitos d'el Rei D. Manuel*, Porto, Civilização, 1944.

Provas do Livro IV da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, nova ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1946-54.

Relações da Carreira da Índia, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Relação das naós e armadas da Índia com os sucesos dellas que se puderam saber, para notícia e instrução dos curiozos e amantes de História da Índia, leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985.

REBELO, Diogo Lopes, *Do Governo da República pelo Rei* (versão port. de Miguel Pinto de Meneses e com estudo de Manuel Cadafaz de Matos), Lisboa, Távola Redonda, 2000.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, IN-CM, (fac-símile de 1798).

VELHO, Álvaro, *Roteiro da 1ª Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)* (pref., notas e anexos por A. Fontoura da Costa), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960.

Bibliografias, Dicionários e Enciclopédias

ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, Lisboa, 2001.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1984.

Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, dir. Luís de Albuquerque, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Ditos Portugueses Dignos de Memória, História Íntima do século XVI, José Hermano Saraiva (notas e comentários), Lisboa, Europa-América, s.d.

História da Expansão Portuguesa, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5 vols., 1ªed., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1998.

História da Expansão Portuguesa no Mundo, dir. António Baião, Hernâni Cidade et alii, 3 vols., Lisboa, Ática, 1937-1940.

História de Portugal, dir. Joel Serrão, 6ª ed., 15 vols., Braga, Editorial Verbo, 2001.

História de Portugal, 8 vols., dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 1993, vols. IV e V.

Portugal no Mundo, dir. Luís de Albuquerque 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

MACHADO, Diogo Barbosa de, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica, na qual se comprehende a noticia dos autores portugueses e das obras que se compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até ao tempo presente*, 4 vols., Oficina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1747.

-----., *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966.

MORAIS, Carlos Alexandre de, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa, 1498-1962*, 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

Nova História de Portugal, Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques et alii (dir.), 1ª ed., vol. V “Portugal – do Renascimento à Crise Dinástica”, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

SOUTO, José Correia do, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Atlântilivro, 1985.

Obras Gerais

AIROLA, Jorge Magasich e Beer, Jean-Marc de, *America Magica, Quand l'Europe de la Renaissance croyait conquérir le Paradis*, «Série Mémoires», Éditions Autrement, Paris, 1994.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*, «Biblioteca Breve - série histórica», Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

-----., *Introdução à História dos Descobrimentos*, Mem Martins, Europa – América, 1986.

ALBUQUERQUE, Martim de, *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Lisboa, Inapa, 1990.

ANDRADE, A.A. Banha de, “ A Experiência, Madre da Filosofia”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. IV, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.

-----., *Mundos Novos do Mundo, Panorama de difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Mar, Antologia*, Caminho, Lisboa, 2005.

BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimentos e Renascimento: Formas de Ser e de Pensar nos Séculos XV e XVI*, «Temas Portugueses», Lisboa, IN-CM, 1983.

BOXER, C.R., *O Império Colonial Português*, «Textos de Cultura Portuguesa», Lisboa, Edições 70, 1969.

BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, IN-CM, 1984.

BROCHADO, Costa, *Que Significa a Índia para os Portugueses*, Lisboa, Editorial Império, 1954.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas* (int., notas e vocab. de António José Saraiva), Porto, Figueirinhas, 1999.

CARITA, Helder et alii, *Portugal e o Mundo – O Futuro do Passado - Índia*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 2008.

CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D., *Foundations of the Portuguese Empire 1415-1580*, 10 vols., Oxford University Press, University of Minnesota Press, Boyd C. Shafer (ed.), 1977-. Vol. 1: *Europe and the World in the Age of Expansion* (1977).

FIGUEIREDO, Fidelino, *A Épica Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, IN-CM, 1987.

FONSECA, Isabel, *Da Luz às Luzes, Cultura e Nação*, Lisboa Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, pp. 211-238.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria - Utopia e Prática de Navegar nos séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

KEAY, John, *A Rota das Especiarias, Uma Aventura Épica*, Lisboa, Casa das Letras, 2007.

LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, 2 vols., Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1961.

Literatura dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, org. M. Ema Tarracha Ferreira, «Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses», Lisboa, Editora Ulisseia, 1993.

LOBATO, Alexandre, *Sociologia Política da Expansão e Outros Ensaio*s, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar, 1957.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, *A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991.

MARTINS, J. Pedro Oliveira, *Portugal nos Mares II*, «Oitocentos Anos de História», Lisboa, Ulmeiro, s.d.

MARTINS, Mário, *Teatro Quinhentista nas naus da Índia*, Lisboa, Ed. Brotéria, 1973.

MENESES, Avelino de Freitas de, “A Expansão Ultramarina até à época de D. João II: causas e vertentes”, in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimentos*, Universidade dos Açores, s.l., 1989.

OLIVEIRA, Aurélio de, *Os Livros de Maravilhas e os Povos e Animais Exóticos*, in http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/10814_5.PDF?NrOcoSis=35060&CdLinPrg=pt (consultado a 24 de Setembro de 2008).

-----., *Portugal no Encontro e Emergência do Novo. Os Novos Mundos*, in http://www.icea.pt/Actas/20_15h30m_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf. (consultado a 21 de Agosto e 26 de Outubro de 2008).

PANIKKAR, K. M., *India and the Indian Ocean*, London, George Allen and Unwin, 1951.

PERES, Damião (dir.), *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1983.

W. G. L. Randles, “Le Nouveau Monde, L’Autre Monde et la Pluralité des Mondes”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. IV, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.

RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral* (sel., pref. e anot. de André Crabbé Rocha) Lisboa, Editorial Verbo, 1962.

RUSSELL-WOOD, A.J., *Um Mundo Novo em Movimento - Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1801)*, Lisboa, Difel, 1998.

SAMPAIO, Albino Forjaz, *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, Lisboa, Bertrand, 1929.

SANTOS, João de Almeida, *Os Intelectuais e o Poder*, «Fenda Aberta», s.l., Fenda Edições, 1999.

SARAIVA, A. J. e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 16ªed., Porto, Porto Editora, s.d.

TEIXEIRA, Manuel Pinto de Sousa Dias, *As Fortalezas do Estado da Índia no Reinado de D. Manuel I*, Lisboa, FCSH, Universidade Nova, 2005.

THOMAZ, Luís Filipe, “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia - Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos”, in *Studia*, nº47, Lisboa, 1989.

Vicente, Gil, *Autos*, «Grandes Autores Portugueses», Coleção 120 anos JN, 2008.

VIVES, J. Vicens, in António Manuel Hespanha (coord.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime, Colectânea de Textos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Estudos Especializados

Anais de História de Além-Mar, Lisboa, 2002.

ANDRADE, António A. Banha de, *Gaspar Correia Inédito*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, nº 26, Coimbra, 1977.

-----., *Gaspar Correia, o 1º Historiador Português do Oriente?*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1985.

-----., *Francisco Álvares e o Êxito Europeu da Verdadeira Informação sobre a Etiópia*, Separata da *Presença de Portugal no Mundo*, Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982.

ARAÚJO, Maria Benedita de Almeida, *Campanhas da Índia, Sofala, Goa e Malaca, 1501-1600*, «Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal», Quidnovi, Academia Portuguesa da História, 2008.

ARAÚJO, Maria Benedita Aires de, *A Expansão Portuguesa e o Sentimento Religioso: Contribuição para o seu Estudo*, Lisboa, ISCSP, 1965.

ARRAIS, D. Frey Amador, Bispo de Portalegre, *Diálogos*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1846, vol.I.

AUBIN, Jean, *Duarte Galvão*, «Arquivo do Centro Cultural Português IX», Separata, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

AVELAR, Ana Paula Menino, *Fernão Lopes de Castanheda: Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, «História», Edições Cosmos, Lisboa, 1997.

-----., *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, «Temas Universitários», Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

-----., *Visões do Oriente, Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

BELL, Aubrey, *Gaspar Corrêa*, «Hispanic Portuguese Series», V, Oxford University Press, Humphrey Milford, 1924.

-----., *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)* (trad. de Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

-----., *Damião de Góis, Um Humanista Português*, «Cultura Literária, Estudos Diversos», Lisboa, Editorial Império, 1942.

BOXER, Charles, “The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)” in *O Centro de Estudos Históricas e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961.

-----., *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian on Asia*, New Dheli, Concept Publishing, 1981.

CAMPOS, Viriato de Sousa, “Damião de Góis, Humanista, Cronista e Mártir”, in Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1976.

CIDADE, Hernâni, *A Expansão Ultramarina e a Literatura Portuguesa*, 2ªed. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

-----., *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, 2 vols., Coimbra, Arménio Amado, 1963.

CINTRA, Luís F. Lindley, “Sobre o Códice Alcobacense 290 (ant.º 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (Autógrafo de Duarte Galvão?)”, Separata do «Boletim de Filologia», tomo XXIII, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1974.

COELHO, António Borges, *Tudo é Mercadoria, Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*, Lisboa, Caminho, 1992.

COLAÇO, J. M. D., *Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*, Lisboa, Tip. A. S. Coelho, 1941.

CORREIA, João David Pinto Correia, “Deslumbramento, horror e fantasia”, in Cristóvão, Fernando (coord.), *O Olhar do Viajante, dos navegadores aos exploradores*, «Série Literatura de Viagens», Coimbra, CLEPUL, Almedina, 2003.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Simão de Andrade, Fidalgo da Índia e Capitão de Chaul”, in *Mare Liberum*, nº9, Março 1995, p.99-109.

-----., (coord.), *Descobridores do Brasil, Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

-----., *D. Manuel I*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

-----., e Lacerda, Teresa, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)*, in <http://www.scribd.com/doc/2465838/1-Expansao-Portuguesa1Tome-Pires-e-Barbosa> (consultado a 19 de Agosto de 2008).

CUNHA, Mafalda Soares e Monteiro, Nuno, “Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e Caracterização Social”, in *Penélope*, Lisboa, nº 5, 1995.

Damião de Góis na Europa do Renascimento, Actas do Congresso Internacional, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2003.

DELUMEAU, Jean, *Mil Anos de Felicidade, Uma História do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1997.

DOMINGUES, Francisco Contente e Guerreiro, Inácio, *A Vida a Bordo na Carreira da Índia: século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

DORÉ, Andréa, “Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos”, in <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14002.pdf> (consultado a 19 de Agosto de 2008).

FARINHA, António Dias, “Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538), Contribuição Documental e Crítica para a sua História”, *Mare Liberum, Revista de História dos Mares*, nº3, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991.

FLORES, José Manuel, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: 1498-1543: Trato, Diplomacia e Guerra*, Tese de Mestrado em História dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, FCSH, 1991.

GARCIA, José Manuel, (org., int. e notas), *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

-----., *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimientos e da Expansão (Séculos XV a XVII): Autores, Obras e Especializações Memoriais*, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

LACERDA, Teresa, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I. Uma Análise Social*, Lisboa, FCSH, Universidade Nova, 2006.

LAPA, M. Rodrigues, *Historiadores Quinhentistas*, 3ª ed., «Textos Literários», Lisboa, Seara Nova, 1972.

LOUREIRO, Rui, “O Encontro de Portugal com a Ásia no século XVI”, in *O Confronto do Olhar, o Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas*, «Colecção Universitária», Lisboa, Caminho, 1991.

-----., “Visões da Ásia (séculos XVI e XVII), in Fernando Cristóvão (coord.) *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, «Estudos e Bibliografias», Lisboa, Edições Cosmos, Centro de Literaturas de Expansão Portuguesa da Universidade, 1999.

MACHADO José Pedro e CAMPOS, Viriato, *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimiento*, Câmara Municipal, Lisboa, 1969.

MARTINS, A. Coimbra, *Correia, Castanheda e as «Diferenças» da Índia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983.

MARTINS, José F.F., *Os Vice-Reis da Índia (1505-1917)*, Lisboa, IN-CM, 1935.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI, Subsídios para a Sua História*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

PELÚCIA, Alexandra “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista”, in V. AA.VV., *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Actas do Colóquio, Lisboa, Universidade Nova, CHAM, 2001.

PEREIRA, Galiote, *Algumas Coisas Sabidas da China*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

-----., e Gaspar da Cruz, *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

RADULET, Carmen e Thomaz, Luís Filipe, *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513), Fontes Italianas para a sua História*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002.

RAMOS, Manuel João, *Ensaio de Mitologia Cristã, O Preste João e a Reversibilidade Simbólica*, «Sete Estrelo», Assírio & Alvim, Lisboa, 1997.

RODRIGUES, Graça Almeida, *Cinco Autores Históricas*, «Biblioteca de Textos Universitários», Portugal/Brasil, Editorial Presença/ Martim Fontes, 1979.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “Os Portugueses em Malaca e no Golfo de Bengala (séculos XVI e XVII), in Luís de Albuquerque, *Portugal no Mundo*, vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

SEIXO, Maria Alzira, *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Damião de Góis, O Historiador*, «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras», Lisboa, Classe das Letras, Tomo XVII, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa - Doutrina e Crítica I - Sécs. XII-XVI*, Lisboa, Verbo, 1972.

SMITH, Ronald Bishop, “Diogo Lopes de Sequeira, the governor of India, in the collection of São Bento da Saúde, in the Torre do Tombo”, in *Mare Luso-Indicum, L’Océan Indien, Les Pays Riverains et les Relations Internationales, XV^e - XVIII^e siècles*, IV, Paris, Société d’Histoire de L’Orient, 1980.

-----., *Lopo Soares de Alvarenga (Better Known as de Albergaria)*, Lisboa, Silvas – Coop. Trab. Gráf., SCARL, 1992.

-----., *Diogo Lopes de Sequeira, Elements on His Office of Almotacé Mor*, Lisboa, Silvas – Coop. Trab. Gráf., SCARL, 1993.

SOARES, Nair de Nazaré Castro, *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*, Londres, Longman, 1996.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., “L’idée impériale manuéline”, in Jean Aubin (dir.), *La découverte, le Portugal e l’Europe*, Actes do Colloque, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, les 26, 27 et 28 Mai, 1988.

-----., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

WHITENAY, *The Rise of Portuguese Power in India*, Ashok Rajpath, Chauhatta, Janaki Prakashan, 1979.

Sítios

<http://carreiradaindia.net> (consultado a 3 de Março de 2009)

<http://carreiradaindia.net/index.php?s=albergaria> (consultado a 18 de Janeiro de 2009)

<http://carreiradaindia.net/index.php?s=paio> (consultado a 4 de Janeiro de 2009)

<http://carreiradaindia.net/index.php?s=saldanha> (consultado a 18 de Janeiro de 2009)

<http://carreiradaindia.net/index.php?s=sequeira&submit=Procurar> (consultado a 18 de Janeiro de 2009)

<http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve/content.php?printconceito=814> (consultado a 18 de Agosto de 2009)

<http://naval.blogs.sapo.pt/41592.html> (consultado a 3 de Março de 2009)

<http://purl.pt/7030/1/> (consultado a 29 de Janeiro de 2009)

<http://www.ancruzeiros.pt/ancunidades.html> (consultado a 18 de Janeiro de 2009)

<http://www.ancruzeiros.pt/anchistoria-comb-1526.html> (consultado a 17 de Janeiro de 2009)

www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/15/guiiao_1506.doc (consultado a 12 de Agosto de 2009)

http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2005-79/79_12.pdf (consultado a 22 de Julho de 2008)

<http://www.purl.pt/12121/1/> (consultado a 5 de Outubro de 2008)

http://www.purl.pt/162/1/brasil/iconografia/descobrimento/mapa_vera_cruz/index.html (consultado a 30 de Junho de 2008)

http://www.purl.pt/162/1/brasil/iconografia/antecedentes/rei_manuel/index.html (consultado a 30 de Junho de 2008)

http://ttonline.iannt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=imagens.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=TES02\TT-LO-1-18_5-{-1v}_c0003.jpg (consultado a 30 de Junho de 2008)

http://ttonline.iannt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=imagens.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=TES02\TT-LO-1-18_5-{-4}_c0002.jpg (consultado a 30 de Junho de 2008)

http://ttonline.iannt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=TES05\TT-CF040_1_c0001.jpg (consultado a 30 de Junho de 2008)

http://ttonline.iannt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=TES05\TT-CF040_3_c0002.jpg (consultado a 30 de Junho de 2008)

ANEXOS

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515				
Capítulo I				
DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
8 de Setembro de 1515	Goa	Governador da Índia – Lopo Soares por intermédio do Barão de Alvito , que nutria sentimentos de ódio para com Afonso de Albuquerque .	Vem do Reino para a Índia, onde já havia estado em 1504, como capitão-mor (no livro I), tendo levado muita riqueza para o Rei.	462
		Barão de Alvito	Arranja argumentação junto de D. Manuel para contrariar a governação da Índia de Afonso de Albuquerque . A Rainha só mais tarde vem a saber do sucedido, e mostra descontentamento pela decisão tomada, escrevendo a D. Fernando e à Rainha D. Isabel. Assim, a Rainha, D. Martinho de Castelo Branco e Pêro Correa ofereceram a Lopo Soares vinte mil cruzados para desistir do cargo, acordo por ele aceite. O Barão de Alvito aconselha-o a não trocar a honra por dinheiro. Em Moçambique, Lopo Soares achou Bastião de Sousa .	463
7 de Abril	Lisboa Moçambique →	Lopo Soares , com 12 naus e 3 navios. Capitães: D. Goterre de Monroy – Goa; Simão da Silveira – Cananor; Álvaro Telles (já experimentado na Índia) – Calecut; Diogo Mendes de Vasconcellos – Cochim (capitão e feitor); Jorge de Brito (Malaca); Fernão Peres de Andrade (capitão-mor), António Lobo Falcão e Jorge Mascaranhas – China; D. Aleixo de Meneses (sobrinho de Lopo Soares) – capitão-mor do mar; Cristóvão de Távora – Sofala; D. João da Silveira , Álvaro Barreto , Francisco de Távora , Simão d'Alcaceua .	Lopo Soares partiu com dois navios, de que eram capitães Francisco de Veiga e Luís Amado, que haviam partido do Reino no ano anterior (1514?) após Cristóvão de Brito. Bastião de Sousa foi enviado pelo Rei para correr a Ilha de S. Lourenço, para assentar tratos e ir tratando para Sofala e costa de Melinde. Como Luís Amado se perdeu e Bastião de Sousa chegou tarde, o governador determinou de o mandar para a Índia. Partiu numa armada onde vinha Matheus , o embaixador que a mãe do Preste mandara com o lenho da cruz ao Rei, que Afonso de Albuquerque mandara a Portugal (como escrito na Lenda de Afonso de Albuquerque).	464
		Matheus e Duarte Galvão , cronista-mor de Portugal	Esse embaixador (D. João da Silveira *) e Duarte Galvão foram enviados por D. Manuel ao Preste com os presentes que se elencam de seguida, todos materiais preciosos. Os presentes perfaziam o total de trinta mil cruzados. *Damião Peres, <i>História dos Descobrimentos Portugueses</i> , p. 136, diz ter sido este nomeado por Lopo Soares como embaixador ao Reino de Bengala.	465

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo II

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Até entrada de Outubro	Barra de Goa	Lopo Soares	<p>Todos estimavam Afonso de Albuquerque e por isso não se congratularam com a chegada de Lopo Soares.</p> <p>Os habitantes consideravam Afonso de Albuquerque o pai da Índia e criticam a decisão.</p>	465
		<p>D. Goterre (capitão de Goa)</p> <p>Diogo Pereira</p>	<p>Tomou posse da capitania de Goa, destituindo João d'Eça (capitão de Goa e Cananor), que voltou para o reino. O governador mandou que Diogo Pereira, secretário, lhe dissesse tudo de justiça e fazenda, não esperando que Afonso de Albuquerque regressasse de Ormuz. A ordem de Lopo Soares era que se desfizessem todas as coisas por ele feitas para mostrar ao rei que, pela sua incompetência, a decisão de o mandar para o reino era a correcta, o que Lopo Soares não concordava, pois não encontrara nada mal feito, ao contrário do que lhe garantira o Barão.</p>	466
	Cochim	Lopo Soares	<p>Depois de estar em Goa até Outubro, partiu para Cochim. A notícia de novo governador e da ida de Afonso de Albuquerque para o reino foi mal recebida pelos reis da costa da Índia, amigos do antigo governador. Lopo Soares chega a Cananor e o rei recebe-o através de um regedor seu.</p>	467
	Cananor	Simão da Silveira	<p>Simão da Silveira torna-se capitão de Cananor e Jorge de Melo parte para o reino na nau do governador. O rei de Calecut diz que, se soubesse da vinda de novo governador, não teria permitido a construção da fortaleza e que desejava poder voltar a desfazê-la, acordo apenas mantido pela sua palavra de honra. O rei parte para a Serra, depois de saber que o governador estava em Cananor e que havia de vir a Calecut. O governador, já em Calecut, fica a saber que o Rei estava pesaroso por saber que Afonso de Albuquerque já não governava e que, por isso, havia partido para a serra.</p>	
		Álvaro Telles	<p>O governador manda Álvaro Telles receber a capitania da fortaleza e envia Francisco Nogueira para o reino na sua nau.</p> <p>O governador pensa em desfazer a fortaleza em Calecut, mas Francisco Nogueira desaconselha-o, dizendo que «se a desfizerdes dareys grande conta a Deos, e a ElRey, dos malles que por yssos virão á Índia». No entanto, o governador parece não ceder e aquele diz que transmitirá ao rei que o rei de Calecut nunca daria a fortaleza se soubesse que Afonso de Albuquerque não estaria na Índia. O governador não lhe deu resposta.</p>	

Capítulo II

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Cochim	<p>Diogo Mendes de Vasconcellos</p> <p>D. Aleixo (sobrinho de Lopo Soares e capitão-mor do mar da Índia)</p> <p>D. Gracia (sobrinho de Afonso de Albuquerque, capitão-mor de uma armada do reino e vice-rei da Índia)</p> <p>Simão de Andrade (capitão da fortaleza de Chaul)</p>	<p>Diogo Mendes de Vasconcellos toma a capitania e a feitoria de Cochim e o governador manda Pedro Mascaranhas (capitão de naus do reino, da ordenança da Índia, fortalezas de Cochim, Goa, Malaca e governador da Índia) para o reino e é visitado por um regedor. Mas o rei de Cochim pensava que Afonso de Albuquerque se havia ido embora para desempenhar melhor função; o feitor desacredita-o e aquele dá-lhe conta da sua tristeza. O governador fica a saber da tristeza destes reis e da sua admiração pela governação de Afonso de Albuquerque, fica “agastado” e percebe que dificilmente conseguirá a sua ajuda. Recebido pelo rei de Cochim, o governador dá-lhe explicações sobre o porquê da demissão de Afonso de Albuquerque e mostra as cartas trazidas do reino e o rei de Cochim exclama que nelas estava a prova de que o rei de Portugal havia feito mal a Afonso de Albuquerque: «Fez Deus muito bem de recolher para si Afonso de Albuquerque, pois lhe davam mau galardão». Carregada a pimenta, objectivo de Lopo Soares, as naus foram aviadas e as despedidas rápidas. Entretanto, D. Aleixo é mandado visitar D. Gracia e sabe que Afonso de Albuquerque morreu. Essa notícia levou a Cochim Simão de Andrade para a contar ao governador que iria regozijar-se. Simão de Andrade partiu de Goa e entrou no rio de Cochim. O governador mostra-se “pesaroso” e ofendido com a alegria do capitão. * Este seu cargo bem como a ordem que Lopo Soares lhe dá de conceder «seguros pera [os de Coulão] navegarem as naas e zanbupos de seus portos seguramente» são referidos em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas</i>, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 393-4.</p>	468
No outro dia (ao do enterro de Afonso de Albuquerque)	Goa→ Cochim	D. Gracia de Noronha Lopo Soares	No entanto, e mesmo em cerimónia organizada por D. Gracia em memória do antigo governador, aparenta respeito por este, mas continua a desfazer os seus feitos. Tudo o que vinha com eles foi mandado leiloar por ordem do governador, mesmo depois de D. Gracia ter tentado guardar.	
	Cochim	<p>Pêro d’Alpoim (ouvidor e secretário interino da Índia) e criados de Afonso de Albuquerque</p> <p>D. Gracia e D. Aleixo Alexandre de Ataíde</p>	D. Aleixo defende o tio, dizendo que a ele não lhe interessam riquezas, como as que tinha Afonso de Albuquerque, mas apenas a honra. O governador manda Pêro de Alpoim colocar as minutas das cartas escritas por aquele para o reino e embarcá-las noutra nau. Com ele, foi o língua Alexandre de Ataíde. Tudo foi mandado entregar ao corregedor da casa da Índia.	
	Ormuz Baticalá	D. Aleixo	D. Aleixo foi mandado a Ormuz para, com oito naus, para carregar mercadoria. Simão de Andrade acompanhou. Os negros, com a cobiça de roubar, e porque também sabiam que Afonso de Albuquerque havia morrido, mataram e feriram. Posteriormente, o governador assentou paz com o rei de Baticalá, que disse não ter tido culpa, pois tudo se passara a dez léguas dali.	469
			O rei de Baticalá manda os culpados e manda o governador enforcá-los. Estes, bem industriados, gritaram misericórdia ao governador que acabou por não lhes fazer mal, mas preveniu-o de que, numa próxima vez, queimaria Baticalá.	

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo III

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Dezembro	Malaca	Jorge de Brito (copeiro-mor do rei e capitão de Malaca, onde faleceu)	Jorge de Brito foi mandado como capitão para Malaca, nau em que veio Jorge de Albuquerque, antigo capitão, e António Pacheco como capitão-mor do mar.	470
	Goa→ Calecut	Lopo Soares Lopo Soares e Rei de Calecut	Partiu para Goa e foi a Calecut, onde mais se havia sentido a morte de Afonso de Albuquerque. O rei, como não tinha resposta do naire que enviara a Portugal, e vendo que o governador não deixava que duas das suas naus fossem a Meca, não quis assentar nada com ele, mas só com rei de Portugal. Os debates entre os dois levaram o rei a ameaçar que derrubaria as fortalezas. Os fidalgos do reino que ali se encontravam aconselharam o governador a não fazer nada sem a vontade do rei, pois este tinha grande poderio de gente, porque custaria mais caro do que o do Marichal (Marechal – D. Fernando Coutinho). Depois de desentendimentos, o governador deu ao rei licença das duas naus.	
	Cananor→Batalá →Goa→Angediva	Lopo Soares	O governador vai a Cananor e Batalá cumprir a paz (como se disse anteriormente) e depois parte para Goa. O governador foi para Angevida, onde se protegeu dos ladrões de barcos.	471
	Ormuz→Goa→ Mandouim	D. Aleixo	D. Aleixo vai para Ormuz com mercadorias e com poderes para prover e arrecadar as pareas (tributos). O governador vai para Goa, onde os casados lhe fizeram um apontamento do que rendia o Mandouim – alfândega (uma das portas de Goa) - e das rendas das tanadarias (funcionário que recolhe as rendas das gancarias – terras bravias) dos passos e dos direitos dos cavalos – o que mostra que Goa se devia sustentar e enobrecer para sustentar o estado da Índia. Todos se ofereceram para a defender de toda a guerra.	
	Goa	Lopo Soares GASPAR CORREIA	Houve muitas mortes e brigas em que morriam os criados do governador, pois falavam mal de Afonso de Albuquerque. Como aquele sabia da devoção das gentes da Índia pelo antigo governador, mandou que se desfizesse a sua sepultura para a proteger dos ataques dos mouros, mas, na realidade, a intenção era destruir tudo o que era de Afonso de Albuquerque. O governador dirigiu-se a Gaspar Correia, vedor das obras da cidade, e disse-lhe que derrubasse a capela e que as ossadas de Afonso de Albuquerque fossem para debaixo de uma árvore ou para a igreja. Gaspar Correia respondeu que mexer nos seus ossos não o fazia, mas que mandasse os clérigos desempenhar essa função; que a capela não se derrubava, porque era de abóbada e que se gastava muito dinheiro a armar-lhe madeira, para a desfechar do encerramento da abóbada. O governador assim mandou que ele serrasse as traves da capela e desfizesse o sobrado, que desfizesse as boticas, alegando que eram prejudiciais se os mouros entrassem na cidade e a fossem guerrear. As boticas teriam de ser construídas além da ponte do ribeiro de água, mas os fidalgos não aprovaram, pois sabiam do seu ódio pelos pertences de Afonso de Albuquerque.	472

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo IV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Fim de Fevereiro de 1516	Goa→Cochim	Lopo Soares	O governador manda Fernão de Resende (capitão de uma caravela) a Moçambique onde mandou ir buscar regimento aos capitães que viessem do reino para irem a Meca ter com ele, dado que ia tomar Judá.	473
	Bengala	Fernão Peres de Andrade (capitão-mor de armadas) Tomé Pires (boticário, embaixador à Índia)	O governador manda Fernão Peres de Andrade para a China. E com ele foi mandado ir Tomé Pires, filho do boticário de D. João II, curioso pelas notícias da China que chegavam a Portugal. (adiante se saberá sobre o que viu e escreveu)	
			Simão d'Alcaceua (vedor da fazenda), António Lobo Falcão (capitão de nau do reino) e Jorge Mascaranhas (capitão de naus para a China)	Estes três e Fernão Peres partiram em demanda de Pacém, onde se iria encontrar pimenta, carga que havia sido queimada noutra nau com Jorge de Brito, com um froletim – Joanes. Como não foi possível levar carga, Simão Pires determinou de irem até Bengala, levando mensagem do Rei de Portugal para o rei de Pacém, rectificando a sua amizade. O Rei de Portugal pede-lhe que se faça feitoria para se fazer o comércio da pimenta que iria chegar à China. O rei de Pacém concordou.
Agosto de 1516	Malaca→Bengala → China→ Concamchina ←Malaca e Sião	Fernão Peres Manuel Falcão (alferes do Marichal e alcaide-mor de Maluco e Ormuz), António Lobo Falcão e Duarte Coelho (alcaide-mor da fortaleza de Sunda)	Tendo a carta assinada, Fernão Peres partiu para Malaca e dali até Bengala. Jorge de Brito obrigou-o a partir para a China, por ter tido notícia que lá estava cativo Rafael Prestelo e mais trinta portugueses. Fernão Peres não se pôde escusar e levou em sua companhia Manuel Falcão, António Lobo Falcão e Duarte Coelho. Entrou na enseada de Concamchina: milagrosamente escaparam de se perder nuns baixos e andaram em paio muitos dias por causa do vento contrário. Sem monção, voltou a Malaca, onde já estava Rafael Prestelo e Duarte Coelho foi para Sião.	474
3 horas (batalha)	Martabão→Cosmim	Jorge de Albuquerque (capitão de uma armada do reino e da fortaleza de Malaca) Anrique Leme (cunhado de Jorge de Albuquerque)	Jorge de Albuquerque, ainda em Malaca, teve permissão de Jorge de Brito para que Anrique Leme, seu parente, fosse até Martabão. No caminho, apanhou uns mercadores de Pegú, a quem mandou que fossem até Martabão, para carregarem arroz que levariam a Malaca. Chegando à costa, não puderam tomar o porto de Martabão, então foram até Cosmim, cidade onde também se encontram mercadores. Anrique Leme acordou com o regedor de Cormim fazerem trocas comerciais e este deu-lhe uma casa para assentar a feitoria. Os mercadores roubados (que estavam na barra carregados de arroz) foram a terra queixar-se ao rei de receber ladrões (portugueses), que vendiam em terra o que roubavam no mar. Este mandou recado ao regedor de Cormim que prendesse os portugueses e, se necessário, os matasse se estes combatessem. O piloto, homem jáo, avisado, foi dar conta deste plano ao feitor que não quis esperar e assim começou a grande batalha, defendendo-se na feitoria e fazendo fugir os negros de Pegú que eram fracos. Os portugueses que viram a sua casa ser incendiada atiraram-se para o rio; os negros não entraram, mas mandaram grande quantidade de pedras e azagaias de arremesso que por milagre de Nosso Senhor [os nossos] não foram mortos. Depois de três horas de batalha, a maré baixou, mas esta continuou, e os portugueses lançaram artilharia sobre os negros, mas por estar velha, começou a entrar água que não se conseguia tirar com a bomba. Assim, de noite, o piloto tirou a nau fora da barra e Anrique Leme tentou consertar a nau, que foi ao fundo e continuou a navegar numa champana.	475

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo IV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Samatra (Pedir)		Nela, depois de passar a costa de Samatra, foi a Pedir com cinquenta portugueses, onde foi bem recebido pelo rei, e lá estiveram até chegar Fernão Peres de Andrade (adiante se contará).	476
	Cochim	Lourenço Moreno (feitor em Cochim e capitão de uma nau do reino)	O governador ficou em Cochim. Faleceu Diogo Mendes, e o capitão passou a ser Aires da Silva (capitão de uma caravela latina, dum armada em Ormuz e da fortaleza de Cochim) que não aceitou e foi para o pé de Lourenço Moreno.	
	Diamper		Gaspar da Silva, Cristóvão de Sousa (irmãos e capitães de uma nau e galé, respectivamente), Lopo de Brito e Jorge de Brito foram à caça de pavões em Diamper, depois de serem avisados que não o deviam fazer pelo caimal.	
	Cochim		Quatro criados morreram. Voltaram a Cochim e o governador mandou prendê-los na fortaleza.	
	Goa Chaul Barra (morte de Afonso de Albuquerque) Pondá	D. Goterre Fernão Caldeira (assassinado por ordem de D. Goterre)	D. Goterre mandou matar Fernão Caldeira (da criação de Afonso de Albuquerque) porque falou mal dele em Moçambique. Este meteu-se num barco e foi até Chaul para aguardar Afonso de Albuquerque quando este viesse de Ormuz, para que se salvasse de D. Goterre. Morrendo Afonso de Albuquerque na barra, Fernão não ousou ir a Goa, já capitaneada por D. Goterre. Foi para Pondá, onde foi honrado por Ancoscão, capitão de Pondá. D. Goterre, agastado, combinou com João Gomes mandar matá-lo. Por meio de uma artimanha em que parecia ter-se desentendido com D. Goterre, João Gomes foi até Pondá e fez-se amigo de Fernão Caldeira.	477
Passado um mês	Banestirim	Fernão Caldeira Ancoscão (capitão das terras de Pondá)	João Gomes matou Fernão Caldeira. O Ancoscão não gostou daquela atitude, mesmo depois de este ter tido que havia ido por ordem do seu capitão. Cortou-lhe a cabeça e atou-a ao cavalo, que iria até Banestirim. O Ancoscão quis guerrear D. Goterre se Hídalção (rei do Balagate, antigo reino da Península aquém do Ganges) lhe desse permissão. Mas queria continuar a comerciar e por isso não queria mostrar como estava revoltado.	478

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo V

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Ormuz	D. Aleixo de Meneses Simão de Andrade Pêro de Albuquerque	As mercadorias foram descarregadas na feitoria de Ormuz sem pagar direitos, porque eram franqueadas. Pêro de Albuquerque recebeu D. Aleixo na fortaleza que estava praticamente terminada. Este foi recebido pelo rei e deu-lhe prendas.	478
		Martim Afonso Francisco da Gá	Martim Afonso ia na nau de D. Aleixo para Ormuz e injuriou Francisco da Gá e brigaram e D. Aleixo mandou Martim para outra nau. Assim que chegou a Ormuz, queixou-se a Simão de Andrade, que o recolheu e lhe disse que o ajudaria na vingança que lhe quisesse fazer. E um dia, em casa de D. Aleixo, este matou Francisco de Gá, que fugiu para casa de Simão de Andrade, preso por ordem de D. Aleixo, não sem antes pôr a salvo Martim Afonso.	479
	Judá	Mirocem (capitão-mor de uma armada de rumes) Turco	Simão de Andrade dá a capitania da sua nau a outro, mas D. Aleixo prende-o e leva-o noutra nau para a Índia e apresenta-se ao governador que com ele concordou. D. Aleixo tem notícias de Mirocem, capitão dos rumes, de que D. Francisco de Almeida desbaratara em Diu. Aquele aposentara-se em Judá e mandou dizer que mandaria uma armada à Índia para expulsar os portugueses. Por ordem do Turco, mandou-se outra armada ser aparelhada e deu a capitania a Soleimão baxá, que espiou a Índia disfarçado de trabalhador.	480
	Suez Ilha de Camarão	Soleimão (capitão-mor de uma armada do Turco contra os portugueses)	A armada do Turco chegou ao pé de Mirocem e foram até à Ilha de Camarão, onde o Mirocem mostrou a Soleimão o regimento do Turco, que mandou que ali se fizesse uma fortaleza, para que os portugueses não entrassem lá. Ficou Mirocem com quinhentos homens fortes na fortaleza. Mirocem estava de guerra com o rei de Adém – Zebid-, que não o quis recolher, e escreveu-lhe uma carta em tom de ameaça. Este rei mandou enforcar o homem que levava a carta e disse que ninguém haveria de vender mantimentos à Ilha de Camarão.	
Outubro de 1515		Zebid, Rei de Adém	Mirocem mandou dois mil homens soldados e prometeu-lhes recompensa se matassem Zebid. Tomando a sua cidade, matou um filho de Zebid e ganhou a batalha. Os soldados pediram-lhe recompensa, mas este negou-a por não ter dinheiro.	481
Setembro		Pêro de Albuquerque D. Aleixo	Os soldados fizeram retaliação contra Mirocem que, fechado no seu castelo, escreveu a Soleimão a contar o sucedido, que lhe prometeu soldados e que lhes daria o dinheiro. Mas os soldados não aceitaram e Mirocem fugiu de noite e depois os soldados tomaram Adém. Mas não entraram na cidade e voltaram para Camarão. Ele despediu-se do rei e de Pêro de Albuquerque, que estava magoado com o desrespeito que o governador tinha pelas coisas do tio. Mandou um criado com dinheiro para mandar cobrir a campa do tio com veludo preto e mandou que lhe fizesse grades e lhe consertasse a capela. Disse a D. Aleixo para transmitir ao governador, seu tio, que os rumes estavam confiantes em Camarão e pediu para deixar em paz os ossos de seu tio e este acedeu ao seu pedido.	482
	Goa→Cochim→Goa		D. Aleixo chegou a Goa e depois foi para Cochim. Transmitiu as novidades ao governador e aparelhou as naus para ir até Goa e partir depois para o estreito.	

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo VI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Janeiro de 1516	Por via de Veneza Índia→ Moçambique→Lisboa	ElRey Diogo d'Unhos (capitão de um navio do reino)	O rei mandou Diogo D'Unhos partir com um veleiro forte e rápido e muita artilharia, dando-lhe um regimento que dizia que, se chegasse à Índia, e se soubesse que os rumes haviam por lá passado ou lá estivessem, regressasse de imediato a Moçambique dar recado às naus que, ao chegarem a Lisboa, o dariam ao Rei. Caso os rumes não estivessem na Índia, Diogo D'Unhos daria a carta que levava ao governador. Nessa carta, o Rei mandava que se levasse todo o poder para ir atrás dos rumes até ao estreito e onde os encontrasse, batalhasse com eles, menos em locais onde pudessem correr perigo.	483
3 dias Junho de 1516	Cochim →Lisboa	D. Aleixo	Diogo D'Unhos chegou a Cochim três dias depois de D. Aleixo. O mesmo navio foi concertado e carregado de cravo e drogas, chegando a Lisboa. O Rei ficou contente por saber que os rumes não tinham chegado à Índia.	484
Março de 1516	Lisboa→	João da Silveira (parente de Heitor da Silveira) ElRey	João da Silveira partiu de Lisboa depois de ter partido Diogo D'Unhos. O Rei estava muito arrependido de ter mandado regressar ao reino Afonso de Albuquerque e ficou agastado quando soube das dissidências entre ele e Lopo Soares.	
Agosto de 1516	Lisboa→Índia (Batalá) Cochim	Afonso Lopes da Costa (capitão de uma nau da armada de Afonso de Albuquerque) Gracia da Costa (escrivão da feitoria de Maluco)	O Rei tomou providências para mandar Afonso Lopes da Costa para a Índia para levar a Afonso de Albuquerque “uma coisa”, para se mostrar seu amigo e lhe fazer “mercê”. Este homem partiu com o seu irmão Gracia da Costa e chegaram ao porto de Batalá em Agosto, onde souberam que Afonso de Albuquerque estava morto e que o governador estava em Cochim, onde foram e lhe deram as cartas que o Rei havia mandado, mostrando-lhe um apontamento que dizia que, chegando à Índia, fosse quando fosse, se não encontrasse Afonso de Albuquerque, voltaria para Lisboa com o que lhe havia levado sem mostrar a ninguém, e o entregasse a seu irmão (Gracia da Costa) se tivesse algum acidente.	484 - 485
1517		Afonso de Albuquerque e Lopo Soares	Só se soube do conteúdo desse cofre destinado a Albuquerque nas naus de 1517: o Rei mandava que Afonso de Albuquerque fosse para a fortaleza de Cananor como governador, sendo que Lopo Soares nada mandaria como governador em nada do que lá se passasse e que tal situação durasse durante os três anos de mandato de Lopo Soares. Albuquerque ficaria perpétuo Vice-rei da Índia, com título de duque de Goa e senhor do mar Roxo, com todo o poder de “baraço e cutello”. Por isso, o Rei, quando soube que Afonso de Albuquerque havia morrido, ficou muito desgostoso e mais ficou quando soube que Lopo Soares profanara os bens de Albuquerque.	485
		Fernão d'Alcaceua	O Rei mandou para a Índia como vedor da fazenda Fernão d'Alcaceua com tais poderes sobre a fazenda que Lopo Soares ficava somente com o poder de fazer a paz e a guerra.	
	Camarão	Lopo Soares	No entanto, o Rei mandou que o governador fosse ao encontro dos rumes, os destruísse e desfizesse a fortaleza que tivesse sido feita em Camarão.	486

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo VII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Cochim→ Coullão Cale Coullão	Governador Heytor Rodrigues (feitor em Coullão e capitão da fortaleza) Rainha de Coullão	Como em Cochim havia muita pimenta, o governador determinou de se carregar uma nau para Coullão para pôr fim à guerra que durara todo o inverno, por causa da fortaleza que Heytor Rodrigues estava a construir. O governador mandava uma carta à Rainha de Coullão dizendo que sabia dos seus planos para guerrear os portugueses e destruir a fortaleza e ameaçando-a que, caso o fizesse, deixaria tudo em cinzas e que haveria sempre homens na fortaleza para lhe fazerem guerra e assim perderia a terra e o mar e que nem nele nem nos seus portos entrariam barcos. E ficou a aguardar a resposta da Rainha que, pensando em trair os portugueses, fingiria assentar a paz e, quando o feitor fosse a Cale Coullão carregar a nau, tomaria o castelo e construiria fortes para ninguém lá entrar.	486
		Governador Jerónimo de Sousa (alevantado de uma caravela)	Mas o plano de traição não foi consumado e a Rainha assentou verdadeiramente a paz, para que os seus portos tivessem paz de modo a poder continuar a comerciar. O governador foi a Goa onde não encontrou Jerónimo de Sousa, homem fidalgo, capitão de uma caravela nova e cheia de artilharia que, com outros homens, andaram a assaltar a costa de Melinde e o governador , sabendo disto, diz que se os encontrasse os queimaria.	487
Domingo	Goa	D. Goterre	D. Goterre , capitão de Goa, pediu ao governador homens para ficarem e combaterem e este deixou-lhe apenas 400 homens casados. Os homens não queriam embarcar e, num domingo, o governador trouxe juizes e meirinhos e obrigou os homens a embarcar que, nunca tendo visto tal coisa, praguejavam e falavam mal dele, amotinando-se e levantando-se contra ele.	
		Duarte Galvão (embaixador ao Preste) e o embaixador Matheus do Preste Governador e D. Aleixo João da Silveira e António Correia (filho de Aires Correia, sobrinho de Lopo Soares e capitão de Cochim)	Duarte Galvão e Matheus , com o seu presente, embarcaram na nau “Santa Catarina do Monte Sinay” do governador , onde depois embarcou a Infanta D. Beatriz de Sabóia e cujo capitão era D. Aleixo , sobrinho de Lopo Soares e, entre outros, João da Silveira e Aires da Silva que, por querer ir nesta viagem, não aceitou a capitania de Cochim que o governador reatribuiu a António Correia, filho de Aires Correia, feitor que mataram em Calecut. D. Duarte , “homem de grande conselho e muy loquente em seu falar, que muyto tinha entendido as cousas da India, e mormente do desgosto que a gente da India tinham de seruir com Lopo Soares , vendo que era imigo das cousas d’Afonso d’Albuquerque, que todos o amauão de bom coração, pelo que muyto praguejavão de Lopo Soares , Duarte Galvão , estimando muyto o seruiço d’ElRey, [...] fez hum tratado que mandou a cada capitão [...], que trataua de grandes louvores e muytas honras aos conquistadores da Índia, atribuindo todos os louvores e honras aos caualheiros que melitauão com os conquistadores; «e dos grandes merecimentos que por ysso tinham ante Deos os que na guerra despedião as vidas, e os viuos a muyta obrigação em que lhe ElRey era». Prosseguia, afirmando que os feitos da India «erão milagrosos, dados por Deos e nom por forças humanas, de tão grande preço, valor, merecimento d’honra, que nom auia outra mais alta no mundo». E acrescentava que agora era de mais alto valor a exaltação da santa fé punindo os infieis e acrescentando almas reduzidas ao conhecimento da salvação e verdadeiro Deus, pela grande misericórdia de Nosso Senhor.	488
				489

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo VII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
13 de Fevereiro	Çacotorá Costa da Arábia Feliz → Adém	Governador Rey de Adém e Mirocem	O governador partiu rumo à Arábia e atravessou para Adém, onde chegou a 13 de Fevereiro. Os mouros, vendo-os chegar com tão grande armada, tiveram medo. Juntando ao medo que tinham dos rumes, o Rey, com Mirocem , regedor da cidade, surgiu com uma grande armada, fazendo grande salva e o governador mandou um barco com a bandeira branca da paz. O Rey mandou dizer que preferia servir ao Rei de Portugal do que aos rumes, que vinham guerreá-lo. O governador mandou dizer que aceitava a sua cidade e as ofertas de paz, mas que voltaria depois, pois nesse momento, ia à procura dos rumes para os destruir. E assim, partiu para o estreito.	490
	Estreito			
	Adém Judá	Rey de Misey (senhor dos portos de Meca)* Rei Soleimão *Gaspar Correia, <i>Lendas da Índia</i> , vol. I, p. 745.	O Rei de Misey, vassalo do Turco, que manda e governa todas as terras e portos do estreito do Mar Roxo soube através dos mercadores que andavam na Índia que, se a cidade de Adém fosse tomada, todo o estreito ficaria seguro, porque teria, tanto lá como no mar, muita gente armada, com quem combateria e defenderia, assegurando que as armadas portuguesas (que Gaspar Correia, ao incluir-se diz “nossas armadas”) não entrassem no estreito, o que já fora feito e Adém fora tomada, mas acabou por não resultar por ter falta de gente e ter os muros derrubados. Assim, escreve ao rei Soleimão para que não fizesse a fortaleza de Camarão, porque se a armada portuguesa a tomasse, todos morreriam; o melhor era desfazer toda a obra e segurar a armada em Judá, até este lhe mandar outra mais poderosa para tomar a cidade de Adém, de que o faria Rei e que teria tanta gente e armadas que os portugueses não teriam coragem de ir ao estreito.	491

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo VIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Estreito Judá	Governador	O governador navegou até às portas do estreito e de noite foi surpreendido por uma tempestade. Nesta noite, morreu Jorge Galvão, filho de Duarte Galvão, que ficou entristecido. Navegando de dia, o governador chegou a 10/ 15 léguas de Judá, onde veio ter com ele uma gelua, “que são barcos pequenos de carga, que nauegão polo estreito de huma parte pera outra”, onde vinham 18 cristãos cativos que haviam fugido de Judá.	491-492
		Soleimão Governador e D. Aleixo Duarte Galvão	Estes contaram ao governador que Soleimão estava embarcado numa galeota para ir ao Suez e dali ao Turco que o mandava chamar. Soleimão tornara a desembarcar por saber que em Adém estava a armada do governador da Índia e que por isso as gentes haviam fugido. Essas gentes estavam agora dominadas por Soleimão. O governador mandou navegar até Judá, mas passou por ventos ponentes muito fortes no estreito onde ainda assim não há mar grande (afirmação de Gaspar Correia, o que mostra que conheceria aqueles mares ou por experiência pessoal ou de ouvir contar). Todos se queixavam ao governador de falta de água e que por isso era necessário ir a Camarão buscá-la, mas este recusava e ninguém o desautorizava por causa das más respostas que dava. Quando começaram a adoecer, começaram a praguejar contra ele e queixavam-se a D. Aleixo, que dizia não poder nada fazer, pois não tinha poder. Duarte Galvão era o que tinha mais força sobre o governador e dizia-lhe que não necessário ir a Judá, dado que os rumes estavam em terra, mas ele não desistia de lá entrar e que só aí veria o que seria mais proveitoso fazer em nome do Rei, tal como dizia o regimento que trazia. * Há menção a Soleimão, capitão dos rumes, à sua guerra contra os portugueses, e a necessidade de ir a Camarão buscar água (porque as naus estavam mal aparelhadas), em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, op. cit., pp.410-1.</i>	493
Março de 1517	Judá		Chegou a Judá em Março de 1517, que fica a 180 léguas das portas e de lá a Suez 160. Logo, os rumes começaram a atirar sobre as naus.	494

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo IX

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Estiveram 6 dias à entrada do porto de Judá			A cidade foi quase minuciosamente descrita por Gaspar Correia: o número de habitantes, as casas, a terra seca, a falta de árvores e de água e cheia de mantimentos que vinham de fora e mercadorias que passam para o Cairo e Alexandria. 7 léguas em direcção ao sertão, está a casa de Meca, onde está o «çancarrão de Mafamede, onde os mouros fazem suas romarias como os christãos a Jerusalem».	494
		Soleimão	Esteve três dias a aguardar um vento que os levasse a terra, e não desistiu, afirmando que era imperativo mostrar aos mouros que os seus pilotos não o amedrontavam, pois, se dali saísse sem fazer nada, “ficaria perdido o tamanho credito como os portugueses tinham feito do descobrimento da India atégora”, palavras com que todos os capitães concordaram. O Soleimão ficou muito espantado por ver que as naus portuguesas entraram sem ficarem encalhadas (“ cousa milagrosa ”) e “segundo hum cativo que esta noite se deitou de terra”. Gaspar Correia transcreve as palavras de Soleimão: «Ó bella barcha, bem governada!».	495
			O governador ficou “agastado”, pois viu a cidade forte e cercada em roda por terra, e percebeu que os muros, defendidos por muita artilharia, vinham até à praia na zona dos cabos. Não querendo entrar, o governador evitava falar no assunto e também ninguém se dirigia a ele, pois não “tinha modos de conuersação, e era muy isento, e tinha modos de se mostrar supito em paixão, porque com as luas era tocado da doença de gota coral”.	496
			E todos continuavam a praguejar contra ele e a sua ausência de acção.	497
			Se regressassem sem guerrear, ElRey deveria pedir justificações ao governador, pois qual era a necessidade de ter entrado no porto, e não guerrear em terra? A desonra iria ser imensa, bem como iria ficar em causa o crédito dos portugueses. Seis dias depois de terem chegado ao porto de Judá, partiram e todos iam agastados.	498

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo X

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Março	Judá → Ilha de Camarão		Partindo para Camarão, como não havia ventos levantes, as naus passaram por grandes calmarias de ventos e temperaturas tão quentes “que ardião os corpos da gente, o que causava grande sede, e “armada hia falta d’ágoa” e muitos começaram a morrer à sede. Desesperados, os homens falavam mal do governador , <pedindo a Deos grandes justiça> . Morreram 400 homens antes de chegarem a Camarão onde, achando tanta água, para lá se atiravam e morriam afogados. Depois, veio o mal da fome. Morreram mais de 500 portugueses e negros das galés. O governador mandou uma caravela a Dalaca, uma ilha povoada, para buscar mantimentos; se não os houvesse, que fosse ao porto de Maçuhá, na terra do Preste João , que um piloto mouro foi mostrar.	
	Dalaca Maçuhá Ilha de Camarão→Índia→Portugal	Duarte Galvão Francisco Álvares (escritor e capelão da embaixada de D. Rodrigo ao Preste)	Duarte Galvão diz ao governador que o devia mandar a ele e a Matheus a Maçuhá para levar o presente ao Preste , mas este recusou o pedido. Depois de muita insistência de Galvão e das recusas de Lopo Soares , aquele adoeceu e morreu de desgosto e de raiva e “se diz” que deixou escritas coisas ao Rei acerca do grande mal que sofrera a Índia ao ter mandado como Governador Lopo Soares , pelo que os conselheiros do Rei mereciam ser castigados. Duarte Galvão foi enterrado na ilha pelos seus filhos e por um padre, Francisco Álvares, que ia na companhia de Galvão para ver o Preste, com quem depois esteve e ao regressar, veio à Ilha de Camarão e desenterrou, secretamente, as ossadas de Duarte Galvão e as meteu numa arca sem ninguém saber, levando-a à Índia, seguindo depois para Portugal.	499
Julho	Terra do Preste Camarão Barbora (cidade da África Ocidental) e Zeyla Zeyla (cidade da África Oriental e capital do reino de Adel)	D. Rodrigo (embaixador ao Preste) Matheus	Só em Maçuhá é que vieram mouros vender poucos mantimentos aos portugueses. Levaram-nos ao governador , que se encontrava a desfazer as paredes que os rumes estavam a fazer para a fortaleza. Depois de o governador partir de Judá, muitos cativos fugiram das galés dos rumes e, não encontrando a armada portuguesa, foram em direcção ao outro lado da terra do Preste que os acolheu. Alguns vieram com D. Rodrigo, que foi com embaixador ao Preste . O governador esteve três meses em Camarão, padecendo de fome e por isso de lá partiu em Julho, com o objectivo de ir dar a Barbora e Zeyla onde, encontrando gente pacífica, despacharia Matheus com as cartas para o Preste , pedindo desculpas por não ir ao porto de Maçuhá.	
		D. Gracia Coutinho (capitão de Ormuz) e D. João da Silveira Simão de Andrade	Chegando a Zeyla (descrita, mais uma vez, por Gaspar Correia), não deixou que ninguém fosse a terra. Os mouros mandaram embora mulheres e crianças para poderem combater os portugueses, mostrando no noutro dia o seu poder de armas e foram combatidos pelos portugueses, fugindo, e aqueles aproveitaram para ir buscar mantimentos. Os primeiros que desbarataram os mouros foram D. Gracia Coutinho e D. João da Silveira , entre outros. Do outro lado da cidade, foi Simão de Andrade , que andava aborrecido com o governador por ter sido preso por D. Aleixo em Ormuz, por este ter afrontado o governador . Entendendo mal as palavras de Andrade, por achar que este se dirigia a ele com desprezo, o governador mandou prendê-lo. Mais tarde, partiu para Adém.	500-501

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo X

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Adém Calayate	Governador D. Aleixo	Aí, já se sabia o que o governador havia feito em Judá e do escândalo que isso provocara nas pessoas. Como haviam regressado poucos navios, o rei de Adém estava seguro de que os portugueses já não lhe iriam conseguir fazer mal. O governador disse ao Rei que iria regressar à Índia, mas que se este soubesse que os rumes andavam no mar, lhe mandasse recado, que ele viria com uma armada maior e com permissão do Rei para poder combatê-los em terra, e que tudo isso faria por ser seu bom amigo. O rei retribuiu a amizade. Logo partiram, mas por ser uma época de ventos fracos, andavam em paio e por isso morreu muita gente. Foi ter a Calayate, de onde mandou que D. Aleixo fosse à Índia investido dos seus poderes de governador. Escreveu secretamente ao Rei, explicando-se e desculpando-se dos seus feitos.	502
		Lopo Vaz de Villalobos (capitão duma naveta) Pêro Vaz da Vera (piloto e capitão dum caravelão)	Atribuiu grande culpa ao mal da sua doença (a gota de que se falou anteriormente?), que o havia atacado quando estava no estreito. Mandou Lopo Vaz de Villalobos no caravelão (semelhante a uma pequena barca de pesca de Lisboa, como nos descreve Gaspar Correia) de Pêro Vaz da Vera com as cartas para o Reino. Estes lá chegando, falaram as verdades sobre as maldades do governador, o que fez com que o Rei ficasse agastado por saber que se haviam perdido tantas naus e tanta gente. * É enunciado como sendo escrivão da embaixada em que ia Matheus e o Padre Francisco Álvares, em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, op. cit., p. 414.</i>	503
			É narrado o que sucedeu aos homens que, depois de o governador ter partido de Zeyla, não o acompanharam, mas antes foram até à Arábia em busca de água. Muitos capitães tinham homens maltratados e desonrados, nomeadamente Jerónimo de Sousa que, sentindo-se injuriado por Mend´Afonso, matou-o e atirou-o para um poço. Acabaram por se acalmar os ânimos, pois “os soberbos que enjuriauão e deshonorauão os homens honrados assy merecião que lhe fizessem”.	504-505
	Mascate→Ormuz Mascate→Dio→Índia	Governador D. Gracia Coutinho e D. João da Silveira Pêro de Albuquerque	Mais tarde, Jerónimo de Sousa viria a ser degolado. O governador partiu de Calayate para Mascate depois de ter despachado o caravelão para o Reino. Lá, deixou as naus e foi a Ormuz com D. Gracia Coutinho e D. João da Silveira. Os que ficaram em Mascate, foram às costas de Diu fazer presas e voltaram para a Índia cada um por si. Quando chegou a Ormuz, Pêro de Albuquerque recebeu honradamente Lopo Soares como governador que era. Pêro de Albuquerque já fora visitado pelo gozil do rei de Ormuz, que o governador foi visitar no dia seguinte, querendo saber se devia tirar a capitania a Pêro de Albuquerque por ser sobrinho de Afonso de Albuquerque. Mas o rei respondeu que o capitão era tal e qual o grande Afonso de Albuquerque, tecendo-lhe grandes elogios e logo o governador se despediu dele e foi modificar tudo o que Albuquerque havia feito em Ormuz, ao que Pêro de Albuquerque de nada respondeu, pois já sabia do ódio de Lopo Soares pelo tio.	506
Agosto		Ormuz→Índia	Lopo Soares esteve o mês de Agosto em Ormuz e depois partiu para a Índia.	

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Inverno	Coulão	Mouros	Os mouros de Coulão eram inimigos dos portugueses e queriam arranjar pretextos para os guerrear, para que estes não conseguissem continuar a operar no comércio da pimenta e das drogas, já que eles já não a conseguiam tratar.	507
	Adém	Rei de Adém Rumes (turcos)	Quando veio o inverno, espalharam a mentira de que o governador sofrera uma tempestade e que, por isso, havia perdido metade da armada e, com medo, fora a Adém pedir ajuda ao rei para combater os rumes.	
	Ormuz		Essa ajuda foi recusada e o governador foi invernar a Ormuz. E falando outras mentiras, os mouros andavam “soberbos”, mostrando-se valentes ao passarem pelos portugueses, “batendo as adargas e esgrimindo as espadas”, o que fazia com que os marinheiros portugueses se queixassem ao capitão dessas atitudes de prepotência, ao que ele aconselhava a rirem-se deles e a ridicularizarem-nos, dissimulando junto dos mouros que todo aquele problema estaria acabado no verão. Com essa atitude, os mouros tornaram-se mais aguerridos e o capitão mandou que os soldados não saíssem das imediações da fortaleza. E deste modo, tudo no verão estava pacificado, e não houve qualquer briga, como os mouros desejavam. Entre outras prerrogativas, depois de já ter estado na Índia, tal como Gaspar Correia já havia contado na lenda de Afonso de Albuquerque , voltou a Portugal e o Rei, entre outros benefícios, deu-lhe a alcaidaria mor de Goa, “com grandes ordenados em sua vida”. As provisões que o Rei lhe mandou que se cumprissem foram aceites pelo governador quando partiu para o estreito. E D. Goterre , capitão de Goa, ficou cheio de cobiça, pois esperava ter mais proveitos.	
		João Machado (degradado e depois adail, capitão e justiça-mor da pionagem de Goa) D. Goterre Jerónimo de Sousa Lopo Soares	O mesmo D. Goterre deu a conhecer ao governador que Jerónimo de Sousa andava na Ilha da Maldiva “ao salto”, conseguindo uma provisão junto do governador para o trazer de volta. Caso se recusasse a regressar, o governador mandou que o “metessem no fundo”. Assim que partiu para o estreito, D. Goterre armou seu irmão D. Fernando de Monroy capitão-mor de uma caravela e João Gonçalves de Castello Branco. Ambos andaram entre as ilhas à procura do “alevantado”, mas também se tornaram “alevantados”, pois fizeram muitos roubos no mar e em terra, tomando duas naus de Cambaia que tinham cartazes e que vinham carregadas de muitas riquezas e que há muito andavam batendo as zonas de Tanaçarim e Bengala. O capitão dessas naus indignou-se por o roubarem e disse que devia ser pelo facto de o governador que lhe havia concedido os cartazes ter já morrido.	508
		Tanaçarim e Bengala Cambaia→Baçaim→Goa (rio Dabul)	D. Goterre também armou D. João de Monroy, seu sobrinho, como capitão-mor de sete fustas, para ir para a costa de Cambaia. Também eles tomaram uma nau que trazia muitas riquezas e foram até Baçaim. Assim que saíram, depararam-se com uma armada de Meliquiaz, com quem combateram. Daí, os barcos de Meliquiaz dirigiram-se para Goa e, chegando ao rio Dabul, encontraram Álvaro de Madureira que com eles combateu. Uma fusta foi tomada e D. João, com mais duas fustas que tomara anteriormente, recolheu-se em Goa e ficou com um bom quinhão das riquezas tomadas.	509

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Início do Inverno Dia de Pentecostes	Pondá		Sendo início do Inverno, o capitão disse a João Machado que fosse fazer o salto a terra – em Pondá – onde estava um tesouro do Ancostão.	509
	Bisnegá	D. João de Monroy (sobrinho de D. Goterre capitão-mor duma armada de fustas) Meliquiaz (capitão de Diu pelo rei de Cambaia)	O capitão ordenou que o assalto fosse feito no dia de Pentecostes, em que ordenou “festa d’emperador e escolheu homens valentes e mancebos, e mandou tomar cauallos, os melhores que achou polas estrebarias dos mouros, pera leuarem”. Tal sucedeu, pois Lopo Soares desfez tudo o que Afonso de Albuquerque havia feito em Goa, mandando Cristóvão de Figueiredo a Bisnegá como feitor com todos os cavalos do Rei e deixou apenas três para o trabalho da ribeira, dizendo que eram escusados os gastos de Estado que Afonso de Albuquerque fazia por ser vaidoso. E assim desfez também os estribeiros e deu as estrebarias de mercê. Quando D. Goterre mandou o irmão D. Fernando de Monroy como capitão para tirar aos mouros os seus melhores cavalos, João Machado escandalizou-se com essa decisão, pois ele é que deveria ir fazer esse serviço, tal como o Rei havia ordenado.	510
		Álvaro de Madureira (capitão de gente alevantada)	O Capitão acabou por pedir a João Machado que deixasse o seu irmão ir com ele, ao que João Machado respondeu, agastado, que cumpriria a ordem por este ser capitão, mas que o irmão não iria ganhar honra “debaixo do meu mando”. D. Goterre ficou incomodado com esta reposta e mandou-o obedecer à sua ordem, caso contrário, seria castigado.	511
		João Machado	João Machado foi para o mato para tomar o Ancostão e sua família para ganhar a honra e ganhar o que roubasse de riquezas, escondendo-as só para si, certezas estas de D. Fernando de Monroy.	512
		Ancostão Lopo Soares	No meio da confusão de gritos e homens a fugir, o Ancostão, primeiro fugiu para o mato, mas assim que se apercebeu que os seus estavam a ser atacados pelos portugueses, voltou e mandou aos seus que não matassem aqueles que pudessem ser tornados cativos.	513
		Cristóvão de Figueiredo(feitor em Bisnegá, escrivão da feitoria de Goa e tanadar-mor)	O capitão do Ancostão dizia aos portugueses que, se não combatessem mais, ele não os mataria, e muitos, para não morrerem, assim se iam rendendo e iam sendo levados ao Ancostão. Acabou por ser morto o cavalo de João Machado que, ficando a pé, ainda combateu muitos mouros, mas acabou por morrer a combater. Morreram 18 cavalos, ficaram 26 cativos e 30 mortos que andavam a pé e 12 cativos destes e mais de 100 peões mortos e alguns feridos acabaram por morrer e logo se levantaram todas as terras de Goa.	514
		Pondá Goa (rio d’Agacim)	Ancostão Idalcão Çufolarim (capitão de Idalcão) D. Fernando de Monroy	O Ancostão fez saber o seu feito ao Idalcão, seu senhor, que por isso lhe mandou riquezas e mandou-lhe igualmente o seu capitão, Çufolarim, a quem deu a renda das terras de Goa para gastar na guerra precisamente contra Goa, juntando grande exército. O Ancostão deixou-se ficar em Pondá, mantendo os cativos bem alimentados. Çufolarim foi arranjando modo de passar o seu exército para Goa. D. Goterre foi informado desta situação e mandou D. Fernando para guardar o rio d’Agacim contra os mouros, que ia matando. O restante povo - mulheres e família – refugiaram-se dentro da cidade.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Benastarim (Benastrim) Agacim Bilgão	D. Sancho de Noronha (capitão da Torre de Banestarim)	O mouro, para conseguir derrotar os portugueses, assentou artilharia em frente da torre de Benastarim, que tinha como capitão D. Sancho de Noronha que mandou as mulheres solteiras refugiarem-se em Agacim com mantimentos. A artilharia que Çufolarim atirava à torre não a destruía, pois esta era de ferro. Então, mandou trazer de Bilgão uma bombarda de ferro, que assentou defronte da torre, mandando abaixo parte dela.	516
Inverno→ Agosto de 1517	Goa Ormuz	João da Silveira D. Aleixo	Esta guerra durou desde o Inverno até Agosto de 1517, quando chegou a Goa João da Silveira. Chegou também de Ormuz D. Aleixo e nessa altura os mouros fugiram, depois de perderem muitos homens.	516- 517

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
		Lopo Soares	Lopo Soares continuava a desorganizar tudo o que Afonso de Albuquerque havia feito na Índia: este obrigava todos os homens a trabalhar em prol do Rei. Assim, este governador «deu largueza aos homens que fossem buscar sua vida por onde quisessem». Afonso de Albuquerque havia impedido estas liberdades, para que os homens não «danificassem as terras, que ele muyto trabalhava polas conseruar em paz pera assentar os corações das gentes, com esperança que tinha em Deos que a India hauia de crecer e montipricar, como ora está pola misericordia de Deos». O antigo governador não consentia que os portugueses se mostrassem poderosos e valerosos, mas antes se apresentassem como mercadores humildes, para que os mouros não quisessem batalhar com eles, por vingança e ódio, por causa dos males que lhes infligissem.	517
			Todos os homens que andassem a fazer o seu serviço fora dos mandados do Rei haviam de prestar suas contas a Deus. Assim, todos os portugueses eram temidos e todos lhes obedeciam, mostrando-lhes os cartazes que Albuquerque havia assinado para que pudessem navegar. Mas Lopo Soares abriu mão destas boas práticas e «deu larguezas aos homens pera tratarem (...) e fazião fustas de carga, que carregauão e nauegavão pera onde querião, começarão a usar de males e roubos (...). E foy ysto em muyto crecimiento [...]], o que levou a que os mouros pagassem aos portugueses para que eles não os roubassem; mas os que roubavam, o governador não castigava e assim os mouros passaram a andar artilhados e navegavam para onde queriam como verdadeiros corsários do mar, bem como em terra, onde matavam e roubavam portugueses sem nenhum temor, pois Lopo Soares não ajudava ninguém, dizendo que cada um se devia defender a si próprio. O que sucedeu foi que, de tantas mortes, os portugueses perderam o crédito que tinham.	518
	Tanaçarim→Meca Ceilão→Columbo (Cota)	Baleacem (mouro, capitão-mor duma armada de paraus) Jerónimo de Sousa	Neste tempo, armou-se um mouro corsário do Malabar – Baleacem – grande mercador, que por vingança aos roubos que os portugueses lhe haviam feito, se fez muito poderoso e com intenções de tomar Jerónimo de Sousa. Assim, correu muitas ilhas e fez muitos roubos e tomou muitas riquezas de naus que vinham da costa de Tanaçarim e que passavam para Meca. Das ilhas, foi para Ceilão, roubando as fazendas dos portugueses, que fugiram. O mouro foi até ao porto de Columbo e queimou tudo o que estava no mar e entrou em terra como se fosse seu senhor. O rei estava recolhido num lugar chamado Cota (que quer dizer fortaleza), mas o mouro pedia-lhe muito dinheiro. Caso não o fizesse, destruiria a sua terra, pedindo que lhes mandasse os portugueses que estavam consigo, ou entraria na Cota e enforcá-lo-ia. O rei não aceitou e o mouro, para mostrar o seu poder, fez muita destruição em terra e chegou à Cota, onde se assentou.	519

Capítulo XII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
		Fernão Antunes	Quando o mouro cortou os valados para vaziar a água que cercava o local onde estava resguardado, o rei teve muito medo e mandou-lhe muito dinheiro, mas o mouro queria os portugueses, senão matava-lhe as mulheres e filhos. O Rei prometeu-lhe que os entregava e o mouro voltou contente para Columbo, para o pé das suas fustas. O rei, chorando, explicou aos portugueses as exigências do mouro e que o fazia apenas porque ele o ameaçara de lhes levar e matar mulheres e filhos. Sabendo disso, um dos portugueses, Fernão Antunes, disse-lhe que, em toda a parte, havia portugueses a morrer pelos amigos do Rei de Portugal, para que estes não perdessem os seus Reinos. Então, disse ao rei que haviam de morrer, mas que não os atassem, para morrerem como homens e não como carneiros.	520
Noite→ de manhã (quinta-feira de endoenças)	Columbo Calecut Ceilão	Baleacem	Nessa noite, confessaram-se uns aos outros e selaram os seus testamentos e entregaram tudo ao rei para entregar ao governador ou ao capitão que lá fosse. No outro dia de manhã, juntaram-se todos numa praça com uma cruz que fizeram e diante dela, em joelhos, rezaram as suas devoções e a Salve Regina, acabando com grandes brados, Senhor Deus, misericórdia! Os portugueses partiram dizendo ao rei que preferiam morrer a combater os mouros do que serem seus cativos. Um homem pôs-se na dianteira depois de ter feito uma cruz, «dizendo que Deus era seu capitão, e aquela sua bandeyra» . Chegaram a Columbo e, vendo os mouros, «derão gritas como d’alegria, chamando Senhor Deus, misericórdia!» . «Os portugueses, chamando a misericórdia de Deus, pejejauão como homens que se entregauão a morrer, e por o querer de Deus, mostrando seu grande poder [...]. Com que Nosso Senhor pôs seu temor tão grande sobre os mouros que começarão a fogir; porque os nossos que erão doentes tinhão forças como os sãos» . Baleacem, vendo fugir os seus, teve muito medo, e fugiu para o mar e todos o seguiram. Os que conseguiram salvar-se com ele chegaram a Calecut e disseram que os portugueses eram mais de mil. Mas outros mouros diziam que em Ceilão não podiam estar tantos portugueses, pois lá não havia nenhuma armada. “ Os nossos, vendo tamanho milagre, em joelhos dauão louvores a Nosso Senhor, e se abraçauão huns a outros com lagrimas de grande prazer” . As mortes dos mouros foram muito estranhas, pois as feridas que tinham eram tão pequenas que apenas matariam um gato. Os de Ceilão escreveram ao rei a contarem tudo isto e ele veio ver em pessoa e pediu desculpas aos portugueses por os ter mandado embora da Cota. Ao que eles responderam que isso «Nosso Senhor assy o ordenara que elle o fizesse, por mostrar seu grande poder» . Assim, muitos portugueses ficaram nessa terra e foram muito estimados, sendo servidos como senhores da terra.	521

Capítulo XII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			<p>«E este foi o mais vidente milagre que se achará em todas lendas da India, e fora grande erro aquy o nom memorar, pera que todos dêmos muytos louvores a Nosso Senhor per suas tantas bondades e misericordias que por nós pecadores sempre faz, usando de sua grande piadade, como parecem per suas santas obras: elle seja pera sempre louvado pera sempre ámen».</p> <p>Nesse ano de 1517, Fernão Peres d'Andrade foi descobrir a Índia.</p>	521

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
1517 Junho de 1516	China Malaca→Pacém→ China	Fernão Peres d'Andrade Jorge de Brito →Nuno Vaz Pereira (quadrilheiro de despojo de Mombaça e capitão das fortalezas de Sofala e Malaca) Simão d'Alcaceua , Pêro Soares, Jorge Mascaranhas e Jorge Botelho	É feito um resumo da viagem de Fernão Peres d'Andrade : chegou a Malaca onde concertou os navios para que, quando chegasse a monção, ir a Pacém carregar pimenta, que era a mercadoria da China, e partiu. Passados poucos dias, morreu Jorge de Brito que, antes de falecer, entregou a capitania a Nuno Vaz Pereira. Fernão Peres partiu em Junho de 1516 e com ele foram Simão d'Alcaceua , Pêro Soares, Jorge Mascaranhas e Jorge Botelho.	523
	Ilhas da China → Ilha de Veniaga	Duarte Coelho	Estes e outros capitães foram passando por vários portos sem cometerem atrocidades, pois neles se obedecia ao «Rey da China, que se chama filho de Deos, senhor do mundo» Fernão Peres chegou às ilhas da China e no outro dia foi à vela para a ilha de Veniaga, a 18 léguas da cidade de Cantão. Todos os tratantes (os chins) nesta ilha compravam e vendiam e só passam com licença dos regedores da cidade. Chegando a Veniaga, os portugueses encontraram Duarte Coelho, que era da companhia de Fernão Peres do ano passado, que fora invernar a Siam. Fernão Peres mandou recado ao capitão-mor da armada de chins, dizendo que ele era capitão-mor daquela armada, que era do Rei de Portugal, e que desejava assentar amizade com o rei da China. E por isso, lhe mandava o seu embaixador.	524
		Almirante do mar Fernão Peres d'Andrade	Pedia-lhe que lhe desse um piloto que o levasse à cidade de Cantão. O capitão mandou responder que se regozijava com a paz, mas que devia respeitar os costumes da terra e aguardar pela resposta dos regedores de Cantão. Veio depois um almirante do mar que lhe perguntou quem eram e ao que vinham e o capitão respondeu o mesmo, dizendo que vinha fazer o mesmo que fizera Afonso de Albuquerque em Malaca aos mercadores chins. Pensando que iria ser logo recebido pelo regedor, Fernão Peres saiu do porto, mas apanhou uma tormenta tão grande que teve de cortar os mastros e escaparam por milagre . Desmantelados, queriam-se remediar em terra, mas os chins não permitiram até que viesse resposta do regedor. E Fernão Peres começou a arranjar os mastros partidos. E mandou que Simão d'Alcaceua ficasse como capitão-mor dos juntos, enquanto ele ia ter com o almirante do mar, a uma ilha que está na boca de um grande rio que vai ter a Cantão, cidade principal.	525
			Mas o almirante mandou-o esperar pela resposta do regedor ao que Fernão Peres disse que só esperaria até ao outro dia, senão “com a viração” regressaria a Cantão. O almirante não quebrava os costumes da terra relativamente aos mercadores, mas Fernão Peres não entregaria o seu presente senão ao regedor. No outro dia, “com a viração”, Fernão Peres seguiu pelo rio até Cantão, que Gaspar Correia descreve: «A cidade de Cantão está assentada junto d'agoa; he da grandura d'Euora [...]», o que mostra ter dela conhecimento.	526

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Passados três dias No outro dia		Regedor mayor Feitor da armada	Fernão Peres chegou a Cantão com as bombardas e as velas, mas o regedor mandou perguntar: se vinha em paz, porque trazia toda a artilharia, as bombardas e as velas? Esse não era um costume local, ao que Fernão Peres se desculpou, dizendo que não conhecia os seus costumes, e que as bandeiras eram apenas «por mostrar prazer e festa, mas que elle obedeceria a todos seus costumes». Passados três dias, veio o «regedor mayor, que era capado, como o são todos os officiaes e regedores de justiça e fazenda em todo o Reyno da China», ricamente vestido e num parao muito ornamentado. No outro dia, Fernão Peres mandou-o visitar pelo feitor da armada.	527
		Embaixador Tomé Pires	Mandou dizer que trazia um embaixador com um presente do Rei de Portugal e o regedor mostrou ter grande prazer na visita, pois tinha muito gosto na amizade do Rei de Portugal que «reinava no cabo do mundo». Fernão Peres mandou logo o embaixador a terra, com o presente fechado, que só abria à frente do Rei. O embaixador, Tomé Pires, fora boticário, e era «homem muy curioso e auisado, de muyto saber pera este encargo, e por ysso o mandára Afonso d'Albuquerque com outras cousas a outras partes [...]». Logo foi apregoado pela cidade que poderiam comprar e vender aos portugueses e que, quem os enganasse ou fizesse mal, seria morto. O regedor mandou dizer a Fernão Peres que mandasse vir os outros navios que estavam na ilha de Veniaga, pois em Cantão venderiam e carregariam muito melhor do que lá. Deu logo também uma casa junto do cais, onde meteram a fazenda e nela um escrivão e um feitor e homens para a transportar. E logo começou o grande trato, com muita amizade, segurança e paz.	528
Setembro de 1518 14 meses	Lequia Chincheo Malaca Estreito de Cincapura (Singapura)	Jorge Mascaranhas Jorge Aluares (capitão de um junco) Diogo Pacheco (capitão de uma nau)	Fernão Peres ficou a saber que além de Cantão havia outra terra chamada Lequia, onde havia muito ouro, prata e seda e outras mercadorias muito ricas. Cobiçoso por descobrir esta terra, mandou lá Jorge Mascaranhas, que foi a outra terra chamada Chincheo, muito mais rica do que Cantão. Jorge Mascaranhas assentou com eles que fossem a Malaca, mas eles não foram. Quando lá estava em Chincheo, chegou de Malaca duas novidades no junco de Jorge Aluares: à sua partida, chegara a Malaca, D. Aleixo; e Malaca estava em guerra que era feita pelo rei de Bintão, e que por isso, pedia socorro. Fernão Peres apressou-se para partir na monção que era em Setembro e deixou recado ao regedor que tinha de ir em defesa de Malaca e este disse que fosse em paz e que regressasse quando quisesse. Esteve lá 14 meses e trouxe muita informação. Chegando ao estreito de Cincapura, achou Diogo Pacheco o qual D. Aleixo mandara que fosse aguardar por Fernão Peres para que o avisasse para ir para Malaca.	529
	Malaca→Índia	Fernão Peres D. Aleixo	Fernão Peres trazia no regimento do que fosse assentar Bengala, mas D. Aleixo não o deixou ir e fê-lo ir para a Índia, pois a viagem de Bengala tinha-a o governador dado a João da Silveira, seu sobrinho. Fernão Peres esteve em Malaca a vender as suas mercadorias e fez muito dinheiro. Voltou para a Índia na companhia de D. Aleixo, a quem deu riquezas.	530

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XIV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
1517	Lisboa→Goa	António de Saldanha, capitão-mor de 5 naus e capitão da fortaleza de Cochim), leva: Manuel Lacerda para capitão de Calecut; Pêro Coresma, para feitor de Cochim; D. Tristão de Meneses; Rafael Castanho.	-----	531
		Fernão d'Alcaceua, vedor da fazenda da Índia	Depois de António de Saldanha ter partido, ordenou a armada de três navios, que partiu um mês depois e cujo capitão-mor era Fernão d'Alcaceua, a quem deu cargo de vedor da fazenda da Índia, ordenado com poderes isentos do governador, de modo que este ficava apenas com o poder de fazer a guerra e a paz, com as armadas e as guarnições que o vedor lhe desse. Isto tudo pelo desgosto que o Rei tinha dos males feitos por Lopo Soares.	
Final de Setembro	Diu Batalalá→ Cochim	D. Goterre e D. Aleixo Fernão Martins Auangelho feitor em Diu) Vedor da fazenda Lopo Soares	No regimento de Fernão d'Alcaceua, o Rei mandava que o governador não mexesse em nada da fazenda, nem com nenhum feitor ou oficial da fazenda. Só elegia ou demitia os capitães das fortalezas. Fernão d'Alcaceua e António de Saldanha chegaram a Goa no final de Setembro, tempo em que o governador ainda não tinha regressado de Ormuz. O primeiro, chegando cheio de poder, não esperou o regresso do governador e, tal como dizia no regimento, logo começou a mandar na feitoria e nas coisas da fazenda, mostrando aos oficiais as provisões do Rei: todos lhe deviam obedecer. O capitão D. Goterre e D. Aleixo discordaram de Fernão d'Alcaceua e este mandou chamar os juizes e mostrou-lhes a provisão mandada pelo Rei: sob pena de caso maior, ao governador e a todas as pessoas da Índia, em nada podiam contestar as decisões de Fernão d'Alcaceua no que tocava à fazenda. Depois de verem esta provisão, todos entenderam o ódio que o Rei tinha ao governador por causa dos erros que cometera e todos disseram obedecer ao mandado. O vedor da fazenda pôs em ordem as coisas de Goa e mandou Fernão Martins Auangelho para feitor em Diu, levando muita fazenda do Reino. Deixando tudo organizado, foi a Batalalá, onde deixou um feitor e foi para Cochim, correndo as fortalezas. Entretanto, o governador chegou a Goa e ficou a fazer do regimento e provisões que Fernão d'Alcaceua havia trazido e ficou aborrecido, sentindo o ódio que o Rei lhe tinha e que por isso havia de retirar o poder de Fernão d'Alcaceua relativamente à fazenda. E dizia isto com tanta dissimulação que parecia até que estava a brincar. E mostrou-se também indignado com António de Saldanha que vinha como capitão do mar, cargo que havia dado a seu sobrinho, D. Aleixo.	532

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XIV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Chaul Judá Goa→ Cochim	Fernão Gomes de Lemos (embaixador ao Xequesmael e capitão de Ceilão) Lopo Soares Fernão d'Alcaceua	<p>Tendo o governador partido de Chaul, aí chegou Fernão Gomes de Lemos que vinha do estreito e que queria vender algumas presas que trazia. Os mouros das galés contavam aos mouros da terra a grande “judaria” que os portugueses haviam feito em Judá, não ousando combater os rumes, o que levou a que os mouros se mostrassem muito soberbos. Quando estavam a vender mercadorias, houve um mouro que passou e disse: «Os portugueses são bons pera vender os roubos dos pobres, e não pera pelejar com os rumes». E isso trouxe tanta confusão, que houve mouros que acabaram por ser mortos e outros a quem foram cortadas as orelhas e narizes, pendurados depois nas popas das galés. O governador sabendo disso, perguntou a Fernão Gomes de Lemos por que não haviam queimado Chaul, ao que ele respondeu que também não o haviam feito em Judá.</p> <p>Em Goa, o governador pegou em todas as suas coisas e embarcou com toda a gente e foi para Cochim, onde o receberam. Fernão d'Alcaceua recebeu-o com cortesia ao que Lopo Soares respondeu «dizendo que folgaua muyto com sua vinda, porque lhe faria muyta ajuda a seus trabalhos». Ao outro dia, pediu ao vedor que lhe mostrasse todos os seus papéis e regimentos e mandou escrever perante juizes e secretários que a tudo obedeceria, tal como mandava o Rei, e depois assinou os papéis todos. Guardou o auto dessas assinaturas consigo. O vedor, como era muito esperto, percebeu logo que a intenção do governador não era guardá-los mas “enterrá-los”. Em segredo, o governador falou com o feitor, e lhe disse que tinha “enterrado” os papéis, e que tudo o que o vedor mandasse fazer, ele não o faria, dizendo não que não queria, mas que tinha outros assuntos para tratar. E o mesmo disse, um a um, aos oficiais da feitoria e armazéns, escrivães e ouvidor. «Com esta téa assy ordida, os officiaes em nada obedecião ao que lhe mandava o vedor da fazenda, o qual se hia queixar ao governador».</p>	533-4
			Este mostrava-se aborrecido e mandava chamar o ouvidor para mandar prender e enforcar todos os oficiais que o vedor lhe apontasse. Mas presos, o meirinho dizia que não havia testemunhas. As queixas do vedor por vezes não eram ouvidas pelo governador , que parecia que dormia ou pedia-lhe para perdoar os homens, pois eram «mãos e desmandados».	534
			Até que Fernão d'Alcaceua entendeu o jogo do governador («esta musica») e, sentindo-se impotente, pediu uma nau para regressar ao Reino, pois não queria continuar nesse cargo, ao que o governador lhe pediu que não fosse.	535
	Lisboa		O vedor trazia as suas mercadorias e fazendas secretas que vendeu, e fez muito dinheiro que escondeu num fundo falso de uma arca e partiu para o Reino, mesmo o governador lhe pedindo que não o fizesse. Assim que chegou ao Reino, contou ao Rei o que havia feito Lopo Soares , mas « quis o demo que na casa da India lhe acharão o dinheiro no fundo falso escondido [...]». Polo que esteve preso até hir Lopo Soares , e foy solto em grandes fianças, pera andar á demanda com Lopo Soares , que durou muyto tempo».	535-536

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Maio de 1518	Lisboa Estreito→Adém→ Ormuz	D. Tristão António de Saldanha	A única coisa que o vedor disse ao Rei era que estava pronto para ir a juízo, mas como o Rei lhe disse que o governador era um homem isento pois, ao contrário de si, nunca tocara no dinheiro da fazenda, mandou que D. Tristão partisse para Maluco em Maio de 1518. Despachou António de Saldanha para o estreito com o título de capitão-mor da armada. Com ele, levou um regimento que o levava às portas do estreito e a Adém. Se no mar achasse os rumes, devia combatê-los. Daí, iria invernar a Ormuz. Nestas naus, carregou muito arroz, açucares de Batalalá, entre outras, e das quais fez muito proveito em Ormuz.	537
	Ilhas Malaca Goa	Governador D. João da Silveira António de Saldanha Frei António do Louro	O governador despachou D. João da Silveira, sobrinho do barão, para andar nas ilhas, aguardar as naus que atravessavam para Meca, que vinham de Tanaçarim, Bengala e Pegú, e que traziam muitas riquezas, não tendo outro caminho senão passar pelas ilhas; também esperaria outras naus que vinham dos lados de Malaca e que passavam nas ilhas para se afastarem da costa da Índia, com medo das armadas dos portugueses. D. João fez grandes presas e voltou, mas muita gente morreu de doença das ilhas, que são alagadiças, muito quentes, de más águas e mau comer. Como muitos morreram, D. João ficou muito rico. Como António de Saldanha veio como capitão do mar para servir D. Aleixo, este mandou-o prover Malaca. Nestas naus que vieram do Reino, na companhia de Fernão d'Alcaceua, veio Frei António do Louro, frade de S. Francisco, que primeiro viera como guardião de um mosteiro que se havia feito na ilha Çacotorá e que trazia agora provisões para fazer um mosteiro em Goa. Ele iria tomar posse na cidade para ministrar os baptismos e casamentos e para isso trazia “letra” do Papa. O governador disse-lhes que escolhessem um lugar que lhes agradasse e lá construíram uma casa com capela, altar-mor, sinos e órgãos, celas e sacristias, mas não estando contentes, “como he seu costume”, queixaram-se ao rei que estavam muito apertados e este mandou que lhes desse toda a terra que queriam para construírem o mosteiro. E foi já no tempo de Diogo Lopes de Sequeira que tomaram o lugar onde seria mais tarde o mosteiro. O frade morreu antes de este estar pronto. Os homens diziam muito mal dos frades e do mosteiro, pois fizeram muitos gastos supérfluos.	538

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XVI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
<p>Fevereiro de 1518</p> <p>Inverno Setembro (dia 20)</p>	<p>Cochim</p> <p>Ceilão</p> <p>Lisboa→ Goa</p>	<p>Fernão Peres d'Andrade</p> <p>Governador</p> <p>Diogo Lopes de Sequeira</p> <p>D. Goterre</p> <p>D. Fernando de Monroy</p>	<p>Chegou a Cochim Fernão Peres d'Andrade, com os navios cheios de riquezas e mercadorias para a feitoria.</p> <p>Nesse mesmo ano, o governador havia fornecido uma armada dirigida a Ceilão para fazer uma fortaleza, tal como o Rei havia ordenado e quis dar pressa a essa armada, pois não queria esperar pelas notícias que vinham de Goa onde haviam chegado naus do Reino, onde havia de vir o novo governador Diogo Lopes de Sequeira, impedindo-o assim de continuar a governar a seu bel-prazer. Mandou recado a D. Goterre, capitão de Goa, que lhe mandasse recado na primeira nau que navegasse, na entrada de Setembro, seu irmão D. Fernando de Monroy. Apressado, partiu de Cochim a 20 de Setembro de 1518, levando vários capitães de naus consigo.</p>	539
Três dias	Cochim→ Galle (A sudoeste do actual Sri Lanka e a 119 km de Colombo) → Colombo	<p>Rei de Columbo</p> <p>Governador</p>	<p>Foi buscar o porto de Columbo, onde chegou em três dias e, depois de andar em paio durante quatro dias, chegou ao porto de Galle, uma ilha do lado sul, matando vacas e roubando tudo o que achavam. Os locais vieram combater contra os portugueses. Depois, partiu de Galle e entrou no porto de Columbo, o principal no trato (das especiarias), e onde estava o padrão das armas colocado por D. Lourenço (tal como contado na lenda de D. Francisco de Almeida), e ordenou que não se guerreasse, mandando mensagens de paz em nome do Rei de Portugal e que, em nome dessa amizade, pedia que se construísse na ponta da baía uma fortaleza, com uma feitoria. Além disso, comprometia-se a guardar o seu porto dos inimigos e o capitão que ficasse na fortaleza iria servi-lo, tal como sucedia em todas as restantes fortalezas espalhadas pela costa da Índia.</p>	540
			<p>O rei ficou muito satisfeito, pois os mouros tinham-lhe metido medo ao dizerem que o governador viria à sua terra para lhe roubar o tesouro. Assim, a fortaleza ia sendo construída e avolumam-se pormenores: o corte da pedra, a construção dos muros, entre outros.</p>	541
			<p>Os mouros, vendo que o rei deixava que os portugueses construíssem a fortaleza, disse-lhe que estes eram mentirosos, pois o seu interesse era que o seu povo lhe pagasse as páreas (tributos pagos como forma de vassalagem) anualmente e, estando estabelecidos com feitoria, queriam tomar o seu tesouro, ou quem sabe todo o Reino, a canela, os elefantes, matar vacas e cortar os palmares. O governador começa a estabelecer tratos com o rei, pedindo-lhe muita canela em troca de ouro português. Os mouros continuam a envenenar o rei contra os portugueses.</p>	542-3
			<p>Vendo que o rei demorava na resposta quanto à proposta de negócio, mandou homens a terra, mas uns foram mortos e outros fugiram. Logo, o governador mandou os seus homens combater os locais, que eram muitos.</p>	543

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Lopo Soares de Albergaria – Ano 1515

Capítulo XVI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Vendo que esta guerra se ia levantar por algum mau conselheiro que o rei tinha, pediu que os soldados não fizessem nada de mal, pois ele desejava assentar a paz. Satisfeito, o rei que não queria perder o seu reino e as navegações dos seus portos, mandou que os seus não combatessem os portugueses e que lhes fossem vender comida. Depois de uns dias em sossego, o governador mandou dizer ao rei que o Rei de Portugal só fazia as suas fortalezas com paz e nas terras de seus amigos; nas terras inimigas, fazia-as «de fogo e sangue»; e que se ele era inimigo do Rei de Portugal, assim o faria.	544
	Ilhas de Maldiva→Bengala → Índia→Ceilão (porto de Galle)	João Froles (mensageiro ao rei de Ceilão e feitor da pescaria do aljôfar) João da Silveira	O rei, muito arrependido e medroso pelo mal que lhe podia suceder se não se mostrasse amigo de Portugal, mandou afirmar a sua amizade e paz. Tal como das outras vezes, o governador mandou João Froles com recado para assentar a paz, dando o rei riquezas aos portugueses: anéis de safira, quatro elefantes, quatrocentos bares de canela (cada quatro bares em troca de «hum português d'ouro»). E trocaram cartas assinadas e seladas para firmarem a paz. O rei ficou com o seu cartaz assinado para que as suas navegações fossem seguras e os seus portos livres e seguros de quaisquer outros navios, não sendo rumes. E assim, o governador quis despachar a construção da fortaleza para regressar a Cochim, levar a canela para o Reino e aguardar por Diogo Lopes de Sequeira . Entretanto, chega a Ceilão João da Silveira com a sua armada que fora às ilhas de Maldiva, onde lhe deu um temporal que o levou às costas de Bengala, onde também fez ricas presas e depois voltou para a Índia e foi para o porto de Galle, onde soube que o governador estava em Columbo a fazer uma fortaleza.	545
			Este deu-lhe a capitania da fortaleza a que pôs o nome de Nossa Senhora das Virtudes e fez alcaide-mor e feitor Diogo de Lemos e deixou tudo pronto, esperando para carregar os navios com canela e despedir-se do rei.	546
Outubro	Columbo→Ceilão		O rei mandou o seu filho, o príncipe, acompanhado de muita gente e o governador foi assim receber a fortaleza, apresentando o seu capitão, dizendo que era seu sobrinho e que serviria o rei em tudo o que desejasse. Partiu em Outubro, mas muita canela se perdeu logo quase à saída, e chegou a Cochim.	547

Capítulo XVII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Malaca	D. Aleixo Afonso Lopes da Costa Rei de Bintão	Em Malaca, D. Aleixo tinha por companhia Afonso Lopes da Costa que, por ser seu amigo, estava ao seu lado, dado que ainda não havia terminado a guerra do rei de Bintão a Malaca, e era preciso expulsar o inimigo, tomando, para isso, a “tranqueira de Muar*”, feito realizado por Afonso Lopes da Costa e alguns fidalgos que com ele foram.	547
			Depois de uma tentativa falhada de bombardear severamente a fortaleza, os portugueses recuaram e ficaram sem possibilidades de receber mantimentos, pelo que passaram grande fome, situação que o rei de Bintão desconhecia. Mas, mesmo assim, num ardid de traição, quis ir saber o estado em que se encontravam os portugueses e mandou um embaixador a D. Aleixo com um presente: um elefante com peçonha, que morreria passado não mais do que mês. Ao mesmo tempo, pediu que assentassem a paz. D. Aleixo assentiu e ambos trocaram ricos presentes. Mentindo aos portugueses, mandou uma armada cujo capitão-mor fora um regedor em Pacém, que matara o rei amigo dos portugueses, e se auto-proclamara Rei. Para manter o seu reinado, fez-se amigo do rei de Bintão na luta contra os portugueses em Malaca.	548
			Logo os inimigos entraram de surpresa, mas os portugueses, mesmo desprevenidos, perceberam que era errado irem atrás deles para o mar, pois assim a fortaleza ficaria insegura. A guerra continuava na cidade.	549
		Rei de Pacém	O rei de Pacém mandou também matar alguns portugueses que ali comerciavam e o Rei de Bintão atacou onde mais sabia que ia causar dano: impediu que os mantimentos chegassem a Malaca. Entretanto, veio um grande senhor jau (de Java) que ia para Malaca com a sua família para viver do comércio e foi tomado pela armada do rei de Bintão que lhe disse que se ele o ajudasse naquela guerra poderia vir a ser muito rico em Malaca e ele obedeceu, pois não podia recusar, pois o rei havia ficado com a sua mulher. Deu-lhe a capitania-mor da armada e depois de lhe prometer muitas vezes que o deixaria ir livre com a sua fazenda e gentes para Malaca, o jau cansou-se de esperar e fugiu. Veio até Malaca e, na fortaleza, explicou o que lhe tinha sucedido e deu conselhos: contou sobre os muitos homens inimigos que queriam atacar a tranqueira de Muar por terra, pois era fraca e logo os portugueses tiveram dúvidas sobre que decisão tomar.	550
		Senhor Jau		
		Duarte Mello (capitão-mor e capitão da fortaleza de Ceilão) Manuel Falcão D. Aleixo	Decidiu-se mandar Duarte de Mello, capitão-mor do mar, Manuel Falcão por terra e mandar D. Aleixo ficar de guarda à fortaleza. Numa troca de tiros de bombardas, Manuel Falcão morreu, mas Duarte Mello continuou a lutar, agora com a ajuda de nobres que a ele se juntaram. Depois de duas horas, em que muita gente já havia morrido, «quis Deos que de huma espingarda foy morto o capitão da tranqueira á vista dos seus; com que logo forão postos em desbarato fogindo [...] e cativos».	551
		Vitorioso, Duarte Mello quis ir ao encontro do rei de Bintão. Entre os cativos, estava um filho do Rei de Sião, que estava a ajudar o rei de Bintão e que, vendo quem era, os portugueses o devolveram a seu pai, que muitos agradecimentos lhes fez.	552	

Capítulo XVII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Monção	Pagó Maluco (Ternate e Tidore) Cochim	D. Tristão de Menezes (capitão de nau do reino e duma armada para Maluco) D. Aleixo António de Saldanha Afonso Lopes da Costa	O rei de Bintão, desgostoso e irado com a sua perda, continuou a guerrear Malaca do local onde se encontrava – Pagó – tanto por mar como por terra, “fazendo saltos e todo o mal que podia”. Sendo a monção para Maluco, D. Aleixo mandou D. Tristão de Menezes ir assentar o trato do cravo, levando cartas do Rei de Portugal e presentes para os reis da Ilha de Ternate e Tidore (onde nasceu o cravo) e com regimentos de paz. Como também era monção para a Índia, D. Aleixo partiu para Cochim. Na armada de António de Saldanha, veio Afonso Lopes da Costa, provido de capitão de Malaca, assim que esta vagasse. Este, tomando a capitania, trouxe muitas inimizades, entre elas a de D. Aleixo e poucos lá quiseram ficar com ele quando D. Aleixo partiu de Malaca.	552
			A guerra continuou entre Afonso Lopes da Costa e o rei de Bintão e aquele não se arriscava a sair da fortaleza, porque tinha poucos homens com que combater. Os poucos que combateram, «com esperança de Nosso Senhor», o fizeram com grande esforço.	553
Mais de vinte dias			Logo uma manchua foi bombardeada, «mas Nosso Senhor, com sua misericórdia, fez fauor aos nossos, que desbaratarão os imigos fogindo, e apagarão o fogo dos nauios, que inda tinhão pouquo ardido, e assy ficou o mar e a terra liure d’esta afronta d’este dia». Mas os inimigos queriam desgastar os portugueses, e estiveram mais de vinte dias a «quebrantar» os portugueses, «mas polo querer de Nosso Senhor os imigos affrouxarão e se forão». Mas o rei de Bintão continuava persistente e, no Pagó, fez-se muito forte e continuou a mandar as suas gentes guerrear Malaca. <i>N’esta lenda de Lopo Soares se contém desasete capitulos, de que me pareceo escusado fazer tauoada, por a lenda ser pouqua cousa.</i>	554

- Muar desempenhou um importante papel como resposta aos ataques dos portugueses. Foi aí que o forte de Bintão foi construído pelo rei de Malaca para proteger a terra de invasões por mar. Quando os portugueses conquistaram Malaca em 1511, o seu rei e a corte refugiaram-se em Muar.

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo I

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Setembro do ano de 518 Anno de 508	Malaca	Diogo Lopes de Sequeira que veio com os seguintes capitães de naus: D. Gracia Coutinho (Ormuz); Rui de Mello Punho (Goa); D. Aires da Gama (sobrinho de Vasco da Gama) (Cananor); Gracia de Sá (Malaca); Sancho de Toar (fidalgo castelhano, capitão da nau do reino e da fortaleza de Sofala; foi despachado em Moçambique);	No ano de 1508, Diogo Lopes de Sequeira fora assentar Malaca (como anteriormente contado).	555
No outro dia	Goa	Veio na nau de Toar, Cristóvão de Távora, António Lobo Teixeira; Lopo Cabreira, Pedro Paulo (naus de mercadores); D. João de Lima (Calecut); João Gomes Cheiradinho (falado no feito dos rumes com D. Francisco em Diu)	Na paragem do Cabo da Boa Esperança, a nau de D. João da Lima sofreu um fenómeno que só foi decifrado em Cochim: um peixe furou com o focinho «d'osso muito forte» o casco. Nesta armada, estava também o naire (índio do Malabar, de elevada nobreza/ patente militar), enviado pelo rei de Calecut, que foi baptizado pelo rei D. Manuel quando esteve no reino: «o fez cristão, com o hábito de Cristo» e passou a chamar-se João da Cruz. Antes de despachar as mercadorias assim que chegou à Índia, quis primeiro fazer o que o regimento assim determinava: que Lopo Soares lhe entregasse a Índia, acto que este não fizera quando se tratou de tomar o lugar de Afonso de Albuquerque. Como o regimento dizia que o governador antigo teria o mando das cargas e embarcações até partir para o reino, assim dizia o governador de Goa, Diogo Lopes de Sequeira partiu para Cochim com a armada. Mandou Lopo Cabreira visitar o rei de Cananor quando por lá passaram de noite na viagem para Cochim e mandou pedir desculpas por não ir lá pessoalmente.	556
	Cochim	João da Cruz	Depois de o governador ter partido para Goa, chegou António de Saldanha, grande amigo do governador Lopo Soares, com uma armada cheia de riquezas, quando tomou as naus de Meca na costa de Diu. Partiu de novo e alcançou o governador depois de Cananor, às portas de Tiracole. Chegado fez uma salva de artilharia ao governador. Os marinheiros, pensando que era para responder do mesmo modo, acabaram por ser castigados: quatro foram pingados. O governador recebeu com honras todos os capitães e em especial o seu amigo António de Saldanha, que foi com ele até Cochim, contando-lhe as suas aventuras na Índia.	557
	Tiracole	António de Saldanha	O novo governador foi até Cochim, onde fez novamente a sua entrada com artilharia e onde foi recebido em festa. Dirigiu-se ao quarto de Lopo Soares, que sabia situar-se na fortaleza e assim foi aposentar-se na casa de Lourenço Moreno, feitor, onde esperou até que Lopo Soares viesse de Ceilão.	
	Cochim			

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo I

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
No outro dia			<p>Diogo Lopes de Sequeira quis ir visitar o rei de Cochim, mas disseram-lhe que iria aportar na praia e assim o foi esperar. Chegado, foram ambos para a porta da igreja, onde deu cartas ao rei e lhe falou na muita carga que as naus traziam.</p> <p>Diogo Lopes de Sequeira visitou o rei em sua casa e levou-lhe a sua rica copa de ouro, com quinhentos cruzados, que é costume dar aos reis de Cochim e depois voltou a sua casa para descarregar as naus e carregá-las novamente. Não sabendo do tempo de espera por Lopo Soares, escreveu cartas ao rei de Calecut em desculpa por não o ter ido visitar e mandou-lhe o seu naire encomendar pimenta para carregar as naus. Escreveu igualmente à rainha de Couião e ao feitor Heitor Rodrigues.</p>	558
Novembro	Comorim	Rainha de Couião Feitor Heitor Rodrigues	<p>O feitor queixou-se ao governador que a estrada se fazia pela Serra e ia pelas terras de Orixá e Bengala, com «cáfilas de bois de carga» e tinham de pagar direitos aos brâmanes da Serra que detinham os celeiros de pimenta. Assim, também a rainha ficava a perder, porque a pimenta que comprava também era aos brâmanes, manhas que estes usavam para se aproveitarem desse comércio. O governador mandou-o falar com a rainha, porque esta lhe devia trezentos bares de pimenta. Esta desculpou-se, dizendo que aquela terra não era sua e que as cáfilas passavam pelas terras do rei do Cabo do Comorim. A rainha, atendendo ao conselho do feitor, atacou duas cáfilas do rei e roubou a pimenta. O governador, contente, mandou grandes agradecimentos e a sua amizade à rainha.</p> <p>Lopo Soares chegou a Cochim em Novembro e o governador mandou que todos os fidalgos o fossem visitar, acompanhando-o. Assim que desembarcou, foi à igreja, onde foi recebido «pelos clérigos com sua cruz». Depois de saírem da missa e terem visto o «santo sacramento», Lopo Soares dirigiu-se a Diogo Lopes de Sequeira e pôs à sua inteira disposição o seu lugar e todas as honras e responsabilidades que dele advinham, bem como a sua casa, ficando contente por poder retornar à sua quinta de Torres Vedras, se Deus lhe fizesse essa mercê. E pede-lhe que lhe mostre a certidão que traz com ele para provar que está da sua missão na Índia.</p>	559
		Diogo Pereira (escrivão da feitoria e depois feitor de Cochim e capitão da fortaleza de Chalé)	<p>O secretário Diogo Pereira já tinha feito o documento «estormento» da entrega e residência, declarando tudo o que estava em guerra e em paz. Lopo Soares entrega as chaves da fortaleza a Diogo Lopes de Sequeira, mas este diz-lhe que ainda não é hora, porque a ordem do rei é que tudo seja dele até à sua partida efectiva para o reino, mas Lopo Soares diz estar de partida, porque está desgastado daquele trabalho e «...faz muita mercê de ma tirar das costas, porque não queria ter mais trabalho que de só minha embarcação.» Despediram-se e Lopo Soares entrou na fortaleza, onde permaneceu até embarcar.</p>	560

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo I

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Embarque de Lopo Soares 1º ano de governação	Batalalá Dabul Capitães para: Ormuz, Goa, Cananor e Calecut→Cochim	D. Afonso de Menezes (filho do conde D. Pedro, primo de D. Aleixo de Menezes capitão de galés, galeões, etc.) António de Saldanha Cristóvão de Sousa Rui Gomes de Azevedo e Lourenço Godinho (capitães de uma caravela) D. Gracia Coutinho Lopo Soares	Jantaram muitas vezes até o antigo governador se embarcar. Diogo Lopes de Sequeira mandou D. Afonso de Menezes a Batalalá, porto que estava “alevantado” (em guerra, dissidência). António de Saldanha assim o desejava, para poder carregar lá tudo que levaria para o estreito. E mandou Cristóvão de Sousa noutra galé até ao porto de Dabul, também “alevantado” e com ele duas caravelas – com Rui Gomes de Azevedo e Lourenço Godinho. Mandou despachar D. Gracia de Noronha para Ormuz e que Pêro de Albuquerque regressasse nessa nau. E despachou os outros capitães para Goa, Cananor e Calecut. Todos foram a Cochim onde lhes deram capitánias das naus de carga em que vinham os outros capitães, por mandado do regimento do rei. Lopo Soares trabalhou, no primeiro ano, para levar boa carga para prazer do Rei e tanto se aviou em Calecut que conseguiu encher duas naus de pimenta e três em Coullão. Em Cochim, mandou repartir as catorze naus para repartir a canela e drogas, determinando que todas as naus devam partir juntas, para ir buscar mais carregamentos em Cananor. Esta foi a maior carga de pimenta: 56 mil quintais - mas não era muito apurada: era verde e molhada e com mistura de pedra. Lopo Soares foi-se despedir do rei e levar as suas cartas.	561
4 de Janeiro de 1519	Calecut→Ilha Terceira→Lisboa	D. Manuel e D. Leonor e Diogo Lopes de Sequeira D. Álvaro da Silveira (capitão de uma nau, assassinado) Jerónimo de Oliveira (filho de Antão de Oliveira e assassino de D. Álvaro da Silveira)	O governador ficou em Cochim a dar ordem aos navios. Lopo Soares dirigiu-se depois a Calecut e despediu-se do rei, e juntou-se a todas as naus e se partiu em 4 de Janeiro de 1519. Todas as naus se juntaram na ilha Terceira, de onde partiu e chegou a Lisboa. Desembarcou e beijou as mãos ao Rei e pediu-lhe licença para ir ver as filhas, pedido que foi concedido. Antes foi igualmente beijar a mão de D. Leonor, mas não pôde esperar. Deixou recado: «Diz à Rainha que não me quis ver pelos meus pecados, mas Nosso Senhor me verá, porque fiz verdade e justiça.» Isto porque, chegado a Cochim, vindo de Ceilão, fez com o governador Diogo Lopes de Sequeira o julgamento da morte de D. Álvaro da Silveira que matara Jerónimo de Oliveira, filho de Antão de Oliveira, guarda-mor da rainha D. Leonor. Lopo Soares decidiu que o seu crime era traição e condenou-o à morte.	562
	Torres Vedras Índia	Fernão de D´Alcaceua Lopo Soares Francisco de Franca (vedor de Lopo Soares)	Mas como foi morto sem ser considerado traidor, a rainha não quis receber Lopo Soares , por isso este lhe mandou o recado que atrás se encontra transcrito. Em Torres Vedras, ao pé das filhas, levantou as mãos ao céu e disse: « Senhor, dou-te muitos louvores, que me chegaste ao cabo de meu prazer que posso ter nesta vida, que daqui irei à cova ». Nunca mais foi à corte, mesmo com pedidos dos procuradores do rei – Fernão de D´Alcaceua, que se queixa de, se não o deixar usar o cargo de vedor da fazenda na Índia, iria perder dinheiro, ao que ele continuou a negar os pedidos do rei em ir à corte, mesmo que tal implicasse a perda da sua fazenda, pois nada tinha tirado da casa da Índia. Mais nada interessava, pois Deus o trouxera até às suas filhas . Lopo Soares fora acusado de ser temido na Índia por causa da sua súbita doença que lhe causou sofrimento e atitudes de maldade e prepotência, até à vinda de Judá.	563

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo I

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Lá nunca teve respeito nem amizade com nenhuma pessoa. Era um «homem seco de conversação, de pouca palavra, muito áspero na justiça. Não viu na Índia nem mulher nem dinheiro». Tinha um vedor – Francisco de Franca - que tinha poderes por ele conferidos. Todos os presentes que os embaixadores lhe davam eles mandava que fossem distribuídos pelos feitores. GASPAR CORREIA DIZ: “DO QUE MAIS PASSOU NO REINO NÃO SEI”.	564

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo II

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Partiu para o reino Lopo Soares e o governador está em Goa	Lisboa Goa→Calecut→ Goa→Batalalá	Lopo Soares Diogo Lopes de Sequeira António Correa Naire João da Cruz (parente do rei de Calecut, mandado à Corte de Lisboa)	O governador faz de António Correa capitão de Cochim, filho de Aires Correia, morto em Calecut (no livro I). O governador parte para Goa e vai visitar o rei de Calecut. Com ele, foi o naire João da Cruz, que lhe contou o que viu em Portugal. Ao rei, deu-lhe amizade, o que não fizera Lopo Soares, porque «fizera mal às coisas de seu amigo Afonso de Albuquerque».	564
Agosto Setembro	Guardafuy Zeila e Barbora (Cidade no golfo de Adém) (terras do Preste João) Fartaque→Ormuz Mascate→Índia Diu Cochim	Afonso de Menezes António de Saldanha Diogo Lopes de Sequeira e Pêro de Albuquerque António de Saldanha Cristóvão de Sousa Ruy Gomes (degradado e embaixador à Pérsia)	Foi a Cananor, onde também estabeleceu fortaleza e foi a Goa; seguiu para o porto de Batalalá, cujo rei não obedeceu a D. Afonso de Menezes até que chegasse o governador. Assim que este chegou, pagou o que devia há três anos, por ter receio da grande armada que se juntara no seu porto. Despachou a s naus carregadas por António de Saldanha em Batalalá e em Goa juntou mais cinco naus. Mandado pelo Rei de Portugal, devia invernar na Índia e depois dirigir-se com «grossa armada» até ao estreito, e por Adém, onde fizesse guerra e depois partisse para Ormuz, onde invernaria. Assim fez e foi ao cabo de Guardafuy e foi ter a Zeila e Barbora, que tomou e destruiu, não sem antes se carregar com mantimentos, que vinham das terras do Preste João, locais comarcãs das terras deste. Correu a costa de Fartaque e foi a Ormuz, onde vendeu as mercadorias e lucrou e onde consertou navios. Saiu de lá com Pêro de Albuquerque que ficou em Mascate e em Setembro foi à Índia. António de Saldanha foi para as costas de Diu e tomou seis naus provenientes de Meca, no valor de 200 mil cruzados e tudo vendeu e dirigiu-se Cochim, onde se encontrou com o governador.	565
Quatro dias depois	Rio de Ceytapor Rio de Dabul Enseada dos malabares Chaul Rio de Calaci Os dois foram a Goa e Cristóvão de Sousa a Cochim	Cristóvão de Sousa, Lourenço Godinho e Francisco de Sousa Tavares (capitão duma galé e várias armadas e da fortaleza de Cananor) Afonso Lopes da Costa Rei de Bintão António Correa Simão de Andrade e António Correa Gracia de Sá	Despachadas as coisas de Goa, recebeu notícias de Cristóvão de Sousa que fizera detenções numa nau no rio de Ceytapor. Passando no mar, não o viu Ruy Gomes, que se dirigiu ao rio de Dabul, onde guerreou e incendiou as naus. Cristóvão de Sousa chegou a Dabul passados quatro dias. Teve de esperar na enseada dos malabares por causa dos ventos fortes e passou um navio que ia de Cananor carregado de mercadorias que ia vender em Chaul. Amanhecendo no rio de Dabul, seis fustas fizeram-no naufragar. A notícia chegou a Cristóvão de Sousa que, para se vingar, e como tinha as naus vazias, dirigiu-se a Chaul e entrou no rio de Calaci, para acudir os portugueses; mas este, Lourenço Godinho e Francisco de Sousa Tavares foram derrotados. Estes foram até Goa e o primeiro até Cochim, onde estava o governador e se desculpou pelo desastre de que não se considera culpado. O governador foi informado por D. Aleixo e Fernão Peres de que pouca gente ficara com Afonso Lopes da Costa, consequência da guerra com o rei de Bintão. Para o ajudar, o governador mandou como capitão de três naus António Correa, capitão de Cochim.	566

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo II

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Em Abril e entrada de Maio Entrou o Inverno	China Malaca Pegú e Martabão Cochim→Malaca Estreito de Meca Terras do Preste João Choramandel e Palacate→Cochim Canhuneira	António Pacheco (capitão-mor do mar de Malaca) e Francisco de Sequeira (capitão dum bergantim) Embaixador Matheus Pedro Escroco (florentim, feitor em Choromandel)	Estando Malaca assegurada, iria até à China. Simão de Andrade apresentou um alvará do Rei que lhe concedia viagem até à China. O governador deu uma nau a António Correa para que fosse até Malaca com Gracia de Sá para socorrer essa localidade e, depois das pazes assentes, fosse fazer pazes com Pegú e Martabão. Todos foram de Cochim com António Correa, António Pacheco (que ficaria em Malaca como capitão-mor do mar) e Francisco de Sequeira. O governador , durante o Inverno, mandou reparar navios e construir outros para entrar com grande armada no estreito de Meca em busca dos rumes para combater com eles. Mandou o embaixador Matheus às terras do Preste João . O governador sabe pelos mercadores que vinham até às costas de Choromandel, pelas naus de Pegú e Martabão, que muitas roupas pintadas e tecidos de cor se fazem em Palacate (costa de Choromandel) e que são trazidos até Cochim. Para averiguar essa informação, enviou Pedro Escroco a Canhuneira (Canhameira – reino de Besnegá). Lá havia muitos ferros e o governador mandou fazer muitas fateixas para galés e fustas e âncoras para navios pequenos, entre outras utilizações.	567
	Comorim Bengala, Tanaçarim, Pegú e Martabão Maldiva	João Moreno (irmão do feitor Lourenço Moreno) Rei de Besnegá João Cheiradinheiro (capitão das ilhas de Maldiva)	O governador pede que não passe nenhum homem do cabo de Comorim para não «lhe fazerem mal». Para tal, enviou o feitor João Moreno, irmão de Lourenço Moreno, para que senhoreasse o mar e fizesse as pazes nos «lugares da costa». Ele não o cumpriu e fez «grandes roubos e males». E estorvou as navegações, que só deixava continuar em troca de pagamentos elevados pelos digares (senhores dos lugares), que já pagam muito dinheiro ao senhor da terra – o rei de Besnegá (são rendeiros). O governador , sabendo dos lucros desse negócio, mandou para lá homens para defender os digares do poder do rei e estes muito agradeceram. Os portugueses abriram as navegações desta costa para Bengala, Tanaçarim, Pegú e Martabão. O governador despacha para a Maldiva João Cheiradinheiro , que tomou duas naus muito ricas que vinham da costa de Tanaçarim e Martabão e que atravessavam para Meca. Vendeu as mercadorias e fez muito dinheiro e roubou as ilhas a seu bel-prazer, mesmo que alguns criticassem a sua atitude.	568
	Mafacalou (uma das ilhas Maldivas)	João Gomes Baleacem Patemarcas (irmão de Mamemarcas e capitão dum armada de Calecut) João Gomes (morte)	Mas ele rebatia, dizendo que era um pagamento do Rei pelas muitas feridas sofridas em seu serviço. Foi aposentar-se na ilha principal - Mafacalou – onde estava o seu rei. Lá se instalou e fez casas de palha, assentou artilharia e ganhou poder. Por vezes, João Gomes mandava as fustas para roubar outras naus. As mercadorias que comprava em terra pagavam o que lhe aprouvera e todos ficaram escandalizados. Aparelharam um barco pequeno (quiste) e mandaram-no a Calecut em busca de Baleacem. Mas estava lá Patemarcas, mouro principal de Cochim, que se levantou contra os portugueses por lhe terem tomado duas naus muito ricas. Juntou-se ao quiste com doze paraos e dirigiram-se aos portugueses e abalroaram as suas naus, dado que eles não estavam à espera de serem atacados. Todos foram mortos, inclusive João Gomes e a caravela foi queimada e levaram muita riqueza dos roubos que os nossos tinham feito. O rei da ilha acorreu e conseguiu recolher alguns bens, entre eles “dois tiros grossos” que os mouros não quiseram levar em seus paraos, por serem pequenos.	569

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo III

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Inverno	Calecut Reino do Malabar	Diogo Lopes de Sequeira Rei de Cochim	O governador foi consertar a sua armada, usando somas avultadas provenientes do dinheiro que António de Saldanha trouxera das presas. Como havia muita chegada de pimenta, fez uma casa de feitoria, fora da fortaleza, para a guardar. Era costume dos malabares fazer festa rica no Inverno aos seus pagodes.	570
			Fazem jogos, mas também guerra crua e alguns morrem, mas no final dos festejos, ficam amigos e salvam a sua alma, pois fizeram festa aos seus pagodes. O rei de Cochim, que também fez festa, pediu ao governador que fosse assistir à festa dos fogos (pará), a que ele acedeu, visto que o rei lhe fornecia muita pimenta. Foram igualmente muitos fidalgos e todos assistiram à guerra entre eles e houve uns portugueses que não se afastaram do campo de batalha junto de quem os combatentes se aproximaram.	571
Quase noite	Goa→Ceilão Cochim	Cristóvão de Sousa	Os vencedores, pensando que os portugueses lhes queriam tirar a honra, começaram a lutar contra eles. Outros portugueses foram em sua defesa e travou-se dura batalha. O governador, ao assistir a esta batalha, mandou Cristóvão de Sousa que fosse recolher os portugueses que se encontravam a lutar. Este ficou ferido com uma flecha. Os feridos voltaram para junto do governador, que entrou no campo e cessou a guerra. Como os portugueses perceberam mal a intenção do governador, pensando que ele ia combater, acirraram o combate e muitos deles saíram feridos. O rei entrou no campo e o governador não se bateu com os naires a seu pedido. Aquele pediu que o governador fosse assistir à festa no outro dia que não haveria pará, mas este recusou.	572
	Inverno Verão Setembro (elipse) Agosto Novembro	Francisco da Cunha	O governador, passando o Inverno até ao Setembro seguinte, não recebia notícias das naus do reino, por isso ordenou carregar duas naus de armadores, que andavam há muito na Índia e que estavam concertadas para ir até ao estreito: S. Tomé (Pagode) e Nazaré (dos Loronhas). Em Agosto, mandou duas caravelas buscar canela a Ceilão, que deviam aguardar em Goa pela armada. Chegou a Cochim em Novembro Francisco da Cunha que vinha do reino e soube que o governador ali se encontrava por “umas almadias de pescadores”.	573

Capítulo IV- ARMADA DE CAPITÃES QUE DO REINO PARTIRAM, ANNO DE 1519

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG
1519	Portugal	Doutor Pêro Nunes (vedor da fazenda e capitão de Cochim); Jorge de Albuquerque (capitão de Malaca); Rafael Perestrelo, Rafael Catanho e Digo Calvo numa nau de D. Nuno Manuel (China); Diogo Fernandes de Beja (capitão de uma futura fortaleza a ser construída a mando do rei em Diu); Cristóvão de Mendonça, Cristóvão Fernandes (capitão e mestre da nau de armador) e Lopo de Brito (capitão de Ceilão); Pêro da Silva (capitão e feitor de mercadorias e drogas de Ormuz, com contrato para ganhar muito dinheiro para o casamento da “Rainha Madame Leonor”); Francisco da Cunha na nau Santo António Chyllas e Vicente Gil (armador) e Manuel de Sousa (cunhado de Álvaro Fernandes, corregedor da corte); D. António de Menezes (sobrinho de Marquez), que chegou a Portugal e não foi à Índia; D. Luís de Gusmão (fidalgo castelhano)	-----	574

Capítulo IV- ARMADA DE CAPITÃES QUE DO REINO PARTIRAM, ANNO DE 1519

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Setembro	Brasil→ilhas Terceiras→ Portugal Cochim Santa do Monte Sinai Cananor→Lisboa Índia (antes Melinde)	Que a caminho quebrou o leme e foi ao Brasil fazer outro. Francisco da Cunha, Vicente Gil (armador e capitão de naus do reino) e Cristóvão Fernandes (capitão e mestre duma nau de armador) e Pêro da Silva Manuel de Sousa (capitão-mor do mar de Malaca. Morto numa acção contra o Laquexemena, capitão-mor do mar do rei de Malaca ou Bintão)	Este episódio da troca de leme levou a que o castelhano fosse acusado pelo piloto de ter feito de propósito, ao que este, descobrindo o que se conspirava contra ele, se amotinou. No Brasil, em guerra com os nativos, o piloto foi morto bem como muitos portugueses e o castelhano ficou assim mais poderoso, tomou as armas aos portugueses e acorrentou-os, prendeu-os e enforcou outros. Voltou para Portugal e nas Ilhas Terceiras tomou outras naus e fez muitos roubos, entre eles o de outro navio que tomou e em que fugiu até Castela vender os produtos do seu roubo. Toda a restante armada seguiu direcções diferentes: Moçambique (que não passaram), ilha de S. Lourenço (Francisco da Cunha, o primeiro que chegou a Cochim) e depois Vicente Gil e Cristóvão Fernandes e Pêro da Silva em Santa do Monte Sinai). As outras naus foram carregadas com pimenta e depois foram a Cananor buscar gengibre e partiram para o reino. Como muitos ficaram doentes nas naus e não tinham água, Manuel de Sousa teve de parar o seu caminho até à Índia e aportou em Melinde, onde acharam um lugar com água potável para carregar para o barco.* Essa viagem de D. Aleixo e dos seus capitães para Lisboa referida numa carta escrita por Diniz Fernandes a D. Manuel sobre a armada de Lopo Soares ao mar Roxo, em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas</i> , op. cit., p. 408.	575
	ilha de Monfia, junto de Bombaça Fartaque Mascate	Mouro Faque Jorge de Albuquerque Heitor Rodrigues	Os mouros acabaram por combater contra os portugueses, mas estes mataram-nos todos. Mas aqueles repararam que os mais fracos tinham ficado no barco e navegavam ao longo da costa foram ter à ilha de Monfia, junto de Bombaça, onde os mouros tomaram o galeão e os mataram. Os são foram vendê-los bem como a mercadoria que o galeão continha. Sete deles, o rei de Bombaça mandou prender e matar. Um mouro chamado Faque, que sabia falar português e estivera em Quíloa quando existia lá uma fortaleza e fora xeque em Moçambique (mas depois expulso do cargo), pensando que ia agradar aos portugueses e ao governador, arrisca a sua vida para os salvar da prisão. Levou-os até às costas de Fartaque. Em Mascate, entregou-os a Jorge de Albuquerque, capitão-mor da armada (contado adiante). Heitor Rodrigues escreve ao governador a pedir para o deixar ir a Coulão, porque o rei grande queria fazer-lhe guerra e que a Rainha muito apreciaria o seu gesto.	576
	Coulão	Francisco da Cunha D. Aleixo de Meneses Apóstolo S. Tomé	Como o governador queria conservar Coulão por causa da pimenta que de lá provinha, assim que Francisco da Cunha chegou e contou as novidades do reino, pediu a D. Aleixo de Meneses as naus e foi a Coulão, onde Heitor Rodrigues tinha já tudo a postos para trabalhar na obra da construção da fortaleza. No meio das casas, estava o apóstolo S. Tomé. O rei grande fala com a rainha de Coulão para tentar impedir que a obra de aumento do “dicipulo” do apóstolo se não fizesse. A rainha preveniu o governador por carta, dizendo que não era honesta e correcta a sua atitude, dado que estava a fazer fortaleza numa terra que não lhe pertencia, mas que era do rei grande.	576- 577

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo IV- ARMADA DE CAPITÃES QUE DO REINO PARTIRAM, ANNO DE 1519

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Fortalezas de Cananor e Cochim	Rei de Calecut	Mas o governador rebate a sua “admoestação” e diz-lhe que a fortaleza se fará, porque manterá a paz que sempre entre ela e o Rei de Portugal havia existido, dando como exemplo as fortalezas, «feitas de boa amizade», em Cananor e Cochim, cujos reis haviam ficado a lucrar com elas. E que a intenção do Rei de Portugal ao construí-las não era tomar as terras, mas que se contentava com a costa para ter seguras as suas gentes e mercadorias, para não suceder o mesmo que havia sucedido em Calecut onde, por o rei ter sido falso e mau, levou-o a perder todo o seu estado, pois não quis obedecer ao poder do Rei de Portugal, que por isso, lhe «fez tanto mal». Percebendo o seu erro, pediu amizade ao Rei de Portugal e ele lha deu e fez a fortaleza, onde agora vive em paz, recuperadas as suas perdas. Assim, a rainha devia pensar bem nas suas palavras e se havia proveito em fazer guerra ao Rei de Portugal. Não seria preferível manter a paz? Tomando consciência da resposta do governador , e pensando em todos os males passados anteriormente:	577
	Calecut	Rainha de Coulão	mortes, perdas de rendas do mar e terra, e o muito que custaria agora fazer guerra, todos concordaram que se devia manter a paz, porque o rei grande não lhe haveria de pagar as perdas, consentindo assim que se fizesse a fortaleza. O governador voltou a Cochim, de onde já haviam partido todas as naus para o reino. Manda a sua armada para Goa, cheias de mercadorias vindas de Canhuneira. Despediu-se do rei de Cochim e deixou-lhe as chaves da fortaleza e encomendou-lhe pimenta.	
	Cochim Batalalá →Goa→Calecut→ Cananor	António Correa	O governador mandou António Correa, capitão, que concertasse navios velhos e que os mandasse para a costa até vir o Inverno. O governador parte para Goa e visita Calecut e Cananor e de Batalalá levou mantimentos para Goa.	577- 578

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo V

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Janeiro de 1520	Goa→Sacotorá	Diogo Lopes de Sequeira	O governador parte de Goa, cheio de mantimentos e com cinco galeões.	578
O navio do último capitão partiu em Fevereiro	Guardafuy→ monte de Feliz	Capitães: António de Saldanha , Pêro de Faria, D. João de Lima, Cristóvão de Sá, António de Lemos (irmão), António de Brito, Bastião de Sá, Jerónimo de Sousa, Diniz Fernandes de Mello, Antão Nogueira, Manuel de Moura, Cristóvão Figueira, Nuno Fernandes de Macedo, Jorge D’Orta, Álvaro de Crasto, Álvaro Mendes de Vasconcellos, Francisco de Távora, Duarte de Mello, António Ferreira, Pêro de Meira, Francisco de Gá, João Pereira de Lacerda, Fernão de Resende, António de Miranda Azevedo. O capitão da nau onde vinha o governador era Pêro Vaz da Vera.	António de Saldanha foi mandado partir de imediato e mandado aguardar em Sacotorá e com ele foram António de Brito, Jorge Barreto, Fernão Gomes de Lemos e António Raposo. O primeiro foi mandado pelo rei andar no cabo de Guardafuy e aguardar pelo governador , que havia de vir do estreito. Nessa armada, vinha o capitão, piloto e mestre Pêro Vaz da Vera, mandado por Lopo Soares . Mas não havia notícias de o governador ter passado o estreito e eis que têm notícias de que galés vinham chegando a terra, o que o amedrontou, pensando que eram de rumes, mas soube que eram caravelas “pescarezas” d’Alfama.	579
Três dias na ilha		Para serem reconhecidas, as caravelas hastearam a bandeira de cruz de “Christus” e o capitão percebeu então que as galés eram portuguesas. Mas o capitão Pêro Vera, homem experimentado, não se deixou cair na alegria, pois pensava ser um truque dos espertos rumes, o que não se veio a verificar. Desembarcou António de Saldanha e os outros. Partiram depois para Guardafuy, monte de Feliz, aguardando o governador e a sua ordem de tomar Sacotorá. Aquando da partida, António de Saldanha avistou o governador e voltou para trás.	580	
Três dias em Mete	Cochim→ Comorim	D. Aleixo de Meneses João Gonçalves de Castello Branco (embaixador ao Idalcão e capitão do Passo seco)	Ele estivera mais tempo em Goa para recolher mantimentos e despedir-se de D. Aleixo de Meneses , deixando-o com seus poderes. Mandou João Gonçalves de Castello Branco invernar a Cochim e no Verão mandar uma armada em defesa da costa até Comorim. E D. Aleixo mandou também Cristóvão de Figueiredo para Cambaya. Já deixando D. Aleixo , o governador dirigiu-se à costa d’Abexia e não tomou Sacotorá. Parou em Mete e Diniz Fernandes de Mello descobriu água.	581
Dois dias	Porto de Adém Porto d’Ará	Diogo Lopes de Sequeira Diniz Fernandes de Mello (patrão da ribeira e armazéns de Goa)	A partida das naus de António Saldanha e António Raposo fora atribulada, mas a nau do primeiro dirigiu-se ao porto de Adém, onde o rei afirmou a sua amizade pelo Rei de Portugal em recado mandado ao governador . Mandou António de Saldanha a um lugar chamado Ará, no porto d’Ará.	

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo V

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
7 de Março de 1520	Porto dos Malemos Judá	António de Saldanha Álvaro Mendes Lopo Soares	Como o vento era muito, a nau do governador e a de António Saldanha tiveram um acidente e perderam dois dias a tirar o que se conseguisse da nau deste último e depois puseram-lhe fogo. Entrando no porto, este não encontrou mais do que umas casas que o governador mandou queimar quando lá chegou em 7 de Março de 1520. À frente, foi Álvaro Mendes para o porto dos Malemos buscar um piloto, mas todos fugiram quando tiveram notícia de que os portugueses haviam chegado a Adém. O governador entrou em terra e rumou a Judá para ir buscar rumes, pois não confiou no rei de Adém. O rei mandava que, quando encontrasse os rumes, os combatesse e matasse e todos concordaram, magoados com o erro de Lopo Soares.	582

Capítulo VI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Dois meses a invernar (monção)	Judá →Ilha de Ceilão→ilha de Camarão→costa do Abexym Masuhá		Por causa das muitas ilhas e baixios, o governador demorou muito a chegar a Ceilão, a oitenta léguas de Judá. Acordou com os capitães e pilotos portugueses e mouros que voltaria à ilha de Camarão por causa da monção. Atravessou assim para a costa do Abexym procurando um porto para invernar e onde pudesse mandar o embaixador do Preste , Matheus , a quem prometeu que levava até ao Preste. Assim, o governador aportou a uma ilha chamada Masuhá, onde descobriu uma povoação de casas de pedras onde não se via vivalma.	583
Duas léguas dali as terras do Preste João	Arquico Terras do Preste	Preste João (embaixador Matheus)	O governador mandou que se buscasse água e, em terra, disse na mesquita missa solene com pregação e pôs-lhe o nome de Conceição. Depois, mandou os bergantins e os navios fazerem vigilância aos navios que se aproximassem. Além desta ilha, havia uma outra com pequenas casas de palha e que se chamava Arquico e o embaixador Matheus esclareceu o governador que todas aquelas terras eram do Preste até ao Suez. Foram tomados dois homens pobres que falavam caldeu e o governador libertou-os para o levarem junto dos outros seus, que andavam na água com “suas vergonhas descobertas”. Estes homens esclareceram o governador que a duas léguas dali estava o barnegaes, o capitão do Preste , que arrecadava as rendas. O governador manda o embaixador escrever uma carta ao barnegaes a dizer que vinha do reino e que ali se encontrava ao que este respondeu prontamente. Com este recado, vieram quatro frades de um mosteiro dentro da serra e eram pretos, honestos e de pouca fala. Traziam nas mãos cruzes de latão com o pé comprido.	584
	Mosteiro	Barnegaes (cargo de grande autoridade na Abissínia) Quatro frades Pêro Gomes Teixeira (ouvidor-geral da Índia)	Para ter a certeza de que falavam verdade, mandou com eles Pêro Gomes Teixeira, ouvidor geral, para ir ver o mosteiro e mandou uma resposta ao barnegaes para que ele fosse ter com ele e assim lhe entregaria o seu embaixador que fora a Portugal. Pêro Gomes chegou ao mosteiro e nele havia um altar e uma cruz grande à entrada, uma pia de água benta e um sino de pau, coro com estante, livros de rezar, escritos em caldeu e pergaminho, sacramento de pão asmo e água, o seu baptismo. O muro que o envolvia servia para impedir que lá entrem mulheres. O ouvidor trouxe um breviário, escrito em caldeu, de pergaminho, onde havia uma imagem de Nossa Senhora com o filho ao colo que na mão levava um ramo de rosas que voltava à cabeça de Nossa Senhora. Essas imagens eram trazidas de Jerusalém e Roma. Não comiam peixe carne, só leite, ervas e legumes secos.	585
			O governador prepara uma tenda para receber o barnegaes, que veio com até dois mil homens, «gente fraca e mal roupa». Este abraçou o embaixador e muito falou com ele e o governador pediu que o levasse ao Preste João e que ia também o embaixador Duarte Galvão que o Rei de Portugal havia mandado para esse efeito. Mas o governador teve conselho sobre o embaixador a levar e acabou por decidir por D. Rodrigo de Lima; a segunda pessoa da embaixada Jorge d’Abreu; Francisco Álvares, clérigo de missa, que vinha ordenado para ir com Duarte Galvão e os que se seguem em lista.	586

Capítulo VI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
20 de Abril de 1520		<p>Embaixador Duarte Galvão</p> <p>D. Rodrigo de Lima Jorge D´Abreu Francisco Álvares João Escolar, escrivão Manuel de Mares, organista Lazaro d´Andrade, pintor Lopo da Gama Gaspar Pereira Estêvão Palharte, esgrimista, João Fernandes Afonso Mendes</p> <p>Três criados com Matheus: Miguel Fernandes, Diogo Tatys e João d´Alvarenga, homens de “artes corporais” e que sabiam cantar para officiar a missa</p>	<p>Levam um presente para o Preste João: um mapa-mundo para lhe dar a entender a “redondeza” da terra e uma carta de marear, uma espada e um punhal de ouro, entre outros ricos objectos, embora muitos se tivessem perdido ou estragado na nau. O governador escreve cartas de amizade, cumprimentos e firmeza e de oferecimento ao servi-lo, que fosse serviço de Deus e do rei Nosso Senhor. E deu a D. Rodrigo as instruções do que fazer, perguntar e responder. Partiram em Abril*. Mas da viagem de volta serão contadas as peripécias do que lhes aconteceu por os governadores terem tido pouco cuidado, levando-os a estar muito tempo à espera da embarcação que os trouxe à Índia. Em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, op. cit.</i>, pp. 441-5, encontra-se esse regimento de Diogo Lopes de Sequeira a D. Rodrigo de Lima</p>	587
Dois dias depois Fim de Maio	<p>Masuhá→ilha de Dalaca Camarão→Adém →Fartaque Calayate</p>	<p>Diogo Lopes de Sequeira</p> <p>Jerónimo de Sousa</p>	<p>O barnegaes manda gado ao governador que, avisado por ele de que vinham homens do Suez que sabiam da sua presença ali, mandou dobrar a vigia do mar e concertou a armada e fez recolher a ela os marinheiros.</p> <p>Em fim de Maio, o governador partiu para Masuhá e foi à ilha de Dalaca, a doze léguas de Masuhá, onde apanharam bom gado.</p> <p>Partiu para Camarão, onde nada encontrou e foi assim às portas de Adém. Por causa dos ventos, fez o seu caminho até às costas de Fartaque, onde apanhou grande tempestade. Assim, o governador mandou-os aguardar a Calayate e com ele foi a galé de Jerónimo de Sousa, que estava cheia de água e que, por isso, foi para terra.</p>	588
	Mascate		<p>Com medo da grande escuridão, tornaram a afastar-se para o mar, o que fez a galé afundar-se e eles terem de se salvar numa barquinha, levando os principais mantimentos.</p> <p>Morreram o filho de Duarte Galvão e o seu primo, bem como quarenta e dois homens.</p> <p>Os que estavam na barquinha estavam a tirar a água, «correndo ao som do mar com quatro remos» até ao amanhecer, onde chegaram a terra e todos saíram em terra postos de joelhos pedindo a Deus misericórdia, e todos juntos....se foram pela terra dentro, até às costas de Mascate.</p>	589

Capítulo VI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Costa de Calayate	António de Brito (capitão de Maluco)	Estiveram debaixo de grande sol e comeram insectos. Muitos morreram. O governador correu o temporal com a armada em que ia António de Brito, amarrado com o seu batel que se despedaçou contra a nau. Gaspar Correia diz ter contado este episódio por ser maravilha, porque viu muitos homens que disto se espantavam . A armada chegou à costa de Calayate, onde estavam as naus do reino, que haviam vindo por ordem do governador .	590

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo VII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	→Goa Moçambique Mascate estreito→Ormuz (passando por Pate e Moçambique)	Diogo Lopes de Sequeira Gonçalo de Loulé (capitão duma caravela)	Ao partir de Goa, o governador ordenou a Gonçalo de Loulé que fosse a Moçambique ordenar aos capitães das naus que navegassem até Mascate esperar por ele que, saindo do estreito, iria até Ormuz. Saiu, e foi ter ao porto de Pate, onde não entrou, porque ficou preso num baixio, onde teve de esperar que a maré subisse. Houve muitos paraos que se aproximaram para perguntar o que queriam. Responderam que precisavam de água e mantimentos e que, para isso, faziam-se pagar bem. Os mouros que não quiseram esperar (e os de terra) foram atacados. Mas um velho prontificou-se a mostrar aos portugueses o caminho para a água e mantimentos. Como o fez?	590
Fim de Fevereiro de 1520 Noite seguinte da chegada das naus a Ormuz Dois dias	Zanzibar (Pemba e Mofia) Moçambique Cabo de Guardafuy→Calay ate (estreito de Ormuz) Porto de Mascate→Ormuz	Manuel de Sousa Gonçalo de Loulé Jorge de Albuquerque Resxabadim Rei de Ormuz D. Gracia Coutinho Duarte Mendes de Vasconcellos Sancho Anriques, capitão- mor de Malaca, Diogo Rabello, Rafael Catanho e Heytor Valladares Diogo Lopes de Sequeira Jorge de Albuquerque e Doutor Pêro Nunes	Roubaram duas naus que estavam aportadas e depois pegaram-lhes fogo. Partiram para Melinde e no caminho, deram com um parao onde estavam cativos seis portugueses e o capitão Manuel de Sousa, que se perdera em Monfia. Assim, Gonçalo de Loulé, sabendo onde estava a artilharia inimiga, foi até Zanzibar (Pemba e Monfia), onde amedrontou todos os reis, que lhe deram toda a sua artilharia e que compraram toda a mercadoria que o capitão levava na sua nau (lucrando bom dinheiro). Partiu para Moçambique, onde chegou no fim de Fevereiro, onde finalmente deu aos capitães o recado do governador , sendo que todos partiram e foram ter ao cabo de Guardafuy, onde souberam que o governador havia entrado no estreito, para onde Jorge de Albuquerque queria ir ao seu encontro, mas os capitães pediram-lhe que não fosse. E assim seguiu o seu caminho para Calayate, no estreito de Ormuz, onde esperou pelo governador . Aqui, estava um mouro, capitão, Resxabadim, cunhado de Resxafaro (Xafaro Raix; gozil de Ormuz), com quem o rei de Ormuz estava “escandalizado”, porque ao chamá-lo, este não queria ir ao seu encontro. O rei queixou-se desta afronta, em segredo, a D. Gracia Coutinho , capitão da sua fortaleza, que mandou recado a Duarte Mendes de Vasconcellos que prendesse o mouro e o mandasse a Ormuz e que, se não o conseguisse, pedisse aos capitães das naus de portugueses.	591
			Mas Duarte Mendes não conseguiu cumprir a ordem de D. Gracia . Chegou Jorge de Albuquerque, a quem o outro pediu ajuda. Este concordou e levou consigo Sancho Anriques, seu genro, que vinha para capitão-mor de Malaca e Diogo Rabello, cunhado de Diogo Fernandes de Beja, que estava sangrando, Rafael Catanho e Heytor de Valladares. Os dois primeiros quebraram a porta de casa do mouro que não a queria abrir, mas conseguiu fugir. Os portugueses combateram contra duzentos mouros e D. Sancho, Duarte Mendes, Heytor de Valladares e outros queimaram os mouros trancados dentro de casa. Tanta gritaria se ouviu até nas naus que Diogo Fernandes de Beja foi em auxílio dos seus companheiros.	592
			Matou outros tantos mouros e levou os feridos que pôde para as naus, deixando outros tantos em terra. Assim, os mouros ficaram credibilizados e os portugueses descredibilizados pelo «mau aviamento que Duarte Mendes deu n’esta cousa». Assim estiveram até à chegada do governador . As caravelas chegaram três dias antes dele que, depois, foi até ao porto de Mascate, onde esteve dois dias, e partiu para Ormuz. Antes prendeu Duarte Mendes de Vasconcellos e outros que considerou culpados no incidente de Calayate, e levou-os para a prisão de Resxabadim. Com Jorge de Albuquerque , ficou o Doutor Pêro Nunes, que distribuía arroz em medidas de alqueires,	593

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo VIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
À tarde	Ormuz Mascate	Jerónimo de Sousa Anriq'omem (filho de Jan'Homem, gentio) Mouro Faque (mouro de Mombaça, dantes xeque de Moçambique) D. Fernando de Monroy Rui Vaz Pereira (filho de João Rodrigues Marramaque e capitão de naus do reino e das fortalezas de Chalé e Malaca)	Jorge de Albuquerque ficou com poderes dados pelo governador, porque este partira com o vedor da fazenda a Ormuz.	593
			Chegaram 14 homens com Jerónimo de Sousa e com ele Anriq'omem, filho de Jan'omem, a quem Deus encaminhou que viessem ter a um lugar a 15 léguas de Mascate , onde um mouro os poupou, por ser vassalo do rei de Ormuz - «deles teve piadade», pois, depois de terem sido expostos ao sol abrasador, ele curou-os durante dez dias, e os mandou com criados e camelos para Mascate. Também chegou a Mascate o mouro Faque, xeque em Moçambique, mas foi destituído e foi viver para Bombaça, onde estava quando lá chegaram sete portugueses cativos que se haviam perdido de D. Fernando de Monroyo, e que iam ser mortos numa festa. O mouro arriscou a vida por eles e levou-os pelo mato, pedindo com eles por amor de Deus, dizendo que era muito contente, parecendo-lhe que por isso o Governador lhe faria a mercê que era razão . Mas nada lhe deram, pois partiu na mesma pobreza em que chegara. Também a Mascate chegou Rui Vaz Pereira, filho de João Rodrigues Marramaque, que partira do reino um mês antes das naus. Ao passar as ilhas de Tristão da Cunha, deparou-se com um «peixe negro espantoso», que deitava água mais alto que o galeão, com que «todos hauendo grande medo se encomendarão a Nosso Senhor que os livrasse de tal pexe» .	594
			O peixe tinha barbatanas tão grandes que chegavam ao meio da enxárcia que os marinheiros tomaram o traquete das gáveas. Ao ver que a água que deitava alagava todo o galeão, todos estavam como mortos pedindo a Deus misericórdia, deitando sobre o peixe relíquias, e água benta que um clérigo benzia revestido, rezando muitas orações, sem ousarem de o tocar, porque se o peixe se se assanhasse com pouca força reviraria o galeão. O peixe, ao mostrar as ilhargas, os marinheiros pensaram ser o próprio Diabo, e todos não deixavam de rezar, cuidando que os tornaria a abalroar. Ao fim da tarde, o peixe atravessou para o mar e não regressou mais. Todos ficaram, dando muitos louvores a Nosso Senhor de os livrar do peixe-diabo, que assim lhe chamavam . E Rui Pereira foi até Ormuz, depois de deixar o galeão em Mascate.	595

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo IX

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Pegú→Pacém	António Correia	António Correia, como já contado, havia feito viagem até Pegú e partiu de lá com a nau carregada de álares e juncos carregados de mantimentos e foi ter a Pacém, onde encontrou um mouro capitão de três naus que trazia carregadas de Bengala.	595
Durante a noite	Malaca Pago Rio de Muar	Gracia de Sá Rei de Bintão Duarte de Mello, Duarte Coelho, Anrique Leme, Manuel Pacheco, Bertholameud Afonseca, Fernão de Sequeira, Diogo Carvalho, Cristóvão Vaz, Jorge Álvares, Jorge Correia, Ruy Mendes de Oliveira, Pêro Salgado (com trinta embarcações) João Soeiro	E obrigou-o a ir até Malaca, garantindo-lhe que lá lhe pagariam os direitos das ricas mercadorias que trazia da feitoria. Lá, encontrou Gracia de Sá que o recebeu bem, porque toda a gente estava faminta; por isso, comprou todo o arroz que levava. Essa fome advinha das gentes do rei de Bintão estarem a guerrear Malaca. As naus dirigiram-se para ele, no Pagó, e António Correia fez promessa de livrar Malaca da sua opressão. Com ele, foram homens fortes e levaram ao todo quatrocentos homens: cento e cinquenta portugueses e outros bons guerreiros da terra local. António Correia entrou no rio de Muar, depois no Pagó e depois numa grande povoação, com ricas casas e muitas estâncias de artilharia, onde estava o rei de Bintão. Durante toda a noite, mandou espiar os movimentos dos mouros e, ao amanhecer, foi combatê-los. Duarte de Mello levou toda a artilharia para derrubar a tranqueira.	596
Ao amanhecer	Malaca Pacém e Achem	Gracia de Sá Manuel Pacheco (capitão dum galeão)	Todos os navios entraram quando a maré estava a encher, e vitoriaram. Chegando ao Pagó, espantaram o inimigo. João Soeiro, alferes de António Correia, com as tropas, avançou com grande ímpeto para os inimigos, chamando Santiago, que naquela hora, pela misericórdia de Deus, pôs nos mouros tamanho espanto que se aguardarem que os nossos lhes chegassem deitaram a fugir . Roubaram a aldeia do rei e recolheram a sua artilharia e lançaram-lhe fogo. A armada regressou a Malaca e, pelas riquezas que trouxeram, fizeram-lhe grande festa, e o rei foi para Bintão, de onde nunca mais saiu. E Malaca ficou livre da pressão que tivera durante anos. Gracia de Sá mandou Manuel Pacheco num navio para Pacém, porque o rei matara vinte portugueses e lhes tomara as suas mercadorias. E então andou nas terras de Pacém a Achem, andando a guerrear e, por falta de água, foi ter a um rio para a ir buscar.	597
	Malaca	António Paçanha (capitão dum baluarte na fortaleza de Diu), João de Almeida, António da Vera, Francisco Gramaxo e o barbeiro da nau Rei de Pacém	Os mouros locais, vendo que as naus tinham dificuldade de sair do rio, vieram para as tomar. Manuel Pacheco não o consentiu e mandou cinco no batel, mas tiveram tanto medo, que quase morreram e «encomendando suas almas a Deus, pedindo perdão dos seus pecados, chamando Senhor Deus misericórdia, que por sua piedade lhe acodiu com milagroso esforço e se concertaram na primeira lanchara...» . Os portugueses «om o esforço que lhe Nosso Senhor deu, entraram na lanchara e se meteram com os mouros às lançadas com tanta fúria, como homens danados, com que fizeram saltar ao mar os mouros» . O navio andou a fazer tal guerra na costa que o rei de Pacém foi pedir a paz a Manuel Pacheco, que lha deu, mas na condição se, Gracia de Sá, capitão, o achasse bem, pagasse setenta mil cruzados, que valiam as fazendas que tomara dos homens que matara. A paz assim foi assentada e a lanchara foi posta em exibição em Malaca para exposição e lembrança de tal milagroso feito .	598

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo X

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Cochim	<p>D. Aleixo</p> <p>D. Afonso de Meneses, filho do conde D. Pedro, seu primo</p> <p>Cristóvão de Bairos e Duarte Varella (genros de Heytor Rodrigues e capitães de Couião)</p>	<p>Estes tentaram recolher-se na fortaleza com as suas famílias. De lá, veio fogo que matou muitos inimigos, e eles deitaram peçonha nos poços e de noite fizeram cavas e valados, que os protegia da artilharia dos portugueses. A batalha continuou e, passado um mês, os portugueses tinham fome e alguns acabaram por adoecer.</p> <p>D. Aleixo foi informado desta guerra por uma carta do capitão, que a mandou por um cristão da terra. Este mandou para lá D. Afonso de Meneses com vinte homens. Partiu numa fusta enfrentando os perigos do mar e as tormentas, mas Nosso Senhor lhe deu tempo com que a salvamento chegaram a Couião.</p> <p>Como os mouros estavam a querer naufragar a fusta com uma bombarda, D. Afonso mandou um preto à noite com um recado à fortaleza destinado ao capitão em que o informava do perigo que a embarcação corria e que seria melhor aguardar o temporal no mar e que, chegada a maré alta, chegaria finalmente à praia, antes do amanhecer, hora em que o capitão deveria também sair da fortaleza para tomar a bombarda. Quem a tentou levar foram os genros do capitão, mas era muito grande.</p>	601
Agosto Verão	Chirina Marcar (mercado principal de Cochim)	<p>Rainhas de Couião e Comorim</p> <p>Diogo Pereira (secretário com Lopo Soares) D. Afonso e Diogo Pereira</p>	<p>D. Afonso desembarcou nesta confusão. Os cristãos e escravos que foram ajudar levaram as pipas para a fortaleza e assim pôde voltar a Cochim.</p> <p>Mas os mouros sentiam-se ofendidos e continuaram a guerrear com a bombarda até Agosto.</p> <p>As rainhas, temendo vir a perder os seus portos e navegações se a guerra durasse até ao verão, pois não tinham forças contra os portugueses para lhe tomarem a fortaleza, assentaram de fazer as pazes. A de Couião com D. Aleixo, que tinha poderes de governador e a rainha de Comorim queria assentar paz com o feitor Heytor Rodrigues, mas para isso, pediu a D. Aleixo que enviasse um homem para fazer o concerto de paz, pois o feitor estava agastado da guerra. Ele aceitou e mandou homens com quem o feitor fez os apontamentos da paz e que pagasse a pimenta, de que se falou no início do capítulo. Mas a resposta da rainha era que continuava a não querer pagar a pimenta. Mas a paz mantinha-se, pois ninguém fazia mal a ninguém e continuavam a vender-se os mantimentos. O feitor deixou que a situação assim continuasse até que o governador viesse assentar a paz. Assim, D. Afonso e Diogo Pereira foram para Cochim e a paz depois foi assentada pelo governador, como será descrito a seguir.</p>	602

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Ormuz	Diogo Lopes de Sequeira	O governador chegou a Ormuz, onde desembarcou em clima de festa e foi orar à igreja e depois visitar o rei, a quem ofereceu ricas prendas, que também repartiu com os seus capitães. Foi para a sua fortaleza, onde recebeu a visita de regedores da cidade e principais mercadores que traziam os seus presentes. Depois, confirmou todos os papéis do vedor da fazenda. Recebeu queixas dos capitães que tudo roubavam e faziam mal, mas este temporizou, pois não queria castigar os capitães para que depois não se tornasse seu inimigo, ou também para que não acusassem o governador (e outros que fazem o mesmo que ele) dos erros que eles igualmente cometem, « sem temor de Deos nem d'el Rei; porque quem não teme Deos não teme ElRey ».	603
Agosto	Mascate→Índia→ Calayate Ormuz cabo de Roçalgate leste oeste, com a costa da Índia entre Chaul e Dabul para a parte do norte, com o estreito de Ormuz e a costa de além até Moçambique Diu	Vedor da fazenda Pêro Eannes Francez (capitão duma nau do reino) António de Saldanha Rei de Portugal Duarte de Meneses (governador da Índia)	Depois do vedor da fazenda ter provido todas as coisas da fazenda, em Agosto, o governador partiu de Ormuz e foi para Mascate, onde reuniu toda a armada e partiu para a Índia e foram até Calayate, onde estava Pêro Eannes Francez, que chegara do reino e que partira de Lisboa depois de partidas as naus de carga e trazia regimento que fosse a Ormuz buscar António de Saldanha que lá estaria, pois passava lá todos os anos carregado de mercadorias. O Rei de Portugal mandava-lhe cartas de grandes favores e provisões para que dominasse e mandasse com todos os poderes como governador, com bandeira na gávea, assim na justiça como na fazenda: do cabo de Roçalgate leste oeste, com a costa da Índia entre Chaul e Dabul para a parte do norte, com o estreito de Ormuz e toda a costa de além até Moçambique. António de Saldanha tudo aceitou, mas fingindo amizade com o Rei, e nas suas costas, queixava-se dele, pois ficou muito agravado porque com tudo o que atrás se discriminou, o Rei não lhe pagava a governação da Índia que lhe estava prometida acabando Diogo Lopes de Sequeira o seu tempo. O Rei desculpava-se, pois dizia ter sido forçado a dar o governo da Índia a Duarte de Meneses, filho do conde priol, mordomo-mor da sua casa. Assim, dirigiram-se para a costa de Diu, porque nas cartas do navio, o Rei mandava que se fizesse lá uma fortaleza e que esse fosse serviço de António de Saldanha . Cruzaram-se com uma rica nau que vinha de Meca e era capitaneada por um abexim. Os mercadores, vendo a nau portuguesa, disseram ao capitão que não combatesse e se rendesse, mas ele não acedeu.	604
anoiteceu→ amanheceu	Chaul	Mouro abexim, capitão de uma nau João Pereira de Lacerda Rui Vaz Pereira	Este diz que nunca se iria render, pois seria uma grande desonra, mas que, como cavaleiro, ia pelejar até à morte. Só João Pereira de Lacerda o alcançou com tiros, mas nunca se chegou perto, para não receber flechas e pedras de fundas. Nisto, chegou do reino, no seu galeão, Rui Vaz Pereira , que vinha pronto para abalroar a nau, mas esta era muito alta. Houve depois muitos mortos e feridos do lado dos mouros e os restantes, também feridos, fugiram numa nau. Os mouros pegaram fogo à nau e lançaram-se com as mulheres e filhos para a água. Os portugueses conseguiram recuperar pouca coisa da nau, que foram vender a Chaul.	605

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
No outro dia Alguns dias	Diu Mangalor	Diogo Lopes de Sequeira Meliquiaz Fernão Martins Avangelho Aga Mamude, capitão-mor do mar de Diu Diogo Fernandes Beja	O governador chegou de noite com a armada e, de manhã, dirigiu-se à costa para Diu. No caminho, deu conta de vinte atalaias que iriam escoltar o navio desde o estreito até Diu e depois seguiriam para Mangalor. Estas traziam mantimentos de presente de Meliquiaz. De Meliquiaz, veio também o feitor Fernão Martins Avangelho e Aga Mamude, capitão-mor do mar, de quem o governador se despediu. O governador, no dia seguinte, reuniu-se em conselho com os capitães para lhes mostrar as cartas do Rei, que o encarregavam de estabelecer uma fortaleza em Diu, com a maior das seguranças. Entre os capitães, houve muitas dúvidas e pareceres, porque muitas achavam que Diogo Fernandes Beja (que era muito amigo de Meliquiaz, desde que foram a primeira vez como embaixador ao rei de Cambaya e com quem jantava muitas vezes) vinha secretamente provido da capitania da fortaleza de Diu e, por causa disto, não a queriam dar a outrem. Andaram assim decidindo durante dias e tudo estava em paz. Nestes dias, o governador mandou espíões secretos vigiar a cidade e a água da barra.	606
	Goa	Diogo Lopes de Sequeira Feitor Fernão Martins Jorge de Brito e Gaspar da Silva	Diogo Fernandes e Meliquiaz eram tão amigos que aquele, com a confiança que lhe tinha, lhe poderia tomar a cidade, o que foi aconselhado pelos seus capitães, conselho que o governador recusou, por dizer que o Rei não queria que se fizessem as conquistas à traição e que «Meliquiaz estava seguro na verdade d'ElRey nosso senhor.» O governador, vendo o descontentamento dos capitães, dissimulou com eles e recebeu suas razões, fazendo autos com o ouvidor geral Pêro Gomes Teixeira e o secretário, onde ficou assente: ao pedir fortaleza e não lha dando, era logo necessário que se fizesse guerra, para a qual não tinha poderio para a fazer em terra, e que, fazendo-a no mar, então Diu far-se-ia tão forte que não haveria maneira de a tomar. Assim, parecia-lhe bem que logo partissem e fossem a Goa, onde se forneceria de grosso poder com armada e gente do reino. Como esta era a verdade, nem por isso os capitães deixavam de murmurar e praguejar que o governador não entendia a grande pleita que lhe mandara Meliquiaz, quando o feitor Fernão Martins vinha falar ao governador numa fusta deste. E como não queria castigar ninguém, apenas pediu ao feitor que o avisasse, em segredo, por escrito, de todos os fortalecimentos ou mudanças de Meliquiaz. A Diu, chegaram duas naus do reino com gente. Eram capitães Jorge de Brito e Gaspar da Silva. O governador partiu para Goa para juntar tudo quanto pudesse e regressar a Diu para fazer fortaleza como o Rei lhe mandara. Com o governador, partira o vedor da fazenda para dar despacho de muitas coisas que trazia em seu regimento. Lá, encontraram as naus que vinham do reino.	607-608

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XII- ARMADA DO ANNO DE 1520

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
22 de Setembro	Goa	Diogo Lopes de Sequeira e Rui Vaz Pereira , Pêro Annes Francês (Ormuz); Jorge de Brito , Gaspar da Silva (Diu); Pêro Lopes de Sampaio, Pêro Lourenço de Mello, Manuel de Sousa Tavares, Lopo de Azevedo, Pedro e Paulo Belchior Marchone, armadores, André Dias, alcaide pequeno de Lisboa, para feitor da carga (Goa); D. Diogo de Lima, que voltou para o reino.	O governador encontrou em Goa as naus que vinham do reino com os respectivos capitães, que tinham já o seu destino traçado. Veio igualmente nesta armada um bispo de anel, D. Duarte, o primeiro a navegar até à Índia para dar ordens e crismar e prover todas as igrejas de todas as fortalezas e que veio a falecer de doença em Ormuz. Vieram também oficiais para a alfândega de Ormuz. Juiz, recebedor, tesoureiro, escrivães, porteiro, requeredores, com todo o requerimento da alfândega de Lisboa.	609
	Ormuz	D. Duarte, bispo de anel feitor Belchior Carvalho e Pêro da Silva	Deu ordens para que se taxasse ao rei de Ormuz o gasto para seu uso e de sua casa. O governador crê que esta taxa nunca chegará a ser aplicada. Vieram oficiais de mercadorias que viriam da Índia para Ormuz e o feitor Belchior Carvalho e Pêro da Silva para capitão desta armação («sobre o que se contará mais adiante – os males e outras coisas piores que nascem das coisas sofismadas em tirania»). Como o Rei de Portugal insistia na criação de feitoria em Diu, o governador mandou preparar mantimentos, munições e apetrechos, bem como reparar navios e mandou depois as naus que vinham do reino partirem para Cochim, para onde ele próprio foi. De Onor e Batalalá mandou levar água, salitre, entre outros, e chegando a Cochim soube que Couião não estava em paz (como atrás se contou) e que Heytor Rodrigues havia sido morto pela doença e que o capitão era Cristóvão de Barros, genro. O governador manda que lá se assente a paz, mas o novo capitão responde em carta que a rainha não «queria pagar as quebras da pimenta da carga pesada e os bares que devia da fazenda d'ElRey que tomara ao feitor que mataram.» O governador foi então pedir conselho a D. Aleixo de Meneses e António Saldanha (que ia para o reino) que se assentasse a paz perdoando metade da dívida à rainha e que essa metade fosse paga no ano seguinte, acordo aceite por ela. * Em <i>Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, op. cit.</i> , pp.447-8, pode-se ver o contrato celebrado por Lopes de Sequeira sobre a paz com Couião, depois de Heitor Rodrigues ter sido guerreado pela rainha.	610
	Cochim	Capitão Cristóvão de Barros, genro de Heytor Rodrigues, falecido		
	Couião	D. Aleixo de Meneses e António de Saldanha		
Maio de 1521	Lisboa Malaca Rio de Pacém, ilha de Samatra→China (pimenta)	Diogo Lopes de Sequeira António de Saldanha Jorge de Albuquerque , capitão António de Miranda de Azevedo (capitão de Pacém e capitão-mor do mar)	O governador apossou o vedor da fazenda e os oficiais em todos os seus cargos, como era mandado pelo Rei. Mandou a Calecut uma nau para carregar pimenta, o que não veio a suceder por causa do “arrebentar do mar”. Vendo o governador as desordens que vinham do reino por causa dos enganamentos cometidos contra o Rei, nomeadamente sobre a alfândega de Ormuz e do feitor de Diu e o muito que custaria se por guerra se fizesse a fortaleza, anotou tudo e entregou a António Saldanha . Despachou para capitão de Malaca Jorge de Albuquerque provido pelo Rei, mas que antes foi a Diu com ele, porque a monção que o iria levar a Malaca seria em Maio de 1521, ordem recusada pelo capitão, que por ser pobre, não quis ir gastar nada a Diu. Despachou depois António de Miranda de Azevedo, que fora mandado pelo Rei fazer uma fortaleza no rio de Pacém, na ilha de Samatra, onde corria muita pimenta, grande mercadoria para a China.	611

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XII- ARMADA DO ANNO DE 1520

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
		D. Sancho, capitão do mar de Malaca	Depois de ter dado navios e provimentos aos dois, deu outro navio a D. Sancho, capitão do mar de Malaca. Jorge de Albuquerque também foi com os provimentos do capitão e chegou a Pacém com bom tempo, ao que logo muitos barcos apareceram para vender comida e Jorge de Albuquerque mandou dar um recado ao rei de que iam para Malaca e se era do seu agrado assentarem uma feitoria do Rei de Portugal para se venderem e comprarem muitas mercadorias e carregar muitas naus. Assim, viriam muitos mercadores que significariam muitas rendas e que assim esse porto ficaria muito nobre e que tratariam tudo com paz e boa verdade para sempre. E que o capitão de Malaca se concertaria com ele, dando-lhe como seguros todos os seus portos e navegações. E o rei concordou com a proposta, bem como a de se fazer a casa da feitoria. Assim, estando tudo concertado, Jorge de Albuquerque mandou que se construísse rapidamente a casa forte e robusta contra inimigos.	612
	Malaca Cochim→Goa	António de Miranda de Azevedo Jorge de Albuquerque Diogo Lopes de Sequeira	António de Miranda muitas vezes dava conselhos ao rei, com que tudo concordava, nomeadamente com o facto de se construírem ali naus, com artilharia e armas. Tudo assentado, Jorge de Albuquerque partiu para Malaca e, após uns dias, partiu também D. Sancho, ficando António de Miranda em paz com o rei e os regedores de terra. E deste modo se começou o trato de mercadorias e roupas de Cambaia que António de Miranda levara. O governador , despachadas as coisas de Cochim, apanhou toda a gente e partiu para Goa, percorrendo as fortalezas e vendo se tudo se cumpria.	613

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Goa Cochim	Diogo Lopes de Sequeira Pêro da Silva (Ormuz) Belchior de Carvalho (feitor da carreira de Ormuz) Cide Alle, o torto (capitão das fustas de Meliquiaz) D. Aleixo de Meneses	O governador junta-se em Goa com a sua armada e despacha para Ormuz Pêro da Silva e Belchior de Carvalho, feitor da carreira de Ormuz, que havia trazido de Batalá, Estando em Goa, chegou Cide Alle, o torto, feita a visitação a Meliquiaz, e trouxe com ele uma carreta de bois, que oferecia ao governador e que lhe dera o rei de Cambaia. Com este presente, vinha uma carta de um conserto de trato de Cambaia para Malaca, desnecessário, e que o governador entendeu como o modo de Cide Alle espiar e ver o que ele fazia e do que se apercebia. O governador deu então poderes de governador a D. Aleixo de Meneses e mandou-o para Cochim para favorecer estas gentes, porque havia algumas contendidas entre ele e o rei de Calecut, que já tinha sido aconselhado pelo governador, mas que, ainda assim, não desistia da porfia.	614
Fevereiro de 1521	Diu	Jorge de Meneses Meliquiaz Fernão Martins Avangelho	Mandou, para isso, Jorge de Meneses. O governador apenas partiu de Goa em Fevereiro de 1521, levando os fidalgos todos que havia na Índia. Passou grande tormenta no mar, o que fez com que a armada tornasse a regressar à barra de Goa, com vergas quebradas e desaparelhadas. Cide Alle protegeu-se da tormenta à força de remos, metendo-se pelos rios e chegando a Diu. Aí, contou a Meliquiaz que o governador levava a grande armada. Mas Meliquiaz já estava prevenido dessa situação e tinha muita gente de guarnição e protegia o rio e os muros da cidade bem concertados, assentados em muita artilharia. Diz-se que Meliquiaz ouviu estas notícias pelo feitor Fernão Martins Avangelho.	615
Março		Pêro Lourenço de Mello (capitão de neus do reino e para a China) e Jorge Dias Cabral (capitão de Malaca, de Baçaim, capitão-mor da armada, e governador da Índia) D. João de Lima (capitão de Calecut)	Este também lhes ensinara engenhos para utilizar a pólvora, o que não podia ser, pois assim perderia a sua alma. O governador foi avisado destes apercebimentos de Meliquiaz por carta secreta do feitor, que a mandou a Chaul e chegou a Diu em Março a quem apresentaram mantimentos, que ele muito agradeceu. Depois da carta que recebera em Chaul, muito tinha pensado qual seria o recado a mandar a Meliquiaz sobre em lhe pedir fortaleza. De Chaul, mandou Pedro Lourenço de Mello e Jorge Dias Cabral que fossem, dissimuladamente, jantar a casa do feitor para saber notícias de Diu. Mas vendo que o rio estava tomado, o primeiro não arriscou entrar nele. D. João de Lima faz uma manobra arriscada com o barco, o que fez os mouros pensarem que ele ia abalroar a cadea e por isso o governador falou-lhe agastadamente. Meliquiaz, como era muito avisado e sagaz, quis descobrir terra e à revolta do galeão de D. João de Lima mandou Cide Alle numa pequena fusta ao governador dizendo que os mouros da cidade fizeram alvoroço por causa do medo que tiveram pelo galeão ir abalroar a cadea.	616

Capítulo XIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Por isso, mandava dizer a verdade aos mouros para eles perderem o medo. O governador não acreditou nestas palavras e mandou Cide Alle ir a Meliquiaz dizer que, nas naus que haviam vindo do reino este ano, a ordem era que se assentasse paz e firme amizade com o rei de Cambaia, por querer sempre ter em Diu grande casa de feitoria, para que não sucedessem as traições que sucederam em Calecut e Malaca. Assim, pede-lhe, por escrito, um sítio seguro para descarregar e embarcar as mercadorias na água, um lugar para fazer uma casa forte, segura de fogos e ladrões, e um local onde se pudesse aposentar o feitor com os oficiais e seus homens e servidores da feitoria. Assim, se manteria a paz em Cambaia, no mar e na terra. Meliquiaz, com muita dissimulação, mandou ter grande vigia no feitor e nos seis homens que o governador havia mandado com ele.	617
	Outro dia à tarde		Meliquiaz só respondeu no outro dia à tarde: a ele, pareceu-lhe bem que se mandasse fazer tudo o que ele pedira. Mas, como ele era escravo do rei de Cambaia, faria um grande erro em fazer o que o governador pedira, sem antes o fazer saber a seu senhor, pois tinha recebido aquela cidade das mãos dele, que lha confiara como seu fiel criado. E disse que tinha de manter fidelidade ao seu rei, tal como os portugueses guardam verdade do seu rei sobre todas coisas do mundo. Por isso, pede-lhe que espere pela resposta do seu senhor, mas que o via como amigo, que já admirada desde o tempo do governador D. Francisco. Caso o rei de Cambaia não quisesse aceitar a proposta do governador, ele não teria nenhuma culpa dos males. Assim, largaria a cidade ao rei e iria a outro cabo. Enquanto isso, não havia de guerrear contra os portugueses, para não quebrar o juramento que fizera a Visorei.	618
		Diogo Fernandes de Beja Diniz Fernandes de Mello D. João de Lima	Se o quebrasse, perderia a sua alma e o diabo mataria os seus filhos . Se o governador não o deixasse mandar o recado ao rei e o quisesse combater, defender-se-ia como pudesse e que Deus faria mal a quem não guardava verdade . Mandado o recado a Meliquiaz, o governador ficou a aconselhar-se com os capitães sobre o modo como conquistariam Diu, pois era certo que ele não aceitaria as exigências que o governador pedira e se havia de escusar a mandar recado ao rei de Cambaia. Como os capitães tinham inveja de que Diogo Fernandes de Beja fosse capitão de Diu, disseram ao governador que nunca a poderiam tomar com menos de cinco mil homens e que deste modo não deveria mandar homens para a guerrear, pois com certeza, iriam haver muitas mortes. O governador percebeu a maldade dos capitães contra o seu amigo Diogo Fernandes de Beja, e o seu amigo Diniz Fernandes de Mello também se sentiu afrontado, dizendo que se faria a conquista de Diu agora que estavam todos juntos e que ele rebentaria com a cadea. D. João de Lima, que estava zangado com o governador, mas era grande amigo de Diogo Fernandes, e que sabia das intenções do capitão sobre a futura capitania do amigo diz ao governador que é um grande erro dos fidalgos deixarem de fazer o que elrey lhes mandou fazer:	619

Capítulo XIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Março	Dio→Ormuz China Ceilão Chaul Ilha de Maluco Sunda Pacém→Bengala Ceilão	Diogo Fernandes de Beja Manuel de Macedo (capitão de galeões e naus do reino e da fortaleza de Baçaim) e João Pereirinha (capitão de uma caravela redonda e dum catur para Diu) Pêro Lourenço de Mello Fernão Camello (embaixador ao Nizamaluco e alcaide-mor de Chaul) Nizamaluco Jorge de Brito e António de Brito António de Brito, caçador-mor e Rafael Prestelo (capitão dum nau do reino) Lopo de Brito (capitão de Ceilão)	O governador, por ser Março, não pôde dar início à construção, mas mandou informar o Rei de Portugal dos seus planos para Diu e assim ele mandaria o que entendesse. Diogo Fernandes de Beja, juntamente com barcos de artilharia de Manuel de Macedo e João Pereirinha ficou incumbido secretamente pelo governador de trabalhar para encontrar o feitor e fazenda para Diu e remar a Ormuz e de convencer Meliquiaz a permitir a construção da fortaleza, em nome do Rei de Portugal e se, caso necessário, mandasse um mensageiro ao rei de Cambaia com as suas cartas. Despachou Pêro Lourenço de Mello à China, Lopo de Brito para Ceilão, Fernão Camello, embaixador, ao Nizamaluco, senhor das terras de Chaul, para lá fazer uma fortaleza e concertar e ter armada para fazer guerra ao rei de Cambaia, porque o governador acreditava que Nizamaluco tinha contenda com este rei. Jorge de Brito e António de Brito, irmãos foram fazer fortaleza na ilha de Maluco. Para isso, levavam muito regimento e artilharia que queriam esconder do governador, porque o Rei assim o tinha determinado. O regimento do Rei dizia que, caso encontrassem castelhanos em Maluco, os matassem e queimassem as suas naus. A caminho de Maluco, devia ficar António de Brito em Sunda para fazer fortaleza. Sabendo disto, o governador mandou D. Aleixo aprovisionar as suas naus com tudo o que pedissem, pois assim mandava o rei. Despachou António de Brito, caçador-mor e Rafael Prestelo a Bengala, e disse-lhes que, de caminho, visitassem Pacém. Lopo de Brito acompanhá-los-ia e ficaria em Ceilão.	623-624
Meados de Março	Ormuz	António de Miranda Nuno Fernandes de Macedo, Cristóvão de Sá, Rui Vaz Pereira, Lopo de Azevedo, Francisco de Sousa Tavares, Francisco de Távora, António Raposo, Pêro da Silva, Aires Correia, António Correia, Gonçalo Pereira, Gaspar Doutel, Fernão Gomes de Lemos, Jerónimo de Sousa, Jorge Barreto, António de Lemos, Cristóvão de Sousa, Antão Nogueira	Todos iriam ao porto de Pacém dar favor a António de Miranda, e deviam provê-lo do que ele tivesse necessidade. Mais adiante se contará o que lhes sucedeu. Nuno Fernandes de Macedo, Cristóvão de Sá, Rui Vaz Pereira, Lopo de Azevedo, Francisco de Sousa Tavares, Francisco de Távora, António Raposo, Pêro da Silva, Aires Correia, António Correia, Gonçalo Pereira, Gaspar Doutel, Fernão Gomes de Lemos, Jerónimo de Sousa, Jorge Barreto, António de Lemos, Cristóvão de Sousa, Antão Nogueira foram para Ormuz em meados de Março. À frente se contará sobre eles e da causa da fortaleza que o rei mandou fazer em Maluco.	625

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XIV – ARMADA DE ANTONIO DE SALDANHA ANNO DE 1517

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
		Fernão de Magalhães	Fernão de Magalhães, que havia servido Afonso de Albuquerque (Livro I), salvou as naus e a muita fazenda do Rei, que haviam ficado em Cochim e que se haviam perdido nos baixos de Paduá. Foi ao reino e pediu ao Rei que se acrescentassem cem réis anuais em sua moradia, pedido esse que foi negado.	625
	Castela (Sevilha) Burgos	Imperador de Castela	Depois foi até Castela, ao porto de Sevilha, onde se casou. Lá, o Imperador tinha a Casa da Contratação, com os seus regedores da fazenda, com grandes poderes e grande tráfego de navegação e armadas para o exterior. Aborrecido com o Rei de Portugal, falou com os regedores e disse-lhes que Malaca e Maluco, ilhas em que havia cravo, eram do Imperador, pelas demarcações entre este e o Rei de Portugal; logo, este possuía as terras sem direito a elas. Os regedores disseram saber dessa situação e que o Imperador também o sabia, mas que não navegavam para lá por ser o mar da demarcação do Rei de Portugal. Mas Fernão de Magalhães ofereceu-se para navegar até esses locais sem interferir nas demarcações do rei português. O Imperador concordou, avisando que nunca se deviam tocar nas demarcações do outro rei. Mandou que o aparelhassem de naus, gente e artilharia. Acrescentou que ia descobrir novas terras dentro das demarcações do Imperador e que de lá traria ouro, cravo, canela e outras riquezas.	626
Agosto de 1519	Burgos	João de Cartagena, Luiz de Mendonça, João Serrano e Pêro de Quesada (capitães dos navios de expedição de Fernão de Magalhães)	Fernão de Magalhães foi então a Burgos ter com o Imperador, que lhe deu mil cruzados para o gasto de sua mulher enquanto durasse a sua vassalagem a Sevilha por conta da viagem e fá-lo capitão-mor da armada. Em Sevilha, arranjaram homens de confiança para capitães: João de Cartagena, Luiz de Mendonça, João Serrano e Pêro de Quesada. Partiram em Agosto de 1519.	627
	Brasil	João Lopes Carvalhinho (piloto-mor da armada de Fernão de Magalhães) Ambrósio Fernandes, meirinho da armada de Fernão de Magalhães	Foi ter ao Brasil e tinha como piloto um português – João Lopes Carvalhinho. Foram depois até ao Cabo de Santa Maria e ao rio de São Julião, onde João de Cartagena, de conluio com os outros capitães, disse que Fernão de Magalhães os estava a enganar e que Gaspar Quesada, seu amigo, sabia de tudo. Os capitães prenderam Gaspar Quesada para depois prenderem Fernão de Magalhães e tornarem ao Imperador dizendo que aquele os tinha traído, porque navegara pelas terras do Rei de Portugal. Fernão de Magalhães suspeitava deste conluio. Depois de as naus terem recusado uma carta de um seu criado, mandou Ambrósio Fernandes, seu meirinho, dar uma carta a Luiz de Mendonça.	628
Três meses		Duarte Barbosa (cunhado e companheiro de Fernão de Magalhães) Álvaro de Mesquita (companheiro de Fernão de Magalhães)	Mas não o deixaram vir a bordo logo; só depois da insistência do meirinho que degolou Luiz de Mendonça depois deste ter dito que estavam presos da parte do Imperador. Ouvindo o barulho, Fernão de Magalhães foi junto desta nau e enforcou uns tantos e mandou que o corpo do degolado fosse içado para as outras naus o verem. Fez Duarte Barbosa, um seu amigo português, capitão dessa nau. Depois, entrou na nau do Cartagena, prendeu-o e esquitejou-o e fez dela capitão Álvaro de Mesquita. Esteve nesse rio três meses, depois de prender os traidores e consertar os navios. Passado esse tempo, libertou os presos e mandou-os para terra para ver se descobriam, depois de um cabo, o mar do outro lado. Quem lhe trouxesse essa novidade recebia cem cruzados de alvíssaras.	629

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XIV-.ARMADA DE ANTONIO DE SALDANHA ANNO DE 1517

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Cinco meses	Rio Victoria	João Serrão (capitão-mor de três navios para o estreito de Meca)	Não trouxeram novidades e então mandou o Serrão num barco para ver se descobria o cabo, mas este encalhou. Partiu do rio e chegou a outro a que colocou o nome Victoria e aí a nau de Mesquita fugiu em direcção a Castela para avisar que o capitão ia preso e que o Imperador lhe faria mal. Assim, Fernão de Magalhães, durante cinco meses, percorreu ilhas despovoadas e outras de onde trouxe ouro, gente essa que tinha rei e que andava em guerra com seus vizinhos. Assim, esse rei fez-se cristão para que Fernão de Magalhães o ajudasse contra os seus inimigos. Houve muita guerra.	630
	Ilha de Bornéu	Carvalhinho Rei de Lução	O rei fugido acabou por arranjar casamento do seu filho com a filha do rei cristão e combinaram trair Magalhães que, convidado para o banquete, foi morto, bem como os castelhanos que iam com ele e o Serrão. Os que estavam nas naus viram o mal feito e fizeram o Carvalhinho capitão. As duas naus saíram daquele local, foram ter a uma ilha que tinha muita canela muito fina e dali foram à ilha de Bornéu, onde encontraram muitos juntos de mercadores de Malaca. Carvalhinho mandou presentes ao rei que lhes concedeu vinte dias em terra, costume que se dava a todos os que lá iam pela primeira vez comprar e vender francamente. Mas o rei, sabendo que as naus tinham muitas fazendas, concertou traí-las. Mas o Carvalhinho suspeitou da extrema amabilidade do rei e por isso mandou vigiar as naus e só consentiu que fossem a terra um ou dois homens.	631
Um mês	Maluco, Ternate e Tidore	João Batista	Acabou o Carvalhinho por embater num junco e dele roubaram muita riqueza e três lindas raparigas que eram para levar ao Imperador, mas enganou os castelhanos e dormiu com elas. Os castelhanos acabaram por prendê-lo e fizeram capitão João Batista. Foram dali para Maluco, Ternate e Tidore onde levaram os presentes para os reis que deram a sua vassalagem “para sempre” ao Imperador, assentando tratos de vendas e preços de venda e compra, feitorias e juntaram cravo. E consertaram e carregaram as naus num mês.	632
Vinte dias	Ilha de Banda Maluco Batochina	João de la Rosa (capitão duma nau de castelhanos) Gonçalo Gomes de Espinosa (companheiro de Fernão de Magalhães) D. Gracia Anriques (capitão de Maluco)	Foi ter com ele um português João de la Rosa, dizendo que era piloto e que os levaria a Castela, mas antes levá-los-ia à ilha de Banda, mais rica que a de Maluco. Avisou os castelhanos que em toda a Índia se falava que os iam matar a todos. Assentaram com o rei de Tidore que lhe deixavam um feitor com as mercadorias que tinham, porque logo o Imperador havia de mandar muitas naus; por isso, deviam juntar muito cravo. João de la Rosa tornou-se capitão da nau de Carvalhinho. Em Banda, tomaram muita noz e maçã e depois foram em direcção ao Cabo da Boa Esperança para chegarem a Castela. A tempestade fez o Carvalhinho parar em Maluco e descarregar meia-nau e consertá-la. Esteve lá vinte dias e partiu, mas morreu. E fez-se capitão Gonçalo Gomes de Espinosa, mas a nau meteu tanta água que tiveram de parar em Batochina e da nau salvou-se pouca coisa. A Maluco, chegou D. Gracia Anriques. Mandou chamar os castelhanos, que foram ter com ele, sob pena de aquele os considerar seus inimigos.	633

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XIV-.ARMADA DE ANTONIO DE SALDANHA ANNO DE 1517

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
1521	Malaca	Jorge de Albuquerque Governador D. Duarte	D. Gracia teve pena deles e levou-os a Malaca onde estava Jorge de Albuquerque que depois os mandou à Índia, sendo governador D. Duarte, que não permitiu que voltassem a Castela e todos morreram menos Gonçalo Espinosa que veio para Portugal em 1525 e foi preso em Lisboa e solto por carta da Imperatriz dirigido ao Rei de Portugal. A nau onde ia Rosa foi direita ao Cabo da Boa Esperança. Em Cabo Verde, os portugueses que lá estavam sabiam que a nau vinha de Maluco e tentaram tomá-la, só tomando alguns castelhanos, que depois o rei disse, mais tarde por carta, que os deixassem estar até morrer, não os deixando embarcar para parte alguma, mas ela conseguiu escapar e, em S. Lucas, só restavam treze homens. Chegaram em 1521.	634

Capítulo XV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Diu	Diogo Fernandes de Beja Pêro Soares	Diogo Fernandes de Beja continuava em Diu no seu galeão e ia algumas vezes a terra por conta da sua amizade com Meliquiaz, com quem ia decidindo sobre a construção da fortaleza.	634
		Meliquiaz	Mas, por fidelidade ao seu rei (de Cambaia), Meliquiaz nada decidia sem a sua resposta e ficou acordado então que Diogo de Beja mandaria um mensageiro seu ao rei – Pêro Soares, carta para que Meliquiaz contribuiu dizendo que a fortaleza em Diu ia ser bom para os seus portos e rendas, bem como aos mercadores locais da Índia e estrangeiros. Mas o rei recebia informações contraditórias sobre os intentos de Diogo Beja e de Meliquiaz, tanto que mandou recado a este para prender o primeiro e os portugueses para o que, como vassalo leal, assumisse o compromisso, não sem tristeza.	635
			Um coraçane, mercador rico, que estava a negociar com o rei de Cambaia, dá-se conta que este queria armar-se contra os portugueses e que Meliquiaz sabia da traição. Assim, chega junto de Diogo Fernandes de Beja e conta-lhe dessa traição, porque deste modo quem iria beneficiar eram as suas naus. Diogo Fernandes de Beja acreditou no mercador, tanto que lhe deu um anel de sinete com a letra do seu nome, que ele usaria para que as suas naus e fazendas, onde quer que fossem, fossem tidas como originalmente portuguesas. Deu-lhe também uma carta para que os capitães que o encontrassem o tratassem bem. Disse-lhe isto com toda a verdade e como meu Deus que creio.	636
		Foão	O coraçane chamava-se Foão. Diogo Fernandes era homem amigo de Deus; em sua câmara se pôs em joelhos, e lhe deu muitos louvores por assim com ele haver misericórdia. Para se salvar de Meliquiaz, preparou uma cilada, dizendo aos marinheiros que o avisassem que de noite havia passado uma fusta para Goa, que o governador mandava que ele ficasse em terra e que o galeão e caravelas fossem para Ormuz e ele aguardasse em Diu pelo recado do rei. Meliquiaz viu a carta que Diogo Fernandes de Beja lhe mostrava e disse-lhe que faria tudo o que mandasse.	637
	Outro dia	Agá Mamude	Diogo Beja pede umas casas com todas as comodidades para se instalar com os seus fidalgos e gentes e Meliquiaz tudo fez para concretizar os seus pedidos, certo de que a sua prisão estava garantida. Para tomar os navios no mar, certo de que estaria lá Diogo de Beja, que ficara sem gente, mandou chamar Agá Mamude, seu capitão-mor do mar, pelear contra os navios dos portugueses.	638
	Mangalor Ormuz		A traição consistia em Agá perguntar a Diogo de Beja se queria ir para Mangalor, pois ele ia para lá. Mas Diogo Beja já estava avisado contra esta artimanha.	639
			Vendo que tinha sido descoberto, Meliquiaz mandou dizer a Diogo de Beja que lhe fizera traição e engano sem razão porque, afinal, lhe dera tudo o que ele pedira anteriormente, mas que se vingaria, recado mandado por Cide Alle, o torto. Mas Diogo Beja não o temia. Agá Mamude veio para combater, bem como Cide Alle, que dizem a Diogo de Beja que ele roubara tudo da fortaleza.	640

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XV

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Nesse dia à tarde			Ele rebate essa acusação. Mas do lado de Agá exigem que Diogo de Beja restitua o feitor que lhe tirara. E a batalha entre o galeão português e as fustas de Agá começou.	641
			-----	642
Duração de um mês	Pedir→Pacém→Maluco	Jorge de Brito, António de Brito, António de Brito, o velho e capitães Gaspar Gallo e Amador Matoso Rafael Perestrello (China) António de Miranda Meliquiaadir (regedor do reino de Pacém)	O vento acabou por dar nas fustas, sendo que o galeão já havia ficado muito danificado com tiros de artilharia trocados, e estas voltaram para terra. E Diogo de Beja navegou para Ormuz.. Jorge de Brito e António de Brito vão para Maluco, sendo que António de Brito, o velho, ia para Bengala. Com os capitães que vinham de Cochim, ia para a China Rafael Perestrello. Antes, foram a Pacém carregar pimenta e outras mercadorias. Pararam no porto de Pedir, onde encontraram António de Miranda, que estava em guerra com o rei local. Os portugueses chegaram a Pacém e desembarcaram na fortaleza e queriam fazer guerra para roubar a terra, mas António de Miranda queria antes assentar a paz. No entanto, aqueles não acataram o seu pedido. Os mouros fugiram, deixando tudo para trás, e levando apenas as famílias. Ficaram assim em Pacém trezentos homens. O regedor, Melique Ladil (em Barros), pediu as pazes.	643
	Pedir	Rei de Pedir Rei dos “achens”	António de Miranda vendeu muita pimenta e depois, quando estavam prestes a partir, o rei de Pedir, que estava em guerra com o rei dos “achens”, seu vizinho, sabendo da vitória dos portugueses, mandou-lhe recados, pedindo-lhe que o fosse ajudar contra esse rei dos “achens”, e que, por isso, lhe dava todo o seu despojo. Jorge de Brito e seu irmão, António de Brito, cobiçosos do dinheiro que o mensageiro lhes prometia, aceitaram o pedido e foram a Pedir, onde houve grande guerra. Os nossos recolheram todo o despojo e incendiaram as casas. Os dois irmãos, cobiçosos, queriam ir roubar as casas do rei, e mesmo contra o seu pedido, eles foram.	644
	Pacém→Malaca	António de Brito (caçador-mor)	Com eles, foi Gaspar Gallo, alferes. O rei, vendo que os portugueses o iam mesmo roubar, mandou homens seus embrenharem-se na floresta para os atacarem. Acabou por morrer Jorge de Brito e António de Brito ficou ferido e Gaspar Gallo morreu. Chegados aos navios, António de Brito recuperou e deu ao rei muito dinheiro e partiu para Pacém, onde deixou alguns feridos, e seguiu para Malaca, onde Jorge de Albuquerque soube da morte de Jorge de Brito.	645
	Maluco	D. Sancho	Este ordenou a seu genro, D. Sancho, que fosse fazer fortaleza em Maluco, decisão protestada por António de Brito, que reclamava que ele não queria guardar a provisão da sucessão da morte de seu irmão. Assim, diz voltar ao reino e queixar-se ao Rei que Jorge de Albuquerque «não lhe quis guardar a provisão». E Jorge de Albuquerque viu-se assim obrigado a cumprir a provisão, mas cheio de ódio.	646

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XVI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Dio→Ormuz	Rei de Baharem D. Gracia Coutinho António Correia	Vindo de Diu e chegado a Ormuz, o governador foi bem recebido pelo rei, regedores e mercadores. Lá, soube-se notícias do rei de Baharem, súbdito do rei de Ormuz, que estava “alevantado”. E o rei pediu ao governador que fosse tomar Baharem, o que lhe agradou, porque lhe queria tomar a alfândega, já que o reino de Ormuz era seu pela carta de vassalagem que o Rei havia concedido a Afonso de Albuquerque . O governador , vendo que as dádivas do rei de Ormuz eram bastante generosas, acedeu ao seu pedido e mandou D. Gracia Coutinho reunir os seus homens. O governador estava cheio de boas perspectivas, porque Baharem era o principal caminho de todas as suas rendas das cáfilas que vinham da Pérsia. Nos navios, foram quatrocentos homens, tendo como capitão-mor António Correia, que viera de Malaca.	646-647
Ao outro dia		Resxarafo	O capitão mandado pelo rei de Ormuz era Resxarafo. O combate continuou e os alferes portugueses foram mortos.	648
	Dubuxá		Conseguiram entrar na cidade e os mouros fugiram com as suas famílias, estando o rei deles morto. Resxarafo disse a António Correia que mandara trazer o rei morto e cortar-lhe a cabeça por ser traidor. António Correia disse não ser seu costume, mas ele fê-lo, limpou a carne e ficou a caveira que pediu licença para mandar ao rei de Ormuz que, depois de chegada, a pôs no pelourinho, onde esteve muitos dias. Roubaram as casas, mas António de Correia não permitiu que se deitasse fogo. O rei de Ormuz disse ao governador que se havia de escolher outro rei para Baharem – um seu parente, Resnorodim, que o rei mandou que se chamasse Dubuxá.	649
	Catifa→Baharem	Aires Correia (feitor da armada de Pedro Álvares Cabral)	O rei de Ormuz mandou Resxarafo com a sua gente a Catifa, e foi acompanhado por Aires Correia. Lá deixaram um capitão e voltaram a Baharem. O rei novo, por conselho de António Correia, mandou o seu seguro em nome do rei de Ormuz à gente fugida. António Correia pediu ao rei novo que lhe desse a sua carta em como estava na posse da cidade pacífico, e que fosse assentada a paz com as gentes da terra; disse a Resxarafo que ficasse em Baharem até a terra estar segura. Mandou toda a sua gente para Ormuz com António Correia qu lá chegado, e depois de dar muitos louvores a Nosso Senhor por lhe dar tanta honra, e acabar este feito com somente catorze homens mortos , recebeu muitas honras.	650
Vinte dias depois			Vinte dias depois, chegou o Resxarafo, que foi ver o governador à fortaleza, e depois o rei e ambos lhe fizeram muitas honras.	651

Capítulo XVIII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
		Rei de Ormuz	Contente com a vitória sobre o rei de Baharém, o governador pensa em tomar Ormuz, mas apenas porque era uma ordem do Rei; caso contrário, não o faria neste momento, pois sabia que não era a altura certa, pois as duas fortalezas que o Rei queria mandar construir, iriam suscitar a futura vingança dos mouros (que aproveitariam os descuidos dos portugueses), pois estes não eram violentos de tal modo que fossem precisas duas fortalezas.	652
			O governador , nas cartas ao Rei, diz ter pedido ao rei de Ormuz que lhe emprestasse um ano de rendimentos da alfândega, porque era necessário muito dinheiro na Índia. Caso não fosse preciso toda essa quantia, ele lho devolveria. O rei primeiro recusa emprestar-lhe o dinheiro da alfândega, mas empresta-lho de qualquer dos modos; no entanto, fica ressentido.	653
	Ormuz →Dio	Tesoureiro– Rui Varela; juiz – Manuel Velho; escrivães – Miguel do Vale e Rui Gonçalves d’Orta; escrivães do rendimento e do recebedor – Nuno de Crasto e Vicente Dias; porteiro – Pêro Rodrigues. Diogo Lopes de Sequeira Diogo Fernandes de Beja	Esse ressentimento expressa-o, dizendo que já havia emprestado dinheiro a Afonso de Albuquerque , que fazia tudo o que lhe pediam e que da sua mão havia sido feito rei. Caso o Rei de Portugal o queira fora da sua cidade, ele diz que irá, mas pede que não lhe tirem a alfândega. Mas como não é ele quem manda, assim se faça, e se necessário for, pedirá dinheiro aos seus compatriotas, que lho darão por amor de Deus . O governador tenta apaziguar o rei e acalmá-lo, sem fazê-lo sentir-se ofendido. Voltando para a fortaleza, mostrou os regimentos do Rei de Portugal que diziam: tesoureiro– Rui Varela; juiz – Manuel Velho; escrivães – Miguel do Vale e Rui Gonçalves d’Orta; escrivães do rendimento e do recebedor – Nuno de Crasto e Vicente Dias; porteiro – Pêro Rodrigues.	654
Uma manhã	Dio→	Magadaxo Meliquiaz e Agá Mamude	Indignado, o governador tem pena que o rei não tenha um irmão que, estando na Índia, pudesse cortar-lhe a cabeça ou enforcar os que lhe prestam falsas informações. E sejamos Deus testemunha , pois Sua Alteza não ouve bem o governador da Índia, pois não sabe as verdadeiras informações: que o rei ficou sentido por lhe ter sido tomada a alfândega, mas tentou sempre encobrir ao governador nas visitas que este lhe fazia. Estando o governador em Ormuz, chegou Diogo Fernandes de Beja, que vinha de Diu, e lhe contou a traição desse rei. O governador ficou satisfeito em saber dessa situação e mandou-o consertar o galeão para, quando lhe fosse possível, lá voltar para com ele guerrear. Assim, mandou apregoar por toda a cidade “em língua da terra e português, com bandeira real, que notificava o rei de Cambaia como inimigo do Rei de Portugal, por ter quebrado a paz que estava assentada. Mandava fazer guerra a fogo e sangue:	655
	Chaul→Dio	Aires Correia	em todos os seus portos e em todos os seus vassallos, onde quer que fossem achados, no mar e na terra.” Mandou Diogo de Beja partir para Diu, com Nuno Fernandes de Macedo, Gaspar Doutel e Manuel de Macedo. Chegados, tomaram uma rica nau de Meca, bem como mais duas naus a que pegaram fogo. Esta notícia chegou a Diu e logo Meliquiaz mandou o seu capitão do mar – Agá Mamude - pelejar contra os portugueses. No meio de um combate aguerrido, numa manhã chamando pela misericórdia de Deus , veio uma nau de Magadaxo, que vinha carregada de cocos que distribuiu pelos homens para lhes matar a sede. Ficaram com o dinheiro e prata e recolheram os bons cativos dessa nau.	656

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XVII

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Os portugueses voltaram ao combate, mas a nau em que ia Gaspar Doutel foi afundada. Desgostoso, Diogo de Beja foi a Chaul e armou cinco fustas e três navios e regressou a Diu, onde viu a armada do governador que chegava de Ormuz e que tomou algumas naus de Meca, fazendo bons resgates e escravos para as galés. A nau em que ia Aires Correia foi atacada e foi ao fundo, perdendo-se muito dinheiro.	657
			Com grande pesar, o governador dirigiu-se a Chaul e deparou-se com Diogo de Beja.	658

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518

Capítulo XIX

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
Neste tempo	Salsete→Goa	Rei de Narsinga Idalcão Rei de Bisnegá Rui de Melo, capitão de Goa	O rei de Narsinga teve guerra com o Idalcão, que queria tomar Goa, sendo que o primeiro fora disso informado. O Idalcão já havia tomado a terra do rei de Bisnegá, que queria a amizade dos portugueses. Assim, mandou um recado a Rui de Melo dizendo que tinha ganho todas as terras a Idalcão até ao mar e que as doava ao Rei de Portugal para sempre. Agradecido, Rui de Melo mandou homens à terra de Salsete.	658
Dois meses depois		Rui Jusarte de Melo (sobrinho de Rui de Melo e capitão de Salsete, terra defronte da ilha de Goa)	E deu a capitania a Rui Jusarte de Melo, seu sobrinho. Tomou posse de tudo e assentou paz com os moradores da terra e voltou a Goa, não sem antes mandar que se tomassem as tanadarias de Bardés e Pondá, o que veio a suceder. Dois meses depois, o Idalcão restabeleceu-se e mandou dois capitães a Rui Jusarte, que mandou recado ao seu tio, que regressou com gente a cavalo e fez fugir os capitães de uma aldeia e fez cativos outros. «E sossegaram alguns dias.»	659

Capítulo XX

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
	Chaul Madrefabá	Diogo Lopes de Sequeira Fernão Camello Nizamaluco	Chegado a Chaul, o governador assentou com os fidalgos fazer fortaleza aí para ter guarnição da armada com que se fizesse guerra a Cambaia. O governador ficou a saber nesse conselho que o rei de Cambaia queria fazer fortaleza em Madrefabá, que já tinha sido apetrechada por Meliquiaz. E soube que Fernão Camello voltara com resposta de Nizamaluco sobre o fazer ali uma fortaleza, o que foi permitido em troca de negócio.	659
	<u>Dio</u> →Baçaim Cochim	Cristóvão de Sá (capitão de nau e de uma galé) e Lopo de Azevedo (um dos juízes por Pedro Mascaranhas, na questão do governo de Lopo Soares)	Mas o governador estava cabisbaixo, pois não conseguira fazer obra nenhuma em Diu e estava cansado pelo que sucedera em Ormuz. O rei haveria de o trair, pois queria mandar uma embaixada ao reino para perguntar ao Rei de Portugal sobre o caso da alfândega, e para lhe oferecer, estava a mandar construir uma rica tenda, mas tudo isto eram dissimulações do rei de Ormuz. Deu a um morador de Chaul materiais para construir então a fortaleza forte, com artilharia pesada, caso viesse contra ele Nizamaluco. E meteu todos ao trabalho, principalmente quando teve notícias de que Agá Mamude vinha de Diu para Baçaim com toda a sua “fustalha”. E mandou as naus de Cristóvão de Sá e Lopo de Azevedo irem carregar pimenta a Cochim, pois eram naus da carreira. Depois, quando a fortaleza já estava a ser construída, veio um recado de Nizamaluco que não desejava que aquela obra continuasse, pois não era do seu agrado. E mandou ao tanadar da terra que se fizesse guerra, o que não aconteceu, por ter falta de homens.	660
			Durante alguns dias, em que se vivia um clima de tenção, as rendas perderam-se, o que fez despoletar o descontentamento dos mercadores ao Nizamaluco que, assim, mandou que se assentasse a terra, o que o povo agradeceu, pois tinham amizade aos portugueses. E assim, a obra pouco tempo demorou a estar pronta.	661

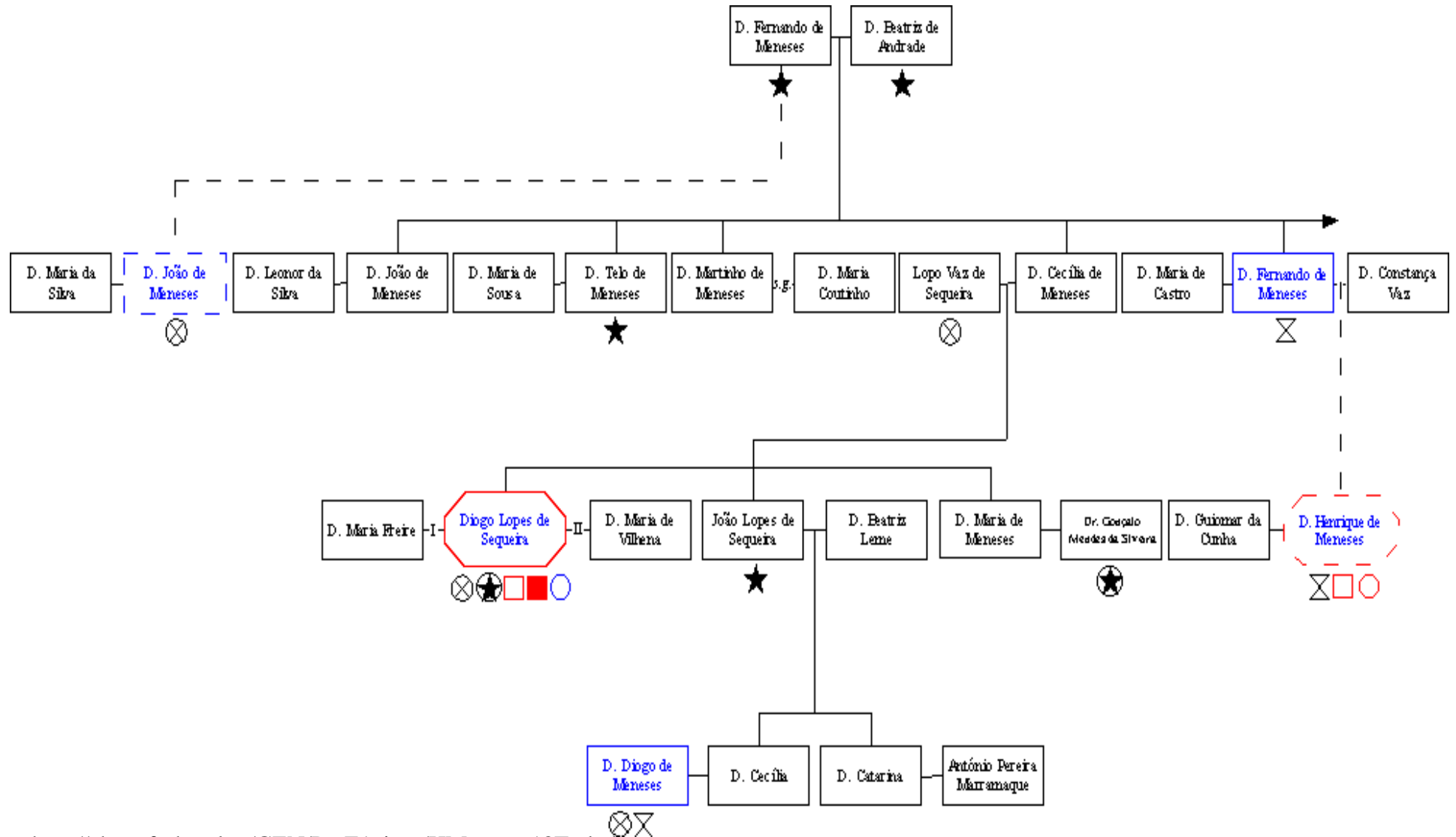
Capítulo XXI

DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			<p>Ao partir de Diu, o governador escreveu a D. Aleixo, que estava em Goa e haveria de invernar em Cochim, contando-lhe tudo o que se passara em Diu: como havia determinado de ir ao rio de Madrefabá fazer uma fortaleza de onde guerreasse Diu. Pede-lhe se, em Agosto, poderia ir a Chaul para lhe fazer companhia. Por ser seu amigo, partiu de Cochim em Julho e, em Agosto, estava em Chaul.</p> <p>Meliquiaz soubera que o governador fazia tenção de ir fazer a fortaleza ao pé do rio de Madrefabá e, por isso, partiu com gente e artilharia para lá. Mas o governador não apareceu, mesmo sabendo que estava em Chaul e que lá queria fazer a fortaleza que Nizamaluco não aprovara e que o iria combater.</p>	661
			<p>Deste modo, aparelhou os seus barcos e mandou o seu capitão-mor Agá Mamude tomar a barra de Chaul e logo os portugueses ficaram a saber da sua vinda e amedrontaram-se.</p> <p>Assim que chegaram à barra, o governador mandou galés e batéis e como capitão-mor D. Aleixo e Francisco de Sousa Tavares, Cristóvão de Sá, Francisco de Mendonça, o velho, Anrique de Sousa Chichorro e D. João de Lima, Cristóvão de Sousa, Manuel de Macedo, Jorge Barreto, Nuno Fernandes de Macedo, Manuel de Moura e Álvaro de Crasto.</p>	662
			-----	663
			<p>Durante este período de guerra, chegou, de Ormuz, Pêro da Silva e foi confrontado com Agá Mamude que lhe diz que se rendesse.</p>	664
			<p>Pêro da Silva tentou defender-se, e D. Aleixo, vendo o combate, mandou as galés e batéis em seu auxílio, mas aquele acabou por morrer. Aborrecidos com o sucedido, o governador falou com D. Aleixo e mandou que se mandassem as fustas para as ilhotas onde estavam as fustas inimigas e se batalhassem com elas de noite.</p>	665
			<p>Porque era perigoso, o governador acabou por mandar que as fustas aguardassem a vinda dos inimigos e mandou construir uma torre em cima de um outeiro na barra e deu-a como capitão a Pêro Vaz Pormão.</p>	666
			<p>A capitania do mar foi dada a Diogo Fernandes de Beja, querido por todos os homens. De noite, depois de ter fingido que partia, o inimigo mouro atacou de surpresa, e fez desembarcar flecheiros que se esconderam no mato, matando Pêro Pormão e dezoito homens, não sem que estes tivessem também morto inimigos. António de Lemos, irmão de Fernão Gomes, Francisco de Sousa de Melo e D. João de Lima e Cristóvão de Sá vieram com trezentos homens e espingardas e mataram muitos mouros. Inclusivamente, o sobrinho de Agá Mamude.</p>	667
			<p>Diogo Fernandes saiu do rio numa galé passando a barra e foi dar essa novidade ao mouro, que disse ir vingar, naquele mesmo dia, a morte do sobrinho. Veio acometer contra os portugueses com bombardas de ferro que destruíam os pelouros, sendo que a única solução era chamar pela misericórdia de Deus, pois os mouros estavam em vantagem. André Chichorro ficou ferido e seu irmão, Aleixo de Sousa, bem como D. Jorge.</p>	668

Lendas da Índia, vol. II – um percurso esquemático a partir da prosa de Gaspar Correia – Lenda (Governo) de Diogo Lopes de Sequeira – Ano 1518				
Capítulo XXI				
DATAS	LOCALIDADES	PERSONALIDADES	ACONTECIMENTOS	PÁG.
			Também Francisco de Sousa Tavares foi ferido. Vendo que o mouro desejava ardentemente abalroar e queimar a armada, mesmo que, para isso, tivesse de morrer, os portugueses apenas podiam chamar a misericórdia de Nosso Senhor, o que acabou por lhes valer, pois o mouro caiu ao mar . As fustas dos inimigos foram severamente combatidas pelos portugueses, sendo que muitos mouros se atiraram ao mar. Mas, por causa de um pelouro perdido que entrou na proa da galé, Diogo Fernandes morreu.	669
Outubro Fim de Outubro	Melinde→Goa	António Correia Anrique de Meneses, seu sobrinho, e fez de Fernão Camelo alcaide-mor e Duarte Ferreira, feitor de Chaul Gonçalo de Loulé	O governador ficou muito desolado, enterrou-o a ele e aos outros e fez António Correia capitão do mar. Depois, deu a capitania da torre de menagem a Anrique de Meneses, seu sobrinho, e fez de Fernão Camelo alcaide-mor e Duarte Ferreira, feitor e escreveu ao rei «grandes apontamentos» do que tinha feito e da «muita dúvida que ficava em Ormuz». Mandou Gonçalo de Loulé ir fazer presas pela costa de Melinde e ir a Goa saber se o governador já havia chegado, pois já era Outubro. As naus roubaram muito dinheiro em Melinde e partiram para o reino, mas esconderam os produtos do seu roubo, e houve quem praguejasse, pois o dinheiro escondido servia para que o governador ou o rei não o vissem e lho tirassem.	670
	Goa→Chaul	Manuel Colaço	No fim do mês, veio a Chaul Manuel Colaço, da valia do governador , que partira de Goa e disse que no fim de Setembro havia chegado a Goa D. Duarte de Meneses, filho do conde Priol, para Governador da Índia e que, logo que soube da guerra em Chaul, mandou o seu irmão Luís de Meneses, mas que não chegara por causa dos ventos. Então, o governador mandou para o reino D. Aleixo e António de Correia, com quem partiu e veio a encontrar D. Luís, que veio ao galeão deste pedir que lhe desse o seu galeão que estava melhor artilhado para combater as fustas que estavam em Chaul, pedido que Diogo Lopes de Sequeira recusou, porque muita coisa se iria perder. Mas que, assim que fosse chegado a Goa, logo lho mandaria, depois de o despejar.	671
	Goa Cochim Portugal	D. Duarte de Meneses irmão Luís de Meneses	Essa resposta não agradou muito a D. Luís, mas Diogo Lopes invocou o seu cargo de Governador da Índia que seria seu até o irmão daquele tomar posse. Chegado a Goa, o governador já não encontrou D. Duarte, que já havia partido para Cochim. Assim que chegou, veio dar à praia e foi fazer oração à igreja; depois, Diogo Lopes deu-lhe a sua residência, como costumeiro, e o novo governador lhe disse que o Rei o mandara carregar como quisesse. Este assim o fez e, depois de um tratamento sempre cheio de cortesia, partiu para o reino com oito naus e muita mercadoria.	672

As informações que se encontram entre parênteses respeitantes às personalidades foram retiradas de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol.IV, Índice, pp. 1-106.

Genealogia de Diogo Lopes de Sequeira



<http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/P%E1ginas/HMenezes18Todo.htm>

Lopo Soares de Albergaria, em *Livro do Estado da Índia Oriental*

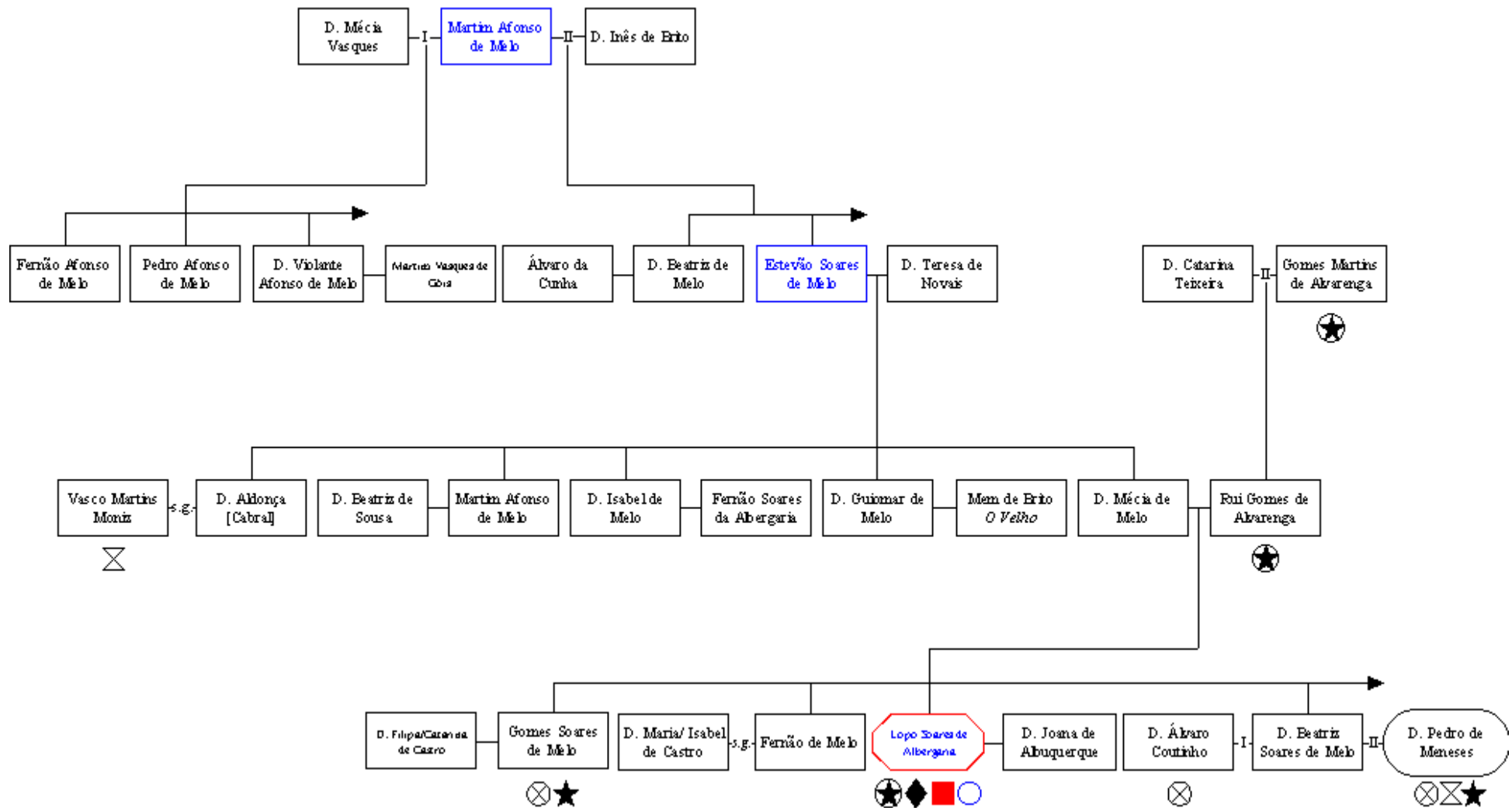


LOPO SOARES DE ALBERGARIA

Gravura Reproduzida de Pedro Barreto de Resende, *Livro do Estado da Índia Oriental*, 1646.

Martim de Albuquerque, *A Torre do Tombo e os Seus Tesouros*, Lisboa, Inapa, 1990

Genealogia de Lopo Soares de Albergaria



<http://cham.fcsh.unl.pt/GEN/P%E1ginas/LSAlbergaria2Todo.htm>

Crónicas de D. Manuel e de D. João III – Um percurso esquemático dos dados apresentados por Gaspar Correia

Fólio/Pág.	Ano/mês ou outra notação temporal	Local(ais)	Personalidade(s)	Acontecimento(s)	Presença do narrador (Gaspar Correia) e de ideais providencialistas
CCXXIIIJ Págs. 110-1	1515	Índia	Lopo Soares (de Albergaria) – uma constante nestes fólios seguintes.	Chegou à Índia como capitão-mor da armada e governador da Índia. Estando Afonso de Albuquerque em Ormuz, tomou de imediato posse, como determinava o regimento. A 1ª acção foi enviar dez naus cheias de pimenta e muita droga de Cochim para o Reino.	_____
CCXXIIIJ (vº.) Págs. 111-3	Falecimento de Afonso de Albuquerque	Mar Roxo; Porto de Judá.	_____	A mando do Rei, o governador envia uma armada para o mar Roxo, pois sabia que no porto de Judá se reformava uma armada e galés para passar a Índia. Lá chegado, os capitães das armadas desejavam combater, no entanto, as ordens trazidas da parte do Rei eram contrárias, o que foi sentido como desonroso por parte dos capitães.	_____
CCCXXV Págs. 113-5	1516	Estreito de Ormuz e do mar Roxo; Lisboa; Adém; Columbo.	João da Silveira; Capitão António de Saldanha; Fernão d'Alcaçeva	João da Silveira veio de Lisboa, mas perdeu duas naus. António de Saldanha trazia ordens do Rei para guerrear e governar o Estreito do mar Roxo e o de Ormuz. Fernão d'Alcaçeva veio com ele com o cargo de vedor da fazenda da Índia, mas entrou em dissidência com Lopo Soares, que se sentiu ultrapassado. Os dois vieram a Lisboa e este teve de pagar boa quantia por não ter autorizado o outro a desempenhar o seu cargo. António de Saldanha entra no Estreito e depois segue para Adém. Lopo Soares parte para Ceilão onde, no Porto de Columbo, faz uma fortaleza.	_____

Crónicas de D. Manuel e de D. João III – Um percurso esquemático dos dados apresentados por Gaspar Correia

Fólio/Pág.	Ano/mês ou outra notação temporal	Local(ais)	Personalidade(s)	Acontecimento(s)	Presença do narrador (Gaspar Correia) e de ideais providencialistas
CCXXV (v.^o) Págs. 115- 6	1518	Estreito de Meca (ilha de Cacotora- Sacotorá); Ilha de Maçua	Diogo Lopes de Sequeira; António de Saldanha; Pêro Vaz da Vera; Duarte Galvão	Veio do Reino por capitão-mor e governador da Índia Diogo Lopes de Sequeira (que, por ordem do Rei, mandou desfazer a fortaleza em Porto de Columbo) e encontrou-se com Lopo de Soares, António de Saldanha e D. Aleixo. António de Saldanha partiu para o Estreito de Meca e chegando à Ilha de Cacotora, encontrou Pêro Vaz da Vera, piloto e mestre de uma pequena caravela, que vira já Lopo de Soares de uma outra vez que fora fazer a aguada no Porto de Mete que é do lado da Arábia Feliz e daí fez o caminho para dentro para o Estreito para surgir no porto d'Araa, que é do outro lado, quase às portas do Estreito. Seguiu até à ilha de Ceilão e dali tomou o caminho à ilha de Maçua, que é perto d'Arábia Feliz, o principal porto das terras do Preste João, onde o Rei lhe mandara que fosse levar o embaixador que já voltara de Portugal. Com ele, veio Duarte Galvão, que faleceu na ilha de Camarão.	Início da busca do mítico Reino do Preste João
CCXXVI Págs. 116- 8	_____	Arquyquo;	António de Saldanha	Mas todos os presentes enviados pelo Rei se extraviaram na feitoria de Cochim, sem mais voltarem ao Reino. Na ilha de Maçua, estava outro lugar chamado Arquyquo, povoado de gente preta que falava caldeo misturado com arauja. Comprando o que eles tinham para vender, o capitão ficou a saber que dali à terra do Preste João demorava um mês, sabendo que ali perto havia um mosteiro de frades e um capitão que capitaneava e senhoreava aquelas terras que se chamava Bounagães/Barnagães – que quer dizer capitão da gente. O capitão mandou alguns irem buscar alguns frades, pois queria fazer o serviço de Deus. Perguntou-lhes muitas coisas da terra e queria saber do Preste João: se este se tinha enviado ao Rei de Portugal algum embaixador, mas eles não sabiam dar resposta, pois já havia ido há muito e davam-no como morto e que no mosteiro estava um homem que o conhecera e o capitão mandou-o chamar e ofereceu-lhe muitas coisas ricas de vestir.	Aproximação ao Reino do Preste João

Crónicas de D. Manuel e de D. João III – Um percurso esquemático dos dados apresentados por Gaspar Correia

Fólio/Pág.	Ano/mês ou outra notação temporal	Local(ais)	Personalidade(s)	Acontecimento(s)	Presença do narrador (Gaspar Correia) e de ideais providencialistas
CCXXVJ (v.º) Págs. 118-9	_____	Reino do Preste João	_____	O embaixador com grandes exclamações com os olhos no céu dava a Deus muitas graças dizendo ao capitão-mor que iria provar a todos os portugueses que era um embaixador verdadeiro e não falso, porque não cometera erro em não o trazer àquele porto como lhe mandara o Rei de Portugal. O embaixador foi enviado para o Preste, para o lugar de Arquyquo, onde viram gente cujo único baptismo é o serem com sangue e ferro circuncidados, gente que não tem cuidado com as suas “vergonhas, porque não as encobriam”.	No Reino do Preste João
CCCXXVIJ Págs. 119-21	1519→1521	Maçua→Ormuz	D. Rodrigo de Lima Jorge d’Abreu; Jorge de Albuquerque; Diogo Fernandes de Beja; Pêro Nunes; Rui Vaz Pereira; D. João de Lima;	Foi ordenado pelo capitão-mor como embaixador D. Rodrigo de Lima e como segunda pessoa Jorge d’Abreu que foram, com Barnagães, fazer diligências ao Preste João, que os recebeu muito honradamente, lhes deu muitas dádivas. Lá estiveram por um ano e meio. Quando Jorge d’Abreu se desentendeu com o embaixador, o Preste João pacificou-os, mas como se não fizessem paz, o Preste João despediu-os. Foram para o porto para serem resgatados por Luís de Meneses, irmão de D. Duarte que governou a Índia após Diogo Lopes de Sequeira. Aguardando alguns dias, não foram levados, e só após dois anos os foram buscar. Estes deram novas que o Preste João era homem cristão e de bons costumes, porém suas grandezas não eram tantas como se dizia e na terra havia lugares onde se achava ouro, onde havia muita gente e grandes terras, mas que o seu estado e serviço não eram tamanhos como se dizia. E D. Rodrigo partiu com a sua embaixada para Portugal. Diogo Lopes de Sequeira partiu da ilha de Macua em direcção a Ormuz. Chegam Jorge de Albuquerque, Diogo Fernandes de Beja e o Doutor Pêro Nunes, para vedor da fazenda, sem capitão-mor. Sem tempo para atravessar a Índia, foram à costa de Melinde, até ao cabo de Guardafuy e dali ao Estreito de Ormuz e chegaram a Calayate. Aguardando pelo capitão-mor da Índia, foram juntos ao porto de Mascate, onde chegou Rui Vaz Pereira.	

Porque digo que vim com Duarte Galvão, que Deus haja, e assim é verdade, e ele se finou em Camarão, ilha do mar Roxo, e cessou sua embaixada no tempo que Lopo Soares era Capitão-mor e Governador das Índias, como largamente já o tenho escrito e aqui deixo de escrever por não ser necessário, escreverei o que necessário é. Digo que sucedendo Diogo Lopes de Sequeira na governação da Índia após Lopo Soares, pôs por obra o que Lopo Soares não quis acabar, seja, levar Mateus embaixador que a Portugal foi por embaixador do Preste João, ao porto de Maçúá, que é junto de Arquico, porto e terra do Preste João. E fez sua grossa e formosa armada e caminhámos para o dito mar Roxo e chegámos à dita ilha de Maçúá segunda-feira das oitavas da Páscoa, sete dias do mês de Abril de 1520 a qual achamos despejada porque havia cinco ou seis dias que tinha novas de nós.

Está a terra firme de ilha dois tiros de besta, pouco mais ou menos por onde os mouros da dita ilha salvaram suas fazendas, a qual terra firme é do Preste João. Surgindo a frota entre a ilha e terra firma, na terça-feira vieram a nós do lugar de Arquico um cristão e um mouro, dizendo o cristão que o lugar de Arquico era de cristãos e era de um senhor que se chama Barnagais súbdito do Preste João e que os mouros desta ilha de Maçúá é lugar de Arquico, quando a este porto vinham turcos ou rumes, que lhes mal fazem todos fugiam para a serra e levavam suas fazendas que levar podiam e que agora não quiseram fugir porque ouviram dizer que éramos cristãos. Ouvindo isto o Grão-capitão deu graças a Deus pela notícia e nome de cristão que achava e favoreceu em grande maneira a Mateus, que assaz vinha desfavorecido, e mandou dar um rico vestido ao cristão e ao mouro mostrou muita graça dizendo-lhes que fizeram o que deviam em se não bulirem do lugar de Arquico, pois era de cristãos e do Preste como eles diziam e que sua vinda não era senão para serviço e amizade do Preste João, e todos os seus, e que se fossem em boa hora e estivessem seguros.

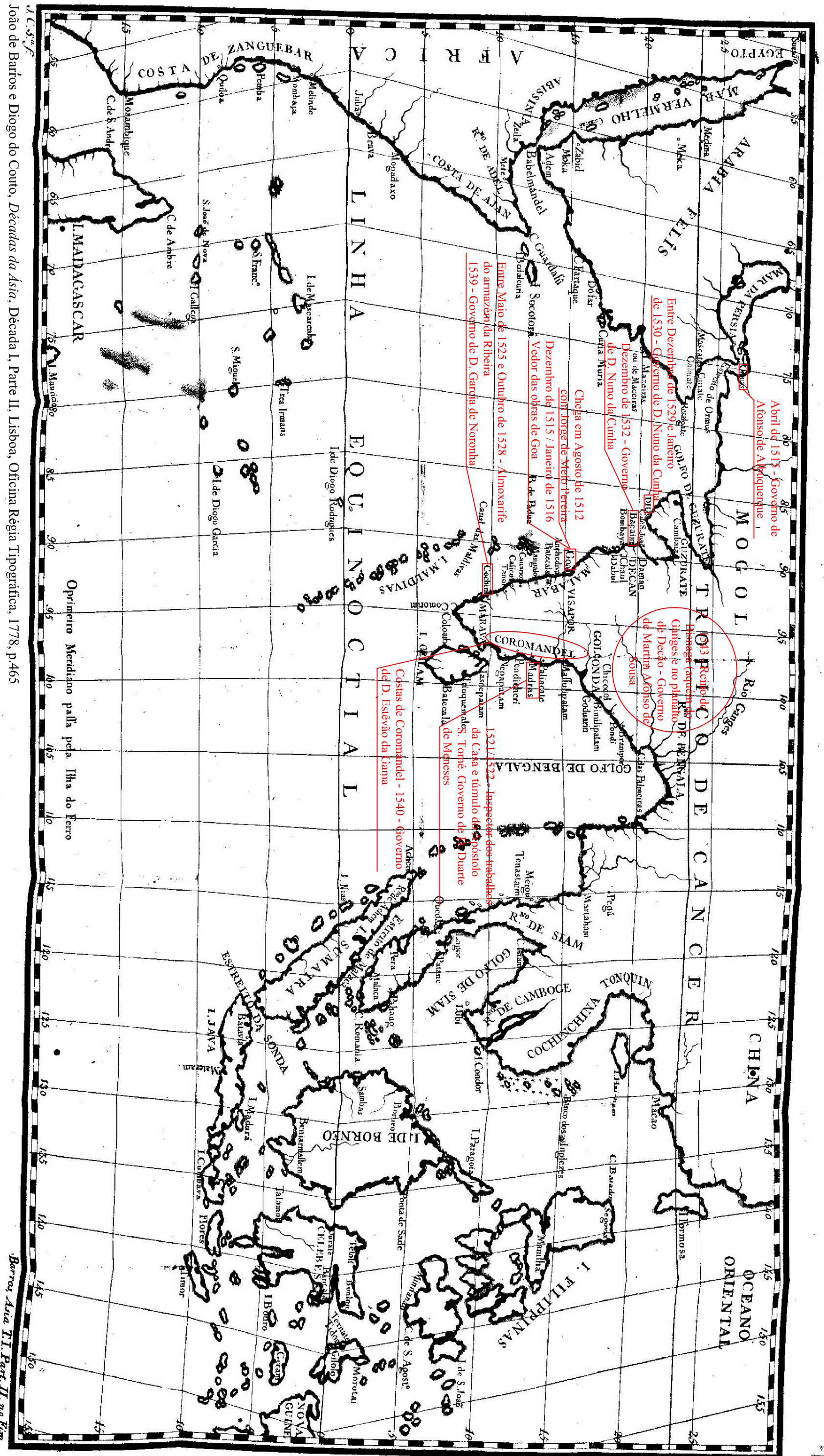
Luís Filipe Barreto (coord.), *Por Mar e Terra. Viagens de Bartolomeu Dias e Pêro da Covilhã*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 67-8.

[...] em tall caso afomso dalboquerque nam faça comsiguo mudança, e estee e fique na capitanya e gouernança da Imdia asy como estaua. E seendo caso, que nosso senhor defeemde, que, ao tempo que chegase a dita nosa armada a Imdia, o dito afomso dalboquerque se achase fallecido, e estiuese posto na capitania moor e gouernança dom Garcia de lronha, aveemos por beem que estee neella asy como nella for achado. E se for caso que despois de lopo soares ser chegado a Imdia [...] falecesse [...] queremos e nos praz que sobceda em seu lugar, na dita capitanya moor e gouernaça, dom goterre, fidalguo de nosa casa, que emvyamos por capitam a Goa, por seer pesoa de que temos muyta confiamça.[Falecendo D. Guterre] queremos e mandamos que sobceda na dita capitanya moor, e gouernança da Imdia, Álvaro telez, fidalguo de nosa casa, que emviamos por nosso capitão de callecut»

Afonso de Albuquerque, *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884-1935pp. 235-6.

«O grande mal dos males, o mayor sobre todos, he quando ao pouo falta a justiça; porque os capitães das fortalezas da India, que cabeças do pouo, poderosos dos poderes que lhe ElRey dá, e elles tomão outros mayores, usão de graues males, que tudo a ElRey he muy notório os roubos, enjurias, mortes, forças, adultérios com as casadas, viuvas, virgens, órfãs, amancebados pubricos, usando todolos males sem temor de Deos nem de Rey, a christãos, mouros, gentios, naturaes e estrangeiros. E sendo elles taes, o são os ouvidores, juizes, meirinhos, e officiaes da fazenda; o que tudo assy nom seria, antes tudo collocado em grandes bens, se a hum Governador da India ElRey mandasse cortar a cabeça no caez de Goa, com pregão que ElRey o mandaua degolar porque nom guardara sua obrigação como era obrigado; porque quando hum só assy fosse justiado sendo Governador, os capitães das fortalezas auerião temor, e com auerem medo nom farião males, com que os outros debaixo de seu mando logo serião bons. Mas dizem que ElRey nosso senhor he tão cheo de misericordia que per roubos, nem males que lhe fação, tudo perdoa e quita, e assy passa com os males de seu pouo. O que assy parece verdade; porque de nenhum Rey nem Principe do mundo fora a India, que per tantos males nom tiuera cortado muytas cabeças, e em Portugal até hoje se nom cortou nenhuma per nenhum mal que se fizesse na India, auendo em Portugal tantas boas leys, que per huma manta d'Alemtejo enforcão hum homem. Tanto os males da India vão em crescimento que nom sey o em que acabarão, nem sey que conta se a Deos dará do roubo do pouo; postoque os roubadores paguem pera as guerras d'Africa, e obras pias, porque certo está que os que n'este mundo se liurão por taes modos o pagarão no outro.»

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, liv.II, p. 752.



Abril de 1513 - Governo de Afonso de Albuquerque

Entre Dezembro de 1529 e Janeiro de 1530 - Governo de D. Nuno da Cunha

Dezembro de 1532 - Governo de D. Nuno da Cunha

Chega em Agosto de 1512 com Jorge de Mello Pereira

Dezembro de 1515 / Janeiro de 1516 - Vedor das obras de Goa

Entre Maio de 1525 e Outubro de 1528 - Almoxarife do amazzem da Ribeira

1539 - Governo de D. Garcia de Noronha

1533 - Primeiro de Bengala - Governo de Martim Afonso de Sousa

Bengala - primeiro de Bengala - Governo de Martim Afonso de Sousa

Bengala - primeiro de Bengala - Governo de Martim Afonso de Sousa

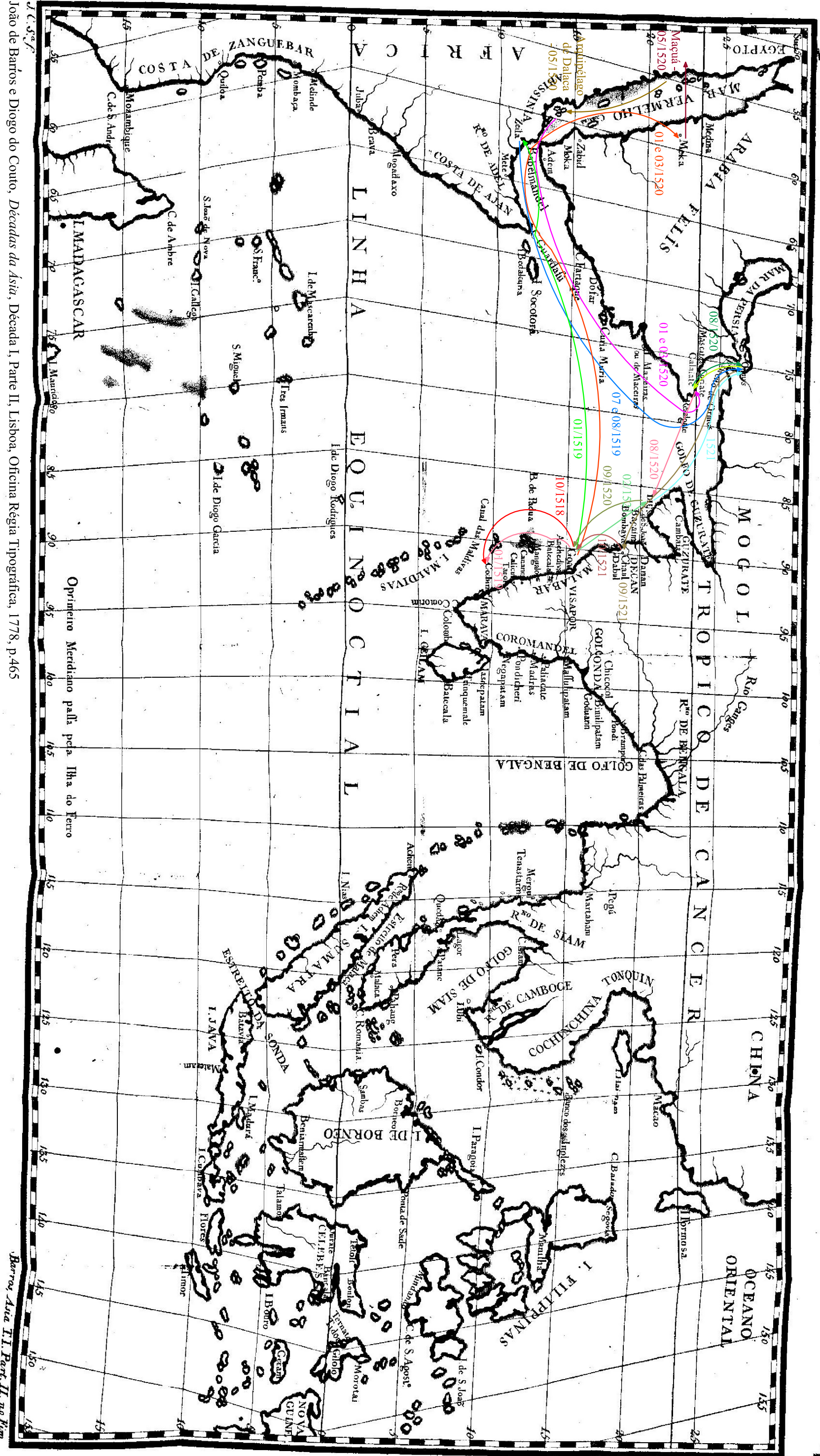
1521/1522 - Inspecter dos trabalhos da Casa e título de posto de Duarte

1521/1522 - Inspecter dos trabalhos da Casa e título de posto de Duarte

1540 - Governo de D. Estevão da Gama

1540 - Governo de D. Estevão da Gama

Presença de Gaspar Correia na Índia



João de Barros e Diogo do Couto, *Décadas da Asia*, Década I, Parte II, Lisboa, Oficina Régia Tipográfica, 1778, p.465

Quadro-síntese de algumas viagens de Diogo Lopes de Sequeira no Oriente, presentes nas *Lendas da Índia*

Barros, *Asia T.I. Part. II, no Kim*

